



**RODADAS**  
DE DISCUSSÃO

POBREZA

RELATÓRIO

**RODADAS DE DISCUSSÃO  
DE TEMAS ESTRATÉGICOS  
REDUÇÃO DA POBREZA NA BAHIA**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Rui Costa

CASA CIVIL  
Bruno Dauster

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
Edelvino Góes Filho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
João Leão

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA  
Eliana Boaventura

DIRETORIA DE ESTUDOS  
Edgard Porto

GRUPO TÉCNICO (COORDENAÇÃO DAS RODADAS DE DISCUSSÃO)  
André Santana (Casa Civil), Edgard Porto (SEI), Eletice Rangel Santos (SEI),  
Elisama Melhor (Casa Civil), Eva Borges (SJDHDS), Celia Sganzerla (SEI),  
Cláudia Monteiro (Seplan), Maria Presídio (Seplan), Milton Coelho (SAEB),  
Rafael Carvalho (SAEB), Valéria Peruna (SAEB)

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES  
Augusto Cezar Pereira Orrico

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL  
EDITORIA-GERAL  
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

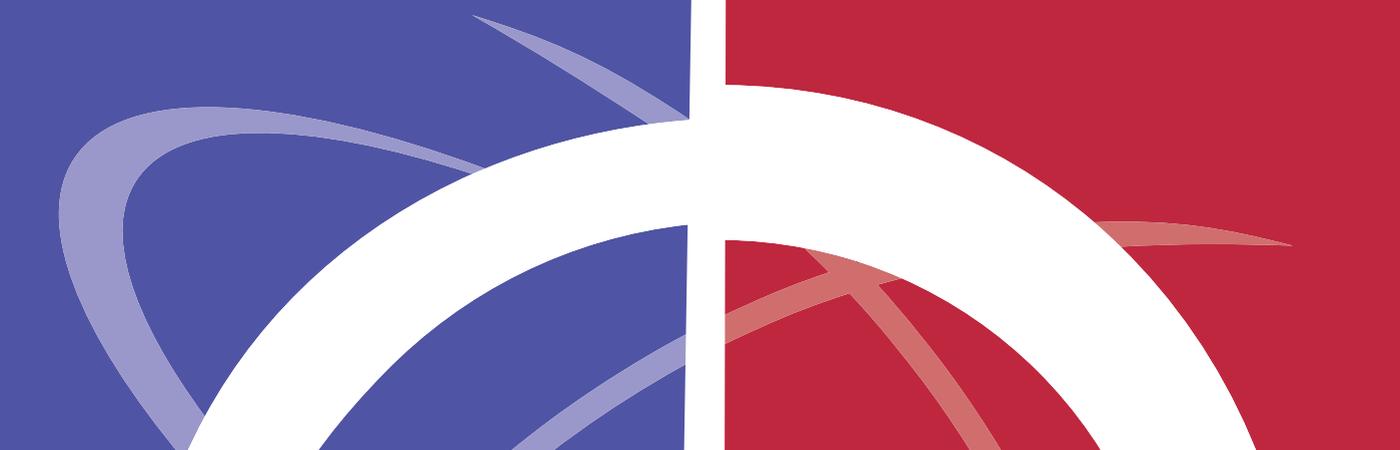
REVISÃO DE LINGUAGEM  
Calixto Sabatini

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO  
Ludmila Nagamatsu

CAPA  
Julio Vilela

EDITORAÇÃO  
Carlo Freitas

Este documento expõe as propostas para o projeto Rodadas de Discussão de Temas Estratégicos, promovido pela SEI.



## Sumário

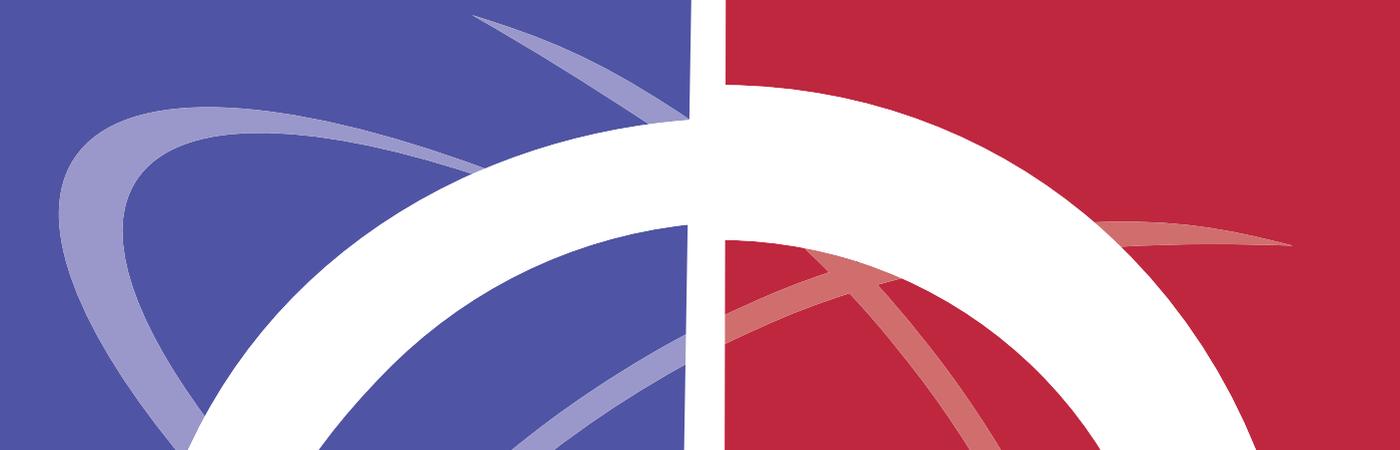
	APRESENTAÇÃO .....	5
1	RESUMO EXECUTIVO	
	Justificativa das rodadas .....	7
	Objetivos das rodadas .....	7
	Municípios prioritários .....	8
	Modelo institucional de gestão .....	9
	Acompanhamento dos programas .....	9
	Estatísticas de participação .....	9
2	PONTOS DE VISTA INSTITUCIONAIS .....	11
3	JUSTIFICATIVA .....	15
4	ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA .....	17
5	SÍNTESE DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES	
	Proposição de territorialidade e identificação de áreas prioritárias .....	19
	Questões levantadas pelos grupos nas oficinas de trabalho .....	22
	Recomendações .....	25
6	PROGRAMAÇÃO .....	29
7	ESTATÍSTICAS DE PARTICIPAÇÃO .....	35

## APÊNDICES

APÊNDICE A - Transcrições das exposições .....37

APÊNDICE B - Relação dos municípios  
considerados prioritários pelo grupo técnico..... 137

APÊNDICE C - Relação dos participantes .....143



## APRESENTAÇÃO

É papel fundamental da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) produzir e disseminar informação e conhecimento para subsidiar a ação dos agentes governamentais no processo de formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da Bahia.

Além da elaboração de pesquisas e estatísticas oficiais, a entidade tem contribuído com análises de processos sociais e econômicos, indispensáveis à discussão sobre as políticas de desenvolvimento do estado. Tal contribuição se dá por meio de diversos canais de comunicação, tanto com as secretarias estaduais quanto com a sociedade civil.

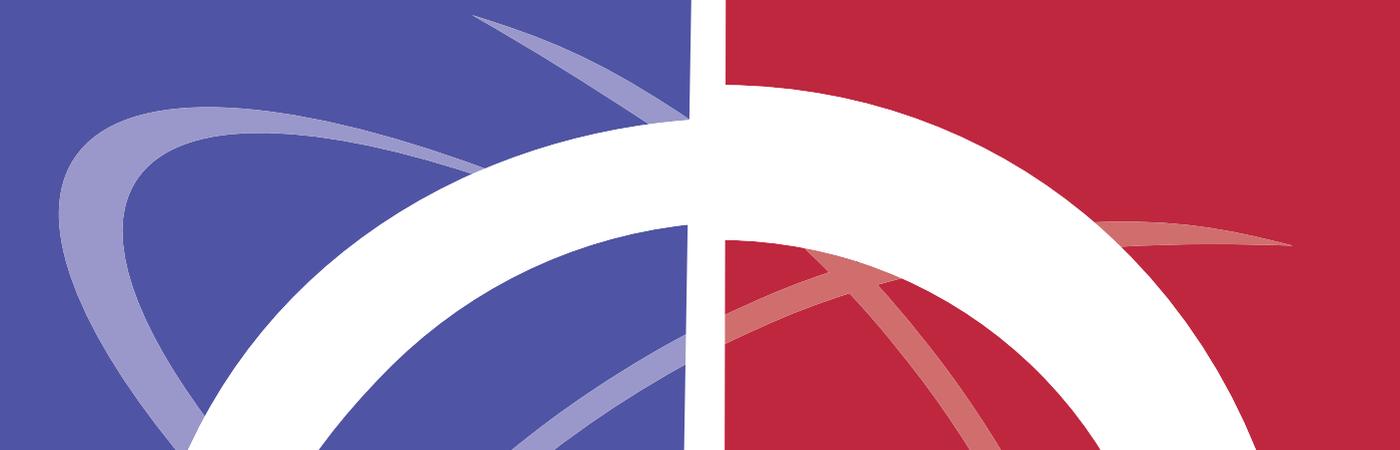
Nessa oportunidade, em diálogo com a Casa Civil, a Secretaria da Administração (SAEB) e a Secretaria do Planejamento (Seplan), realizaram-se, de fevereiro a março de 2015, as Rodadas de Discussão sobre a Redução da Pobreza na Bahia com o objetivo de repensar políticas públicas, ações e programas ligados ao tema da pobreza. As abordagens buscaram contemplar algumas de suas dimensões mais relevantes, como renda, demografia, moradia, saúde e educação.

Obteve-se, em sessões de debates realizadas no período entre 26/02/2015 e 19/03/2015, durante aproximadamente 30 horas de exposições e discussões, um total de 430 presenças, predominantemente de membros de diversos órgãos e secretarias do governo da Bahia. A consolidação das discussões se deu nas oficinas de construção de modelos lógicos, nas quais alguns grupos buscaram sistematizar as reflexões, tendo em conta as discussões sobre as distintas dimensões de pobreza, bem como a visão regional.

Dada a celeridade demandada pelo processo de planejamento em curso, o relatório das Rodadas de Discussão sobre a Redução da Pobreza na Bahia, ora apresentado, busca refletir com fidedignidade o resultado produzido pelas discussões realizadas, em um formato sintético e mais flexível no que se refere aos rigores característicos das publicações institucionais.

A Casa Civil, a SAEB, a Seplan e a SEI, parceiras na realização dessa edição das rodadas de discussão, esperam que as informações e o conhecimento aqui divulgados possam contribuir com as políticas de enfrentamento da pobreza, tão importantes para as transformações necessárias ao desenvolvimento do estado.





# 1

## RESUMO EXECUTIVO

### **Justificativa das rodadas**

Necessidade de aprimoramento da concepção, monitoramento e avaliação do conjunto das ações públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza na Bahia.

O método das rodadas de discussão utiliza uma dinâmica de trabalho que organiza e articula conhecimentos ainda não devidamente apropriados pelos gestores envolvidos com o tema, propiciando a estruturação de novos elementos e ações concretas para a formulação mais apropriada de políticas públicas.

### **Objetivos das rodadas**

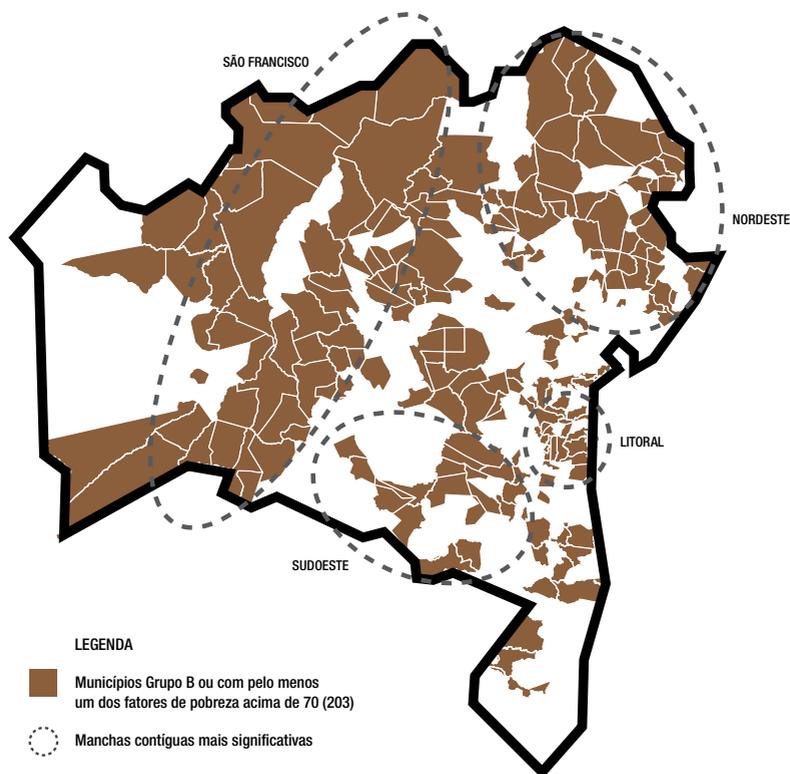
Repensar políticas públicas, ações e programas ligados ao tema da extrema pobreza, utilizando um processo estruturado de análise de informações e conhecimentos.

Conduzir o processo de forma integrada, com agentes pertencentes às mais diversas instituições públicas do governo que lidam com o combate à pobreza, para evitar a dispersão de esforços, reduzir custos e atingir resultados mais significativos.

Utilizar como base para análises o estudo *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*, empreendido pela Diretoria de Estudos da SEI e recentemente publicado, bem como outros levantamentos realizados pela mesma diretoria, porquanto oferecem importantes contribuições às reflexões sobre o tema, numa visão multidimensional, e associam seus resultados com o processo de desenvolvimento regional.

## Municípios prioritários

### Distribuição espacial de municípios considerados prioritários pelo GT das rodadas de discussão



Para efeito da seleção de áreas prioritárias no que tange a políticas de combate à pobreza, foram listados 203 municípios, a partir dos seguintes critérios:

- Todos os municípios do Grupo B do referido estudo da SEI, que representam o núcleo duro da pobreza extrema no estado.
- Todos os municípios nos quais pelo menos um dos cinco fatores de pobreza (relativos às dimensões renda, demografia, moradia, saúde e educação) apresenta incidência superior a 70.
- Utilizou-se, numa análise de conjunto dos 203 municípios, a noção de “manchas”, que correspondem a áreas com expressiva contiguidade territorial, com o

objetivo de identificar os espaços prioritários para fins de atuação governamental regional, uma vez que a concentração configura uma situação relativamente mais dramática de pobreza.

## **Modelo institucional de gestão**

- Designar um grupo técnico para redução da pobreza na Bahia, composto por representantes de cada um dos órgãos da administração estadual que desenvolvam ações públicas concorrentes para a redução da pobreza extrema.
- Composição inicial do grupo técnico: Bahiapesca, Bahiater, CAR, Casa Civil, Cerb, Conder, Desenhahia, Embasa, Fapesb, Fundac, Inema, SAEB, SDR, SEC, Sedur, SEI, Sema, Seplan, Sepromi, Serin, Sesab, Setre, SIHS, SJDHDS, SPM, SSP, Sudic.
- Tais ações deverão nortear a revisão do Plano Estadual de Combate à Pobreza na Bahia.
- O Comitê de Políticas de Inclusão Social (CPIS), que tem por finalidade desenvolver a intersectorialidade e a transversalidade das ações de combate à pobreza, e que também cumpre papel consultivo e subsidiário junto ao CPIS, poderá reconhecer o grupo técnico como instância de apoio ao cumprimento de suas finalidades, definidas na Portaria nº 67, de 10 de julho de 2009, acionando-o sempre que necessário.

## **Acompanhamento dos programas**

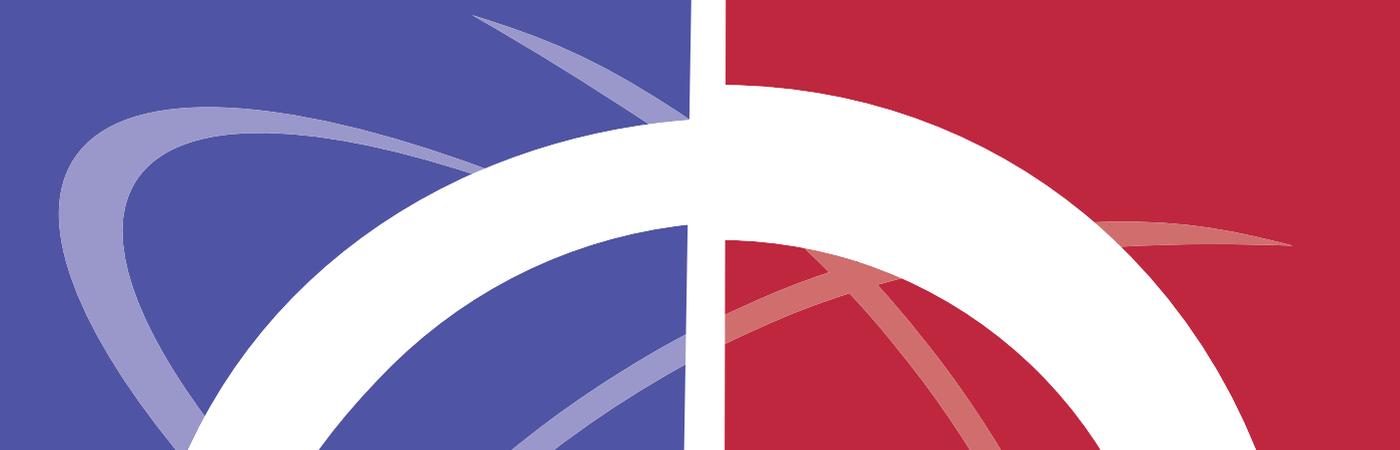
Recomenda-se a utilização da base de dados do Cadastro Único para levantar informações relativas às dimensões de pobreza e servir como base de avaliação temporal das ações.

Recomenda-se a realização de trabalhos de campo para refinar as informações e permitir uma escuta mais apurada da população.

## **Estatísticas de participação**

Foram realizadas quatro rodadas – caracterizadas por exposições e debates – no período entre 26/02/2015 e 19/03/2015, com duração de, aproximadamente, 30 horas e a participação de cerca de 200 representantes de diversos órgãos e secretarias do governo estadual.





## 2 PONTOS DE VISTA INSTITUCIONAIS

**Bruno Dauster Magalhães e Silva,**  
Secretário da Casa Civil

A erradicação da pobreza é um dos pilares do governo da Bahia. Como secretário da Casa Civil, é meu trabalho olhar cuidadosamente para as ações prioritárias da gestão. O objetivo dessa ação, fruto de um esforço conjunto entre tantos órgãos e secretarias, é estruturar e elaborar bases para definirmos uma política de combate à pobreza no nosso estado.

Temos, hoje, um conjunto de ações direcionadas ao combate à pobreza. Sem dúvida, este é um dos pontos que mais nos diferenciam de outros governos anteriores. Tanto na gestão de Jaques Wagner na Bahia, quanto, na esfera nacional, nos governos de Lula e Dilma, é marcante o fato de que, pela primeira vez, se teve, sistematicamente, um processo estruturado de combate à miséria. Temos um objetivo político claro, central: buscar reduzir a pobreza, extrema ou não, em todos os níveis, de forma que se permita a um número cada vez maior de pessoas condições de vida dignas.

Entendemos que a pobreza não deve e nem pode ser resumida apenas à questão da baixa renda. Este é um indicador básico de condição social, mas a pobreza passa por uma série de outros universos: educação, saúde e, inclusive, a fome, ainda uma triste realidade para algumas famílias. Assim, quanto mais nos aprofundamos, mais vemos que a questão da pobreza é multifacetária e tem que ser combatida em um universo muito amplo de assuntos.

Aí está a importância do trabalho que estamos realizando. Iniciamos este movimento de forma integrada, com agentes pertencentes às mais diversas instituições públicas do governo que lidam com a questão do combate à pobreza. Mais tarde, debateremos as diretrizes propostas com a sociedade.

Este trabalho é muito maior do que uma discussão apenas conceitual, acadêmica. Ele é voltado para desdobramentos concretos, para formas de gestão que permitam a efetiva transversalidade de ações. Atuar de forma integrada evita a dispersão de esforços, reduz custos e atinge resultados muito mais significativos.

Fruto da correlação de forças sociais, as políticas públicas constituem-se nas ações governamentais que, em última análise, visam a melhorar as condições de vida da população. Para que este objetivo seja alcançado, num cenário de demandas crescentes e recursos escassos, deve-se garantir que essas ações estejam assentadas em problemas claramente evidenciados e contextualizados, em alternativas de solução viáveis, bem como sejam monitoradas e avaliadas sistematicamente, de modo a possibilitar a correção de rumos e a produzir subsídios para o seu aprimoramento. Em síntese, os resultados das políticas públicas dependem primordialmente de consistentes processos de gestão, o que equivale a afirmar que a gestão é um elemento indispensável à consecução de resultados.

Baseado nessa diretriz, o governo da Bahia tem realizado um esforço de planejamento integrado e multidimensional de ações, visando à redução da pobreza no estado, numa parceria da Casa Civil, secretarias do Planejamento e da Administração e Superintendência de

Primamos por uma gestão que vá além de si própria, trazendo a participação de seus agentes, servidores e da população. Esta iniciativa ainda servirá de linha mestra para a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) no que tange a este tema. E, para que este material seja criado, é preciso discutir ideias com a sociedade, que voltam para o governo na forma de indicativos. Os indicativos se transformam em políticas, que, por sua vez, se desdobram em ações.

Temos plenas condições de produzir grandes propostas para atingirmos, juntos, o objetivo maior de erradicar a pobreza no estado. Desejo a todos foco e qualidade no trabalho, para que a Bahia continue melhorando.

## **Edelvino da Silva Góes Filho, Secretário da Administração**

Estudos Econômicos e Sociais, contando com a participação de diversos outros órgãos e entidades envolvidos com a temática.

Nessa ação transversal, cabe à Secretaria da Administração, cumprindo a sua competência institucional de contribuir para o aumento da governança das organizações públicas estaduais, propor e aplicar metodologias em gestão mais adequadas à realidade apresentada.

Assim, baseando-se no estudo *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*, elaborado pela SEL, e nas rodadas de discussão objetos deste relatório, com a participação de todas as organizações que executam ações de mitigação da pobreza, problemas relacionados ao tema serão identificados e priorizados, as melhores alternativas de soluções serão escolhidas e, para execução delas, todas as atividades serão detalhadas, reunindo-se, dessa forma, os elementos necessários à construção dos compromissos e iniciativas a serem incluídos no PPA 2016-2019.

E mais do que isso, será preciso definir e implementar um modelo de governança por meio do qual se garanta o acompanhamento efetivo da execução do planejado, alicerçando-se na responsabilização e no compartilhamento de boas práticas de gestão.

Diante daquilo que está sendo construído e das ações que deverão ser implementadas, não resta dúvida da complexidade do desafio, requerendo de todos os envolvidos o compromisso efetivo para continuarmos a reduzir a pobreza no nosso estado.

## **João Felipe de Souza Leão, Secretário do Planejamento**

A redução da pobreza na Bahia é um dos principais desafios assumidos pelo governo Rui Costa. Por isso, a questão está recebendo atenção especial durante a elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, como tema tratado no Plano de Governo Participativo e sob a orientação da diretriz estratégica intitulada Pobreza, Inclusão Socioproductiva e Mundo do Trabalho. Nos últimos anos, a Bahia apresentou melhora no que se refere à redução das desigualdades e da pobreza, seguindo a tendência do Brasil, que deixou de fazer parte do Mapa da Fome das Nações Unidas. Para que haja continuidade da redução da pobreza, da fome e das desigualdades, o fortalecimento da ação do estado e do trabalho conjunto de diferentes esferas de governo, além da integração com outras estratégias de garantia de redução de desigualdades e ampliação de oportunidades mais abrangentes e duradouras, deve considerar aspectos multidimensionais da pobreza e das desigualdades duradouras existentes no território estadual.

Os temas debatidos nessa edição das rodadas de discussão servem de elemento de estudo e diagnóstico sobre a questão e como insumo para as secretarias responsáveis por compromissos relacionados à área de mitiga-

ção da pobreza, qualificando as metas e iniciativas dos programas de governo contidos no PPA 2016-2019. Os trabalhos do grupo técnico não terminarão com a finalização da elaboração do documento do PPA. Além de apoiar a construção dos compromissos de governo, o grupo deverá acompanhar a execução dos programas, participando ativamente do monitoramento e da avaliação das políticas públicas para garantir que os resultados esperados sejam alcançados.

A articulação das diversas dimensões estratégicas do PPA e das secretarias estaduais, orientada pelo conhecimento discutido e desenvolvido nas rodadas, é o desafio colocado para dar conta da complexidade do problema da pobreza. Para isso, são necessárias ações coordenadas, transversais, planejadas, que possuam continuidade no tempo e no espaço e que possam ser monitoradas a partir do estabelecimento de prioridades, de metas e de mecanismos de gestão, e avaliadas, para seu contínuo aperfeiçoamento.

Entendemos que, desta forma, estamos atuando fortemente para garantir a justiça e a inclusão social como princípios de desenvolvimento, ampliando oportunidades de acesso a meios de inclusão socioproductiva em melhores condições de rendimento para as pessoas que mais necessitam na Bahia.

## **Eliana Maria Santos Boaventura, Diretora-Geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**

A iniciativa da criação de um espaço para exposição e reflexão de ideias relacionadas com a questão da pobreza na Bahia, reunindo um grande número de secretarias e órgãos de governo, demonstra a relevância do tema para o desenvolvimento estadual e a busca pela utilização de métodos adequados para a construção dos programas do PPA 2016-2019.

Nesse sentido, os estudos recentes realizados pela Diretoria de Estudos da SEI sobre a pobreza na Bahia oferecem importantes contribuições às reflexões sobre a questão e ampliam seu processo de discussão. Eles reforçam a constatação de que análises mais aprofundadas sobre temas relevantes, assim como a geração de indicadores e a difusão de informações nos diversos campos do conhecimento, são elementos fundamentais e indispensáveis como norteadores do planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas em todas as esferas de governo.

Superada a tradicional visão do fenômeno, convencionalmente atrelada apenas à falta ou à insuficiência de rendimentos monetários, os estudos avançam para a inclusão de novas dimensões, objetivando compreender as carências das famílias pobres, notadamente quanto às questões de saúde, educação, moradia, demografia e, evidentemente, renda, captando e apreendendo características outras que revelam a pobreza em toda sua complexidade e a vulnerabilidade social que ela inevitavelmente produz.

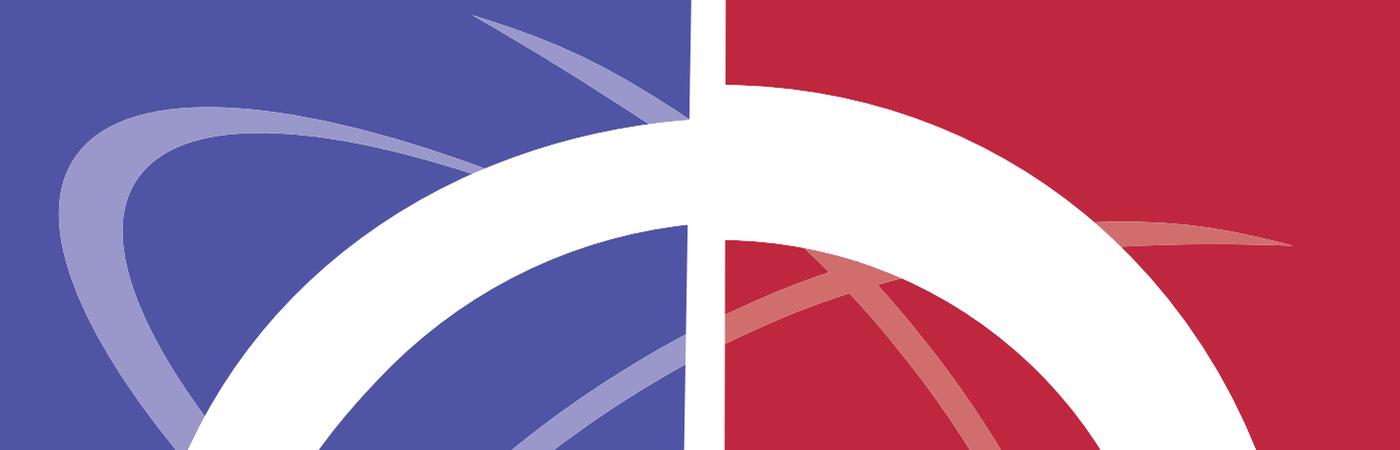
Ao operar com enfoque multidimensional, tais estudos utilizam um método que permite associar dimensões que quase sempre se interconectam e se revelam com intensidades diferenciadas nos diversos espaços onde se manifesta a pobreza. Com os resultados obtidos, segue-se a análise das principais características do território baiano, realizada por meio de leituras de indicadores que conformam os seus perfis regionais, tanto demográficos quanto econômicos, bus-

cando nexos entre os seus processos efetivos de desenvolvimento e a presença da pobreza, com suas especificidades locais e regionais. O estudo, portanto, cumpre o nobre papel de subsidiar as ações de planejamento do estado.

O método de trabalho denominado rodadas de discussão foi escolhido e considerado pelas secretarias responsáveis pelos programas de enfrentamento da pobreza como o mais adequado, por estimular avanços na compreensão do tema. Além de compartilhar as experiências adquiridas por cada instituição, dadas as suas respectivas especializações, as rodadas utilizam uma dinâmica de trabalho que organiza e articula conhecimentos ainda não devidamente associados a um determinado tema e propiciam a estruturação de novos elementos e ações concretas para a formulação de políticas públicas.

A organização de todas as informações resultantes das discussões, em formato de relatório, com linguagem simples e direta, permite a observação da sua consistência e justifica, conceitualmente, as recomendações para as ações e procedimentos a serem empregados por todas as secretarias envolvidas. Adicionalmente, o relatório poderá servir também como documento referencial da política estadual, podendo ser utilizado no caso de solicitação de financiamento ou em ocasiões em que o governo do estado venha a buscar novas parcerias com outras instituições públicas e privadas.

Vale salientar que os resultados das rodadas de discussão constituem um primeiro esforço, como ação de planejamento, na direção de mudanças de rumos e importantes inflexões em condutas nas políticas de pobreza na Bahia. Entretanto, a efetivação das suas recomendações pelas diversas secretarias do estado é que fará com que seus resultados possam alterar a realidade, permitindo o monitoramento e a avaliação constantes de ações que conduzam ao alcance do objetivo de reduzir a pobreza na Bahia.



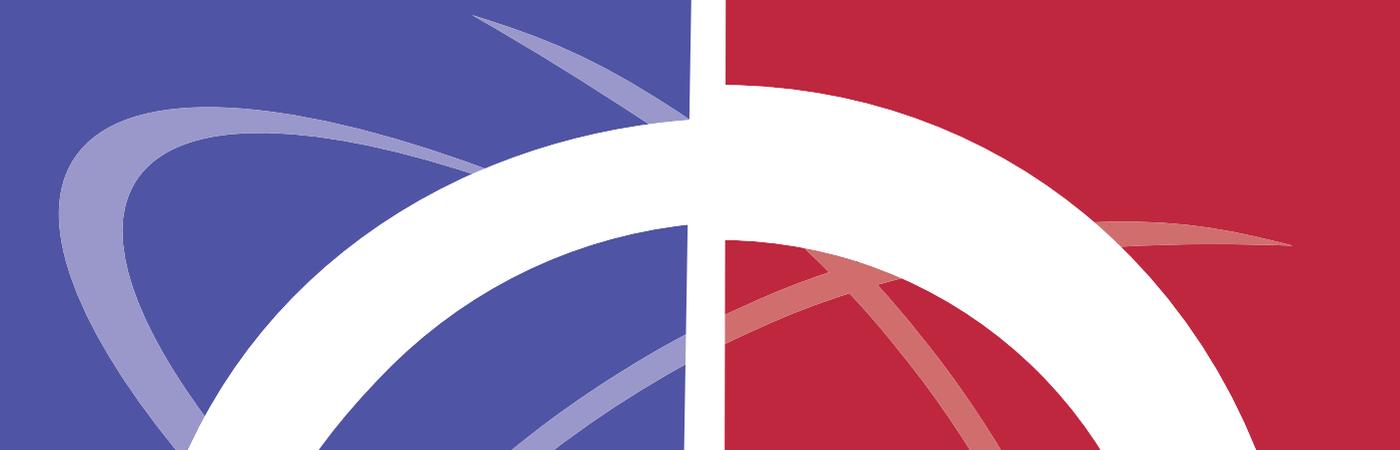
### 3 JUSTIFICATIVA

A Casa Civil, através da Coordenação do Programa Vida Melhor, dada a necessidade de aprimoramento da concepção, monitoramento e avaliação do conjunto da ação pública no estado da Bahia e do referido programa, em particular, vem, desde o terceiro trimestre de 2013, buscando ampliar a sinergia entre as secretarias sistêmicas, a saber, a própria Casa Civil e a Secretaria do Planejamento (Seplan), principalmente através da então Superintendência de Monitoramento e Avaliação (SMA), bem como a Secretaria da Administração (SAEB), através da então Superintendência de Gestão Pública (SGP). O foco inicial desta articulação foi ampliar o diálogo com as setoriais/seccionais finalísticas, visando à reestruturação conjunta de indicadores que pudessem refletir melhor o processo de execução das diversas iniciativas, mas que também nortearassem a avaliação estruturada de resultados, subsidiando uma gestão mais eficaz dos recursos investidos.

Considerando a oportunidade que se configuraria, no ano de 2015, através da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e atentos à exiguidade de tempo legalmente disponível para o pleno cumprimento daquela tarefa, novos esforços de integração sistêmica foram envidados a partir do resultado do primeiro turno das eleições de 2014, no sentido do amadurecimento de uma proposta, naquele momento ainda de reestruturação do Programa Vida Melhor, sem que se perdesse de vista a integração necessária ao cronograma e à metodologia de construção do PPA. Assim, a primeira necessidade identificada pelo grupo de trabalho então constituído – que neste momento também passou a contar com representação da Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) da Seplan – foi o aprimoramento do diagnóstico acerca do problema que enseja a existência do programa, a saber, a dimensão renda da pobreza no estado.

Também oportunamente foi identificada a recente conclusão do estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) sobre a pobreza na Bahia, material que estimulou os integrantes do grupo – que passou também a contar, dentre outras instâncias das secretarias sistêmicas já envolvidas, com representação da própria SEI –, ampliando o escopo das discussões. Foi, portanto, amadurecida a sugestão de alçar a redução da pobreza ao patamar de diretriz estratégica do PPA, bem como a mobilização das outras setoriais responsáveis por dimensões alheias à renda para refletirem e construírem ou reestruturarem seus respectivos programas de forma mais consequente, articulada e territorialmente especificada.

Eis o desafio que justifica a realização das Rodadas de Discussão sobre a Redução da Pobreza na Bahia. Trata-se do esforço de ativar o pensamento coletivo acerca desse tema, mobilizando uma ampla rede de dedicados gestores e suas respectivas experiências nas diversas dimensões deste campo, tanto aquelas finalísticas quanto as voltadas ao aprimoramento da gestão compartilhada e governança da ação pública estadual. Espera-se que o conhecimento então produzido possa subsidiar a ação dos formuladores de políticas no fluxo de elaboração e execução do novo PPA, ampliando a coerência entre os objetivos e ações previstas, aprimorando indicadores e processos de monitoramento e avaliação e aperfeiçoando a convergência e eficácia dos investimentos públicos com foco nos resultados junto aos beneficiários.



# 4

## ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA

As rodadas de discussão, surgidas em 2007 por iniciativa da Diretoria de Estudos da SEI, constituem-se em eventos com um formato conjugado de exposições e oficinas de trabalho, com temas pré-definidos, que envolvem gestores públicos e pesquisadores convidados e visam oferecer suporte científico-metodológico a discussões sobre temas estratégicos, fortalecendo o processo de tomada de decisão. Em outras palavras, busca-se, com o uso desse método, potencializar as informações e conhecimentos já existentes para um ambiente adequado de trabalho, de modo a possibilitar a construção de caminhos alternativos e de subsídios à montagem de políticas e programas inovadores.

A escolha dos expositores é feita com base em experiência comprovada ou notório saber e igualmente em trabalhos realizados em cada especialidade.

No caso específico das rodadas de discussão dedicadas ao tema da redução da pobreza na Bahia, os aspectos teóricos e práticos tratados vão desde as causas da pobreza no estado, passando pela análise de programas, políticas e ações estratégicas elaborados para seu enfrentamento, até a gestão institucionalmente compartilhada desses diferentes instrumentos.

Composto por quadros da Casa Civil, SAEB, Seplan e SEI e mediante uma série de reuniões de mobilização, o grupo técnico constituído responsabilizou-se pela construção dessa edição das rodadas de discussão. Nesse sentido, além de providenciar a realização de todas as rodadas, produzir e tratar informações de apoio às discussões, o grupo técnico consolidou as informações e os conhecimentos coletados nos eventos neste relatório final. Do mesmo modo, o referido grupo terá a missão de acompanhar a construção dos programas até a conclusão do PPA.

Visando ampliar ao máximo a captação de experiências e conhecimentos acumulados, definiram-se como público principal das rodadas os gestores e executores de diversos programas que, em maior ou menor medida, revestem-se do caráter de combate à pobreza e que se encontram em atuação na CAR, Bahiater, Bahiapesca, Sedur, Conder, Sudic, SJDHDS, Setre, SEC, Sesab, Sepromi, Casa Civil, Funcep e Desenhahia, entre outros órgãos.

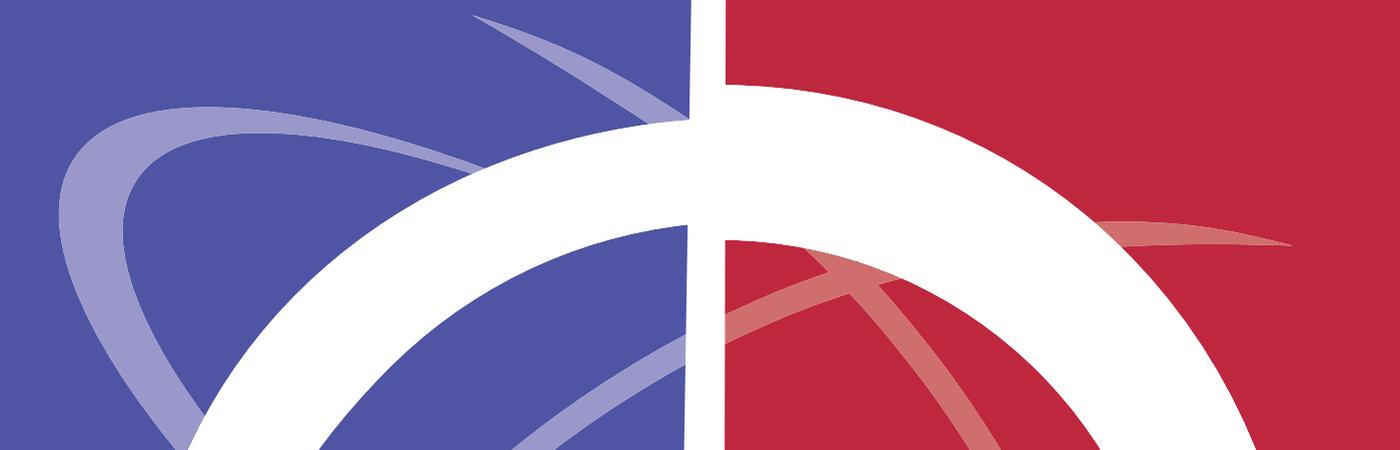
O modelo lógico foi a metodologia adotada para a constituição e reformulação de ações de combate à pobreza, aliando-a ainda a alguns conceitos do planejamento estratégico situacional.

A escolha do modelo lógico se deveu, sobretudo, à possibilidade de participação de diversos atores e pelo fato de ser de simples entendimento, de fácil aplicação e de exigir uma construção bem elaborada das ações, a fim de garantir lógica vertical e horizontal entre elas. A metodologia exige um encadernamento lógico entre cada nível de ação e elementos confiáveis de medição – indicadores –, os quais deverão manter coerência entre si, de modo que a variação dos indicadores inferiores possa ser percebida também por meio dos indicadores superiores.

A metodologia se iniciou com a construção de árvores de problemas, utilizando-se tanto as informações produzidas pela SEI como as acumuladas pelas experiências dos técnicos das secretarias envolvidas com o tema da pobreza.

Como o fenômeno da pobreza, apesar de suas determinações gerais, não se manifesta de forma homogênea nos diferentes territórios, utilizou-se a noção de “manchas” – áreas com expressiva contiguidade territorial – para identificar os espaços prioritários de atuação governamental, uma vez que neles a pobreza se manifesta de forma mais dramática. Isso determinou que a metodologia fosse aplicada quatro vezes, uma para cada “mancha” selecionada. Desse modo, construíram-se árvores de problemas específicas para o São Francisco, Litoral, Sudoeste e Nordeste.

Após as oficinas de trabalho propriamente ditas, as quatro árvores foram reunidas e cotejadas. Embora elas contivessem particularidades, constatou-se um grande número de similaridades, o que implicou a elaboração de uma árvore de problemas unificada. Em seguida, conforme previa a própria metodologia, construiu-se uma árvore de objetivos, partindo-se das causas críticas levantadas pelos grupos de trabalho. Essa etapa de discussão foi liderada por membros do grupo técnico e contou com representantes de secretarias e órgãos diretamente envolvidos nas ações de combate à pobreza no estado, tendo todos em mente a preocupação de inscrever os compromissos resultantes desse processo no PPA 2016-2019. Em outras palavras, cada causa crítica deverá ter uma proposta de ação que possa ser inserida no Plano Plurianual. Tais compromissos serão, por fim, apresentados à Seplan no processo de elaboração do PPA.



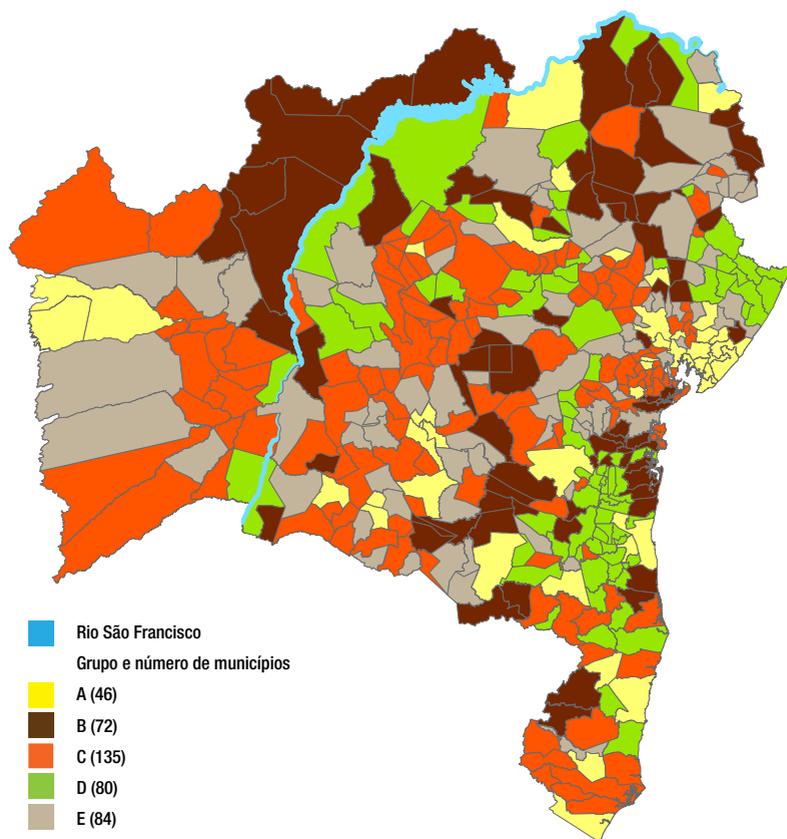
## 5 SÍNTESE DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

### **Proposição de territorialidade e identificação de áreas prioritárias**

Durante a realização das Rodadas de Discussão sobre a Redução da Pobreza na Bahia, entre os próprios participantes, assim como no âmbito da instância subsidiadora dos debates (grupo técnico), foi-se estabelecendo como consensual a necessidade de se definir determinado recorte territorial, abarcando um conjunto de municípios tidos como prioritários para fins de implementação de novas e mais efetivas políticas públicas de combate à pobreza no estado.

Nesse sentido, os denominados grupos de pobreza, decorrentes da análise de agrupamentos (ou de *clusters*) do trabalho *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*, publicado em 2014 pela SEI, constituíram-se num importante ponto de partida.

## Distribuição espacial dos grupos de pobreza nos municípios – Bahia – 2010



Fonte: SEI. Elaboração própria.

Portanto, para efeito da seleção de municípios prioritários no que tange a políticas de combate à pobreza, destacaram-se de imediato os 72 municípios pertencentes ao Grupo B do citado trabalho. Afinal, esse grupo apresentou, de modo geral, as maiores intensidades dos fatores de pobreza segundo as dimensões analisadas: renda, demografia, moradia, saúde e educação.

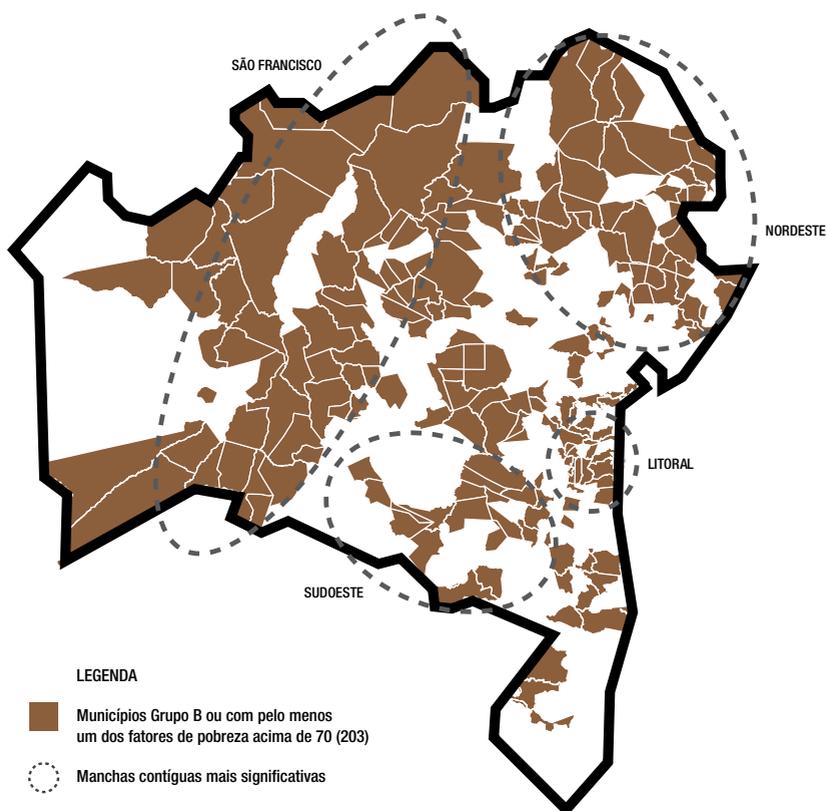
FATORES	GRUPOS DE POBREZA				
	A	B	C	D	E
Renda	34,51	80,63	64,31	68,12	67,82
Moradia	8,90	48,63	21,75	21,80	27,34
Demografia	20,43	48,78	34,89	58,18	33,35
Saúde	33,99	50,79	33,02	49,21	60,67
Educação	33,42	60,73	33,17	53,81	41,18

Em seguida, levantou-se a hipótese de que tal abordagem poderia, adicionalmente, contemplar todas as unidades de planejamento atualmente institucionalizadas no estado – os territórios de identidade. Nesse sentido, estipularam-se critérios tais como: a) no interior de cada território de identidade, selecionar de imediato todo e qualquer município pertencente ao Grupo B; b) em cada território de identidade, abranger todos os municípios das faixas mais vulneráveis para cada uma das dimensões; e c) na esfera de cada uma dessas unidades de planejamento, selecionar o município em pior situação (maior intensidade do fator de pobreza) para cada uma das dimensões.

Dessa forma, constatou-se que, em alguns casos, o mesmo município atendeu a todos os critérios, o que já era esperado. Em outros, no entanto, apresentaram-se municípios diversos segundo dimensões específicas, no âmbito de cada território de identidade. A aplicação desses critérios resultou, ao final, na seleção de um total de 162 municípios, já inclusos os 72 do Grupo B, obviamente. De outro modo, percebeu-se, igualmente, que o conjunto desses mesmos municípios, se bem confirmasse a existência das quatro “manchas” já citadas – de razoável contiguidade territorial e bastante expressivas do ponto de vista da caracterização da pobreza no estado –, implicava a exclusão de municípios com incidência de fatores de pobreza bastante elevada.

Avançando e aprofundando-se nas discussões, o grupo técnico entendeu que, além do Grupo B, espécie de núcleo duro da pobreza extrema no estado, deveria ser selecionado todo e qualquer município no qual pelo menos um dos cinco fatores de pobreza (relativos às dimensões renda, demografia, moradia, saúde e educação do aludido estudo da SEI) apresentasse incidência superior a 70, sem dúvida uma grave condição no que se refere à manifestação da pobreza em seu espaço. Esse novo recorte implicou uma seleção de 203 municípios e reforçou sobremaneira a noção das “manchas” outrora localizadas, a elas agregando uma série de outros municípios, todos eles com indicadores expressivos de incidência de pobreza.

### Distribuição espacial de municípios considerados prioritários pelo GT das rodadas de discussão



## Questões levantadas pelos grupos nas oficinas de trabalho

As oficinas de trabalho constituíram-se na última etapa das rodadas de discussão. Nelas, os participantes foram divididos em quatro grupos, cada um deles responsável por analisar uma área ou “mancha” específica selecionada. Visando fornecer subsídios a esses grupos de trabalho, além de cartogramas detalhados das quatro áreas selecionadas pelo grupo técnico, foram oferecidas tabelas com informações por município e, em formato de texto, um conjunto de observações e

constatações destacadas e pertinentes a cada territorialidade.

Os trabalhos nas oficinas caracterizaram-se por discussões orientadas e pela aplicação de um modelo lógico, incluindo a técnica de elaboração de “árvores de problemas” para cada uma das territorialidades (“manchas”). Os resultados obtidos pelos quatro grupos foram então submetidos à plenária, e o grupo técnico encarregou-se de listar e efetuar uma síntese, por territorialidade, de diversos aspectos levantados, conforme quadro a seguir.

(Continua)

GRANDES TEMAS	QUESTÕES ABORDADAS PELOS GRUPOS NA PRIMEIRA LINHA CAUSAL DA ÁRVORE DE PROBLEMAS		SEGUNDO OS GRUPOS QUE ABORDARAM			
			LITORAL	SUDOESTE	NORDESTE	SÃO FRANCISCO
Moradia	1	Insuficiência de habitação de interesse social	x	x	x	x
	12	Má distribuição da água tratada		x		
	17	Falta de saneamento básico		x		
Educação	3	Falta de acesso a serviços públicos de educação	x	x	x	x
	14	Analfabetismo		x		x
	18	Concentração de equipamentos de educação			x	
Saúde	3	Falta de acesso a serviços públicos de educação	x			
	14	Doenças	x			
	18	Concentração de equipamentos de saúde				x
Demografia	5	Falta de planejamento familiar	x			
	21	Migração campo/cidade	x			
	22	Gravidez de adolescentes	x			

GRANDES TEMAS	QUESTÕES ABORDADAS PELOS GRUPOS NA PRIMEIRA LINHA CAUSAL DA ÁRVORE DE PROBLEMAS		SEGUNDO OS GRUPOS QUE ABORDARAM			
			LITORAL	SUDOESTE	NORDESTE	SÃO FRANCISCO
Renda	15	Concentração de renda		x		
	8	Insuficiência de programas de geração de renda	x		x	
	19	Desemprego / Condições precárias de trabalho			x	
	24	Baixo dinamismo econômico				x
	9	Falta de políticas fundiárias	x			
	11	Falta de acesso a insumos na agricultura familiar	x			
	13	Falta de gestão de território		x		
	23	Insuficiência de ater				x
Direitos/ Cidadania	2	Baixa participação da mulher	x			
	4	Insuficiências de CRAs	x			
	20	Não reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais				x
	6	Falta de canais de participação				x
	7	Comunidades rurais sem acesso a políticas públicas			x	
	10	Discriminação racial na oferta de trabalho				x
	16	Falta de políticas públicas			x	

Em seguida, os aspectos listados e sintetizados foram associados, de modo geral, aos processos concretos de desenvolvimento regional, verificados nas várias porções do território baiano, com efeitos diferenciados, como se sabe. Desse modo, iniciada a busca por esses nexos, compreendeu-se que aqueles mesmos aspectos remetiam a questões que, por sua vez, possuíam grande relevância ou, no limite, revestiam-se de

um caráter estrutural na determinação do fenômeno da pobreza no estado. Aqui, conforme agrupamentos de questões afins, novamente as cinco dimensões estudadas no trabalho da SEI se faziam presentes: renda, demografia, moradia, saúde e educação. E, além delas, surgiu uma nova dimensão, esta última concernente às questões da cidadania. O quadro a seguir dá uma ideia desse tipo de associação.

DIMENSÃO	QUESTÃO
Renda	Situação fundiária, Perfil produtivo, Dinamismo econômico
Demografia	Fecundidade, Urbanização e porte demográfico, Migração, Razão de dependência
Moradia	Deficiências de infraestrutura, Regularização da propriedade, Condições de localização (entorno)
Saúde	Doenças endêmicas, Saneamento básico, Acesso a serviços e a tratamentos, Desnutrição
Educação	Analfabetismo elevado, Qualidade do ensino, Formação para o trabalho
Cidadania	Direito ao reconhecimento, Racismo, Segurança alimentar, Gênero

Avançando e aprofundando-se na análise dos aspectos relevantes e de suas vinculações com os processos de desenvolvimento regional, o grupo técnico entendeu ser pertinente elaborar uma série de questionamentos, cujas respostas a serem obtidas

representarão, por si só, valioso auxílio aos formuladores de políticas públicas de combate à pobreza e executores de planos e programas inseridos nesse arco, respeitando-se especificidades locais e regionais. O quadro a seguir sintetiza tais questionamentos.

DIMENSÃO/CAMPO DE INTERVENÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA	QUESTÃO PARA REFLEXÃO	FONTE
Renda/Situação fundiária	<p>O grau de concentração existente contribui para a manutenção da pobreza?</p> <p>A não legalização e a não demarcação de terras contribuem para a reprodução das condições de pobreza?</p>	<p>Geografar</p> <p>INCRA</p>
Renda/Perfil produtivo	<p>Quais as características da agricultura familiar (integração ao mercado, especialização da produção, assistência técnica, cooperativismo etc.)?</p> <p>Quais as dificuldades para o escoamento da produção atual e potencial da agricultura familiar?</p> <p>Políticas de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar (cooperativismo/geração de renda) são efetivas na região?</p> <p>Qual o grau de dependência da economia local/regional em relação às despesas com pessoal e investimentos da administração pública?</p>	<p>IBGE</p> <p>Bahiatel/PC</p> <p>Bahiatel/PC</p> <p>TCM</p>
Renda/Potencial de investimentos	Há previsão de investimentos (indústria/comércio/serviços/agropecuária e infraestrutura) que possam elevar a atividade econômica e gerar inclusão produtiva?	SDE/PC
Demografia/Fecundidade	Qual a relação entre a taxa de fecundidade e a escolaridade das mães jovens?	IBGE
Demografia/Urbanização e porte demográfico	O porte demográfico e o grau de urbanização dos municípios estão relacionados com a falta de acesso a serviços?	IBGE
Demografia/Migração	<p>Qual o perfil do migrante (escolaridade, faixa etária, ocupação)?</p> <p>Quais as tendências migratórias?</p>	<p>IBGE</p> <p>IBGE/PC</p>
Demografia/Razão de dependência	Qual a relação entre a razão de dependência e as características do processo migratório?	IBGE/PC
Moradia/Deficiência de infraestrutura	<p>Quais as condições do esgotamento sanitário?</p> <p>Quais as condições do abastecimento de água?</p> <p>Qual a forma de destinação do lixo? Existe coleta regular?</p> <p>As casas têm acesso à rede de energia elétrica?</p> <p>O material de construção utilizado (piso/parede/cobertura) influencia as condições de vida dos moradores?</p>	<p>IBGE/Azimute</p> <p>IBGE/Azimute</p> <p>IBGE/Azimute</p> <p>IBGE/Azimute</p> <p>IBGE/Azimute</p>
Moradia/Regularização da propriedade	Existem políticas (municipais, estaduais ou federais) de regularização?	CAR/Sedur/INCRA
Moradia/Condições de localização (entorno)	<p>Existe oferta de serviços básicos nos locais de moradia das populações pobres? (ex: transporte público, escolas e creches, atendimento de saúde, segurança pública, etc.).</p> <p>O entorno das moradias é pavimentado, iluminado, possui drenagem, é arborizado?</p>	<p>PC</p> <p>IBGE/Azimute/PC</p>
Saúde/Doenças endêmicas	A incidência está relacionada às condições de pobreza (Chagas, tuberculose, diarreia etc.)?	Datusus/PC
Saúde/Saneamento básico	<p>As formas de saneamento existentes agravam as condições de saúde da população pobre?</p> <p>Que outros fatores agravam as condições de saúde da população pobre (lixo acumulado, falta de acesso a água potável etc.)?</p>	<p>PC</p> <p>PC</p>
Saúde/Acesso a serviços e a tratamentos	<p>Existem PSFs e postos de saúde distribuídos de forma a facilitar o acesso?</p> <p>A população tem acesso regular a medicamentos (uso contínuo, farmácia popular etc.)?</p>	<p>Azimute/PC</p> <p>PC</p>

DIMENSÃO/CAMPO DE INTERVENÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA	QUESTÃO PARA REFLEXÃO	FONTE
Saúde/Desnutrição	A desnutrição/obesidade infantil é um problema relevante para a população local?	PC
Educação/Analfabetismo	É resultado da falta de acesso (disponibilidade de vagas, meio de transporte/localização/distribuição/condições da rede viária)? É influenciada por outros aspectos de ordem cultural, social, econômica (evasão, repetência)?	IDEB/PC PC
Educação/Qualidade de ensino	Quais as condições das escolas em termos de infraestrutura? Existem professores em número satisfatório? Qual a condição de qualificação dos professores? Quais fatores interferem para o baixo desempenho do IDEB?	IDEB/Azimute IDEB/Azimute IDEB/Azimute IDEB/PC
Educação/Formação para o trabalho	O grau de escolaridade e o conhecimento dos que estão em posição de comando na agricultura familiar interferem na apropriação de novas técnicas, no nível de produtividade e na inserção da produção no mercado?	IBGE/CAR/ATER/ PC
Cidadania/Direito ao reconhecimento	O não reconhecimento das comunidades tradicionais concorre para a permanência da pobreza?  As comunidades tradicionais já legalmente reconhecidas são efetivamente assistidas? (ATER, financiamento, incentivo ao cooperativismo, distribuição de sementes etc.).  A não demarcação de terras dificulta o acesso a políticas e programas que contribuem para a melhoria das condições de vida e para a inserção produtiva?	INCRA  FCP  FCP
Cidadania/Racismo	A questão racial interfere na formação e manutenção de bolsões de pobreza?	IBGE/Azimute/PC
Cidadania/Segurança alimentar	A insegurança alimentar grave é um problema relevante para compreender os processos locais?	PC
Cidadania/Gênero	As mulheres têm maior dificuldade de inserção produtiva e de acesso aos direitos de cidadania?	IBGE/Azimute/PC

Nota: PC – Pesquisa de campo.

## Recomendações

O tema da redução da pobreza não é uma novidade na agenda política do governo da Bahia. Entretanto, vivenciamos neste momento avanços significativos na gestão de ações públicas para enfrentamento desse complexo problema, mais especificamente no que tange às estratégias de apropriação qualificada e metodologicamente consistente da reprodução da pobreza, incluindo sua expressão regional, à formulação inter-

setorial articulada de soluções com foco em resultados e atenção especial para os processos de monitoramento e avaliação. Apesar destes avanços, temos ciência de que há conquistas anteriores que precisam ser reconhecidas e aproveitadas, ainda que sujeitas a necessárias atualizações.

Nesse sentido, destacamos a Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, que criou a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e o Fundo Esta-

dual de Combate e Erradicação da Pobreza. Ainda que a estrutura da referida secretaria tenha sofrido alterações ao longo do tempo, as respectivas atribuições permanecem consignadas no arcabouço da administração pública estadual, gozando de substantivo amparo legal.

Entre os instrumentos da referida política, destaca-se o Conselho de Políticas de Inclusão Social (CPIS), que é presidido pelo governador do estado e tem a finalidade de formular políticas e diretrizes para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como estabelecer a programação a ser financiada com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Além do conselho, a legislação também previu que os recursos do fundo deveriam ser utilizados em consonância com as diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, bem como aqueles fixados no Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa.

*Considerando-se que o referido plano é passível de atualização periódica, configuram-se como recomendações das Rodadas de Discussão sobre a Redução da Pobreza na Bahia que:*

- Seja designado um grupo técnico de redução da pobreza na Bahia, composto por um representante titular e respectivo suplente de cada um dos órgãos da administração estadual que desenvolvam ações públicas concorrentes para a redução da pobreza extrema no estado. Inicialmente, recomenda-se que tal grupo seja composto por representação dos seguintes órgãos (composição que deve ser oportunamente atualizada de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos): Bahiapescaria, Bahiater, CAR, Casa Civil, Cerb, Conder, Desenhavia, Embasa, Fapesb, Fundac, Inema, SAEB, SDR,

SEC, Sedur, SEI, Sema, Seplan, Sepromi, Serin, Sesab, Setre, SIHS, SJDHDS, SPM, SSP, Sudic.

- O referido grupo, partindo do conjunto de conhecimentos acumulados nas rodadas, elabore, seguindo a metodologia do marco lógico, um conjunto de compromissos e iniciativas relacionados com a redução da pobreza, que serão aportados ao PPA 2016/2019.
- Tal conjunto de compromissos e iniciativas relacionados com a redução da pobreza, uma vez aportados ao PPA 2016-2019, deverá nortear a revisão do Plano Estadual de Combate à Pobreza, servindo-lhe de subsídio quanto à priorização programática e territorial, bem como no que tange à complementaridade e à tempestividade dos diversos aportes setoriais.
- O Comitê Executivo de Políticas de Inclusão Social, que tem a finalidade de desenvolver a intersectorialidade e a transversalidade das ações de combate à pobreza, e que cumpre papel consultivo subsidiário ao CPIS, poderá reconhecer o grupo técnico como instância de apoio ao cumprimento de suas finalidades, definidas na Portaria nº 67, de 10 de julho de 2009, acionando-o sempre que necessário.
- As quatro “árvores de problemas” elaboradas nas oficinas de trabalho das rodadas de discussão deverão se constituir, posteriormente, em importante objeto de análise e aprofundamento para identificação e caracterização de especificidades regionais, visando subsidiar outras políticas e ações de combate à pobreza que não as de natureza geral, já em curso.
- Análises posteriores sobre as quatro “manchas” identificadas deverão

buscar possíveis associações com as redes de cidades principais e secundárias do estado.

*Recomenda-se a utilização da base de dados do Cadastro Único para levantar informações relativas às dimensões de pobreza.*

Criado em 2001, o Cadastro Único (CadÚnico) tinha por objetivo, originalmente, centralizar as informações das famílias brasileiras aptas a se tornar beneficiárias de programas sociais, evitando a sobreposição de benefícios para uma mesma família, por um lado, e a falta de cobertura, por outro. Porém, ficou evidente o potencial das informações nele contidas, uma vez que permitem o conhecimento da realidade socioeconômica do núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e dos dados de cada um dos componentes das famílias pobres brasileiras.

Com o passar do tempo e com a implementação gradativa de melhorias na coleta e gestão das informações, o CadÚnico passou a ser um banco de dados essencial para diversos estudos sobre a pobreza que visam apoiar e facilitar a manutenção de políticas sociais locais que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.

A gestão do CadÚnico é compartilhada pelas três esferas administrativas, mas são os municípios que se responsabilizam pela realização do cadastramento, por meio de equipes definidas pelas prefeituras. Além de planejar e realizar as entrevistas junto às famílias, as prefeituras compilam todas as informações e as remetem para o Ministério do Desenvolvimento Social, que coordena o cadastro através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Cabe também ao município manter o registro das famílias atualizado, monitorar e informar a inclusão ou exclusão de cadastrados e zelar pela fidedignidade e qualidade das informações fornecidas.

Desse modo, a grande abrangência do CadÚnico, a possibilidade de localização

das famílias pobres brasileiras, bem como a variedade de informações existentes sobre as suas condições de vida, o tornam um instrumento precioso para os diagnósticos relativos ao tema.

*Recomenda-se a realização de trabalhos de campo.*

O uso de indicadores sociais consolidados – como os extraídos das pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Saúde (Datasus) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – é corrente para a elaboração de diagnósticos sobre áreas nas quais as políticas estatais devem ser efetivadas. De fato, tendo em conta que os indicadores são medidas dotadas de significado e que têm por fim quantificar algum conceito abstrato, eles se revelam como um recurso metodológico capaz de informar sobre a realidade de um determinado local num contexto temporal particular, realidade essa construída ao longo do tempo e influenciada por um conjunto de causas que se sobredeterminam.

Todavia, os indicadores revelam médias gerais, não tendo como propósito esclarecer as especificidades e diferenças passíveis de existir em um local particular. Assim, no intuito de definir com maior precisão a população a ser atendida por uma determinada política pública, uma vez estabelecida a área prioritária de intervenção, recomenda-se a realização de trabalho de campo. Procedimento reconhecidamente importante por permitir a observação *in loco*, o trabalho de campo possibilita refinar o conhecimento da realidade na qual se pretende intervir e verificar as diferenças entre aqueles que residem ou produzem no espaço privilegiado para determinada ação pública. Outrossim, o trabalho de campo, pesquisa de cunho qualiquantitativo, viabiliza ainda uma aproximação da população-alvo e a escuta mais apurada de suas condições e demandas concretas.

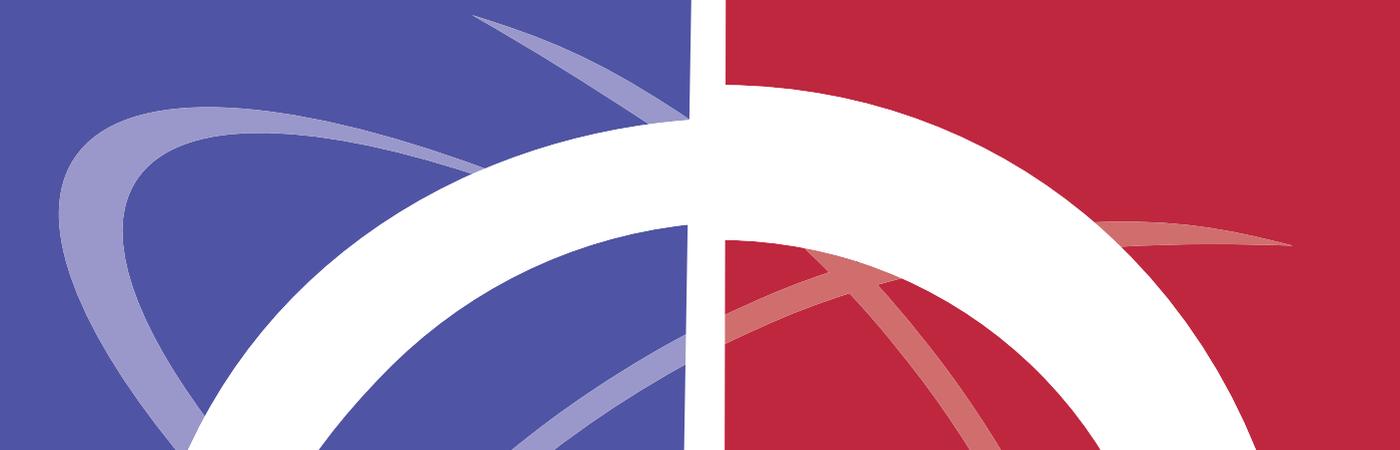
*Recomenda-se que seja aprofundado o estudo das árvores de problemas construídas*

*pelos quatro grupos de técnicos formados durante as rodadas de discussão.*

Mediante a realização de encontros regulares com a coordenação do grupo técnico, os participantes designados pelas secretarias deverão apropriar-se da metodologia de construção do marco lógico, sistematizando as árvores de problemas causadores de pobreza nas regiões estudadas. A finalidade do marco lógico é constituir-se em um elemento central para de-

finição dos objetivos dos programas e ações de combate à pobreza no estado a serem mantidos ou criados pelas secretarias de governo nesta gestão. Após consolidação, buscar-se-á adequar o marco lógico à metodologia e ao cronograma do PPA 2016-2019, já em curso.

Todos os registros e resultados dessa etapa do trabalho serão objeto de publicação suplementar ao presente relatório, a ser divulgada oportunamente.



## 6 PROGRAMAÇÃO

### **AUDITÓRIO DA SEC**

26 de fevereiro 2015, 8h30 às 17h30

#### **8h30 às 9h30**

##### **ABERTURA**

Secretário Bruno Dauster (Casa Civil).

##### **TEMA**

Subsídios para uma política de redução da pobreza na Bahia.

##### **OBJETIVO**

Definição das políticas caracterizadas pelo seu recorte de pobreza, considerando as suas dimensões, territorialidades, o público a ser alcançado em cada caso e as suas relações com as políticas do governo federal.

Coordenação da mesa: André Santana (Casa Civil).

#### **9h30 às 10h20**

A visão do governo federal sobre as políticas de pobreza, a multidimensionalidade com suas territorialidades e como isso pode ser articulado às políticas do governo da Bahia.

Expositor: Tiago Falcão (MDS).

**10h20 às 11h10**

Relato de experiências do governo do Ceará.

Expositor: Jimmy Oliveira (Ipece).

**11h10 às 12h00**

Comentários e esclarecimentos.

**12h00 às 14h00**

Intervalo.

**TEMA**

Políticas públicas estaduais.

Coordenação da mesa: Rafael Carvalho (SAEB).

**14h00 às 15h00**

Provocações acerca de alternativas de políticas transversais na Bahia, baseadas nas apresentações e discussões anteriores e nas avaliações dos programas estaduais e dos estudos e pesquisas realizadas.

Expositores: André Santana (Casa Civil) e Edgard Porto (SEI).

**15h00 às 16h30**

Discussões.

**16h30 às 17h30**

Relato das discussões do dia e encerramento.

**AUDITÓRIO DA SEC**

5 de março de 2015, 8h30 às 17h40

**TEMA**

Ações estratégicas, suas características e transversalidades com outras políticas estaduais e federais.

**OBJETIVO**

Definir as ações que possam ser consideradas como prioritárias para atender ao público escolhido, no viés da multidimensionalidade ou não. As ações devem ser entendidas como aquelas que tenham um melhor custo/benefício para o programa ou para uma dimensão do programa.

Coordenação da mesa: Valéria Peruna (SAEB).

**8h30 às 9h15**

A visão de ações voltadas para a dimensão renda monetária e suas transversalidades com programas estaduais e federais, considerando as características do setor econômico e seus espaços.

Expositores: Maria Auxiliadora Lobo Alvim, diretora de Apoio e Fomento à Produção da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e André Santana (Casa Civil).

**9h15 às 10h05**

Discussões.

**10h05 às 10h35**

A visão de ações voltadas para a dimensão moradia e suas transversalidades com programas estaduais e federais.

Expositora: Adalva Tonhá (Sedur).

**10h35 às 12h00**

Discussões.

**12h00 às 14h00**

Intervalo.

**TEMA**

Ações estratégicas, suas características e transversalidades com outras políticas estaduais e federais.

Coordenação da mesa: Cláudia Monteiro (Seplan).

**14h00 às 14h30**

A visão de ações voltadas para a dimensão educação e suas transversalidades com programas estaduais e federais.

Expositor: Almerico Biondi (SEC).

**14h30 às 15h20**

Discussões.

**15h20 às 15h50**

A visão de ações voltadas para a dimensão saúde e suas transversalidades com programas estaduais e federais.

Expositor: Chaider Andrade (Sesab).

**15h50 às 16h40**

Discussões.

**16h40 às 17h40**

Relato das discussões do dia e encerramento.

Dia 12 de março de 2015 – 14h00 às 17h40 – Auditório da SEC

**TEMA**

Recomendações para a política estadual de combate à pobreza.

**OBJETIVO**

Discutir as possíveis recomendações para alterações na Política Estadual de Combate à Pobreza.

Coordenação da mesa: Patricia Dias (SEI).

**14h00 às 14h30**

Ações estruturantes no âmbito do SUAS para superação da pobreza extrema.

Expositora: Mara Moraes (SJDHDS).

**14h30 às 15h00**

Apresentação da atual política de combate à pobreza do estado da Bahia: princípios, instrumentos e governança.

Expositor: Marco Aurélio (Funcep).

**15h00 às 15h20**

Provocações acerca da oportunidade de adequação da política, incluindo a possibilidade de que a elaboração articulada de programas de redução da pobreza no fluxo do PPA coincida com a reestruturação do Plano Estadual de Combate à Pobreza.

Expositor: André Santana (Casa Civil).

**15h20 às 16h10**

Debates.

**16h10 às 16h30**

Apresentação do cronograma e conteúdo das mesas temáticas e consequente processo de elaboração dos programas no escopo do PPA.

Expositora: Cláudia Monteiro (Seplan).

**16h30 às 16h50**

Proposta de constituição de grupo técnico (GT) de elaboração integrada dos programas de redução da pobreza no PPA 2016/19 (composição e cronograma do GT).

Expositor: André Santana (Casa Civil).

**16h50 às 17h40**

Debates.

## **AUDITÓRIO DO IAC**

19 de março de 2015, 8h30 às 18h00

### **TEMA**

Programação das atividades para a montagem dos programas.

### **OBJETIVO**

Discutir o método e o cronograma das atividades a serem realizadas para que os gestores participantes das rodadas de discussão possam participar das montagens dos programas de combate à pobreza.

Coordenação da mesa: Milton Coelho (SAEB).

### **8h30 às 9h00**

Racismo e pobreza na Bahia.

Expositor: Sérgio São Bernardo (Sepromi).

### **9h00 às 9h20**

Apresentação sucinta da metodologia de trabalho do dia, incluindo elementos do modelo marco lógico.

Expositor: Milton Coelho (SAEB).

### **9h20 às 9h50**

Apresentação detalhada dos distintos comportamentos da pobreza em territorialidades selecionadas.

Expositor: Edgard Porto (SEI).

### **9h50**

Divisão da plenária em equipes por grupamentos territoriais.

### **9h50 às 12h00**

Discussões em grupos para elaboração de árvores de problemas para grupamentos territoriais (oficinas de trabalho).

### **12h00 às 14h00**

Intervalo.

### **14h00 às 15h50**

Discussões em grupos para elaboração de árvores de problemas para grupamentos territoriais.

### **15h50 às 17h30**

Recomposição da plenária, apresentação dos grupos (10 minutos cada) e ajustes nas árvores de problemas.

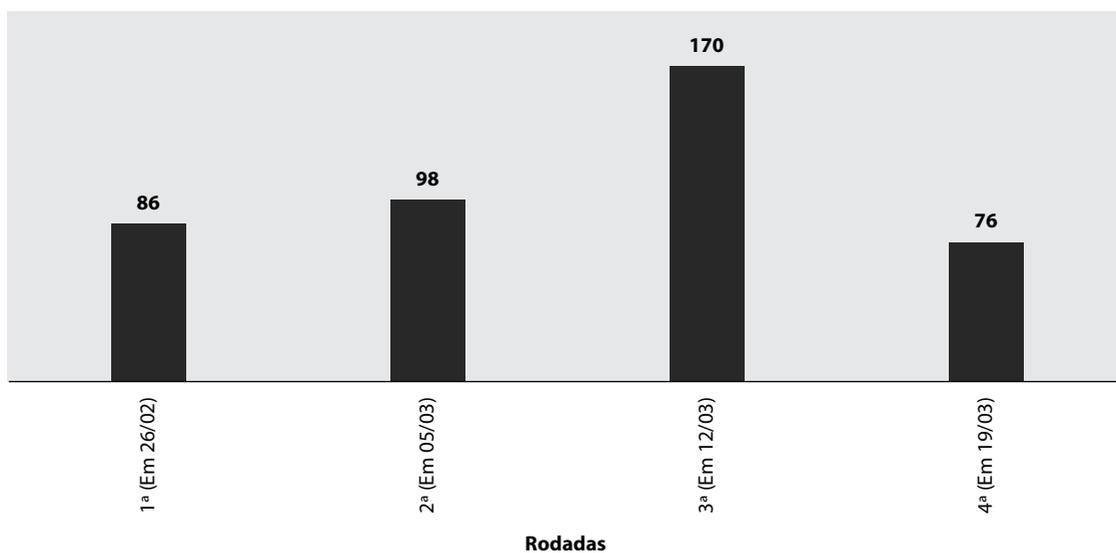
### **17h30 às 18h00**

Considerações finais.



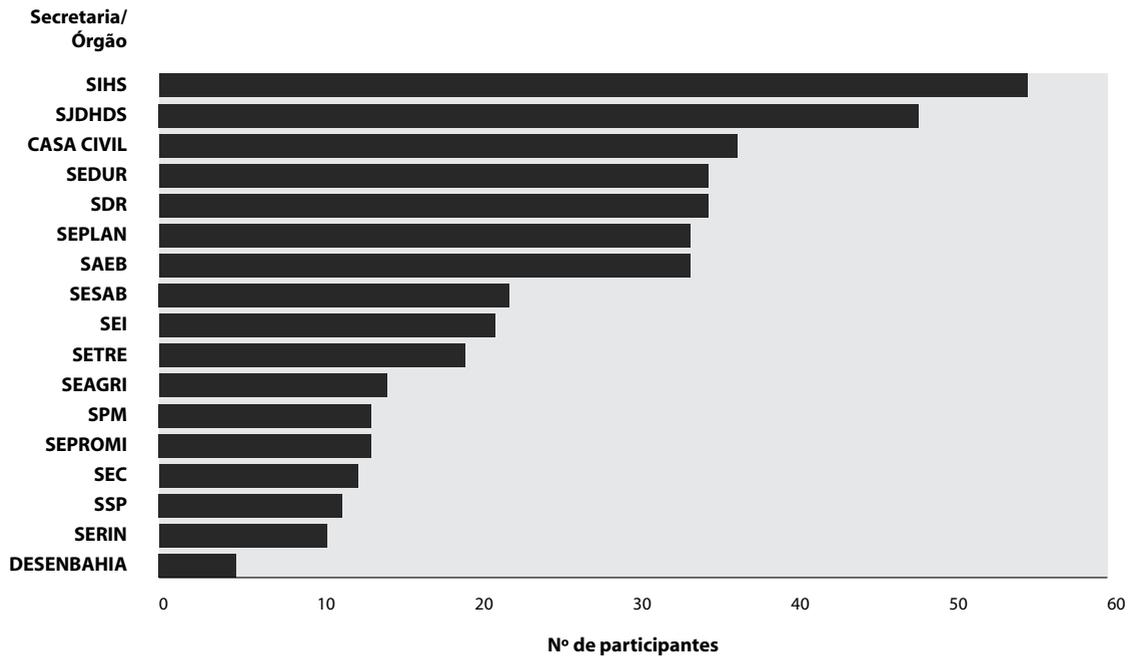
# 7 ESTATÍSTICAS DE PARTICIPAÇÃO

Número de participantes por rodada de discussão – Salvador – 2015

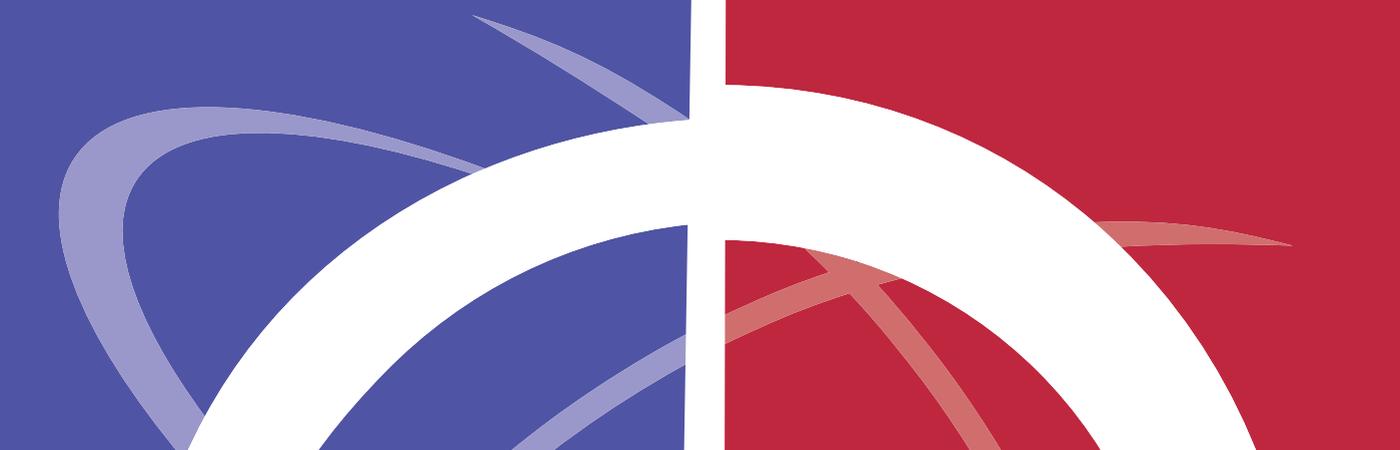


Fonte: SEI – Lista de frequência.

Número total de participações nas rodadas de discussão<sup>(1)</sup> por secretaria/órgão – Salvador – 2015



Fonte: SEI.  
1 - Somatório das rodadas



## APÊNDICES

### APÊNDICE A TRANSCRIÇÕES DAS EXPOSIÇÕES

26.fev/15, Manhã

**Bruno Dauster,**  
Secretário da Casa Civil:

Eu queria deixar algumas colocações muito rapidamente sobre as oficinas que nós estamos iniciando nesse momento. O objetivo dessas oficinas é basicamente estruturar e elaborar algumas bases para definirmos uma política de combate à pobreza para o estado da Bahia. Evidentemente que nós temos, já hoje, um conjunto de ações que são desenvolvidas, umas articuladas, outras de forma isolada, que são ações direcionadas ao combate à pobreza. E, sem dúvida, se nós precisarmos buscar alguma coisa que diferencie de outros governos que tivemos nos últimos anos tanto o governo Wagner quanto, ao nível nacional, os governos Lula e Dilma, eu acho que uma das coisas mais marcantes é o fato de que, pela primeira vez, se teve, sistematicamente, um processo estruturado de combate à pobreza e se teve como objetivo político claro, central, buscar reduzir a pobreza em todos os níveis – pobreza extrema e a pobreza em si –, de forma que se permitisse a um número cada vez maior de pessoas, a maiores contingentes da população, que tivessem condições de vida

corretas, dignas, o que, em si, é impossível em uma situação de pobreza extrema ou mesmo de pobreza absoluta.

É claro que a questão de pobreza não deve e nem pode ser resumida à questão de renda. Renda é uma componente essencial da pobreza, é um indicador básico de pobreza, mas a questão de pobreza é uma questão que passa por uma série de outros universos, que passa pela questão da educação, que passa pela questão de saúde, que passa pela questão, inclusive de maneira muito significativa, da fome e do direito de se alimentar de uma forma correta e necessária. Então, se nós formos pensar, e quanto mais nós nos aprofundamos, mais nós vemos que a questão de pobreza é multifacetária e tem que ser combatida em um universo muito largo de assuntos.

Então, para nós, essas jornadas que nós estamos iniciando são extremamente importantes porque nós pretendemos, com elas, resgatar um processo de definições, de parâmetros, de políticas, de táticas e estratégias de combate à pobreza. E pretendemos que, do esforço que vai ser feito, em que nesse momento é um esforço feito a partir de uma integração de pessoas que estão ligadas ao combate à pobreza em várias instituições públicas do estado diferentes, mas que no momento seguinte vai ser levado esse debate para a sociedade como um todo porque nós pretendemos que isso sirva como linhas mestras de um processo de discussão para a elaboração do próprio PPA naquilo que – PPA 2016-2019 – se relaciona ao combate à pobreza.

Com isso, o que nós estamos tentando caracterizar é que a importância para nós dessas jornadas que estão sendo feitas aqui é muito maior do que uma discussão conceitual, do que uma discussão acadêmica, mas ela tem que ser voltada para desdobramentos concretos em termos de objetivos de políticas e de formas de gestão que permitam a efe-

tiva transversalidade porque uma das coisas que nós temos consciência que têm que ser efetivamente resolvidas é que, se nós não formos capazes de trabalhar de forma integrada nas várias instituições que nós temos, nós temos uma dispersão de esforços, nós temos uma perda de fatores, uma perda, inclusive, de aumento de custos, perda mesmo de resultados muito significativa.

Nós temos visto que a falta da transversalidade leva, algumas vezes, a situações que podem até parecer cômicas, mas que são trágicas, em que você tem ações complementares que são feitas de tal forma que algumas são feitas para uma microrregião e outras para outra microrregião porque você não teve oportunidade de sentar os agentes e ver que elas eram complementares. Então, eu não posso fazer uma ação aqui e outra lá para achar que eu estou atingindo mais gente. E eu estou falando de coisas concretas – não vou entrar em exemplos –, mas eu estou falando de coisas concretas, que a gente vê no nosso dia-a-dia.

Então, a questão da gestão, permitindo não só o aspecto da gestão, trazendo a participação. Nosso governo tem como objetivo ser um governo efetivamente participativo. Então, nesse sentido, quando a gente fala de criar bases para a elaboração do PPA, a gente está pensando que começa aqui dentro a gestão de conceitos, ideias e políticas, e que isso vai se desdobrar na discussão com a sociedade e volta na forma de um indicativo de políticas, basicamente de indicativos, e que depois vão ser transformados em ações. Então, o que eu quero colocar é que, para nós, é de grande importância essa jornada que aqui começa. Eu acho que vocês têm todas as condições de produzir várias propostas importantes e desejo a todos muita sorte e muita qualidade nessas discussões. Muito obrigado.

## **Tiago Falcão,**

# **Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social:**

Bom dia a todos e a todas. Eu queria agradecer a oportunidade e o convite que foi feito pelo Governo do Estado da Bahia para estar aqui presente. Na verdade, quase que essa agenda teve que ser adiada porque nós estamos com 22 secretários de desenvolvimento social e assistência social em Brasília, em uma reunião do Conseas, e a minha presença lá era requerida, mas ao conversar com a ministra Tereza Campello e falar do esforço que o governo da Bahia está fazendo de elaboração de uma estratégia, de um plano de médio prazo, no caso aí vinculado ao PPA, de combate à pobreza, a ministra pessoalmente me disse: você vai, a gente segura a onda aqui na reunião do Conseas, e depois você participa de uma outra reunião com os secretários falando das prioridades porque a Bahia é um estado prioritário para a gente dentro da política de desenvolvimento social, de combate à fome e de redução da pobreza. Então, ela me pediu que eu estivesse presente não só para contar um pouco da nossa experiência com o Plano Brasil Sem Miséria, mas principalmente para ouvi-los e saber o que está sendo pensado no estado da Bahia, para que a gente possa também aproveitar as reflexões aqui do estado e, no momento em que nós estamos nos repensando no governo federal, que a gente possa fazer isso de maneira articulada, simbiótica e com aderência ao que está sendo discutido e pensado aqui.

Como o secretário falou, uma das marcas e diferenças desse período recente de desenvolvimento do país é a combinação de fatores que são muito importantes. Por um lado, a gente tem fatores que já esta-

vam dados, como a questão demográfica, a gente tem também a transformação demográfica que o país está vivendo, a gente tem também uma combinação virtuosa de crescimento econômico, um período de crescimento econômico e de desenvolvimento social muito intenso. Os indicadores sociais do país se transformaram nos últimos 12 anos. Qualquer pessoa que se debruça sobre esses indicadores percebe as mudanças que o país fez. O Brasil é reconhecido internacionalmente como o país que mais avançou na área social nos últimos anos no mundo. Eu tenho participado de fóruns internacionais e, realmente, quando o Brasil fala, os outros países param e prestam atenção porque querem saber como a gente conseguiu transformar de maneira tão rápida os nossos indicadores sociais, especialmente os indicadores que se referem à população mais pobre, tradicionalmente excluída. Então, a gente tem que ter muito orgulho desse trabalho que foi feito nos últimos anos.

O estado da Bahia não ficou fora desse esforço, muito pelo contrário, liderou esse processo. Eu tenho alguns dados aqui, que eu queria tratar com vocês depois, que demonstram isso muito claramente. Eu sei que o governo do estado já vem trabalhando essas informações, mas é sempre bom ver outras formas de sistematização. E então a gente tem que se orgulhar muito desse processo. Isso não quer dizer que o esforço que tem que ser feito daqui para a frente é menor do que o que foi feito anteriormente. Pelo contrário, o nosso sucesso nos impõe novos desafios, novas demandas. A sociedade hoje é uma sociedade mais

exigente. É uma sociedade que quer mais, uma sociedade consciente de seus direitos, e nós, como parte do Estado brasileiro, precisamos dar respostas a isso.

O Plano Brasil sem Miséria traz lições importantes no processo de elaboração de política integrada e articulada ao longo do tempo. Durante o dia de hoje eu pretendo dividir um pouquinho com vocês a experiência que nós tivemos na elaboração e na execução do Plano Brasil sem Miséria nos últimos quatro anos, mas eu queria só pontuar quatro questões. Vou aproveitar a presença do secretário aqui e dizer que, em primeiro lugar, o sucesso do plano a gente atribui ao compromisso político assumido pessoalmente pela presidenta Dilma, quando, já no seu discurso de posse, disse que o grande desafio do seu governo era acabar com a extrema pobreza no Brasil, um recado claro que foi dado ao Parlamento, à sociedade, ao próprio governo e aos ministros. Isso facilitou muito o nosso trabalho na frente, depois, de articulação. O compromisso federativo que foi feito, o acordo que foi feito com todos os governadores estaduais em torno do plano foi essencial para o sucesso do plano. Então, nós fazíamos nossas ações no governo federal, e isso era complementado, rebatido e amplificado pelos governos estaduais e, depois, durante a eleição municipal, isso também ficou claro, conseguimos trazer os governos municipais para esse processo. O planejamento prévio, a definição de metas, a necessidade de você saber efetivamente aonde quer chegar e o monitoramento constante dessas metas, com os devidos rearranjos que precisam ser feitos para que os resultados sejam alcançados.

Ação articulada. Então, todo o governo trabalhava nessa lógica. Nós éramos procurados pelos outros ministros no sentido de incluir ações dentro do Plano Brasil Sem Miséria, e isso evitou sobreposições, pulverização de recursos e garantiu a focalização que nós acreditávamos e colocávamos como necessária naquele momento, uma focaliza-

ção que não é contrária à universalidade das nossas políticas de educação e saúde, pelo contrário, ela é complementar. É necessário olhar os mais pobres de maneira diferenciada para que eles sejam incluídos nos sistemas universais de educação e saúde. Não é possível imaginar, ou não é naturalmente que a população mais pobre, mais excluída, é incluída nos arranjos universais. Então, é preciso pensar estratégias diferenciadas para quem é mais pobre, para quem é mais vulnerável, para quem, ainda, está excluído das nossas políticas.

E, por fim, a questão da participação, que o secretário também colocou aqui como essencial também para a gente pensar as nossas políticas, os nossos rearranjos. Eu percebo que, nas linhas mestras do nosso plano, nós já estamos aqui devidamente acordados. Os recados do secretário foram muito dentro do que nós colocamos como fatores de sucesso do Plano Brasil sem Miséria. Então, tenho certeza que esse trabalho conjunto feito pelo governo estadual e pelo governo federal não só permanece como se estreita daqui para a frente. Aproveito para colocar, em nome da ministra, o Ministério do Desenvolvimento Social à disposição do governo do estado, sempre que vocês precisarem. Vocês sabem disso, são parceiros, estão em Brasília constantemente com a gente, e nós aqui também. O secretário Arnoldo, de Segurança Alimentar e Nutricional, estará aqui na semana que vem. Eu estou aqui nessa semana, o secretário estará aqui na semana que vem. Tenho certeza que a equipe da assistência social também virá aqui em breve. Enfim, todo o ministério, toda a nossa equipe e toda a nossa experiência estão à disposição do governo do estado para que a gente possa desenvolver por mais quatro anos um trabalho de sucesso que já vem sendo desenvolvido nos últimos doze. Então, muito obrigado pela oportunidade. Espero que eu consiga atender às expectativas, com a minha presença aqui. Obrigado.

## André Santana, Coordenador Executivo do Programa Vida Melhor, da Casa Civil:

Faremos, neste momento, uma breve introdução do processo para que entremos, enfim, no cerne do nosso trabalho, que é a exposição da experiência do Brasil sem Miséria, um dos nossos focos de discussão no dia de hoje. A maioria dos senhores e das senhoras provavelmente já esteve aqui no dia 5 de fevereiro, portanto tem mais ou menos ciência do contexto que inspirou a realização destas Rodadas de Discussão. Entretanto, algumas secretarias não haviam encaminhado ainda os seus representantes, então, considerando que estamos cumprindo a programação de hoje com certa folga, vou me permitir fazer uma breve contextualização desse nosso trabalho.

Inicialmente, meu nome é André Santana e eu, atualmente, exerço a coordenação executiva do Programa Vida Melhor na Casa Civil, este que é o programa de inclusão produtiva do Governo do Estado. Essa coordenação está alocada na Casa Civil por conta desse caráter multissetorial, transversal do programa. Então, desde a sua gênese, foi assim concebido, considerando que esse seria o *locus* mais adequado para a coordenação estratégica, de organização e de acompanhamento, de monitoramento e retaguarda institucional para que essa transversalidade efetivamente se materializasse.

No final do ano passado, ao fazermos uma avaliação dos avanços, dos desafios do programa nesses três anos de vigência, de 2012 a 2014, houve então a compreensão de que era necessário avançarmos na perspectiva de uma reestruturação desse programa, sobretudo nos aspectos que tangem a sua modelagem de indicadores de resultados e de acompanhamento do arranjo institucional. A gente

avançou em várias áreas e temos muitas boas práticas para disponibilizar, para socializar com a sociedade e demais esferas de governo. Dentre elas, inclusive, em parceria com o próprio ministério, podemos citar a estratégia de assistência técnica para empreendimentos individuais/familiares populares urbanos, que atualmente é gerida pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) e que foi contemplada com o Prêmio Rosani Cunha, no ano passado, como a melhor estratégia de inclusão produtiva urbana do país, no âmbito dos estados.

Mas, enfim, apesar dos avanços, entendemos que era preciso nos debruçarmos sobre o programa e aprimorá-lo, vendo as suas deficiências. Para tanto, solicitamos apoio das secretarias sistêmicas, sobretudo da Seplan e da Saeb, para fazer isso de uma forma articulada, metodologicamente consistente. Partimos então para identificar, inicialmente, como a gente poderia adensar o conhecimento da realidade, aprimorar o diagnóstico para, a partir disso, lançando mão do marco lógico, fazer essa reformulação, aproveitando a oportunidade de estruturação do PPA 2016-2019 agora em 2015.

Quando a gente então começa a discutir essa questão do problema, porque a inclusão produtiva remete ao problema da pobreza, a uma das dimensões da pobreza, a gente então teve a grata surpresa de ter saído do forno, a partir da SEI, um estudo muito robusto em relação à pobreza no estado, lançando mão de várias informações qualitativas e quantitativas e um tratamento estatístico bastante consistente. Então, a partir disso, a gente entendeu que era

preciso não só discutir a questão da inclusão produtiva, da dimensão da renda, mas recolocar a questão da pobreza na pauta do governo e pensar como a gente poderia se organizar de forma mais ampla. Essa, então, foi a orientação do secretário Bruno Dauster naquele momento, para que a gente avançasse na discussão desse problema, com essa caracterização multidimensional.

Evidentemente, a gente vai cumprir esse propósito de reestruturação do programa de forma bastante apertada, mas vai também tentar contribuir para que, na construção do PPA, outros programas que têm ligação ou que têm rebatimento nessa questão da pobreza sejam também melhor subsidiados. Ou seja, a expectativa é de que a gente consiga fazer tanto uma discussão qualitativa desses temas, inicialmente do problema da pobreza, e depois pensar uma forma de acompanhar, dentro da metodologia proposta pela Seplan para a elaboração do PPA, a construção desses programas que vão configurar o arranjo do estado para o enfrentamento desta questão, e como a gente faz isso de uma forma articulada, pensada, enfim, de uma forma consistente.

Entendo que a questão da transversalidade ainda é um desafio premente para a administração. Sabemos que esse é um tema que nós debatemos muito, que sempre pomos na pauta das discussões, mas que efetivamente temos muita dificuldade de efetivar, de materializar concretamente, dada à tendência que observamos, no âmbito da administração pública, à dispersão setorial: cada um no seu quadrado. Então, essa é a ideia: a gente tentar consubstanciar esse entendimento do problema com todas as setoriais seccionais que vão, de alguma forma, desenvolver ações afeitas a esse tema e tentar ver se a gente costura, ao longo do processo de elaboração do PPA, um arranjo consistente, integrado de fato

e pensando também a gestão disso para 2016 em diante. Esse é o desafio.

Pensando nisso, então, entendemos, em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que seria importante fazer esse início de uma forma bastante participativa e adensada. A SEI desenvolveu uma metodologia denominada Rodadas de Discussão, que é isso que a gente começa hoje. Então, no dia 5 de fevereiro, a gente convocou todos os partícipes, todos os órgãos envolvidos, para fazer uma reunião de mobilização para as Rodadas, ocasião quando foi realizada uma apresentação geral, um pouco mais detalhada do que isso que a gente está fazendo agora nesse início. A partir disso, disparamos as Rodadas propriamente ditas, na expectativa de que seja um processo de discussão consistente, sempre na perspectiva de afinilamento, de acomodação de resoluções, de encaminhamentos concretos. A gente não está fazendo uma série de seminários, só para levantar ideias e debatê-las. A ideia é que, a partir desses subsídios, desses insumos que a gente identifique e vá trazendo para a discussão, além da contribuição e experiência de diversos órgãos, a gente vá, a cada dia, condensando diretrizes, informações e sínteses, para que a gente, então, ao final desses quatro eventos, dessas quatro Rodadas, a gente possa tirar um relatório que seja de fato a base que subsidie o momento posterior, que é de fato a elaboração dos programas. Então, que haja de fato subsídios suficientes para essa elaboração e, mais do que somente a elaboração, também elementos de gestão, ou seja, como a gente fará para que de fato essas ações que a gente entende que são necessárias para essas populações mais pobres, elas de fato se materializem na ponta e cheguem num tempo, numa tempestividade coerente, ou seja, que os diversos aportes cheguem de forma que sejam de fato potencializados na ponta e cumpram, então, o seu propósito. Obrigado.

## **Tiago Falcão, Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social:**

Falar do Plano Brasil sem Miséria ainda em cima do laço é um desafio muito grande, mas, por outro lado, muito gratificante para quem participou diretamente desse processo. Acredito que vocês todos, como servidores do governo do estado, têm ouvido falar do plano. Grande parte das ações foi executada com o apoio, a coordenação e o acompanhamento dos governos estaduais. Então, vocês todos, tenho certeza, estiveram envolvidos de uma forma ou de outra nesse processo, nessa história que eu vou contar aqui. A presidenta Dilma, ainda no processo de campanha eleitoral, em 2010, estabelece isso como o grande objetivo do seu governo. No primeiro dia do mandato, quando toma posse, ela reafirma esse compromisso de superação da extrema pobreza, e essa ideia, a força do governo, precisava ser transformada em um plano efetivo de execução de políticas a partir dessa determinação. Ela chamou a equipe liderada pela ministra Tereza Campello no início do ano de 2011 e nos disse: até junho vocês precisam nos apresentar o que será o plano de superação da extrema pobreza do governo.

É um pouco o desafio que está sendo colocado para vocês aqui também. Então, eu acho que esses paralelos são bem interessantes. É claro que a gente já tinha um acúmulo de oito anos de transformação das políticas sociais durante o governo Lula. Na verdade, é um acúmulo anterior. Desde a Constituição de 1988, o país estabelece uma série de compromissos na área social e vem montando as suas redes de política social, mas o ritmo que vinha sendo estabelecido durante o governo Lula era considerado

insuficiente para o desafio que tinha sido colocado durante a campanha eleitoral e já no início do governo da presidenta Dilma. É importante lembrar que, além de ter estabelecido isso como um compromisso, foi colocado na marca do governo: país rico é país sem pobreza. Então, toda a cobrança que vem em torno de um desafio dessa natureza é colocada, do ponto de vista político, como isso deveria ser cobrado.

Nós passamos, então, seis meses rediscutindo programas, reavaliando programas que nós considerávamos prioritários, em salas de reconstrução de programas e de desenvolvimento de programas. Ou seja, criamos programas novos aonde nós víamos pontos cegos, não existia política capaz de dar conta daquele desafio. E também estabelecemos todo um processo de revisão de programas, mesmo programas de grande sucesso, como o Programa Bolsa Família, que foram programas que foram praticamente reestruturados no que se refere à sua forma e composição de cálculo de benefícios, que eu posso falar para vocês um pouco mais na frente. O que eu quero com vocês hoje é tratar dos fatores de sucesso do plano, e aí a gente pode depois entrar em casos concretos que vocês acham mais interessantes.

Então, partindo para os fatores de sucesso do plano. Quais as questões que foram colocadas logo de início? Primeiramente, esse compromisso. Eu reforço muito isso porque isso foi essencial no processo de articulação de políticas, isso foi essencial no convencimento dos nossos parceiros. Então, o compromisso político no entorno

dessa temática foi essencial para que nós tivéssemos o sucesso que tivemos depois na execução do plano.

Logo de cara, a gente teve que enfrentar a questão da linha de pobreza. Quem acompanha essa discussão no Brasil há mais tempo sabe que, em muitos momentos, o Brasil tentou estabelecer uma linha de pobreza que se chama pobreza técnica. O que é uma linha de pobreza técnica? Juntam-se os grandes especialistas do país – e o Brasil tem vários especialistas nessa temática de mensuração da pobreza, reconhecidos inclusive internacionalmente –, mas você junta eles em uma sala, se você juntar seis especialistas, você vai sair de lá com 15 linhas de pobreza porque o especialista em pobreza não consegue definir a sua própria linha de pobreza. Não existe essa possibilidade. Pode chamar o Marcelo Neri, pode chamar Lena Lavinas, pode chamar o Paes de Barros, quem quer que seja, e eles mesmos não conseguem definir a sua própria linha de pobreza. O que eu quero dizer com isso? Que a linha de pobreza não é definida tecnicamente. É uma ilusão achar que linha de pobreza é definida tecnicamente. Não existe a possibilidade de você estabelecer uma linha de pobreza técnica. Por quê? Porque um técnico pode até ganhar o debate, e os outros vão dizer que é uma linha errada, equivocada, que não leva em consideração isso, que não leva em consideração aquilo. Então, partir para a ideia de que tecnicamente você constrói uma linha de extrema pobreza é um erro. Linha de pobreza é uma definição política. Isso é importante ser dito. É uma definição política da cabeça do político? Não, é uma definição política que tem componentes técnicos que embasam aquela decisão política, mas ela sempre vai ser arbitrária, é isso que eu quero dizer. Ela nunca vai ser objeto de um consenso político em torno dela.

O que nós fizemos em torno da linha de extrema pobreza? Nós levamos em consideração, primeiro, os compromissos

internacionais assumidos pelo Brasil. O Brasil, dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, já tinha estabelecido compromissos claros de redução da pobreza utilizando a linha de US\$ 1,25 per capita por paridade do poder de compra, que já é uma complicação danada, o tal do PPC. Como você estabelece paridade do poder de compra? Como você transforma o dólar em real? Só isso aí já demandaria um dia inteiro de explicação para vocês, com complicações adicionais que a gente tem até hoje. Mas estabelecemos qual é o compromisso internacional, como isso é feito, como esse dólar é transformado em real por paridade de poder de compra. Utilizamos, então, as técnicas estabelecidas pelo Banco Mundial e com o compromisso internacional. E fomos muito criticados por conta disso logo que lançamos a linha, como esperado. Criticados por uns, e outros diziam da coragem de finalmente o governo federal dizer que existe uma linha. Por coincidência, essa linha, no ano de 2011, era em torno de R\$ 60, e ela era exatamente, ou muito próxima, da linha estabelecida para ingresso no nosso maior programa de transferência de renda, no que se refere tanto ao seu orçamento quanto à sua cobertura, que era o Programa Bolsa Família.

Então, a gente já tinha o nosso programa basilar de transferência de renda que utilizava os R\$ 60 mensais, nós tínhamos uma linha internacional com os compromissos assumidos pelo Brasil de US\$ 1,25. Então, do ponto de vista operacional, isso era positivo. Do ponto de vista dos compromissos assumidos internacionalmente, isso estava ok, e mesmo os trabalhos que levavam em consideração o valor necessário para adquirir as calorias mínimas necessárias para que uma pessoa tivesse alimentação saudável colocavam valores próximos a isso. Aí, quando a gente vai falar de valor calórico – a Lena Lavinas é a grande especialista nesse tema –, você tem diversas linhas regionalizadas porque o poder de compra de R\$ 60 no município de Salvador

é muito diferente do poder de compra de R\$ 60 em Xique-Xique ou em Seabra ou em alguma cidade do interior. Então, você tem essas diferenças, mas a gente não quis entrar em um debate de regionalização de linha, e a gente partiu para a simplificação. É uma linha nacional, e o valor é esse, e estamos dispostos a discuti-lo.

Agora, o que tem que estar presente na linha? Primeiro, nós estamos falando aqui da linha monetária – eu vejo que vocês estão naquela discussão grande do multidimensional versus o monetário. Nós estabelecemos uma linha monetária, conscientes de que a pobreza não é só um fenômeno monetário, mas nós tínhamos que ter uma linha monetária para ter uma referência de qual público que nós queríamos atender, qual é o nosso público prioritário. Não quer dizer que quem está logo acima da linha seja excluído dos programas e não seja atendido. Muito pelo contrário. A gente estabelece um conceito também de vulnerabilidade, ou seja, de risco de cair na extrema pobreza, ou na pobreza, que tem que se levado em consideração, que faz com que essa banda da linha seja muito ampliada. Então, quem está abaixo da linha, todo mundo é nosso objetivo e nós queremos atender. Quem está logo acima da linha precisa continuar sendo atendido para que não caia na extrema pobreza. Não adianta nada você tirar uma parcela da população da extrema pobreza e outra voltar à situação de pobreza. Então, os programas não podem levar em consideração apenas a população que está abaixo da linha de pobreza.

O conceito monetário foi muito importante para a gente. Nós estabelecemos metas em cima disso, conseguimos estabelecer esse público-alvo de programas em cima disso. Agora, em momento nenhum nós dissemos que a pobreza era um fenômeno estritamente monetário. Isso foi uma crítica que foi feita ao Plano Brasil Sem Miséria, mas era de quem não conhecia o plano porque a gente tinha uma linha monetária, mas toda a nossa ação é claramente multi-

dimensional. Nós tínhamos cento e tantas ações, 22 ministérios envolvidos dentro do plano, mostrando que a gente levava em consideração todas as carências. Agora, a *proxy* monetária, o indicador de pobreza que o monetário nos traz tem que ser levado em consideração. A gente viu muitas experiências de gente estabelecendo linhas multidimensionais para acesso a programas e que estão até hoje calculando os índices multidimensionais por família. Em vez de trabalhar para atender às famílias, estão fazendo diagnósticos. Há experiências aqui no Brasil de estados que preferiram fazer linhas multidimensionais com base no PNUD: vamos identificar as famílias a partir de características multidimensionais para que sejam atendidas. Estão até hoje fazendo diagnósticos e não passaram para a ação ainda. Tem quatro anos de diagnósticos, fazendo cadastros novos, pesquisas, um monte de consultor, um monte de gente trabalhando em torno disso, mas ação que é bom, nada. Então, nós temos que tomar alguns cuidados em relação a esse debate. Eu trouxe um livro para vocês aqui, é o livro *Resumo do Plano Brasil Sem Miséria*, que tem um artigo inteiro sobre linha de extrema pobreza que explicita isso com bastante detalhe, que está disponível no site [mds.gov.br](http://mds.gov.br). Todos os artigos estão disponíveis. É um livro de 800 páginas que conseguiu tratar de diversos aspectos do plano. Então, a linha foi muito importante, mas ela não pode ser uma amarra tão grande quanto às vezes ela é colocada. O fenômeno é multidimensional. Vinte e dois ministérios participaram, coordenados pelo MDS.

A coordenação pelo MDS. É um ministério setorial que assumiu uma ação de coordenação de governo. Eu sempre disse que não ia dar certo. Confesso que, no início do plano, eu dizia: não vai dar certo. Todas as experiências de coordenação de ação de governo estão centradas ou na Casa Civil ou nos ministérios centrais, cabeças do sistema – Planejamento, principalmente, e alguns da Fazenda, dependendo das características

que sejam colocadas. Por quê? Porque são essas as instâncias que têm os instrumentos naturais de convocação de coordenação de política. Foi um arranjo *sui generis* colocar no Ministério do Desenvolvimento Social, mas acho que funcionou, mas funcionou por características muito próprias: a proximidade da ministra com a presidenta, a equipe que foi montada dentro do Ministério do Desenvolvimento Social, a forma de trabalho que foi executada, que era muito mais de identificação de problemas e de correção de rumos de maneira articulada, sem disputas de espaço. Então, a gente conseguiu montar. E talvez o mais importante, no caso do Brasil Sem Miséria, o fato de o MDS ter o Cadastro Único. Nós tínhamos a grande base de informação necessária para dizer se os programas chegavam ou não nos mais pobres e como estavam chegando, que é base do Cadastro Único – eu vou falar mais sobre isso na frente.

Bem, essa é a ideia básica do plano, da forma como foi pensado lá atrás. Então, nós tínhamos o mapa da pobreza a partir do Cadastro Único. O nosso objetivo sempre foi aumento de capacidades e oportunidades, os três eixos, isso ficou bastante conhecido. Não sei se todo mundo já conhecia isso, mas a ideia é que você divide os programas. Você tem uma série de programas de garantia de renda, você tem programas de ações de inclusão produtiva, com o circuito rural e urbano separados, e a ideia de melhoria do acesso a serviços públicos, com o grande objetivo de elevar a renda e o bem-estar da população. Então, nossas cento e poucas ações estavam divididas nesses três eixos. É claro que há algumas interações entre um eixo e outro, mas isso, do ponto de vista esquemático, foi importante para ter um equilíbrio maior dentro do plano.

Outros pontos de sucesso dentro do plano. Primeiro, a mudança de postura que foi colocada a partir da ideia de que a população pobre que não estava no Cadastro Único precisava ser incluída imediatamente. Então, essa ideia de busca ativa foi um

desafio muito grande, principalmente para as equipes de assistência social, que têm a responsabilidade do cadastramento. Então, a gente tem um cadastro hoje que tem 23 milhões de famílias no Brasil, em torno de 96 milhões de pessoas. Aproximadamente 50% da população brasileira hoje está dentro do Cadastro Único, com informações detalhadas, atualizadas, pessoas que não estavam em nenhum outro cadastro federal – isso é importante que se diga. Quais são os cadastros federais que a gente tem? Passaporte – quem quer viajar para o exterior –, CPF – quem tem conta bancária ou transações financeiras –, título de eleitor – o título de eleitor é mais abrangente do que outros, mas não está nem dentro do Executivo, está no Judiciário, dentro do processo eleitoral. Então, o governo federal não tinha informações sobre a população mais pobre, não tinha nenhum registro. Alguns estados e municípios tinham, mas o Cadastro Único, que foi constituído primeiro para dar base para o programa Bolsa Família, hoje ele é o nosso grande instrumento de políticas, de definição de nossas ações, de verificação se as ações estão chegando ou não, e é o nosso grande mapa de carências e necessidades da população. Tem problema no Cadastro Único? Tem um monte de problemas no Cadastro Único. Nenhum bando de dados dessa dimensão, com 90 milhões de pessoas – são cento e tantos caracteres por pessoa –, nenhum bando de dados dessa dimensão está imune a problemas. Pelo contrário. Tem um monte de problemas ainda. Agora, é a nossa grande base de dados, e a gente tem grande confiança em parte das informações que estão colocadas ali. Então, tem que ser olhado de maneira crítica, tem que ser olhado de maneira responsável, não é a verdade absoluta, mas é a grande informação que a gente tem.

O Cadastro Único foi essencial para o nosso programa. O que a gente fazia com o Cadastro Único? O que a gente faz com o Cadastro Único? Na verdade, foi feito no Brasil Sem Miséria, e isso agora está dentro

da rotina do governo federal. A gente pode identificar público-alvo, dimensionar o público-alvo para qualquer ação. Eu quero saber quantos domicílios não têm banheiro nos três municípios na margem direita do São Francisco, na área norte acima de Xique-Xique. Eu tenho condições de saber, nos dá uma referência, não é a verdade absoluta, mas nós temos um número inicial que o Censo não vai nos dar, porque o Censo já está desatualizado para 2010. O Censo é uma referência importante, mas o Censo é de 2010, e ele não nos dá informação individualizada. As estatísticas nacionais não nos dão informação individualizada. Nesse caso, eu tenho o nome da pessoa, a composição da família, o endereço, que, em muitos casos, tem dificuldade de chegar, mas grande parte das informações – eu já fiz teste de endereço com o Cadastro Único pelo interior de Alagoas, para localizar cisterna – a gente chega, a gente chega efetivamente ao domicílio. Então, a informação que tem no Cadastro Único é muito importante, e as outras áreas que não são da assistência social, às vezes, não têm conhecimento disso.

A Bahia tem hoje, se não me engano, 36% da população beneficiária do Programa Bolsa Família. Mais de 50% da população da Bahia está no Cadastro Único com o cadastro atualizado. O cadastro da Bahia é bom. Todo mundo desconfia: é feito pelas prefeituras, é feito pela assistência social. O cadastro é bom. Não é verdade absoluta. É bom e precisa ser observado. Então, você pode dimensionar público, desde o micro até o macro, para o estado inteiro. Você pode verificar carências e ver se tem programas que dão conta dessas carências. Você pode executar políticas a partir do cadastro. Você pode pagar as pessoas a partir do cadastro, como o é feito pelo Programa Bolsa Família, programa de fomento e o auxílio emergencial do seguro safra. Então, é possível pagar diretamente as pessoas porque é Cadastro Único e estrutura do pagamento do programa Bolsa Família combinados. E

é possível – uma coisa muito interessante que a gente fez – fazer batimentos para ver se as outras políticas efetivamente chegam aos mais pobres. Então, programas que dizem que chegam aos mais pobres: microcrédito – é uma política voltada para os mais pobres – chega ou não chega? Eu pego o Cadastro Único, pego a folha do Programa Bolsa Família, bato com quem está recebendo microcrédito e sei dizer: aquela política chega ou não chega aos mais pobres, se aquela agência que está fazendo o microcrédito do BNB consegue ou não conseguir chegar à população mais pobre. Então, se você apurar as suas políticas e criticar os outros, não é criticar no sentido de desconstruir, mas dizer: você não está fazendo uma ação que chega à população mais pobre. Por quê? Não é possível melhorar? Não é possível rever as suas ações? Não é possível chegar de maneira diferenciada? Então, o batimento *a posteriori* também é muito importante em políticas. E isso a gente conseguiu desenvolver uma técnica que a gente consegue bater as grandes bases de dados do país hoje de maneira muito rápida. Tenho certeza que tem diversos técnicos aqui na Bahia que conseguem fazer isso. Então, a gente bate a chave do cadastro, que é o NIS, a gente bate isso com o CPF, com o PIS, com carteira de trabalho, com o que quer que seja, hoje, a gente consegue fazer as formas de batimento dessas ações. Então, é possível aprimorar as nossas ações, rever as nossas ações do ponto de vista da focalização a partir do Cadastro Único. Serve para público, serve para dimensionamento, serve para diagnóstico, serve para execução de políticas e serve para avaliação e monitoramento de políticas sociais também. Então, Cadastro Único – é importante conhecer esse instrumento.

Outro desafio que nós tivemos no Plano Brasil Sem Miséria – eu já falei um pouco disso aqui quando o secretário estava presente – é a ideia de que, se nós formos priorizar os mais pobres, nós estamos corrompendo a ideia universalista, prevista na

Constituição, especialmente na educação e na saúde. Tivemos que enfrentar muito isso. É um debate que, quem trabalhou com política social nos anos 90, era um debate muito em voga: focalização versus universalização. E realmente naquele momento a gente tinha uma disputa de lógicas de políticas, um momento de contenção fiscal, um momento de baixo crescimento, algumas pessoas diziam que a estrutura universalista prevista na Constituição não cabia no nosso modelo de país, exigia um Estado muito grande, e isso não era possível. Então, principalmente educação, saúde e assistência, que tinham essa perspectiva universal, viviam essa crise. E aí a focalização era a ideia de que, se você não atende a todos, vamos atender só aos mais pobres.

Não é essa a discussão que está colocada hoje. Então, nós hoje admitimos – e todas as avaliações mostram isso – o acerto da perspectiva universal colocada na Constituição para a educação, saúde, assistência, mas também na linha dos direitos universais, que envolvem segurança alimentar e tantos outros, mas a necessidade de você pensar de maneira diferenciada estratégias para que as pessoas sejam incluídas, porque, senão, você pode até falar em universalização, mas quem são os últimos a serem incluídos? Sempre, sempre os mais pobres. Então, na perspectiva universal natural, se a gente deixar as coisas acontecer no seu ritmo natural, os últimos a serem incluídos serão os mais pobres. Isso aconteceu na educação, acontece ainda na educação – eu posso mostrar alguns dados para vocês que comprovam isso: quando você coloca os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, a diferença de acesso é brutal –, acontece na saúde, acontece na própria assistência. Os mais pobres e mais vulneráveis existe uma dificuldade de chegar a eles. E essa dificuldade tem que ser reconhecida.

Então, repensar estruturas, programas e ações que garantam a universalidade é essencial. E isso envolve remuneração dife-

renciada, reconhecer que municípios mais pobres ou áreas que querem atender à população mais pobre têm maior dificuldade e, portanto, custos maiores de atendimento. Não dá para você homogeneizar o processo de remuneração. Isso envolve a necessidade de se pensar estruturas de incentivo para que as políticas e os programas cheguem aos mais pobres de maneira diferenciada. Não pode ser só a ideia da gestão por resultado. Então, envolve a necessidade de você repensar as políticas para que cheguem a isso. Para garantir a universalidade, é preciso pensar de maneira diferenciada. Tem todo um conceito de equidade por trás. Tem dois artigos no livro que tratam dessa questão, que parece ser filosófica, mas que tem um componente prático muito diferente.

Eu estava vendo o trabalho da SEI que pega os equipamentos e olha onde eles efetivamente estão no território, a partir das referências geográficas, latitude e longitude. Tenho certeza de que, se você utilizar essa ferramenta com as áreas mais pobres, os equipamentos estão em um lugar, e a população mais pobre está em outro. Isso é padrão, é no Brasil inteiro. Mesmo equipamentos que são pensados para a população mais pobre não são colocados nos territórios onde essa população vive. Você tem, então, toda uma dificuldade de acesso só pela estrutura de onde os equipamentos estão. Isso também a gente conseguiu trabalhar, essa lógica. Dá para tratar de exemplos práticos de cada um desses, mas isso eu vou deixar para a hora do debate.

Durante o processo de elaboração, como eu disse, a gente reviu os programas existentes, como trabalhá-los de maneira melhor. Então, programas de sucesso, como eu falei: o Programa Bolsa Família dentro do Plano Brasil Sem Miséria. O Programa Bolsa Família já era um programa reconhecido como um programa de grande sucesso. Era o nosso programa-base. Mas quando a gente estabeleceu superar a extrema pobreza, o programa não era mais suficiente para isso. Por quê? Porque existiam pessoas que, mesmo

estando no Programa Bolsa Família, permaneciam em extrema pobreza. O benefício é muito baixo, a remuneração que as pessoas têm nas suas atividades produtivas é insuficiente. Somando renda da família mais a renda do benefício não era suficiente para as pessoas saírem da extrema pobreza, mesmo com a linha monetária de US\$ 1,25 que eu falei lá atrás. E existia uma série de pessoas com perfil de Programa Bolsa Família que ainda não tinham sido incluídas.

Então, o programa tinha que dar conta dessas duas coisas. E deu conta. A estrutura de benefícios foi totalmente alterada. Hoje, as pessoas mais pobres e com famílias maiores recebem benefícios maiores do que a população menos pobre. A gente aumentou em quase 90% o valor médio do benefício para as famílias mais pobres. Então, a gente, hoje, cobre o hiato de renda. Cobrir o hiato de renda é: pega a renda da família, pega os benefícios do Programa Bolsa Família, e se ela não supera a linha de extrema pobreza, o Programa Bolsa Família hoje garante uma renda necessária para isso. Isso significa o quê? Significa que uma família de cinco pessoas com renda zero vai receber R\$ 350 do Programa Bolsa Família – agora o valor é R\$ 77, então dá uma conta mais complicada do que essa. Recebe, então, R\$ 385 para poder garantir que a superação aconteça, caso ela tenha renda zero.

Mas aí a gente está falando só do ponto de vista monetário. Como a gente tinha dito, o fenômeno é multidimensional. Então, há que se pensar nas outras carências dessas famílias. Então, todos os outros programas foram revistos na tentativa de chegar de maneira diferenciada a essas famílias. A gente conseguiu fazer isso na educação, conseguiu fazer isso na saúde, conseguiu fazer isso na habitação, com o Minha Casa, Minha Vida – todos esses utilizando hoje o Cadastro Único como referência nas suas ações –, conseguiu fazer isso com diversas políticas e programas.

Identificamos também problemas aonde a gente não tinha programas capazes de dar conta do desafio. Um deles era o

de inclusão produtiva rural. Nós tínhamos várias ações de assistência técnica distribuídas pelo país, mas não davam conta da dimensão que nós gostaríamos de alcançar e que não tinham, junto com a assistência técnica, algum recurso para fomento. Isso era considerado a base porque a assistência técnica chega à família mais pobre, faz um plano produtivo com ela, só que ela não tinha condições de executar aquele plano produtivo porque não tinha recursos para isso. Então, essa era a grande fragilidade da assistência técnica colocada para a gente. Então, tivemos que construir um programa de fomento pelo qual a família, além de receber assistência técnica, recebe recursos para aplicar em seu plano produtivo para poder alcançar resultados em um segundo momento.

A definição de ações prioritárias. Quem tem 120 ações não tem nada. Então, a carteira de 120 ações, que eu falei no início, nós monitorávamos as 120, nós acompanhávamos as 120, mas nós tínhamos os nossos carros-chefes, as nossas 12 ações que eram acompanhadas diariamente por mim, pela ministra, pela presidenta, para que efetivamente acontecessem. Então, você tem um grupo de 120 ações, mas você tem que ter prioridades nesse processo, senão não dá conta de fazer um acompanhamento no nível que nós queríamos.

Necessidade de escala. Nós não trabalhamos com programas-piloto. O Brasil já tinha experiências-piloto que nos davam referências suficientes para saber o que nós tínhamos que fazer ou não, o que nós poderíamos fazer ou não, o que dava certo ou não. Eu acho que os programas-piloto têm que ser feitos, mas dada a urgência colocada do Plano Brasil Sem Miséria e a experiência que nós tínhamos, a gente utilizou ações que já tinham sido testadas e avaliadas no Brasil ou no exterior de maneira suficiente. No caso, a gente tinha que trabalhar com a perspectiva nacional, ainda que tivesse destaques regionais e uma atenção muito clara na região do semiárido nordestino, que foi nosso grande objetivo.

Articulação federativa, que eu já falei. Então, todos os governadores foram chamados para participar do plano, todos assinaram pactos, todo mundo montou equipes que nós dialogávamos diretamente com as equipes dos governos estaduais para saber o que estava acontecendo. Também trabalhamos – aí com um pouquinho mais de inteligência e tecnologia – com os governos municipais. Então, nós tínhamos relatórios municipalizados atualizados mensalmente. O prefeito ou o secretário que tivesse interesse em acompanhar o plano no seu município poderia acompanhá-lo pela internet. Temos de todos os municípios. A gente continua atualizando esse processo, que foi um sucesso grande. Trabalhamos, então, com a execução ágil, com instrumentos desburocratizados e com uma nova estrutura de incentivos. O que é isso? Por exemplo, eu me orgulho muito de ter trabalhado na coordenação do Plano Brasil Sem Miséria com R\$ 120 bilhões de orçamento em quatro anos e não ter assinado nenhum convênio durante esse período. Então, arrumamos outras formas de execução que não fossem as tradicionais, que não gerassem mais burocracia para o município, que não gerassem responsabilização desnecessária para o município. O Pronatec é um exemplo disso. A qualificação profissional tinha virado motivo, a gente acompanhava qualificação profissional no Brasil, em alguns casos, pelas páginas policiais dos jornais. Era secretário do Trabalho sendo preso um atrás do outro, por conta forma de utilização dos recursos do FAT, em alguns casos por dolo, e em outros casos pela própria utilização dos recursos, como era feito, com organizações não governamentais não credenciadas, que não conseguiam prestar contas. No Pronatec foi tudo revisto, e o recurso não passa mais pelo município. Então, o município faz a matrícula, nós colocamos a assistência social nesse processo, um novo ator, e com isso o sucesso do Pronatec no Brasil Sem Miséria, a assistência social

presencial. Você faz a pré-matrícula no CRAS, então você chega com a política de qualificação profissional a uma população que não tinha acesso à qualificação profissional. O município faz a matrícula, mas o pagamento é feito direto pelo governo federal para a entidade executora. Você acaba com aquele trâmite de recursos ali internamente, você estabelece outras formas de compensação.

Nossa ação de apoio a creches. Então, hoje, o município que matricula uma criança do Programa Bolsa Família em creche recebe 50% a mais do que receberia só do Fundeb, de R\$ 1.500 por ano. Então, estimula que o município coloque crianças do Programa Bolsa Família em creche. Em vez de criar uma estrutura nova de pagamento pela qual a gente do Ministério de Desenvolvimento Social fosse se relacionar com o município que não tivesse experiência nisso, a gente manda o recurso para o FNDE, e o FNDE deposita isso diretamente no fundo de educação da secretaria de Educação, sem a necessidade de você ter uma nova fonte de captação. O cálculo é feito automaticamente. A gente bate o censo escolar com o Cadastro Único e verifica quantas crianças estão matriculadas em cada município, quantas são do Programa Bolsa Família, e fazemos o pagamento direto na conta do município, sem a necessidade também de trâmites burocráticos. Então, a necessidade de repensar os trâmites de atuação nos deu grande agilidade em termos de política. Hoje, a gente tem mais de 500 mil crianças do Programa Bolsa Família em creches, o que, para mim, é um dado surpreendente, crianças de 0 a 3 anos do Programa Bolsa Família em creche. Vamos iniciar uma trajetória, um ciclo de inserção muito diferente do que seus pais tiveram. Temos uns números aí na frente que eu vou mostrar para vocês. E isso tem avançado muito. Então, são instrumentos de desburocratizar com incentivos diferentes.

O piso básico da saúde. Ele foi repensado no início do Plano Brasil Sem Miséria, e os municí-

pios que têm maior índice de extrema pobreza recebem um piso diferenciado por conta de seu nível de extrema pobreza. Ou seja, para atender àquela população de maneira diferenciada, você faz uma estrutura de incentivos diferente. Nós repensamos várias políticas nessa lógica de adequação das nossas ações.

Um novo ritmo de execução. Um grande exemplo para isso é a água. Vocês conhecem a política de cisternas. Nos oito anos do governo Lula, nós entregamos 250 mil cisternas. Foi um grande esforço. Em quatro anos de governo Dilma, nós entregamos 750 mil cisternas. No ano passado, em vários meses, nós entregamos mil cisternas por dia no semiárido nordestino. Então, o ritmo de execução. Como a gente conseguiu isso? Repensando toda a nossa estrutura de execução, colocando novos atores no processo, colocando novas tecnologias, que alguns até criticaram, essa disputa polietileno versus as cisternas de placas. A grande maioria continua sendo de placa. O MDS só financia cisterna de placa, mas a urgência e a necessidade de atendimento à população nos fez repensar toda a estrutura do programa, e nós conseguimos, então, entregar 750 mil cisternas que foram pactuadas no início do governo Dilma. Mil cisternas por dia entregues não é um ritmo simples de ser executado.

Por último, recursos garantidos. Realmente, as ações do Plano Brasil Sem Miséria tinham recursos garantidos. Nós não podemos reclamar da falta de recursos, e isso agora, em novo contexto, na nova realidade do país, realmente a gente sabe que tem outras dificuldades que nos fazem melhorar os outros pontos, melhorar a eficiência da nossa ação para poder continuar trabalhando com o ritmo que nós desejamos.

Outro fator de sucesso foi o monitoramento intensivo. E é intensivo mesmo. A gente se reunia semanalmente com os nossos parceiros. Quando tinha alguma situação de crise, a gente se reunia diariamente com os nossos parceiros para fazer

o acompanhamento da execução física e financeira de cada uma das ações, entender o que estava acontecendo com cada um deles, territorializava o problema, via qual era o município, entrava em contato com o município para saber o que estava acontecendo. Enfim, um sistema muito pesado de monitoramento. O que a gente aprendeu foi beber na fonte do PAC, que já tinha experiências nessa linha, mas adaptamos isso à nossa realidade, e a gente conseguiu então dar saltos muito importantes com isso. Com essas salas de situação, para cada uma das nossas macroações, nós tínhamos uma sala de situação que discutia de maneira conjunta cada uma dessas ações para tentar resolver problemas, superar entraves e trabalhar de maneira mais articulada. Na ação de água, só para vocês terem uma ideia, tinha 15 executores de água. Então, como você territorializa isso? Quem vai ficar responsável por cada município? A gente gerava a lista das casas, quem tinha que ser atendido a partir do Cadastro Único, depois fazia um processo de verificação para ver se tinha sido atendido ou não, em um arranjo que não é trivial, exige um trabalho muito grande.

Por fim, esses são os resultados de nossas ações prioritárias. Dá para eu apresentar outros resultados depois, se vocês tiverem interesse. A primeira grande ação era a ação de busca ativa. Nós tínhamos uma meta original de 800 mil famílias. A gente acreditava que havia 800 mil famílias fora do Cadastro Único a partir dos dados do Censo. Quando fomos a campo, chegamos a 1.400.000 famílias extremamente pobres que foram localizadas e imediatamente cadastradas e incluídas no Programa Bolsa Família. Na Bahia, foram 127 mil durante esses quatro anos. No caso do Programa Bolsa Família, como eu falei, a gente tinha, no início do plano, 13 milhões de famílias atendidas. Ampliamos isso para 14 milhões de famílias atendidas, mas a grande mudança no Programa Bolsa Família foi aquela alteração que eu falei

na estrutura do benefício, sendo que 22 milhões de beneficiários do Bolsa Família, mesmo recebendo do programa, não superavam a linha de extrema pobreza. Então, a gente alterou a lógica de pagamento do Programa Bolsa Família e garantiu que esses 22 milhões ultrapassassem a linha de extrema pobreza do ponto de vista monetário. Na Bahia, foram 3.500.000 pessoas que ultrapassaram a linha. Quem não sabe, na Bahia tem 1,8 milhão de famílias no Programa Bolsa Família e que recebem do programa mensalmente. Isso dá aproximadamente 5 milhões de pessoas no estado que recebem o benefício. No Pronatec, essa ação de qualificação profissional, a gente tinha a meta ambiciosa de chegar a um milhão de pessoas do Cadastro Único do Programa Bolsa Família no Pronatec. A qualificação profissional nunca chegou a esse público e nós chegamos a 1,7 milhão. A Bahia teve 126 mil pessoas matriculadas no Pronatec, muito concentrado em Salvador. Os maiores números estão concentrados em poucos municípios.

Na assistência técnica, que eu falei, a gente chegou a 358 mil famílias com assistência técnica e fomento, com assistência técnica garantida. O que é isso? Esse programa é interessante. Como a gente faz isso? A gente tinha grande dificuldade de chegar à população mais pobre com assistência técnica. Hoje, o que a gente faz? A gente gera a lista de famílias, a gente define o território em que a gente quer agir, qual é o território, qual é o grupo de municípios que a gente quer agir. Aí a gente vai e olha quais são as famílias naquele território no Cadastro Único que

têm perfil para receber assistência técnica. Como a gente faz isso? A gente pega o Cadastro Único e bate com a DAP, que é a declaração de aptidão ao Pronaf. Então, a gente vê se aquela família é pobre, está no Cadastro Único, se é extremamente pobre e se ela tem perfil de agricultor familiar. A gente gera a lista das famílias, aí faz uma chamada pública para as instituições que possam atender a essas famílias, o MDA faz a chamada pública já com a listagem das famílias. Aí, o MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, contrata essa instituição, faz a capacitação. A grande maioria de quem ganha as chamadas públicas são as Emater estaduais, que aqui na Bahia é a EBDA. Normalmente, são as instituições públicas que ganham, onde tem um mínimo de estrutura para isso. Essas instituições são capacitadas pela Embrapa, os técnicos são capacitados pela Embrapa e vão fazer o atendimento na ponta dessas famílias que nós indicamos lá no Cadastro Único. Agora, não é uma listagem rígida. Chega lá e tem uma família do lado com as mesmas condições, as mesmas características, que também precisa ser atendida, o técnico tem alguma liberdade de incluir famílias, caso seja necessário, e de excluir outras famílias, mas no limite de 20%. Então, na visita ao território, você pode fazer ajustes em relação a isso, mas a listagem sai do governo federal. Não é definida pelo prefeito, não é definida pelo vereador, não é definida pelo deputado estadual, não é definida pelo padre da igreja. É definida a partir de indicadores objetivos. Isto é a gente estabelece critérios objetivos de atuação a partir dessa lógica.

**Jimmy Oliveira,**

**Analista da Diretoria de Estudos Sociais, do Instituto de  
Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará:**

Pretendo falar da lógica da política de combate à pobreza do governo do Ceará. Na verdade, algumas são propostas que estão sendo implementadas, falar o que já foi feito e o que a gente pretende fazer, e também falar um pouco da experiência e de alguns resultados na educação. Antes de entrar na política estadual de combate à pobreza, o estado do Ceará vai implementar agora alguns programas na área social, porque realizou uma operação de crédito com o Banco Mundial chamado Programa de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental, e ele é um programa diferente de como o Banco Mundial trabalhava antes. É a primeira vez que uma unidade subnacional realiza um tipo de operação desses com o banco. Então, ele está olhando os resultados que a gente pode obter para levar isso depois, para poder estender essa operação para outros estados ou outras entidades.

O foco dessa operação é para melhorar a prestação de serviços públicos na área de capacitação profissional, assistência à família e qualidade da água. Então, nós temos três eixos, e esses eixos têm os programas elegíveis. A equipe do banco, juntamente com técnicos do governo, olhou para o PPA, e lá no PPA eles escolheram quais seriam os programas que seriam apoiados para produzir os resultados que nós gostaríamos. A diferença dessa operação em relação às outras é que os desembolsos estão vinculados a resultados. O banco escolhe o programa e escolhe qual o indicador de resultado que vai medir o efeito daquela política. Então, estabelece uma meta. Cumpriu a meta, o estado recebe, então, o desembolso.

A operação total é de US\$ 360 milhões, com um componente também de assistência técnica, que é para ajudar na implementação das políticas – quando você precisa fazer um desenho, precisa fazer um treinamento, alguma coisa –, e, à medida que o estado vai cumprindo os indicadores, ele vai recebendo o desembolso. E aí vou enfatizar mais a assistência à família porque esse é o componente que seria relacionado à redução da pobreza e da desigualdade. Então, na assistência à família, tem um componente muito forte que é políticas integradas de atendimento às famílias com crianças de 0 a 5 anos, ou seja, a primeira infância. Para que essas políticas sejam realmente feitas de forma integrada e sejam intersetoriais, foi criado um comitê de desenvolvimento infantil. Esse comitê tem as secretarias da Saúde, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Agrário, Planejamento, vai entrando agora Cultura e órgãos do Ministério Público que vão acompanhar as ações que vão ser feitas. Os programas são pensados de forma intersetorial. Há participação do comitê, ou seja, como cada secretaria pode contribuir para aquele programa. Vão ocorrer essas ações. O foco é nos 36 municípios mais pobres. Na verdade, é com a população em extrema pobreza. Pelos dados do Censo de 2010, a gente escolheu os 36 municípios em que a gente iria atuar. A princípio, vai começar aí. A ideia é que se estenda a todos os municípios, mas primeiro nós vamos aferir os resultados nesses municípios.

Entre as ações, vai ter a ampliação dos serviços da assistência social. A assistência social já tem a sua tipificação lá de serviços,

há serviços que cobrem algumas famílias com as equipes dos CRAS. Então, ela cobre lá um percentual de famílias, e a ideia é que você tenha o apoio agora das equipes dos CRAS, principalmente para implantar o prontuário SUAS, que ainda tem uma baixa efetivação, ou seja, o número de prontuários em relação ao total de famílias que podem ser atendidas ainda é pequeno. Nós vamos fazer um treinamento com as equipes e incentivar o preenchimento de prontuários e o aumento do serviço de assistência social, garantindo que as famílias nesses municípios, ou um percentual delas, tenham duas visitas domiciliares por anos. Então, a cada semestre, a família vai receber a visita da assistência social no domicílio, e vai ser feito o levantamento de informações, e isso vai gerar depois um banco de dados dessas famílias.

O outro é o atendimento em escolas de crianças de 0 a 5 anos. Já tem muitas ações, ações do governo federal, o próprio estado constrói creches, mas a educação infantil é prioridade do município. Então, como a gente pode incentivar o município a aumentar a oferta de vagas em creches? A princípio, o governo do estado lançava editais que, cada município que construísse um CEI, o estado construía outro. Não houve muita adesão porque muitos municípios diziam que não tinham recursos para construir um CEI com recurso próprio. Então, baixou-se para 50%, ou seja, o município apresenta a demanda pelo CEI, tem um projeto, o estado financia 50%, e o município, 50%. Aumentou a adesão, mas, mesmo assim, alguns municípios mais pobres não tinham condições de entrar com 50%. Então, baixou-se agora a contrapartida do município para 20%. O município entra agora com 20%, e o estado entra com 80%. E aí o município tem que realizar o terreno, tem que ter o projeto e vai ter todo o apoio depois, no plano pedagógico, da Secretaria da Educação do estado. Então, a gente espera aí aumentar o número de ofertas.

A terceira é o treinamento para coordenadores e diretores de creches. Os coordenadores e diretores de creches atuais vão passar por treinamento específico para você garantir um melhor atendimento de qualidade nas creches. Esse é um programa também que tem um componente de assistência técnica, tem recurso já específico para ele, para ser feito o treinamento, para desenvolver todo um projeto, um programa de treinamento, e também para fazer a avaliação de impacto depois desse programa.

E o outro é o programa de apoio ao desenvolvimento infantil. Nos municípios em que ainda há carência de CEI, vai ter um programa de visitas domiciliares, com equipes capacitadas, que vão tratar das habilidades dos pais, ou seja, como os pais podem estimular as suas crianças através de brincadeiras, através da comunicação. E aqui é um programa intersetorial e vai ser liderado pela Secretaria da Educação, mas já foi acertado que a primeira visita aos domicílios vai ser feita com um agente de saúde, que já tem mais capilaridade, já tem mais conhecimento da área, e que a assistência social também vai estar muito próxima. Caso a gente identifique, em uma visita dessas, algum problema que seja típico da assistência social, vai ser feito o encaminhamento para a assistência social. Então, a assistência social, educação e saúde vão estar trabalhando nesse programa. Vai ser feita uma avaliação de impacto. O Banco Mundial quer levar essa experiência para replicar depois em outras áreas. A gente já fez lá um workshop em Fortaleza, juntando experiências de outros países e de outros estados. São Paulo tem um programa de desenvolvimento infantil, Rio de Janeiro tem um de creches, tem na Colômbia, Jamaica. Então, a gente foi vendo as experiências e vendo como fazia isso. A avaliação de impacto que vai ter aqui vai ser bastante rigorosa, para saber se realmente está produzindo o impacto que a gente espera no desenvolvimento infantil das crianças. Vai ser, inclusive,

um experimento controlado. Nós já temos contratado como consultor para trabalhar nessa área, para nos ajudar, Flávio Cunha – acho que alguns que são de economia conhecem, que trabalha nessa área, que trabalha muito com Heckman. É um pesquisador realmente de renome, da Universidade de Rice.

Esses são os programas que vão ser implementados agora. Esse acordo foi acertado em 2013. Os programas estão sendo estruturados. Está sendo montada toda uma equipe. Provavelmente no segundo semestre deste ano eles vão começar a acontecer.

Vou falar agora um pouco do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. Todos os estados têm esse fundo, ou seja, ele tem arrecadação autônoma, gerada pelo ICMS de bebidas, energia elétrica e combustível. No último ano, para a gente ter uma ideia, no Ceará, tinha R\$ 360 milhões para ser aplicado pelo fundo. Então, o fundo tem também uma linha de pobreza, que é de meio salário mínimo, que, na verdade, aumenta muito a quantidade de beneficiários, quando você olha para os programas federais. Ele é dividido em dois eixos: ações assistenciais e estruturantes. Colocando em números de 2014, a gente teve um total de 142 projetos. Como o secretário falou, é difícil você monitorar 142 projetos, mas, quando você olha, na verdade, muitos deles são de infraestrutura, que é mais fácil você ter o controle. Tem os programas da assistência social, que são divididos, pela própria forma de atuação da assistência social, em básico, especial e de segurança alimentar, e os estruturantes educação, ocupação e renda e infraestrutura. Esse ocupação e renda também é separado como urbano e rural. Na verdade, a gente tenta se espelhar lá nos eixos do Brasil Sem Miséria para fazer uma relação, até porque muitos programas aqui já são realizados em parceria com ministérios. Muitos recursos do fundo são alocados nas contrapartidas estaduais ou então no reforço dos municípios. Esses programas já

acontecem em parceria, e a gente tentou fazer dentro da mesma categorização. Infraestrutura a gente diferenciou em domiciliar e comunitária. Domiciliar seria, por exemplo, cisternas que você coloca para uma família, e a comunitária seriam equipamentos que servem a uma comunidade. E aqui entrou, com a mudança na legislação, entrou também para o estado poder construir escolas profissionalizantes com esses recursos. Então, você vai em um município mais pobre e vai construir uma escola profissionalizante, pode utilizar recursos do Fecop. Como o número de escolas profissionalizantes no estado está crescendo muito, as obras de infraestrutura são a maioria desses projetos.

Eu vou falar um pouco da lógica como esses projetos são estruturados. Os projetos são desenhados pelas setoriais. Educação tem seus projetos, seleciona lá como vai selecionar seus beneficiários, qual é o objetivo do projeto, quais são os indicadores, e, em uma reunião com o governador – o governador tem uma reunião com todos os secretários para preencher dados no sistema de monitoramento e avaliação de projetos prioritários –, o secretário chega lá e diz: nós temos a intenção de trabalhar esse projeto, nessa localidade, atendendo a tantas famílias, e o projeto custa tanto. O governador autoriza e coloca lá: com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. Só que, para a gente ter controle depois das ações desses projetos, a setorial manda um projeto como ele vai ser executado, como ele vai ser acompanhado, para a gerência executiva do fundo. O que acontecia? Como o recurso já estava aprovado, eles mandavam o projeto e eram muito resistentes nas adequações que se pedia para serem feitas nos projetos: olha, o diagnóstico não está bem feito, você está elencando aqui, você não está chegando e mostrando o problema da população que você quer atender. Ou então: olha, você não colocou indicadores de resultado que vão ser monitorados para a gente saber

realmente se esse projeto atendeu ou não os resultados. Então, tinha esse problema. O recurso já estava aprovado, a execução tinha que começar logo, mas tinha depois que você ter uma aferição desse resultado, ou seja, como foi o impacto que isso gerou na população. Nós lá do IPECE trabalhamos no desenho do fundo, ou seja, como o fundo foi desenhado, qual o tipo de ação. Depois disso ficou a carga da Secretaria de Planejamento, que recebia esses projetos, executava esses projetos, fazia o acompanhamento financeiro, a execução orçamentária. E a secretaria reportava: olha, o impacto foi tanto, atendemos tantas pessoas, dava lá o relato de algumas pessoas sobre a experiência do projeto, e ficavam geralmente algumas dúvidas em relação se realmente aquele projeto chegou naquele resultado que a gente queria. Muitas vezes, o resultado era o produto, ou seja, tantas famílias atendidas, tantos atendimentos realizados, tantos kits de trabalho entregues. A gente não sabia se realmente isso produzia efeito no mercado de trabalho. Então, a gente propôs fazer a avaliação de alguns projetos em 2011-2012. Então, elencamos lá nove projetos para realmente ver se o que a secretaria reporta a gente consegue chegar lá na população e ver se é isso mesmo.

A gente começou a identificar problemas. Eu estou listando aqui, inclusive colocando os resultados que a gente colocou porque é público, está lá no site, a avaliação é pública. Então, a gente pegou três blocos de três programas cada, nove programas no total. A gente tinha um programa de incentivo à capacitação de recursos humanos para a educação. Ou seja, abria, através das universidades públicas, cursos em municípios com baixo desenvolvimento econômico para a formação de professores na área de matemática, física, química, para melhorar a qualidade do ensino. A gente foi lá nesses municípios para ver se isso realmente produziu resultado sobre a melhora das notas nas avaliações

padronizadas desses alunos. A gente acabou verificando que não, porque, na verdade, o programa formava várias pessoas nessas áreas, mas nem sempre eles eram professores. A maioria das vezes não era. Aí as universidades diziam: é importante dar curso para essa gente. É importante, mas o programa que você desenhou, o projeto que você desenhou não era esse. Você tem esse problema aí.

Bolsa Esporte. Era dada uma bolsa para o aluno de escola pública para ele ter práticas esportivas. Depois que a gente foi olhar, muito do que era indicado no Bolsa Esporte como resultado era o resultado da bolsa. Sim, mas o seu programa não é um programa de transferência de renda. Você fez um programa com outro objetivo. Aí gerou muita discussão, obviamente, porque ficou aquilo: vai extinguir. Não, nós não vamos extinguir. Vamos redesenhar os programas.

O Programa Agentes de Leitura é o mesmo problema. Ou seja, não tinha como medir o impacto. Você tem um programa, que obviamente ninguém é contra, de disponibilizar livros para as famílias pobres, para que elas possam ler. É feito o acompanhamento, mas qual é o resultado disso? A gente tentou medir o resultado através de melhoria nas provas de português para alunos do segundo ano, e também não apareceu. Você entregar o livro não garante que a família está lendo esse livro, como isso está sendo feito. Então, a gente tem que redesenhar todos esses projetos.

No primeiro lote de projetos foi aquela gritaria, aquela confusão: vocês estão avaliando e dizendo que nada funciona. Vamos para o segundo lote. Projeto Jovem Primeiro Passo. Você pega alunos de escolas públicas, ensino médio, e dá um incentivo como bolsista ou estagiário para eles entrarem no mercado de trabalho. Vamos ver se tem resultado. Começando pelo desenho do projeto, os objetivos são os mais amplos possíveis. Nós vamos avaliar pelos objetivos que vocês colocaram aqui. Eu entendo que o principal resultado disso

é mercado de trabalho, mas vocês colocam melhorar a convivência familiar, aumentar a autoestima. Vamos lá olhar. Para mercado de trabalho, está ok. Ele funciona. Realmente, está garantindo a inserção dos jovens, esses jovens estão continuando, está melhorando a renda. Outros indicadores que a gente colocou com base nos objetivos que eles colocaram não estavam apresentando os mesmos resultados. Aí, olha, seu problema não é de foco, seu problema é limitar seu resultado melhor, e os resultados estão aparecendo.

Esse programa de inclusão social com arte e educação é um programa também que você tem um equipamento em um dos bairros mais pobres da capital, Fortaleza, e é para jovens que estão com problemas de relacionamento na escola, na família. São considerados problemáticos. Então, vai lá para o centro, começa uma atividade esportiva, cultural, e a gente vai ver isso também e medir como melhorou o relacionamento familiar, na escola. Tudo bem, contribui, eles se dizem satisfeitos – foi criado um índice para medir isso –, também dá resultado.

O sexto programa. Na verdade, o estado repassa recursos para uma rede de assistência social, que são ONGs, outras entidades, e elas executam. Não tem como fazer avaliação de impacto, então, vamos fazer avaliação de processo. É aberto edital, a entidade ganha, recebe o recurso, a gente viu que tinha alguns problemas, pediu melhorias. Todos esses programas continuam. Na verdade, só não o primeiro.

E aí a gente foi para os programas na área de desenvolvimento agrário. Aí já foi melhor você fazer a avaliação porque, como são programas que têm relação com ministérios – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura –, você tem base de dados. Tem base de dados para Garantia Safra, tem base de dados de ATER etc. Então, você tinha como medir melhor porque você tinha informação dos beneficiários. E aí

você consegue chegar a um impacto mais robusto, a quantificação desse impacto vai ser melhor. Então, para o programa de distribuição de sementes, que são sementes selecionadas, distribuídas para agricultores, você tem impacto no aumento da renda de 7%, na renda anual. Você faz a razão de custo/benefício, para cada R\$ 1 investido, gera R\$ 1,38 de retorno. O programa está ok. Na verdade, alguns ajustes, quando a gente foi ver, acabou pedindo para serem feitos.

Agente rural, que é assistência técnica, um aumento ainda maior, de 9%, e como eu tinha beneficiários dos dois programas, isso gera um impacto ainda maior, até de 19%. A razão de custo/benefício é alta. Cada R\$ 1 investido gera mais de R\$ 3 de retorno. Aquisição e distribuição de leite também é um programa relacionado com ministério. Tem a ver com PAA, alimentos. Mostrou-se também que tanto ele fortalece a cadeia produtiva do leite com tem impacto na nutrição das crianças, apontadas pela saúde, que estão em risco nutricional. Vão receber leite, crianças, gestantes e idosos.

Esse foi um momento em que nós vimos que havia problemas nesses projetos. Pegamos esses nove elencados, mas eu comecei a visitar algumas secretarias, ver como funcionava e disse: não adianta propor avaliação agora desses projetos do jeito que estão aí porque alguns nem dá para ser avaliados, pela forma que o projeto é feito. Aí, conversando com o pessoal da gerência executiva, eu disse: por que vocês não cobram que eles coloquem no projeto uma maneira de ele ser avaliado? Eles disseram: a gente cobra, mas o recurso já está aprovado, eles já têm um cronograma de execução, então, não dá para trabalhar muito. Então, eu disse: tem que criar um mecanismo aí para gerar que esses projetos têm que ser colocados na forma, porque, se a gente não pode bloquear o recurso ou bloquear a execução, a gente tem que ter outra forma – e aí

eu vou falar mais na frente como a gente procurou fazer isso.

Então, depois de fazer essas avaliações, conhecer os projetos, a gente realizou um diagnóstico, que provavelmente vocês já fizeram aqui e identificaram os problemas. Como os projetos são realizados pelas setoriais, ou seja, educação faz seu projeto, às vezes não tem tanta capacidade técnica para a realização de diagnóstico porque precisa mexer com dados, microdados. Então, os projetos não chegam com o diagnóstico realmente que deveria ser feito, um diagnóstico mais elaborado. Isso, no caso, é até responsabilidade nossa, do instituto de pesquisa. A gente faz estudos, coloca lá, mas a gente não faz, muitas vezes, voltado especificamente para o projeto. Então, esse foi um dos problemas que a gente apontou.

Segundo, o problema da definição de público-alvo, principalmente em programas que você não podia contar com base de dados existente, não sabe realmente. Por exemplo, a Cultura quer fazer um programa de incentivo à leitura. Você não sabe qual é a população leitora. Você sabe que no Brasil a média de livros é baixa, mas você não conhece como é no município, em que áreas. Então, a gente tinha dificuldade para gerar indicadores para a focalização das ações. Outra dificuldade era para indicador de resultado. Em geral, os projetos vêm com indicador de produto, ou seja, tantas cisternas entregues, tantos treinamentos para mercado de trabalho realizados. Sim, mas, no mercado de trabalho, gerou o quê? Essa pessoa que recebeu foi empregada? Ela continua empregada depois de um certo tempo? Qual é a renda? Qual é o tipo de ocupação? Não tem isso. É feito o treinamento, a equipe sai, e o resto fica depois por conta do beneficiário. Eu disse: a gente tem problema aí porque não tem como avaliar se não tiver indicadores de resultados bem feitos.

Outro que já foi falado aqui também é a ausência de integração de projetos.

Como a setorial é que define que vai fazer o projeto, eu posso ter vários projetos de diferentes setoriais em um município, outro município com uma quantidade menor de projetos, mas, quando você olha as carências das duas populações, são muito parecidas, o que não justificaria um atendimento diferenciado. Inclusive, não se comunicam, ou seja, tem alguns projetos que fazem visita domiciliar, como instalação de cisterna, chega lá e verifica que tem outro problema – não tem saneamento ou aquela família não tem atendimento de saúde –, e não é feito o encaminhamento para a secretaria que era para tratar disso. Ou a setorial tenta fazer outro projeto que não é da competência dela ou a família fica desassistida naquela situação. Falta integração de projetos. Uma das fontes que a gente vai falar sobre integração de projetos – tem muito a ver com que já foi dito pelo secretário Tiago aqui – é utilizar uma base de dados. A gente vai utilizar a base de dados do CadÚnico como referência, mas a gente vai falar também que a gente precisa de outras informações que não estão no CadÚnico e a nossa estratégia para ter essas informações. E a outra é montar um sistema de monitoramento e avaliação de todas essas ações. O que é feito em parceria com ministérios, tudo bem, está lá no Brasil Sem Miséria ou o próprio ministério monitora, e você acompanha, mas os programas que são executados pelo estado, são iniciativas do estado, a gente não tem como olhar como está sendo a execução e, principalmente, os resultados.

Então, depois desse diagnóstico, a gente levantou algumas questões. Quais são as questões que a gente precisa responder para chegar ao que a gente quer. A primeira é se o fundo realmente faz parte de uma estratégia de redução da pobreza. Hoje ele é só um fundo que está lá, e o governo aloca recursos para programas que são de combate à pobreza ou ele faz parte de uma estratégia? Quantas pessoas

da família são atendidas? Porque, como são diferentes os atendidos por projetos de setoriais, as bases de dados ficam nas setoriais. Eu nem sei realmente se uma família é atendida por diferentes projetos de diferentes setoriais. Então, isso é um problema também. O critério de pobreza adotado permite a seleção de famílias beneficiárias para determinados projetos? Permite a avaliação desses resultados? Vamos selecionar lá o critério da renda, meio salário mínimo, vai dar quase 50% da população – dava 46% em 2013, pela PNAD –, na zona rural dá 70%. Quando você tem 70% da população, você chega ao município, joga uma moeda, é quase a mesma coisa para selecionar beneficiários porque tem 70%, você não tem um foco bem definido. E a segunda: qual a contribuição que esses programas estaduais geram para a redução da pobreza. Quando a gente olha lá dados agregados, a PNAD, você vê que a pobreza reduziu tanto. A associação com o Bolsa Família é mais clara porque é de natureza monetária, você tem como fazer, mas nas ações nas outras áreas é difícil você enxergar um indicador de pobreza.

Então, com base nessas perguntas, ou seja, o que a gente precisa fazer. Algumas ações já foram tomadas, outras vão estar em andamento, então estão sendo propostas. Primeiro é criar um modelo para elaboração de projetos, ou seja, tudo bem que os projetos têm especificidades de educação, outros projetos têm especificidades do esporte ou da cultura, mas todos eles têm que ter elementos comuns, têm que ter o diagnóstico, têm que ter os objetivos bem definidos, têm que ter os indicadores lá relacionados. Então, essa estrutura todos os projetos vão ter que ter. Assim, a primeira coisa foi a criação de um modelo para a elaboração de projetos.

A segunda é, dadas as dificuldades das equipes de setoriais que são responsáveis por fazer o projeto – a gente até auxilia, mas, na verdade, eles é que escrevem o

projeto –, foi lançado – a gente já fazia cursos, através da escola de gestão pública, mas não tinha um programa já desenhado com todos os cursos que poderiam ser oferecidos –, no passado foi lançado, então, um programa de formação para as equipes que desenham esses projetos que vão ser financiados pelo Fundo de Combate à Pobreza. Já estão programados vários cursos, palestras, curso de como selecionar indicadores, curso de como utilizar a base de dados disponível para realizar diagnósticos, curso de como montar uma matriz de marco lógico. Então, todas as equipes vão passar por esses treinamentos.

A terceira é a definição de critérios para a focalização em áreas pobres e com atendimento prioritário aos extremamente pobres. Muitas vezes dizem: eu quero realizar um tipo de atividade, mas eu não sei onde essa população está. O CadÚnico é rico para isso. Tem alguns problemas, como foi levantado aqui, e a gente foi tentar contornar isso fazendo uma conciliação de uma focalização territorial pelo Censo e utilizamos os dados do CadÚnico para fazer essa relação depois – eu vou falar depois sobre isso para vocês. Eu vi o trabalho da SEI, quando você pega os municípios, *clusters* de municípios de determinada dimensão, isso é muito bom, muito importante, mas a gente está tendo que trabalhar em uma unidade menor do que o município, porque você tem um município pobre e, dentro do município, você tem áreas mais pobres ainda. Então, a gente está tentando trabalhar com nível de setor censitário. A gente está entrando no município, olhando os setores censitários e depois tentando fazer o levantamento desses dados.

A criação de uma base de dados para os programas estaduais. Como o secretário já falou, uma das grandes coisas que permitiram a integração dos programas federais foi o CadÚnico. Então, se a gente não tiver uma base de dados estadual, a gente também não vai conseguir. Eu vou falar para vocês

como essa base de dados vai ser criada e como ela vai se relacionar com o CadÚnico. O CadÚnico também não fornece todas as informações que a gente precisa. E também para acompanhar, quando o estado executar uma ação, e isso provocar alguma mudança, essa mudança só iria aparecer no CadÚnico quando fosse feita a atualização da família, e aí os municípios têm até dois anos para fazer isso, e muitas vezes a gente precisa fazer isso em um prazo menor, dependendo da natureza do projeto que a gente está trabalhando.

Agora vou falar como a gente vai fazer essa ligação de duas bases, uma estadual e a federal e, por último, a construção de um sistema de monitoramento, que vai partir dessa base de dados estadual e vai olhar os indicadores que vão ser elencados sem fazer essa referência. A gente teve a mesma dificuldade de vocês, ou seja, eu tenho um projeto que contribui para ocupação e renda, só que eu tenho vários projetos espalhados por diferentes secretarias. Como isso contribui para o indicador de renda ou de ocupação de uma pesquisa como a PNAD ou a PED? Como é que a gente enxerga esse indicador? A gente

vai tentar criar um sistema para chegar na agregação. Ou seja, nos indicadores de projeto, tem indicadores setoriais e até indicadores de governo.

Em relação à focalização, a gente tem aqui um mapa de municípios com população extremamente pobre. E aí tem um município, lá na ponta, que é um município grande chamado Granja, é o município no estado que tinha a maior proporção de população em extrema pobreza. Então, se a gente for fazer a focalização por município, a gente vai naquele município lá porque ele é o que tem a maior proporção. Mas quando você olha para dentro do município, você tem áreas dentro do município que concentram mais a população em extrema pobreza. Você fala do município, dependendo do tamanho do município, você tem uma população heterogênea, ou seja, não é todo mundo que é extremamente pobre, mesmo que você tenha uma proporção alta. E eles vão se concentrar em algumas áreas. Então, essas áreas mais escuras são áreas que têm maior concentração de população em extrema pobreza. Só que, como foi dito aqui, isso é de 2010.

26.fev/15, Tarde

## **Tiago Falcão, Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social:**

Bem, gente, boa tarde. Antes de ir embora, muita gente veio me perguntar a respeito das nossas análises multidimensionais de pobreza. Eu fiz uma apresentação mais relacionada à formulação do plano, os desafios que nós tivemos do ponto de vista tanto de formulação quanto de coordenação das ações dentro do plano. Falei um pouquinho dos resultados que nós tivemos, mas ali eu falei dos resultados de cada ação. A gente não conseguiu ver isso em termos de estatísticas nacionais, como aquele agregado de ações tem algum efeito nas estatísticas, mas as estatísticas servindo como uma referência do que aconteceu na realidade das pessoas. Na discussão de indicadores multidimensionais – mais uma vez eu faço propaganda do livro, a gente tem um artigo lá que fala sobre isso também –, tem algumas coisas que a gente tem que diferenciar. Você tem um movimento, nacional, internacional, que fala muito do indicador multidimensional de extrema pobreza utilizado ou iniciado pela Universidade de Oxford e depois assumido pelo PNUD, que vem sendo utilizado em muitos países. Você tem o indicador multidimensional de pobreza e de extrema pobreza – e aí com outras características: pobreza crônica, pobreza severa, pobreza transitória – do Banco Mundial, que é o que eu vou apresentar aqui para vocês,

que é o que eu acho mais interessante – e eu vou falar por quê. E você tem outros indicadores que alguns estados, municípios, pesquisadores estão adotando, que são variações desses dois, não tem grandes variações não.

Basicamente, o indicador multidimensional é você tentar sintetizar várias informações que estão desagregadas, você colocar em um único índice. Tem gente que fala que, quando você faz isso, ele deixa de ser multidimensional para ser unidimensional. Às vezes, você complexifica muito a discussão. Dependendo do número de indicadores que você usa, você se perde. Mas acho que a grande referência, que todo mundo conhece hoje, em termos de indicador que incorpora diversas dimensões, é o IDH. Todos partem um pouquinho da ideia do IDH e vão trabalhando outros dados. A utilização desses indicadores é que é diferente em cada uma das situações. Tem gente que acha que você precisa de um indicador multidimensional para identificar o seu público-alvo. O público que tem que ser atendido pela sua ação. Isso vale em situações em que você quer trabalhar extremamente focalizado, onde você tem poucos recursos. Então, você tem que, em um mundo de gente que precisa, definir quem são os que mais precisam. Só vale para isso. Em outras situações, o que

o que você está fazendo é que você vai trabalhar de uma maneira tão sofisticada para descobrir que uma pessoa que você já sabia que era pobre, porque você já identificou isso do ponto de vista monetário, ela é pobre também de educação, ela é pobre também de acesso à saúde, ela é pobre também de acesso a saneamento. Então, se perder em um processo muito grande de identificação de famílias a partir de um indicador multidimensional, as experiências que eu acompanhei – e aqui no Brasil alguns estados trabalharam dessa forma – foram ruins porque pararam no diagnóstico. Nunca conseguiram ir para a ação. No nosso caso, no Plano Brasil Sem Miséria, a gente fez a identificação da maneira mais simples possível, pelo indicador monetário, e fomos trabalhar na lógica multidimensional. E queremos ser avaliados pela lógica multidimensional. Na avaliação, a gente quer ser avaliado pela lógica multidimensional, não na identificação da família. Isso é uma mudança, é uma diferença que tem que estar na nossa cabeça porque faz toda a diferença, depois, quando você for definir um plano e como você vai agir.

Então, aqui, eu vou falar de resultados que não são resultados só do Plano Brasil Sem Miséria, são resultados do processo de desenvolvimento do país, em cima dos indicadores do Banco Mundial. Quais são os indicadores de pobreza multidimensional do Banco Mundial? Você tem as privações, e é considerada pobreza crônica quem tem uma renda abaixo de US\$ 2,50 ao dia – não é a renda de US\$ 1,25 –, que, no nosso caso, é equivalente a R\$ 140, para o ano de 2013, e com três ou mais privações. Quais são as privações que eles analisam? A primeira privação é relacionada à educação. Se alguma criança em idade escolar, de 7 a 17 anos, não está matriculada na escola. Isso é um indicador de privação de uma família. O segundo indicador que eles usam: nenhum membro da família tem mais de oito anos de estudo. Essa é uma

família vulnerável. O domicílio não tem acesso a rede de esgoto ou fossa séptica. É considerada vulnerabilidade. O domicílio não tem acesso a água encanada fornecida pela rede geral de abastecimento, poço ou nascente. O domicílio não tem acesso à eletricidade. A habitação foi construída com material impróprio, não foi construída com tijolos e pedras, então, é considerada uma habitação frágil. E a família não possui pelo menos dois dos seguintes ativos: refrigerador ou freezer, telefone, fogão que utiliza combustível limpo.

Por que esses são os indicadores utilizados pelo Banco Mundial? Em todas as pesquisas que eles conseguiram fazer, a chamada pesquisa de painel, que é quando você acompanha as famílias ao longo do tempo – aqui no Brasil a gente tem pouca experiência nisso, e o Bolsa Família, o Cadastro Único agora vão nos permitir, e nós estamos elaborando a pesquisa de painel da pobreza bastante ampla para subsidiar as nossas discussões, mas o Brasil tem pouca tradição em pesquisa de painel –, quando eles fizeram isso em outros países, o que eles identificaram? Dentre as famílias que não conseguiam sair da pobreza ao longo do tempo, quais eram as características? Como você conseguia caracterizar a pobreza crônica? E esses eram os motivos explicadores da permanência da família na extrema pobreza ou não. Algumas famílias conseguiam sair da extrema pobreza ao longo do tempo, outras não conseguiam sair. O que caracterizava as famílias que não conseguiam sair da extrema pobreza? Renda baixa e três ou mais fragilidades dessas identificadas nas famílias. Então, a partir daqui, eles construíram um indicador multidimensional deles de pobreza. Eles foram avaliar a família.

A gente tem críticas a isso. Qualquer indicador que a gente colocar aqui vai ter críticas. Não tem nada de saúde, alguém vai falar. Realmente, não tem. O do PNUD fala de mortalidade infantil, fala de desnutrição, começa a complicar um pouco

mais a base. Mas qual é a vantagem desse aqui? Primeiro, a simplicidade. Segundo, a gente consegue coletar todas essas informações na PNAD. Terceiro, os dados são muito parecidos com os dos outros indicadores multidimensionais, que são muito mais complexos. Então, esse aqui a gente consegue captar, temos uma pesquisa nacional que dá conta desses indicadores, e a gente consegue trabalhar isso em todos os estados da mesma forma. O do PNUD não leva em consideração a renda. O do Banco Mundial leva em consideração a renda. O do PNUD eles estão olhando muito para os países africanos, pouco monetizados, então, tem variações em relação ao tom, mas a ideia é você levar isso em consideração.

O que eu quero trabalhar com vocês agora? Ver o que aconteceu no Brasil quando a gente analisa a extrema pobreza na perspectiva multidimensional. Qual é o percentual de famílias, e depois de populações específicas, públicos específicos que continuam mantendo essas características aqui: renda abaixo de R\$ 140 e quatro ou mais dessas privações.

Isso é um ponto importante quando a gente fala de um indicador multidimensional e um perigo quando a gente fala de indicador multidimensional, porque ele pode virar a ditadura do programa. Você aceita um indicador multidimensional e você não quer fazer mais nada, só quer resolver esses problemas que estão aqui, como se isso fosse suficiente. Não é. É um indicador importante de ser utilizado, mas a gente não pode viver a ditadura do indicador, e todos os outros programas são paralisados, e a gente só vai fazer o que está aqui. De qualquer forma, é uma referência importante, é uma referência de política. Se esses são indicadores que falam: olha, essas famílias permanecem ou não em extrema pobreza, então, vamos olhar para eles para mudá-los. Essa é a base.

Mas vamos ver o que aconteceu no Brasil nos últimos anos em relação a isso.

Essa é a pobreza multidimensional crônica estabelecida pelo Banco Mundial de 2002 a 2013. A gente inicia o período de 2002 com 7,3% da população em pobreza crônica do ponto de vista multidimensional. A gente recalculou isso. O azul é o calculado pelo banco e divulgado nas informações dele. A gente recalculou isso. As curvas são muito parecidas. A diferença aqui é que a gente contabiliza cisterna, e eles, não, e eles fazem uma imputação de renda para o rural, eles botam uma renda adicional no rural porque eles falam: olha, a renda no rural e no urbano é diferente, então, a gente não pode computar da mesma forma, aí imputa renda. A gente nunca entendeu muito bem como eles fazem essa imputação de renda no rural, mas você vê que as curvas são muito parecidas. Sai do patamar de 7% a 8% e vem para um patamar abaixo de 1,5%, que é o que está caracterizado aqui. Então, isso, quando o Banco Mundial mostra internacionalmente, esse filme do Brasil, isso gera realmente uma curiosidade em relação ao que aconteceu no Brasil nesse período.

Vamos abrir um pouco mais esse dado. Ver ele por região O que era por região? No Brasil, o Nordeste de 2002: 18% da população estava em extrema pobreza, do ponto de vista multidimensional estabelecido pelo Banco Mundial. Olha a trajetória da curva do Nordeste. E aí tem gente que diz: é só o Bolsa Família, o Nordeste é dominado pelo Bolsa Família. O Bolsa Família não tem condições de alterar esse indicador da forma como ele está colocado aqui. Então, essa ideia de que é um Bolsa Família solto, livre, como se nenhuma outra política estivesse funcionando, nada mais chega à população pobre, só o Bolsa Família. Isso mostra o que foi a evolução. Você vê: todas as regiões têm melhoria, mas o que acontece no Norte e no Nordeste é realmente surpreendente.

Quando a gente abre isso por famílias com filhos, características das famílias. A gente sempre soube que a concentração

de extrema pobreza, do ponto de vista monetário, mas também do ponto de vista multidimensional, as famílias com filhos menores de 6 anos são as famílias mais vulneráveis. O que era, em 2002, uma família com filhos menores de 6 anos: 13,4% das famílias eram extremamente pobres. O que é hoje: 2,1%, pela mesma PNAD. Aqui, então, tem as diferentes composições de famílias.

Mais uma: brancos e amarelos versus pretos, pardos e indígenas. O mesmo processo. O que a gente está vendo aqui? A gente está vendo um país que é muito mais homogêneo, muito menos desigual do que era no ano de 2002. Então, essa convergência das curvas é bem impressionante. Urbano e rural: 28% da população do campo era extremamente pobre do ponto de vista multidimensional em 2002. Hoje, 4,9%. Então, são todos dados, gráficos e informações que nos trazem a certeza de que a gente está indo no caminho certo, de que ainda existe um esforço grande a ser feito, mas que a gente começa a tornar esse país um pouco menos injusto e mais igualitário.

A Bahia. Então, o que é o Brasil, e a Bahia. Para os estados, a gente está pegando a partir de 2004 porque tem uma questão do rural do Norte. Então, quando é para a gente poder comparar os estados, o nosso corte é 2004, porque é em 2004 que a PNAD começa a captar o rural do Norte. Do ponto de vista nacional, isso tem pouca diferença, mas para fazer uma comparação entre estados, a gente só consegue incluir os estados do Norte na comparação quando crava 2004. Então, aqui a gente está cravando 2004: 15,1% da população do estado era extremamente pobre em 2004, e 2,0% da população da Bahia era extremamente pobre, segundo aqueles critérios, em 2013. Isso é PNAD de 2013, não captou ainda todas as nossas ações que foram realizadas em 2014. A gente tem muita curiosidade de como vem a PNAD de 2014, que foi captada no

ano passado. Deve ser, inclusive, a última PNAD com essas características. Depois vai ser substituída pela PNAD Contínua, que também a gente quer ver o que vai aparecer na PNAD Contínua quando a gente começar a observar esses dados.

Então, eu não queria ir embora antes de mostrar para vocês um pouco esse filme. Tem mais uma, e aí você faz a comparação. Essa é a pobreza monetária, se você olha só o monetário. Pobreza, extrema pobreza, Bahia, pegando desde 1992 as variações, você vê que a pobreza – isso também é uma coisa que intriga o Banco Mundial, já vieram nos perguntar, está no último relatório do desenvolvimento humano, no relatório do desenvolvimento humano tem esse dado, eles falam: o Brasil e a Indonésia são países muito interessantes, são países onde a pobreza do ponto de vista multidimensional é menor do que a pobreza monetária. Nos outros países, a pobreza monetária é menor do que a pobreza multidimensional. As pessoas têm acesso à renda, mas não têm acesso aos bens e serviços necessários para caracterizá-las como fora da extrema pobreza. No caso brasileiro, é o inverso. As pessoas têm mais acesso a bens e serviços do que era esperado quando você olha a renda delas. Então, a renda da família, às vezes, é uma informação que amplia a nossa noção de extrema pobreza no país. Quando você olha o indicador multidimensional, o Brasil está melhor na foto do que quando ele é olhado só do ponto de vista monetário.

Isso gera sempre uma confusão, a gente tem repetido isso. Tem gente que introjetou isso na cabeça: é só renda, a política de combate à pobreza no país é só renda, é só Bolsa Família, não chega mais nada, é a administração da pobreza, que é o discurso político que é construído em cima disso: esse governo quer administrar a pobreza, quer manter as pessoas na situação de pobreza, dá um dinheirinho do Bolsa Família e não faz mais nada. Não é isso que os indicadores nos mostram. Não é isso que

os indicadores que foram mostrados aqui do Ceará mostram para a gente, quando a gente olha os indicadores educacionais do Ceará como evoluíram. E não é isso que as informações que a gente tem da PNAD mostram quando a gente olha o país na perspectiva multidimensional. Então, olhar do ponto de vista multidimensional é essencial, mas é perigoso e gera algumas discussões aí que são bem interessantes.

Nós temos qualquer abertura que quiser. Se quiser abrir por indicador, a gente tem. Cada um daqueles indicadores. Com telefone e sem telefone, com eletricidade e sem eletricidade, a gente tem como abrir. Se quiser, a gente pode passar depois para vocês, sem problema. Tem uma tabela, inclusive comparando os estados, em que posição que a Bahia está em cada um des-

ses indicadores. A gente tem trabalhado essas informações para deixar à disposição dos estados para que efetivamente possam ser trabalhadas.

Eu queria finalizar, então, com esse recado que eu acho importante para todos nós que trabalhamos com política social, que temos alguma preocupação. Então, dá para abrir por cor, dá para abrir para a Bahia com todos os cortes que eu fiz para o Brasil. E mais: qualquer um dos indicadores que estão aí. Tem uma tabelinha, inclusive, que a gente mostra acesso a cada um desses indicadores, os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, para você ver como a diferença de acesso permanece, como melhorou, mas como a diferença de acesso ainda permanece em alguns casos. É isso. Obrigado, gente, e até a próxima.

05.mar/15, Manhã

## **Edgard Porto,** **Diretor de Estudos da Superintendência de Estudos** **Econômicos e Sociais da Bahia:**

Hoje a gente está iniciando a segunda oficina das rodadas de discussão. Tivemos a primeira no dia 26, quando a gente discutiu junto com o pessoal do Ministério de Desenvolvimento Social e o pessoal do governo do Ceará, que trouxeram a experiência sobre programas de combate à pobreza, e discutimos bastante a caracterização da pobreza, das questões ligadas aos recortes de linha de pobreza, territorialidade, enfim, foi interessante. Hoje, a gente vai começar a segunda rodada, e nós vamos fazer uma discussão sobre as ações em cada dimensão da pobreza. Então, hoje de manhã, a gente vai discu-

tir as ações relativas à questão da renda e depois nós vamos discutir a questão relativa à moradia. À tarde, nós vamos ter o pessoal de educação e o pessoal de saúde. A ideia é a seguinte: vou chamar a Valéria, da Saeb, nossa colega, que vai coordenar essa mesa, e ela vai dar os encaminhamentos daí por diante.

*Valéria Peruna, Diretora de Planejamento da Gestão, da Secretaria da Administração:*

Bom dia. Em primeiro lugar, nós vamos ouvir André, da Casa Civil, que vai fazer a apresentação da síntese das propostas que o grupo técnico pensou para organizar as ações estratégicas para o combate à po-

breza. E aí nós vamos ter a oportunidade de discutir, adiante, essas propostas, mas, inicialmente, André vai apenas apresentar, para que a gente tome ciência do que o grupo técnico está começando a pensar. Não são propostas definitivas, são propostas.

Em seguida, nós vamos ouvir Auxiliadora, da Suaf, da SDR, que vai discutir um pouco com a gente a questão de renda, e, ainda pela manhã, a questão da moradia, que será debatida por Adalva, da Sedur. Então, nós vamos começar ouvindo André.

## **André Santana, Coordenador Executivo do Programa Vida Melhor, da Casa Civil:**

Bom dia. Mais uma vez a gente está aí na nossa reunião ampliada de trabalho. Como a gente se comprometeu anteriormente em relação à metodologia do que seria isso, a gente não tem expectativa de que seja somente momentos de explicações, de seminário, mas de construção. Então, o grupo técnico, à medida que faz a síntese, faz a discussão do que foram os eventos, também já começa a se antecipar em recomendações, em elementos para a tomada de decisão, que, evidentemente, se submete depois ao grupo, para a gente discutir isso também. A gente não vai ter debate específico sobre as propostas, mas elas já ficam aí como pano de fundo, e podem também vir à tona no processo de discussão do conteúdo específico, que são as apresentações sobre as ações de renda, de moradia, enfim, as ações ligadas às diversas dimensões que constam no estudo da SEI.

A partir da reflexão que a gente fez anteriormente, discutindo como foi modelado o estudo naquelas diversas dimensões – moradia, saúde, educação, demografia e renda –, a SEI tinha apresentado como é o recorte, como aparecem essas manchas dos municípios mais vulneráveis, levando em consideração essas dimensões, essas variáveis, mas também um exercício que foi feito de aglutinação, de agremiação dessas

variáveis em grupos de municípios que têm afinidades ou características semelhantes no que tange à ocorrência desses problemas indicados por essas variáveis, enfim, maior ou menor ocorrência dos problemas ligados a essas dimensões. E aí a gente fez aquele recorte geral, que é o recorte do estudo. Aí, a partir da reflexão que a gente fez, sobretudo da apresentação do Brasil Sem Miséria, quando Tiago Falcão, na semana passada, veio discutir como o governo federal pensou essa identificação, inicialmente, eles fizeram uma identificação simples, por um recorte de renda, mas, ao mesmo tempo, foram pensar as ações que levassem em consideração a multidimensionalidade e não pensaram em territorialidade prioritária, pensaram o Brasil todo, fizeram esse recorte: quem, onde quer que esteja no país, que tenha esse recorte de renda, CadÚnico e os diversos estratos, Bolsa Família e, enfim, extrema pobreza, R\$ 70 per capita por família. Com esse matriciamento genérico, levando em consideração a multidimensionalidade, foram fazer o planejamento das ações. Em um segundo momento, ao fazer a avaliação desse público atendido, na verdade, de uma maneira geral, a avaliação do país, como se deu a avaliação dos indicadores olhando pelo indicador multidimensional, viram que isso, de fato, surtiu efeito, ou seja, houve uma variação significativa, digna de nota, de surpresa, in-

clusivo no panorama internacional, da ação brasileira. Então, tudo leva a crer que a ação foi exitosa, surtiu efeito.

Nesse sentido, considerando a realidade baiana, porque a gente agora também não tem os mesmos instrumentos, porque o carro-chefe da ação federal também é o processo de transferência de renda, como a gente não tem esse mecanismo, esse mecanismo também vai chegar ao momento de esgotamento, a gente precisa calibrar melhor as nossas ações, nosso orçamento é restrito, a gente, então, fez um exercício de sugerir. No caso baiano, qual é o recorte territorial que a gente deve privilegiar? É possível fazer um exercício nesse sentido? E qual é o público a ser alcançado?

Então, isso aqui é uma proposta do grupo técnico, não é uma verdade absoluta. Isso é uma coisa que a gente traz, como fruto da reflexão, para a discussão, levando em consideração aspectos técnicos e também políticos que nós já nos debruçamos, antecipando para uma visão equitativa do estado, algo que complemente. Volto a dizer também que é uma proposta para novas ações, para a gente começar a pensar o processo de convergência. Evidentemente que ela vai indicar territórios prioritários, mas a gente sabe que existem outras ações que não ocorrem nos municípios que a gente vai sugerir ou indicar como mais vulneráveis e que elas vão ter que continuar. Isso é uma indicação de priorização. A gente vai ter outras ações, evidentemente. Eu volto a dizer, a gente tem em curso ações que não ocorrem necessariamente nesses municípios e que a gente vai ter que dar continuidade também. Então, a gente vai ter que fazer um diálogo entre aquilo que a gente vai começar a construir na perspectiva da redução da extrema pobreza, onde ela é mais crítica, mais vulnerável, e a gente também continua com uma série de ações que o estado já desenvolve, uma série de políticas que já estão em curso. Afinal de contas, há extrema pobreza em todo canto, em maior ou menor quantidade, em condições mais

ou menos difíceis, vulneráveis, mas existem extremamente pobres em todos os municípios da Bahia.

Então, inicialmente, uma coisa que a gente já tinha deixado finalizando a última reunião era uma sugestão de juntar aqueles grupos B e D. Eles têm um nível de vulnerabilidade significativo e configurariam esse mapa. Quando a gente olha esse mapa, a gente começa a ter também uma preocupação: como há um interesse, um esforço, uma luta da sociedade civil pela utilização dos territórios de identidade, que são essas linhas vermelhas - as áreas que estão demarcadas pelas linhas vermelhas correspondem aos territórios de identidade -, como elemento e unidade de planejamento. Então, a gente vê que há alguns territórios que não estão contemplados, que não estariam contemplados nessa proposta, ou seriam contemplados de forma muito menos equitativa do que outros.

Considerando isso, a gente propôs alguns critérios: contemplar todos os territórios, cada território teria que ter pelo menos um município que estivesse elencado nesse rol de prioridade. Dentro dos territórios, então, seriam contemplados todos os municípios do grupo B, que já se entende que são efetivamente os mais vulneráveis, então, esses estariam, a priori, contemplados. Mas, além deles, considerando todos os territórios, seria interessante também contemplar todos os municípios das faixas mais vulneráveis por dimensão. Então, se a gente tem cinco dimensões, pegava o recorte territorial, identificava qual é o mais vulnerável dentro do território, e esse também seria contemplado. Isso considerando as dimensões, porque, quando a gente faz o agrupamento nem sempre ele contempla aquele município na dimensão mais vulnerável, porque ele pega a composição das cinco dimensões. Isso pode não acontecer. Na maioria dos casos, acontece, o município mais vulnerável naquela dimensão entra no grupo B, mas nem sempre.

Então, a gente entende que tem que explodir as dimensões, já que a gente vai fazer um planejamento multissetorial, e contemplá-las todas. A gente está falando dos mais vulneráveis, e ficou entendido no grupo que seriam aqueles da faixa superior, a faixa mais crítica na hierarquização dos municípios, mas também, se naquele território, eventualmente, não tiver um município que esteja naquela faixa mais crítica, a gente pega o que estiver mais difícil, mesmo que não seja a faixa mais crítica de todas, em termos absolutos, a gente pega, então, a mais crítica em termos relativos, a mais crítica que contém no território. Então, a gente divide as dimensões todas, de todas as dimensões a gente pega, de cada território, a gente olha o território isoladamente, naquele território, a gente identifica: existe grupo B? Existe. Então, está contemplado. Além de ser do grupo B, a gente olha, de todas as dimensões presentes ali, qual é a situação mais difícil em cada uma das dimensões, e esses municípios também são contemplados. Eventualmente, eles coincidem. Então, não dá um grupo muito grande de municípios. Esse foi o trabalho do grupo técnico, de identificar, a partir dessa leitura precisa, fina, quais são esses municípios.

É isso que está dizendo aqui embaixo. Em alguns casos, o mesmo município será a resposta para todos os critérios. Então, você pode ter apenas um que seja do grupo B. Ele agrega a pior faixa de todas as dimensões. Isso pode acontecer. Em outros casos, há municípios diferentes para as diversas dimensões do território. Isso também aconteceu. E a proposta apresentada é a junção de todos os municípios selecionados, mas pode ser desmembrada por dimensão. Ou seja, a gente vai mostrar agora aquilo que aparece em todos os municípios juntos, que é essa proposta aqui. Essa mancha verde, então, contempla todos aqueles critérios do *slide* anterior. E a gente vê que, de fato, todos os territórios estão contemplados. Aquela

mancha mais escura, que agrega grande parte dos municípios do grupo B, no Baixo Sul há uma, aqui também há outra, ela está contemplada, e há uma certa equidade na distribuição territorial em todo o estado. Vale ressaltar também que isso é uma regra geral. Evidentemente que, para o planejamento específico das setoriais das novas ações, isso pode ser desmembrado por dimensão. Então, a gente pode vir a chegar, com o nível de informação que a gente já tem, inclusive na focalização individual, usando o CadÚnico e o Cad-Cidadão, que é um cadastro que a gente tem dos beneficiários do estado acerca dos serviços que a gente está aportando para o estado.

Aí eu abro um parêntese: a gente tem um grupo de trabalho que discute uma política para o semiárido, de convivência com o semiárido, e ela é coordenada também pela Casa Civil. Na última reunião, a gente chegou a uma deliberação de que a gente vai montar um grupo de trabalho específico para fazer uma gestão das informações de cadastro do estado. A gente já tem uma ferramenta, que atende ao Vida Melhor e a algumas outras políticas, de identificação de beneficiários. Ou seja, a gente vai tentar fazer um CadÚnico estadual. Ele já existe, a ferramenta já existe, o sistema já existe e, dentro do Vida Melhor, já existe especificidade de formulários para públicos de diversas secretarias que integram essa ação de renda, mas a ideia é que ele seja expandido para outras setoriais e venha, eventualmente, a atender a todo o estado. Ou seja, que a gente possa, enquanto estado, saber exatamente a quem a gente atende e o que a gente dá a ela. E fazer processos de convergência, porque a gente, às vezes, contabiliza beneficiários pelo atendimento estanque das secretarias e conta esse beneficiário várias vezes. Certamente, o beneficiário que recebeu cisterna tem um filho na escola, ele tem um cadastro no SUS, ele recebeu assistência técnica ou não, ele foi alvo de fomento, recebeu matrizes,

insumos, sementes, enfim, e a gente nunca sabe disso. E a gente tem, inclusive, dificuldade de fazer planejamento. Às vezes, a gente entrega semente para um, entrega água para outro, entrega assistência técnica para outro e, nessa pulverização, que atinge supostamente um maior número de pessoas, a gente baixa muito a eficácia, inclusive porque determinados serviços só funcionam quando estão juntos. No semiárido, você dá o caprino onde não tem forragem, o caprino morre, a família come o caprino. Então, a gente precisa ter um mínimo de convergência, de modo a superar a energia de ativação, para que aquele ativo, de fato, cumpra seu propósito, senão ele se perde, é um investimento que não tem eficiência nenhuma, nenhuma eficácia. Eu vou fechar o parêntese do cadastro. A gente vai montar um grupo de trabalho, isso deve ser disseminado, a Saeb é ente que vai participar também desse GT, ou seja, o órgão que é responsável por essa articulação dos esforços de TI para todo o estado. E a ideia é que a gente possa, em um futuro próximo, ter essa unificação dos cadastros. Fecha parêntese.

A ideia é que, dividindo esses municípios por dimensão, a gente possa, nas diversas setoriais, fazer planejamento territorial. Dentro do território, a gente pode chegar, em alguns casos, até a subdivisões municipais por setor censitário, e a gente pode identificar, inclusive, pessoas. A gente pode identificar quais são as pessoas que devem ser alcançadas por determinada política, ou seja, quais são os extremamente pobres nesses municípios que são selecionados, que são os mais vulneráveis.

Seguindo adiante, a gente, então, faz essa divisão. Dentro desses municípios aqui, a gente tem esse recorte aqui, esse é do grupo B, que são os mais vulneráveis, esses são os mais vulneráveis segundo o fator demografia, esses seriam segundo a educação, esses seriam segundo o fator renda,

e o de cá, segundo o fator saúde, e ainda tem moradia, os maiores déficits relativos a moradia, que, se não me engano, entra também a parte de infraestrutura, saneamento, na configuração das variáveis. Na verdade, moradia significaria habitabilidade, as condições de habitabilidade. Quando a gente junta todos esses mapas, vocês veem que são diferentes, há municípios selecionados que são diferentes nessa variação. O somatório disso, ou seja, sem repetição, daria aquele mapa verde.

A gente tem um descritivo analítico desses municípios, um resumo comparativo. Aquela proposta inicial em que a gente juntava B e D tem essa configuração, segundo esses critérios. Vocês veem que são bastante parecidos. Essa é a proposta do grupo técnico, que contempla esse recorte com todos os territórios. Então, a gente vê que o número de municípios não é muito diferente. A população tem, de fato, uma significativa diferença, mas também é um dos poucos critérios que apresenta isso. Você vê que a população cadastrada no CadÚnico não é muito diferente, o percentual em relação ao estado também é semelhante, e assim seguem os diversos critérios, como analfabetismo, que é parecido, enfim.

Então, a gente entende que essa é uma proposta mais equitativa, mais interessante e que contempla essa diversidade. Então, é isso. A gente não vai abrir discussão para isso. No final da rodada, a gente encaminha todas as apresentações em PDF e reitera também a programação das próximas rodadas. Então, isso vai seguir também para todos vocês, para ir disparando uma discussão interna nas setoriais. A ideia é que a gente vá acumulando essa discussão e, evidentemente, isso não é uma camisa de força, isso é para contribuir, para que a gente possa, então, se preparar para a próxima etapa de planejamento efetivamente, no âmbito da discussão do PPA, que é subsequente a esse esforço das rodadas.

## **Maria Auxiliadora Lobo Alvim, Diretora de Apoio e Fomento à Produção, da Secretaria de Desenvolvimento Rural:**

Bom dia. Estou substituindo Wilson Dias, que é agora diretor-executivo da CAR, recentemente era superintendente da Suaf, e devido a outro compromisso, não pôde estar aqui, então pediu que o substituísse. Vamos passar as informações da melhor forma possível, considerando essa perspectiva de geração de renda. Para iniciar, nós vamos explicar as mudanças que houveram recentemente, para o novo mandato do governo, já com foco nessa questão da integração, de unir ou transversalizar as políticas públicas. A Suaf fazia parte da Secretaria da Agricultura até o final do ano passado. Com esse mandato do governador Rui Costa, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que, aliás, foi uma reivindicação dos movimentos sociais. Uma reivindicação antiga e que agora foi concretizada, unindo todos os órgãos que atuam com agricultura familiar. Então, fazem parte da SDR: a Superintendência da Agricultura Familiar (Suaf), que foi criada em 2007 também por uma demanda dos movimentos sociais; a Companhia de Ação Regional (CAR), que fazia parte da então Secretaria de Integração Regional (Sedir); a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), que cuida da regularização fundiária; e a EBDA, que foi extinta e em seu lugar criada a Bahiater. Foram criadas a nova superintendência de reforma agrária – a Sutrage – e a Cepex, que é a Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Com esse desenho, o governo traz para uma mesma secretaria as principais ações voltadas para a produção na agricultura familiar, para que elas sejam mais integradas. Apesar de sempre buscar trabalhar de forma conjunta e fazer muita coisa em parceria – aliás, de todas as ações que a

gente vai descrever aqui, nenhuma foi feita exclusivamente pela Suaf –, agora fica mais próxima, há integração e as mudanças só aconteceram, no que foi possível avançar porque foi numa relação entre vários órgãos, entre setores. Então, é só para entender que esse já é um grande passo para a integração das políticas da agricultura familiar.

Só para se ter uma ideia da população da Bahia, 27,9% está no meio rural, e a gente depende desse povo para se alimentar. Sem agricultura familiar, a gente não tem comida na mesa. Aqui, um pouco do conceito de agricultura familiar, mas eu não vou aprofundar porque teríamos que entrar em alguns detalhes. Agricultura familiar é representada por aquelas famílias que vivem basicamente da mão de obra familiar, não exclusivamente, mas prioritariamente, e a área de terra é de quatro módulos fiscais, e a gente também não vai entrar nesse detalhe porque demandaria mais tempo, falar dos módulos, da lei, do Incra. Aqui é só para ter uma ideia. A lei que define quem é o agricultor familiar é a Lei nº 11.326, de 2006, que define o conceito de agricultura familiar. Quando falamos em agricultura familiar, estão envolvidos aí os índios, os quilombolas, até os pescadores artesanais também estão dentro da agricultura familiar. Entram jovens, mulheres, todo o público que faz parte de uma família.

Aqui também é só para a gente ter uma ideia: 87% das propriedades rurais do estado são da agricultura familiar. Nós temos hoje, pelo IBGE, dados de 2006, 665 mil propriedades agrícolas da agricultura familiar, que representam 15% dos agricultores familiares do Brasil. A Bahia tem a maior quantidade de agricultores

familiares do Brasil, e 76% da população economicamente ativa rural é da agricultura familiar. Pelos dados da SEI de 2009, 18% da população rural é extremamente pobre. Na mesma época, na área urbana, eram 7% de extremamente pobres. Apesar disso, 70% dos alimentos produzidos no Brasil vêm da agricultura familiar. Na Bahia, chega até a 77%. Às vezes, as pessoas ficam surpresas com isso, mas é na feirinha que a gente compra alimento. No interior, basicamente, as pessoas compram alimentos na feira. Então, precisamos pensar no significado disso e o que representa o êxodo dessas pessoas vindo para a cidade, o que significa isso. Significa menos produção de alimentos, mais favelas nas cidades, mais violência dos jovens. Estes terminam vindo e ficam perdidos, envolvem-se com grupos que não dão crescimento, que os influenciam negativamente. Então, só para a gente entender o que significa investir na agricultura familiar, porque o impacto não é somente naquela família, é na vida de cada um de nós.

Estamos descrevendo aqui os beneficiários, qual é o público prioritário para as políticas desenvolvidas na Suaf, ou melhor, do público que a gente trabalhava em conjunto com outras instituições. Esse é o público que o Programa Vida Melhor Rural atendia, ou atende, porque há ainda muita coisa em andamento. Então, agricultores familiares que estamos chamando aí de tradicionais, os povos e comunidades tradicionais, todos aqueles, quilombolas – em parceria com a Sepromi, indígenas, fundo de pasto, todas as comunidades tradicionais. Os acampados, pré-assentados e assentados da reforma agrária. Vocês sabem que tem aqueles que ainda não estão assentados, que são acampados, e as áreas de reforma agrária.

Dentro do Programa Vida Melhor Rural, foram definidas sete cadeias produtivas prioritárias (eu vou chamar uma hora de cadeia, outra hora de sistema produtivo, porque a palavra cadeia tem divergências, o movi-

mento social em geral não aceita, porque é muito limitada, mas sistema termina ficando também muito amplo). Nós trabalhamos com esses sete sistemas produtivos, sendo que não significa que nós só atuamos com esses sete, mas eles são os prioritários. Então, se chega um projeto de avicultura, por exemplo, nós vamos buscar atender, mas o foco principal são esses sete. E, se a gente for observar, na Bahia, esses sete sistemas atendem a todo o estado da Bahia, qualquer território de identidade. Por exemplo, mandioca nós temos na Bahia inteira, caprinos temos na região do semiárido e cerrado – cerrado menos, mais semiárido –, a parte de fruticultura tem uma concentração maior na região da mata atlântica, apicultura tem praticamente na Bahia inteira, porém tem uma concentração maior em alguns territórios. Então, nessas sete aí nós atendemos o estado inteiro. Não fica ninguém de fora, sem participar de uma dessas aí.

Para contemplar uma sequência, para termos um resultado, já que estamos falando de geração de renda, estamos falando o tempo todo aqui de integração das políticas, nós temos três eixos para atender à agricultura familiar. Nesses três eixos entra o trabalho educativo, que é a parte de formação, de orientação técnica e orientação do ponto de vista de organização social, de fortalecimento das cooperativas, da questão mesmo de higiene, que a *assistência técnica* envolve. Esse trabalho é a base, é o carro-chefe mesmo, ele perpassa por tudo o que você faz no campo, que é a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

O *fomento à produção*, que é o investimento direto, um subsídio, que é para que aquele agricultor que não tem quase nada consiga iniciar um processo produtivo, ele possa ampliar e gerar renda para a sobrevivência dele, para a manutenção da família, para que o filho possa estudar, para que a criança tenha segurança alimentar, envolve tudo do processo produtivo que venha a gerar impacto na vida dele financeira e, naturalmente, social também.

E a agroindústria e a comercialização, que sempre foram gargalos para a agricultura familiar, um dos principais problemas. O agricultor, às vezes, quando ele produzia, ele não tinha como processar. Então, o atravessador comprava o produto por um preço baixo. Geralmente, as famílias que passavam meses ali preparando o solo, plantando, colhendo, quando chegava a hora de vender um produto não encontrava um preço justo. O atravessador chega com um caminhão na porta do agricultor, oferece 10 reais no produto, botava o caminhão, comprava um pouquinho de cada um, enchia um caminhão e vendia na cidade por 20 reais. Então, o cara que não teve todo aquele trabalho termina ganhando 100% de lucro, quando aquela pessoa que ficou lá no campo meses cultivando ficou com a renda menor. Aí, nós tínhamos dificuldade, desde a questão da legislação, para conseguir colocar uma agroindústria, até a questão de preço e de financiamento, por vários aspectos que nós vamos tentar falar rapidamente também. Então, com esses três eixos, nós fazemos o ciclo de apoio ao processo produtivo.

Eu vou falar bem rapidamente porque são muitas ações. Depois, se tiverem dúvidas, a gente responde. Na assistência técnica a gente tem convênios com organizações sociais. Isso foi uma coisa recente, que não tinha antes. Passamos a fazer chamada pública e a fazer, primeiro, convênios, depois passamos a fazer contratos com as organizações sociais. Elas mesmas contratavam os técnicos e prestavam assistência técnica. Tem algumas organizações que têm uma metodologia própria, e isso enriqueceu o processo também. Por exemplo, a Fetraf tem um trabalho com multiplicadores, os Amas. O MST quer que o agrônomo, ou técnico, more dentro da comunidade deles. Então, tem uma diferença na metodologia de assistência técnica, e isso enriqueceu muito e fez uma grande diferença no trabalho de assistência técnica.

Uma coisa importante também é que, em 2010, foi criada a Lei Federal de Assistência Técnica e Extensão Rural, não tinha uma regulamentação, que foi já no final do governo Lula, e a Bahia foi o primeiro estado que conseguiu aprovar a primeira Lei Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural. Nos mesmos moldes da lei federal, nós conseguimos aprovar uma lei onde está explícito o conceito de assistência técnica, os princípios, as estratégias, a questão da agroecologia, que faz parte dos princípios, e é a nossa linha principal. Aqui a gente tem algumas motos, que são usadas pelos agentes de apicultura, porque nos projetos tem aquisição de veículos, aquisição de motos, dependendo da metodologia.

Aqui está um resumo. Além desses convênios, desses contratos também, aqui é EBDA, que agora vai ser Bahiater, que seria a assistência técnica oficial. Estamos no processo de construção da Bahiater, que vai ser um modelo bem diferente. Não vai dar para a gente falar aqui porque aí seria uma discussão específica, demoraria um tempo. Estamos hoje com 35 mil agricultores assistidos, através de contratos de Ater. A perspectiva da EBDA na época era atender em torno de 150 mil. Esse ano nós vamos reduzir essa quantidade, nesse primeiro ano, para melhorar a qualidade da assistência técnica, e aí a gente deve chegar, neste ano, a 85 mil agricultores familiares, só que em um trabalho mais direcionado e mais integrado, para ir aumentando aos poucos.

Um ponto importante são os Conselhos Municipais. Vocês sabem que os conselhos são os fiscalizadores da política pública e hoje nós estamos com um trabalho, em parceria com a CAR – a CAR tinha um conselho, outro órgão tinha outro, então todo mundo dependia de um conselho municipal –, e, a partir de uma discussão, nós unificamos, para que se criasse um Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), em cada município,

e todas as ações do governo do estado passassem pelo mesmo conselho. Foi criada regulamentação, orientação, foram colocadas até as minutas das atas, do decreto municipal, minutas para orientação, e hoje nós já temos 260 municípios com os Conselhos Municipais regularizados oficialmente e outros em andamento. Isso é um passo importante porque a gente sai daquele foco de que alguém indica qual é a política que vai fazer no município, mas passa por esse conselho.

Passando para fomento à produção, nós temos ações de distribuição de sementes, distribuição de caprinos e ovinos, distribuição de kit de apicultura, equipamentos. Eu vou passar rápido aqui para não tomar muito tempo. Aqui tem uma sequência por ano. Vocês veem que, em média, a gente atende a 150 mil agricultores familiares com sementes, sendo que tem público certo. Nós atendemos a 100% das comunidades quilombolas, 100% das comunidades indígenas, a todo o público do Garantia Safra, que é um programa que é o seguro da agricultura familiar, e, nos demais lugares, nós trabalhamos com 15% dos agricultores familiares de cada município, sendo que os 417 municípios da Bahia são contemplados com esse programa. Na distribuição de caprinos e ovinos, trabalhamos com 7,5 mil famílias em 2009, com 38 mil animais, e estamos agora com 40 mil caprinos e ovinos em processo de distribuição. Já distribuimos nove mil e, nesse ano de 2015, vamos distribuir o restante, atendendo a oito mil famílias. Todas essas famílias foram selecionadas através de editais. Nós fizemos três editais para seleção de famílias, cada uma de sistema produtivo diferente. Nesses editais, nos critérios de avaliação e de pontuação, foram priorizados os públicos de mulheres, quilombola, tinham pontuação maior, se era indígena, jovem. Dentro da proposta da lista de beneficiários, esses eram itens que tinham uma pontuação maior para a seleção.

A cadeia da apicultura. Esse é um sistema produtivo que a gente deve ter como referência, porque é o mais organizado e é uma referência nessa questão da integração. Tem uma câmara setorial que funciona muito bem. Nessa câmara deve ter aproximadamente 20 representantes institucionais, porque participam da câmara a Suaf, a CAR, a Adab, o Sebrae, a Federação dos Apicultores, as pessoas que trabalham com comércio de produtos apícolas, as universidades. Então, tem uma composição bem ampla, e todas as ações da apicultura passam antes pela câmara. Para implantar uma casa do mel, uma Unidade de Beneficiamento do Mel-UBM, antes passa por essa câmara. Para implantar uma unidade de mel, o primeiro passo é que a Adab vá ao local, verifique se aquele terreno é adequado, para não implantar a casa e depois a Adab verificar que era indevido, então, o primeiro passo a Adab avalia o local. Vai uma equipe técnica e avalia se tem 50 apicultores, no mínimo. É feita toda uma avaliação, se tem a quantidade mínima de colmeias. Depois disso, aí vai dar andamento no processo para implantação da casa do mel. Depois entra o Sebrae orientando na parte de gestão. Então, cada um tem uma função e, para vocês terem uma ideia, essa é a única cadeia produtiva em que foi feito o cadastramento dos apicultores no estado todo, em 2008, 2009. De lá para cá, foram cadastrados 7.900 apicultores na Bahia toda e foram feitos planos territoriais. Nós temos, de 2007 até agora, 80 unidades de beneficiamento do mel. Saímos do terceiro lugar em produção de mel do Nordeste para primeiro lugar, e tem aí uma série de impactos positivos.

O projeto de mudas de mandioca, de multiplicação de mandioca, que é o Reniva. Outro programa é o Garantia Safra, nós tínhamos 22 municípios em 2007, hoje temos 244. Este é um seguro para o agricultor que perde a lavoura. Nós tínhamos 06 mil agricultores em 2007, hoje temos 284 mil

agricultores aderidos no programa. Isso gera um impacto. Para vocês terem uma ideia, no último ano, foram R\$ 182 milhões de reais em indenizações para os agricultores que perderam a safra, recurso federal, estadual, participação dos municípios e dos agricultores, mas o impacto maior é do recurso federal.

Atendimento a jovens, mulheres, quilombolas. Tem aqui 956 mulheres, contempladas nos projetos do último edital, o qual foi feito, em conjunto com a SPM e a Setre. Um dos primeiros editais integrados com várias secretarias. Indígenas, temos poucos projetos, não tivemos muitas ações com indígenas, só tivemos esses dois projetos, atendendo a 40 comunidades.

Na agroindústria, avançamos na questão da legislação, porque não tínhamos uma legislação específica para a agricultura familiar, e isso dificultava muito, porque uma agroindústria, do ponto de vista da legislação, ela tinha que ser grande, e aí a agricultura familiar ficava de fora, porque não podia fazer e não tinha como funcionar, porque a produção tinha que ser grande. O agricultor familiar ficava sempre prejudicado, e a gente conseguiu modificar isso. A legislação foi o primeiro passo, e foram anos de discussão. Não foi uma coisa assim fácil, nem rápida. Do pon-

to de vista de agroindústria ainda, temos parceria com o Sebrae para gestão, porque não adiantava só implantar a agroindústria sem ter a gestão. Conseguimos apoiar essas cooperativas. Aqui é o mapa de onde estão os empreendimentos no convênio com o Sebrae. Aqui também é um resumo de equipamentos de agroindústria que foram distribuídos, de leite, de frutas. Aqui é uma máquina de barra de cereais, também incluída nos produtos da agricultura familiar. Na comercialização, a gente fez feiras, selo da agricultura familiar, que foi criado. Hoje tem produto da agricultura familiar na Cesta do Povo, feira da agricultura familiar nos territórios, feira estadual da agricultura familiar para divulgar os produtos.

Aqui é um resumo da SDR hoje, que a gente falou no início, as instituições, como é que estão organizadas, para trabalhar em conjunto nessa integração. E aqui, para fechar, as parcerias que a gente vai precisar, falando de integração, de como a agricultura familiar precisa se relacionar, e a gente tem aqui indicadas as secretarias e as ações que a gente pode transversalizar. Tem aí a SPM, Sepromi, Setre, SDS, Seagri, todas as instituições que vão ter uma transversalidade nessa relação da geração de renda e desse impacto social da agricultura familiar. Finalizando, é isso.

## **Albene Piau, da Coordenação do Programa Vida Melhor, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte:**

Eu vou falar sobre o que são os centros públicos. Eu sou Albene e faço parte da equipe do Vida Melhor da Setre. Nossa coordenação é enorme, tem 11 pessoas, é uma proposta que a gente acredita, que a gente deu corpo. André já falou um pouco do que é o programa. É uma experiência estadual de implantação dos centros públicos de economia solidária através do contrato de gestão. A Setre, através de edital, fez a seleção, em 2012, que foi o primeiro edital para a seleção de organizações sociais para a execução desse serviço. A economia solidária, desde 2007, já vinha com a ideia da implantação de centros públicos. Inicialmente, foram três – um em Salvador, um em Vitória da Conquista e um em Feira de Santana –, que eram execução direta do estado, mas não eram suficientes para executar em um estado com as dimensões continentais do nosso. A ideia dos centros públicos vem desde 2007, e esse embrião vem ganhando vida nesse formato. Como nós, estado, não tínhamos condições de executar com celeridade, com a eficiência que nós queríamos, fomos estudando os meios, e aí o secretário entendeu que poderia ser via contrato de gestão com organizações sociais. Essas organizações são da sociedade civil e legítimas na execução do programa.

O que são centros públicos? São espaços multifuncionais de fomento à economia solidária e que oferecem aos empreendimentos assistência técnica, um conjunto de serviços necessários para a sustentabilidade de economia solidária. Há um estudo do Sebrae falando da baixa sustentabilidade desses empreendimentos.

Então, a nossa ideia é oferecer assistência técnica, de modo que fortaleça esses empreendimentos e que, quando o estado sair, eles possam caminhar com as próprias pernas. Fazem parte do programa: empreendimentos cujos membros estejam inscritos no CadÚnico – não é pré-requisito, mas é o que se deseja –, já atendidos por outras políticas públicas, porque assim a gente assegura essa convergência, empreendimentos constituídos por povos e comunidades quilombolas. Ser formalizado não é pré-requisito para o atendimento.

O objetivo é dotar de autonomia e flexibilidade administrativa a gestão dos serviços de assistência técnica aos empreendimentos, garantia da consecução ágil e competente dos serviços, porque o serviço é executado por um ente privado, mas é um serviço público, universal e gratuito, dotar a organização – pelas leis das organizações sociais, elas têm autonomia administrativa, então, isso facilita a execução do programa –, autonomia administrativa e financeira para a entidade qualificada e selecionada. Aí cabe uma ressalva: a Saeb é quem qualifica essas instituições. A lei de organização social tem uma listagem de documentos e situações que a organização social se qualifica, pré-requisito básico para a assinatura do contrato de gestão, que ela seja qualificada como organização social. Por meio das organizações sociais, o estado alcança um maior número de beneficiários, garantindo a coesão metodológica e a qualidade própria do serviço.

A gente chama de assistência técnica a rede de economia solidária, comércio

justo, aquilo que André falou. É executada por um ente privado, mas é uma atividade pública. No primeiro edital foram nove territórios, é uma política territorializada. No primeiro lote, Região Metropolitana de Salvador, são quatro lotes, ou seriam, porque um desses lotes, o número 1, que é da área de Simões Filho, na época do edital, uma das entidades entrou com um recurso porque entendia que a outra tinha fins e caráter devocional e confessional. Com isso, atrasou todo o processo desse lote 1, e acabou que a PGE entendeu que o tempo não era mais possível para fazer o contrato com a Fundação Terra Mirim, que foi a vencedora desse primeiro lote. E aí Salvador ficou com três – um na Barra, um na Sussuarana e um em Mares.

Depois vem o Recôncavo. Esse é o que está por último em execução, é o mais novo em execução desse edital, porque a Cediter também teve um problema com o nome, que é centro ecumênico, e também se achou que tinha caráter devocional e confessional, o que atrasou a assinatura desse contrato, que foi o último a ser assinado, e, então, ele tem uma diferença na execução. Sertão Produtivo, Litoral Sul, Bacia do Jacuípe, Sertão do São Francisco. O Pangea é quem executa o Cesol de Mares e de Sussuarana. Esses projetos são da ordem de R\$ 3.200.000, ou R\$ 1.600.000/ano. A sede do Recôncavo é em Cruz das Almas. Agora em março está sendo inaugurada uma loja, que a gente chama de espaço de formação, em Cachoeira. O IDSB executa o do Sertão Produtivo, lá em Guanambi; a Rede Pintadas, Itabuna e Litoral Sul. Se vocês observaram, tem valores diferentes ali, mas é o que está contemplado em cada proposta, quando da seleção do edital, mas o valor máximo é R\$ 3.200.000.

Quais são os componentes de instalação do Cesol? Ele tem uma coordenação geral, um auxiliar administrativo, um coordenador da área administrativa, um coordenador de área técnica, financeiro e de RH, dez técnicos

de gestão e quatro agentes socioprodutivos. Nós fizemos, na época do edital, um exercício de horas, e cada centro público tem no mínimo 19 funcionários.

Aí estão os serviços: diagnóstico e análise, estudo de viabilidade econômica, que é pré-requisito básico para todos os empreendimentos, porque é a partir do estudo de viabilidade que é feito um plano de ação, e as assistências técnicas geram em torno desse plano de ação. É aquilo que André falou: o cara faz farinha, quanto custa a mandioca, quanto custa o forno, tem ganho, não tem. A gente faz o acompanhamento e monitoramento *in loco*. São os relatórios trimestrais que eles enviam, nós vamos lá, esse relatório segue para o secretário e para o Congeos, que é o Conselho de Gestão de Organizações Sociais, lá na Saeb. Seminários e encontros e o CadCidadão. No primeiro encontro, eu falei aqui do CadCidadão, que, para mim, é uma ferramenta fantástica, mas que, infelizmente, ainda precisa de melhorias para operacionalização.

Esses são os resultados hoje. Bacia do Jacuípe tem 112 empreendimentos, 448 famílias. Muitos desses empreendimentos já estão com produtos com código de barra, o que significa dizer que eles já passaram por processos de certificação externos e estão no mercado. Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Barra, Sussuarana, Mares. Então, esses números, nós temos 1.132 empreendimentos atendidos, 4.528 famílias. Esse mapa não está atualizado porque estão faltando os dez novos centros públicos. As imagens: esse é o da Barra, esse é o de Sussuarana, Pintadas, Juazeiro, Itabuna, Recôncavo, que fica dentro da UFRB, e esse aqui é Guanambi.

Quais são os principais desafios dessa política? O quadro técnico, as academias, nós não temos gente formada em cooperativismo e em economia solidária e em áreas afins. A transferência de ativos, que nós não conseguimos fazer, porque seria feita diretamente pela Setre, a partir da demanda dos centros públicos, mas nós

não conseguimos fazer. Acompanhamento do Cesol com maior sistematização, estar mais perto mesmo, mas, por muitos outros problemas, a gente não consegue fazer. E a sistematização da política.

O novo edital já está de fim para pagamento. São dez novos centros públicos. O lote 1 é Portal do Sertão e mais os municípios de Lamarão, Valente, Candeal, Biringa e Serrinha. Esse vai funcionar onde funciona o armazém, a sede. A entidade pode escolher onde ela vai co-

locar o centro público. Irecê, Bacia do Rio Grande, Itaparica e Semiárido Nordeste II, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina e mais aqueles municípios. Lote 7: Médio Rio de Contas e Baixo Sul, Chapada Diamantina, Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas. Estão faltando dois aí, que são Vitória da Conquista e Extremo Sul e Costa do Descobrimento, porque foram duas entidades que concorreram e houve problemas. Então, esses dois ainda vão ser contratados. Muito obrigada.

## **Adalva Tonhá, Diretora de Planejamento Habitacional, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano:**

Bom dia. Eu sou Adalva, sou originária da Conder e estou trabalhando na Sedur há três anos, na Diretoria de Planejamento Habitacional, tentando dar continuidade a algumas ações que já tinham sido iniciadas e no processo de tentar fazer com que a política de habitação seja uma coisa mais contínua e implementada e que possa, a partir daí, ter resultados nesse sentido. Eu vou tentar dar um apanhado geral rápido em relação à evolução desse processo e, a partir daí, chegar nas propostas que a gente está trabalhando hoje, que seria a priorização de ações.

A implantação da Pehis foi em 2008, que é exatamente o que se pretende trabalhar dentro do foco da moradia digna, se trabalhar dentro de uma ação que seja mais ampla e que a qualidade seja mais eficiente do ponto de vista das ações de integração. A caracterização que a gente vai trabalhar aqui é exatamente em cima de um histórico, o perfil da demanda, a parte do cenário atual, as inscrições, os centros municipais de habitação de interesse social, um diagnóstico rápido em relação ao que foi trabalhado dentro dos

dados que já foram levantados pelo Planehab, e os pontos críticos e os cenários propostos. Essa é a base de trabalho que a gente vai apresentar, exatamente em cima do Sistema Estadual de Habitação, do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, que a gente já concluiu, e estamos agora montando a proposta já de publicação, e o planejamento estratégico de habitação, a proposta de priorização dos municípios.

Para a gente ter uma ideia como estava o cenário, esse era o cenário de 2009. Depois de ter passado por um grande período quando não se tinham programas habitacionais, uma política habitacional mais efetiva, se começou a ter alguns resultados nesse sentido. A característica da época era mostrada como estavam os estados e uma forma geral em relação à questão do déficit, da demanda absoluta. Se vê que a Bahia era um dos estados que estavam em uma situação mais crítica naquela momento. A gente tinha realmente uma situação bastante crítica dentro do país. Aqui a gente vê que a Bahia era o estado que tinha o maior déficit em relação à faixa priori-

tária de 0 a 3, que é exatamente o azul, que é onde está a situação mais crítica em relação a todos os estados. Isso foi exatamente como começou o processo, em 2009, a partir da implementação de uma política mais ativa.

Dentro do estado da Bahia, nós tivemos uma trajetória que começou desde a parte da criação do conselho, que se deu lá em 2007, e veio, através dos critérios de coparticipação ativa dentro do conselho da cidade, onde se construíram algumas resoluções que foram sendo amadurecidas ao longo desse período, com a implementação de alguns decretos de regulamentação, atrelados sempre ao que estava sendo estabelecido pelo governo federal, à política do governo federal. E chegamos hoje, na realidade, a uma instrução normativa que dispõe, inclusive, sobre toda a questão de critérios que podem ser trabalhados em relação à priorização de ação, à priorização de beneficiários. Isso sempre atrelado a uma participação efetiva da sociedade de uma forma geral, que foi construído a partir do Conselho Estadual da Cidade.

Os critérios hoje que a gente trabalha em nível de seleção de demanda têm como base os critérios federais para o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas nós utilizamos esses critérios de uma forma mais ampla, para priorização dentro de outros programas do sistema Casa da Gente, que é um sistema estadual. Os critérios federais, hoje, trabalhados em nível de governo federal, são exatamente para priorização e seleção de demanda. Famílias residentes que tenham sido desabrigadas em áreas, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, pessoas que possuam na família pessoas com deficiência, com uma cota definida, para deficientes, de 3%, e para idosos, de 3%. Nós trabalhamos com esses três critérios e mais os critérios que são definidos para municípios que tenham população superior a 50 mil habitantes, que entra a condição de vulnerabilidade social, exatamente considerando o índice de dependência, tomando como base o índice de dependência do município, famílias vinculadas

ao movimento de luta por moradia e tempo de inscrição no cadastro. Para municípios menores, famílias em condição de vulnerabilidade, mantendo o tempo de residência no município e tempo de inscrição no cadastro do município ou no estado. A cota de deficiente foi ampliada para 7%, e do idoso foi ampliada para 10%, considerando exatamente o perfil que tem hoje a população.

Isso é o quadro que a gente tem hoje de inscritos dentro do sistema de cadastro do Casa da Gente. Os municípios, de uma forma geral, têm ampliado, inclusive, essa performance de inscrição. Nós temos hoje 619 mil inscritos no estado, e desses 619 mil, 399 mil são do município de Salvador. Isso é a última informação que a gente tem, agora de janeiro, e essa é mais ou menos a distribuição. Essa parte que é amarela é exatamente onde você tem um número de inscritos menor, e essa parte mais escura é onde você está com um maior número de inscritos. Esse é um processo que, na realidade, não reflete muita coisa porque, às vezes, a população não tem esse esclarecimento de trabalhar em cima das inscrições que possam tentar trabalhar em cima de uma unificação. Essa proposta de se abrir esse processo de inscrição e padronização é para se tentar criar uma base de dados onde a gente tenha uma uniformização em relação ao perfil dos inscritos e em relação à demanda propriamente dita. Hoje a gente trabalha muito com base em dados secundários e, para se construir uma base mais real, a gente precisaria chegar mais próximo disso e pegar a informação diretamente do município.

Um dos pontos em que se vem trabalhando nesse sentido é que não adianta a gente ter uma política estadual de habitação se essa política não se refletir em cima de uma política municipal. Então, a proposta que se vem trabalhando nesse sentido é se tentar estruturar, somar no processo que os municípios possam ter uma estruturação própria. É uma coisa muito difícil, porque hoje não existe, na realidade, uma capacitação, quer dizer, os municípios, de uma forma geral,

têm uma carência muito grande até de profissionais qualificados nesse sentido. Então, a gente tem prestado uma assistência técnica nesse sentido, de tentar consolidar não só a questão do conselho como a questão dos planos locais de habitação e fundo, que, na realidade, são prerrogativas e pré-requisito para que eles possam, inclusive, ter acesso a recursos dentro do fundo nacional.

Então, o que a gente fez? A gente tem um termo de adesão que vem sendo trabalhado junto a esses municípios que tem exatamente o objetivo de estabelecer um compromisso entre o município e o estado na prestação dessa assistência técnica e na troca de informação, para que se possa, a partir daí, construir esse banco de dados, que seria não só um banco de dados em relação à questão da caracterização de demanda, mas um banco de dados que a gente pudesse trabalhar também em nível de perfil mais específico de cada região, de cada município desses, inclusive com informações referentes, por exemplo, à questão de áreas subnormais, que são informações extremamente difíceis de a gente ter e que só o município é que tem esse levantamento, que tem essa informação de forma mais fácil, na troca dessas experiências.

Então, em cima disso, a gente tem trabalhado esse termo de adesão, que tem como foco principal exatamente o Cadastro Único, ou seja, ter uma avaliação real da necessidade de habitação que existe, elaboração de análise conjunta de projetos, ter uma orientação nesse sentido, dar um suporte em relação a isso e prestar uma assessoria, uma assistência no acesso aos recursos públicos. Dentro desse processo, nós começamos a trabalhar em 2011 e fizemos já uma sensibilização de vários municípios: 364 municípios foram mobilizados. A sensibilização, na realidade, é um processo em que você vai, vamos dizer assim, como formiguinha. Você, primeiro, entra em contato, trabalha, passa alguns materiais e começa, a partir daí, a trabalhar esse processo de conscientização. E hoje nós temos, efetivamente, 126 municípios que

estão já com termo de adesão assinado, mas que precisam ainda de um trabalho de continuidade dessa ação, para que possam efetivamente começar a participar do processo. Dentro disso, nós temos hoje 12 municípios que já estão trabalhando, pelo menos já estão se inscrevendo e utilizando a nossa base de cadastro, para poder fazer a hierarquização das pessoas a serem beneficiadas.

Dentro dessa própria estruturação do SMHIS, o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, outro ponto que a gente tem trabalhado de forma bem ativa é em relação aos planos locais de habitação de interesse social, quer dizer, eles em relação aos planos mais simplificados e aos planos mais complexos, para que os municípios possam, isso é uma obrigação que os municípios têm que ter, inclusive junto ao governo federal, junto ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Hoje, na realidade, se esses municípios não tiverem esses planos, eles não têm condição de acessar esses recursos. Então, em relação ao sistema nacional, o prazo que tinha previsto para os simplificados era 30/6, e para os não simplificados era 31/12/2012. E uma grande parte dos municípios hoje ainda não está com esse instrumento que vai habilitá-los a ter acesso a esses recursos.

Hoje nós temos, dentro da distribuição do estado, 303 municípios que podem fazer o plano simplificado, que é exatamente aquele plano que ele faz através apenas de uma planilha que ele preenche, praticamente, com uma orientação, mas que não precisa fazer um trabalho em campo, de pegar uma série de dados locais. Ele, na realidade, pode ser construído de forma bem mais fácil, apesar de não ser tão bom quanto o plano completo, que você faz todo um diagnóstico bem mais real em relação à situação. E os municípios que têm que fazer o não simplificado, que são os que têm população abaixo de 50 mil ou que fizeram alguma captação de recurso junto ao ministério.

A fase de elaboração desses planos, no ano de 2011, a gente tinha nove municípios só com plano. Hoje a gente já conseguiu

uma evolução significativa nesse sentido. E os PLHIS, os simplificados, nós temos um grande número de PLHIS concluídos, 82,27%, e os não simplificados a gente tem um número de 55,48%. No geral, nós estamos com um número significativo ainda de municípios que não iniciarem esse processo, esses planos, e que deverão ser objeto de uma ação contínua, de uma ação mais ativa, para que eles possam ter consciência de que isso bloqueia, inclusive, o acesso deles a uma série de fontes de recursos.

Um dos planos que têm que ser também elaborados é o do estado. E aí é exatamente o que eu falei: o Planehab é um plano que a gente concluiu no ano passado, e estamos com ele hoje já na fase de publicação, de divulgação e distribuição junto aos municípios. O que se entende? Se entende que, na realidade, o objetivo do Planehab é dar essas diretrizes, estabelecer algumas diretrizes do ponto de vista de você fazer um levantamento do déficit como um todo. Para isso, é fundamental que a gente tenha realmente a integração com os planos locais, os planos regionais, que a gente possa estabelecer metas de longo prazo e de curto prazo casadas, com ações transversais, inclusive, e que essa articulação das políticas tenha um caráter realmente territorial, porque não adianta você ter uma política isolada porque você não vai ter o reflexo na habitação no seu conceito total, no seu conceito amplo de moradia digna.

O objetivo do Planehab é também você trabalhar de forma que você possa fazer um direcionamento na aplicação de recursos, um direcionamento na aplicação de subsídios e que você possa trazer algumas ações, que possa ter uma assistência técnica mais efetiva na parte de regularização fundiária, que é um dos pontos críticos. O plano, na verdade, é um plano de habitação de interesse social e regularização fundiária. O processo que a gente tem enfrentado em relação a isso é um processo de falta de possibilidade de divulgação desses dados do ponto de vista de você ter uma inter-relação

contínua em relação aos municípios. Hoje eu acho que é extremamente importante a gente ter claro que os dados produzidos têm que ser imediatamente utilizados, porque senão eles começam a ficar defasados, e não tem absolutamente nenhum sentido você estar com eles. Então, falta ser implementada uma política que você possa ter essa transversalidade e, inclusive, verificar – por isso que eu acho que é tão importante esse tipo de encontro, esse tipo de ação – quais são os mecanismos, quais são os meios que a gente pode, a partir daí, montar um banco de dados, e esse banco de dados estar disponibilizado para que possa ser utilizado no planejamento de forma ampla.

Isso é uma caracterização em relação ao diagnóstico do Planehab. Ou seja, 367 mil era o déficit urbano, 183 mil, isso em 2010. A caracterização em relação a loteamentos irregulares, favelas e cortiços, onde tinha algum plano de urbanização, algum tipo de orientação urbanística de ocupação e uso do solo. O déficit habitacional total, 551 mil, e essa era a característica desse déficit. Domicílios improvisados, rústicos, e aí a gente vê, por exemplo, que tem um acentuado ônus excessivo com aluguel em relação a famílias conviventes. O diagnóstico em nível de estado, dentro dessa característica, a gente vê que, por exemplo, você tinha uma concentração do déficit urbano na área de Salvador e RMS. Em relação ao déficit rural, essa é uma região que tem realmente um déficit menor. O estado tem uma característica grande de carências do ponto de vista da habitação, não só do déficit quanto da qualificação, principalmente no interior.

Isso é o que foi feito dentro do processo, a partir de fevereiro de 2015. Dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, foram contratadas 163 mil unidades, das quais 87 mil foram inauguradas. Dentro do FAR, que é exatamente onde tem os municípios acima de 50 mil, alguns municípios caracterizados que podem ter acesso a esses recursos, com regiões metropolitanas ou ações específicas de implantação de programas de desenvol-

vimento regional. Oferta pública, o Sub-50, que atende aos municípios menores, nós tivemos 13 mil; Minha Casa, Minha Vida Entidade, 2.300; e o PNHR, 6.300. Então, a gente vê que a atuação em relação ao meio rural foi muito pequena, porque você está praticamente concentrado aqui em cima do PNHR e de algumas ações do Minha Casa, Minha Vida Entidade. O Sub-50 teve uma atuação muito pequena. A gente tem hoje um universo de mais ou menos 8 mil a 9 mil unidades nessa implantação de ações ligadas ao rural.

Análise em relação à questão do déficit por território de identidade. A gente verifica, por exemplo, isso aqui a gente fez uma avaliação em relação ao que foi, qual era o déficit em 2010, o que foi produzido de 2010 até agora, o que foi inaugurado ou que estava em andamento no final de 2014, em andamento normal, e, a partir daí, se fez uma projeção do déficit em 2014. Essa projeção do déficit mostra exatamente que teve uma significativa evolução – a gente vê o estado, está aqui. Alguns territórios têm um déficit bem mais elevado do que o do estado. O escurinho é exatamente de 2010, e o verde, o de 2014. Houve, na realidade, uma atuação significativa em alguns territórios. A gente vê, por exemplo, que, em relação ao déficit relativo, em 2014, o Baixo Sul ainda apresenta um déficit relativo alto, e Vitória da Conquista teve uma evolução significativa nesse processo.

Em relação à questão do déficit absoluto, o território que tem hoje a maior expressão – e que, na realidade, não podia ser diferente – é o Metropolitano, que tem um déficit de 90 mil unidades, e Bacia do Paramirim é o que tem o menor, com 974. Então, em relação ao déficit absoluto, a gente vê que essa diferença é significativa exatamente pela concentração que existe no território Metropolitano. Em relação à questão rural, ao déficit rural, a atuação não teve nenhuma alteração de 2010 para 2014. Você vê, por exemplo, o percentual dos homicídios, de 17% passou para 16%, exatamente porque

a atuação foi muito pequena, muito baixa em relação à necessidade. O déficit relativo hoje: o Baixo Sul é o que se apresenta maior, e o de Irecê, o menor. E o déficit absoluto: Sisal é o maior, e Itaparica, o menor.

A partir disso, a gente começou a tentar trabalhar sobre o que a gente vai fazer para poder atuar nos próximos anos. Então, vamos trabalhar em cima de um planejamento estratégico, como pode ser construído isso. E aí se partiu para se trabalhar em cima de considerar alguns aspectos. Primeiro seria a questão da variável do déficit relativo urbano e rural, 2010 com essa projeção para 2014. O incremento populacional: porque, às vezes, o município tem um déficit alto, mas ele está perdendo população. Então, o melhor investimento nele é habitação? Essas avaliações foram feitas. Então, se considerou como variável o incremento populacional entre 2000 e 2010, a taxa de urbanização – por exemplo, um programa em que você vai trabalhar em cima de déficit urbano não pode ser o mesmo que o de déficit rural, então, a taxa de urbanização é extremamente importante para você poder fazer essa avaliação – e o índice de vulnerabilidade, que é exatamente o índice de extrema pobreza que existia em relação a cada um daqueles municípios.

Se fez essa avaliação em relação a todos os 417 municípios, considerando a característica urbana e rural, o déficit urbano e rural. Para o déficit urbano, a gente fez um corte considerando que deveriam ser trabalhados os municípios com população acima de 30 mil habitantes prioritariamente. E para o déficit rural, os 417 municípios na mesma condição. Se fez uma média ponderada, estabelecendo pesos para essa avaliação. Esses pesos foram: peso 3 para o déficit, peso 2 para o incremento populacional, peso 1 para a taxa de urbanização e peso 1 para vulnerabilidade. A partir daí, se construiu uma hierarquização dos municípios e se classificou esses municípios como de priorização alta, média e baixa. Dentro dessa classificação, a gente fez uma avaliação de como estava a distribuição em nível de população, com

base em 2014, em relação aos municípios. A gente vê, por exemplo, como está a nossa distribuição. Nós temos 15 municípios com população entre 100 mil e 350 mil, e 370 municípios com população abaixo de 50 mil, ou seja, 90% dos nossos municípios estão com essa característica – isso em cima de 2014. E como funciona isso? Essas cidades são mais atrativas, menos atrativas? Como foi o incremento populacional? E aí se pegou um trabalho que foi feito pela SEI sobre a rede de cidades, um trabalho que foi feito em relação a cidades médias, e se fez um parâmetro considerando um diferencial de priorização para essas cidades quando se fosse trabalhar em nível de planos regionais e programas regionais, inclusive em relação à questão dos consórcios.

Dentro desse planejamento, como eu tinha colocado anteriormente, nós fizemos a classificação dos municípios, de priorização, no caso aqui, o déficit urbano. Foram considerados com prioridade alta 99 municípios, o que corresponde, na realidade, a 76% da população urbana em 2010, corresponde a 67% da população total, e corresponde a um déficit de 73%. Ou seja, esses 99 municípios estavam, na realidade, com a grande maioria do problema do déficit habitacional. Em relação à média, na classificação média, a gente tem também uma caracterização atendendo a 25 territórios, 131 municípios, onde você tinha 19% do déficit concentrado. E a baixa, 5,48%, ficaram de fora 112 municípios, que não foram priorizados porque eles não tinham uma representatividade do ponto de vista do déficit urbano.

E aí se construiu esse gráfico, onde você vê exatamente o número de municípios que estão sendo trabalhados, que estão sendo priorizados, para cada um dos territórios, considerando que é alta, média e baixa prioridade. Então, a gente vê, por exemplo, que alguns territórios que têm uma grande concentração, quer dizer, considerados como alta, exatamente porque são os territórios que têm hoje o maior problema

concentrado. Não só o problema do déficit, porque, às vezes, o município tem um déficit alto, como eu coloquei, mas ele tem uma taxa de urbanização muito baixa, tem 30% só da população urbana. Então, nesse caso, ele não é priorizado para o urbano, ele vai para o rural.

E aí se construiu esse mapa, que, por sinal, está interessante. Eu estava olhando um comparativo dele com aquela questão do cenário de habitação que vocês tinham colocado, e ele tem uma coisa muito similar, tem muita coisa parecida. Então, dentro dessa priorização, a gente construiu esse mapa, que é exatamente o mapa urbano, de prioridade de combate ao déficit urbano, em que se estabeleceu alta e média prioridade. Os territórios que têm maior concentração seriam Costa do Descobrimento, que está com 100% dos municípios priorizados; Baixo Sul, 93%; Piemonte do Paraguaçu, 92%; e Metropolitan, 90%. Esses quatro territórios concentram 45% do déficit urbano. Em relação aos que têm menos municípios atingidos, nós temos o Bacia do Paramirim, com 11%, Sertão Produtivo, Vale do Jiquiriçá, até chegar a Bacia do Jacuípe. Nesses aí, nesses territórios, nós temos uma concentração de apenas 8% do déficit urbano, ou seja, está refletindo quando se verifica que a proposta que está sendo feita está sendo rebatida em cima de uma coisa muito real. É essa a prioridade que está sendo colocada, dentro dessa estratégia, para priorização dos municípios em relação à atuação do déficit urbano.

Em relação ao déficit rural foi feita exatamente a mesma coisa. No déficit rural, nós não demos aquele corte na população de 30 mil, mas pegamos os 417 municípios. E aí o universo a que se chegou foi esse aí. Praticamente todos os territórios estão sendo atendidos em relação à alta, 25 territórios. E a gente verifica o seguinte: 105 municípios correspondem a 46% do déficit. A população foi distribuída mais ou menos um terço para alta, média e baixa prioridade, mas o déficit

é inversamente proporcional. Você vê que 105 municípios estão com 46% do déficit, e 41% estão com 23%, ou seja, é o inverso, mostrando exatamente que a proposta também está refletindo.

Aqui está a distribuição, e a gente vai ver aqui, nesse gráfico, os três grupos que foram considerados. Então, o grupo de alta prioridade, onde você tem o maior número de municípios com maior concentração de déficit, o de média, que é mais ou menos igual, 30% para cada, e o de baixa, que você tem o maior número de municípios com uma concentração menor do déficit rural. E essa é a distribuição para o déficit rural. Existem alguns municípios que estão hoje sendo considerados prioritários, tanto do ponto de vista urbano quanto do ponto de vista rural. São aqueles considerados em situação mais crítica. E existem alguns que têm uma característica que é muito mais do ponto de vista de você priorizar a ação em relação à questão rural. Por exemplo, o Baixo Sul, que está com 93% dos municípios beneficiados, Piemonte da Diamantina, Bacia do Rio Grande. E os que estão menores são o Metropolitano, que era de se esperar, Médio Rio de Contas, Litoral Sul e Irecê.

Qual é o objetivo de se trabalhar em cima disso? Primeiro, definir qual é o tipo de assistência técnica e apoio que se deve dar aos municípios, qual é o tipo de programa em que ele deve estar mais enquadrado, e como é que se pode fazer com que esses municípios tenham algum acesso a financiamento, a recurso, para poder pelo menos tentar minimizar o seu problema. E é exatamente em cima disso que está sendo feito um levantamento de todas as fontes de recursos que podem ser trabalhadas, todos os programas que estão previstos para a Bahia em nível de governo federal, e a gente tem uma orientação em relação aos municípios de como é que eles podem também conseguir trabalhar em cima de um fundo próprio, já que eles constituíram o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, e como eles

podem trabalhar para que possam ter um trabalho contínuo, uma política contínua. Dentro do governo estadual, a gente tem como receita principal o fundo estadual de combate à pobreza; tem uma outra receita, que é venda de imóveis, que é uma coisa que está ainda muito incipiente, que tem que se reforçada, para que possa também ter uma ação contínua, e os recursos do governo federal.

Um ponto que é extremamente importante para a gente colocar. Primeiro é que a gente não analisou praticamente nada em relação à demanda qualitativa, ou seja, a melhoria da qualidade das unidades habitacionais que existem hoje que estão inadequadas e que precisam ser melhoradas. Isso é uma análise que a gente está começando a pontuar agora, a partir dos planos locais de habitação de interesse social, porque eles vão alimentar essa informação. Nós temos as informações secundárias, mas o que vai refletir a realidade nesses aspectos é o plano local. Por isso é tão importante que ele seja implementado. E uma outra questão é a integração, quer dizer, a participação dos conselhos, é ter uma sociedade muito mais participativa, porque você tem muitas indicações, muitos caminhos que são percorridos e identificados a partir daí. Para isso, a integração das políticas públicas é fundamental, porque muito do que foi feito dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida hoje não tem aquele rebate, aquele resultado esperado, porque faltou uma integração de políticas públicas. Faltou escola, faltou saúde, faltou o transporte agregado. Quer dizer, o programa foi concebido em um momento em que você tinha outras questões a serem resolvidas, como as questões econômicas, e que, na realidade, esse era um ponto alto. Hoje, para vocês terem uma ideia, para cada três unidades que se constroem, você tem dois empregos diretos que são gerados. Então, esses rebates foram extremamente importantes, e a Bahia teve uma atuação significativa nesse processo, mas tem que

avançar muito, principalmente na transversalidade da política e na priorização de forma integrada.

Para isso, a ação do município integrado com o estado é fundamental. Qual é o papel do município no estado? É tentar construir isso conjuntamente e estabelecer uma política de relação, uma política de troca de informação e de subsídio que possa, a partir daí, fortalecer não só a ação do estado como a ação também do município. O município, hoje, tem uma limitação muito grande. Não só uma limitação de recursos, mas também uma limitação técnica, limitação até de acessibilidade, de ter acesso às informações, ter acesso ao recurso, acesso aos programas que existem hoje. E isso é fundamental para que ele possa, a partir daí, começar a estruturar uma política mais continuada da ação.

Dentro dessa ação, a gente tem o que a gente chama de pós-ocupação, que é uma ação que tem essa característica de você identificar e, além de identificar o que existe ali de equipamentos em torno de uma ação que vai ser feita, de um empreendimento que vai ser feito, você saber se esses equipamentos são suficientes para atender a essa demanda nova que está chegando, que você está entrando, que você está colocando. Aí é outro tema que a gente tem trabalhado, que é a assistência técnica em relação aos relatórios de diagnóstico que os municípios têm que elaborar e que têm que ser feitos de forma correta para que possa não ter problema do remanejamento de famílias e criar um monte de problemas do ponto de vista de utilizar a escola, ficar com o filho fora da escola, ficar em situação crítica.

E a parte do trabalho social. Hoje, quando se trabalha, principalmente, em cima das cidades médias, das cidades maiores, que são as cidades em que você tem uma característica bem mais urbana e os programas são voltados para a questão urbana, os problemas urbanos que você tem hoje, situações em que famílias não têm nem um esclarecimento real de como usar aquela unidade habitacional ou alguns serviços que estão ali. Por isso, o trabalho social hoje é fundamental, e ele faz parte de um processo que deve ser começado muito antes, deve ser trabalhado de forma persistente muito antes de quando você começa a identificar essas famílias nessa situação. E isso tem que ser feito de forma casada com o município, isso tem que ser feito em parceria, através dos outros programas de educação, geração de renda e saúde.

Outra questão que eu não posso deixar de colocar aqui rapidamente é a questão da geração de renda. Hoje, você tem um programa desses, e ele tem que ser casado com o programa de geração de renda. É fundamental, para que você possa dar uma condição mínima de habitabilidade, condição mínima de vida para uma família, para uma pessoa que recebeu uma casa, que melhorou muito a qualidade de vida dela, se ela não tiver acesso a renda, se ela não tiver como garantir aquilo, ela sai, e aí a política e o programa que se está implementando, a dificuldade do subsídio que está se dando, ele passa, não tem nenhum efeito. Então, o casamento do programa com o trabalho social, o casamento da ação de habitação com a integração das outras políticas e com um programa específico e direcionado de geração de renda é fundamental.

05.mar/15, Tarde

## **Antônio Almerico Lima, Superintendente de Desenvolvimento da Educação Profissional, da Secretaria da Educação:**

Boa tarde. Tarefa árdua apresentar toda a discussão sobre educação e pobreza. Eu vou tentar apenas levantar algumas provocações, algumas reflexões, para que a gente possa compor esse conjunto de ações articuladas, que, para nós, é o fundamental nesse processo de trabalho coletivo. A primeira questão é a gente superar um senso comum, que é uma visão salvacionista da educação. É como se a educação sozinha resolvesse tudo. Vamos educar todo mundo que resolvemos o problema da pobreza, da renda etc. Então, educação e trabalho têm uma relação complexa, que não é imediata e é multideterminada. Acho que isso é uma perspectiva importante para a nossa construção.

Primeiro, eu faço, com isso, uma crítica à teoria do capital humano, da década de 60, que levanta uma possível relação direta entre renda e educação. Aliás, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia fez um trabalho interessante há dois anos, saiu uma revista, que contradiz isso com dados, inclusive da Bahia, que eu acho um dos trabalhos mais interessantes que eu vi nos últimos tempos, demonstrando que essa relação não é imediata. Para grandes agregados, tudo bem, mas quando você desce no território, quando você desce nos estratos de renda, você vai ter variações, e isso não nos ajuda a planejar se a gente pensar apenas os grandes agregados de informação.

Quais são os fatores que mediatizam a relação educação e renda? Primeiro é o nível de desenvolvimento e o modelo que é adotado nesse desenvolvimento. Obviamente, um modelo que não seja inclusivo, que seja um modelo de concentração de renda, a educação não vai ter esse efeito tão forte como teria em um processo em que você faz distribuição de renda. A necessidade de pessoas qualificadas será diferente e em diferentes formas e níveis do que você tem quando você faz apenas baseado na concentração. A questão da espacialização do território também é uma questão importantíssima, aliás, pouco trabalhada no âmbito da educação. A gente tem discutido muito a ideia de territórios educacionais, com elementos que se mesclam com as outras discussões territoriais. E o investimento público e privado. É muito interessante de ver que, variando o investimento público e privado nas mais diversas áreas, você também varia o impacto que a educação tem na renda e na superação da pobreza. Se eu invisto bastante em saneamento e qualifico a população local para trabalhar na área de saneamento, eu posso ter aí uma superação da pobreza. Se eu não faço isso, se eu não tenho uma política de saneamento ou se eu prefiro importar mão de obra, eu posso, ao contrário, precarizar mais ainda as condições. Inclusive, já tem estudos bastante interessantes sobre a degradação da vida de populações das mais diversas, tradicionais,

ribeirinhas, com a introdução de grandes projetos. Então, é preciso pensar que qualquer grande projeto tem que pensar essa sustentabilidade social no processo, com a utilização da mão de obra local.

Outra coisa também que mediatiza são, claro, as políticas públicas de distribuição de renda e de acesso a serviços. Evidentemente, se eu tenho uma política de distribuição de renda, essa relação é alterada, haja vista, por exemplo, o Programa Bolsa Família. A obrigatoriedade de você ter frequência na escola dos filhos dos beneficiários dá uma chacoalhada nessa situação, e, ao mesmo tempo, por incrível que pareça, parte dessas pessoas começa a ter uma resistência – é uma parcela pequena, mas a gente já detectou isso na prática – em ter acesso à educação, porque isso seria um fator de saída do Programa Bolsa Família. Eu estou falando isso porque distribuimos um milhão de cartas, na época do Projovem, Projovem Urbano e Programa Trilha, e sentimos nos municípios a reação negativa ao programa, como se a entrada no programa significasse a saída do Programa Bolsa Família. Então, a gente tem que trabalhar tudo em uma base de mediação.

E aí tem outra questão importante que é como a mão de obra e o mercado de trabalho se comportam. No caso aqui, eu estou reproduzindo um pouco da discussão que nós fizemos na época do Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho. Achávamos, então, uma coisa até ingênua, meio romântica, que bastava dar um recurso para o empresário, que ele automaticamente daria o emprego do jovem, seria uma relação direta, eu dou um subsídio ao empresário, e ele contrata o jovem, aquele jovem com aquela característica. Verificamos que não foi isso. A adesão foi baixa. Dentro do Programa Primeiro Emprego, que eram vários subprogramas, o programa de menor adesão foi exatamente esse que dizia para o empresário que empregasse o jovem com aquela característica que ele teria um subsídio. E aí a gente foi verificar que o empresário,

para ele tomar essa decisão de contratação, além do ambiente econômico, do ambiente favorável – e aquele não era um ambiente, em 2013, tão favorável assim –, ele também tinha outros elementos. Um elemento é a logística da mão de obra. Quer dizer, a mão de obra é fácil de encontrar? Ela mora ao lado da empresa? Ela mora distante? Ela mora em uma favela? Ela mora em um local onde possa haver uma manifestação que impeça que ela venha ao trabalho? Tudo isso são elementos que o empresário observa na hora de contratar. Outras são as qualidades adstritas, quer dizer, aquelas do indivíduo. É negro? É mulher? É jovem? É velho? É homossexual? Tudo isso também são elementos que fazem com que muitos empresários não contratem, e o jovem, particularmente, sofre muito isso. Ele é visto como alguém irresponsável, um estereótipo do irresponsável, do que não pode assumir tarefas mais complexas, não tem experiência, e por aí vai. Isso também dificulta bastante, mas isso varia de local para local. Tem empresário que não contrata mulher, outros já contratam a partir de determinadas características que ele acha que são naturais, que também é uma forma de discriminação.

E tem uma questão, que é essa que eu vou tentar aprofundar, que é a questão do conhecimento. Conhecimento aqui eu vou dividir em três partes: experiência, escolaridade e qualificação. Tudo isso compõe essa dimensão conhecimento da mão de obra, que é um elemento que o empresário vai se direcionar. Então, eu concluo aqui que educação é uma condição necessária, você não consegue fazer um desenvolvimento, inclusão, sem educação, mas ela não é contingente. Eu preciso ter outro conjunto de questões que possam dar conta do processo.

Aí você vai dizer: sim, mas a educação serve para quê, se não serve para isso em uma relação direta? Aí vamos tentar verificar que a educação tem uma ação, tem um resultado, que não é mensurável do ponto de vista da renda propriamente dita, mas

da melhoria da qualidade de vida. A Unesco tem vários estudos que demonstram, por exemplo, que o aumento da escolaridade aumenta a idade do primeiro filho nas mulheres. Isso tem um estudo interessante, o número de adolescentes que têm filhos diminui com a escolaridade, que é um fator interessante a ser pensado. Eu só estou dando um exemplo. Existem dezenas de estudos nas metas do milênio, você tem vários elementos que vão mostrar como a educação impacta isso.

Acesso a informações básicas de saúde é uma. Eu ferver a água? Eu piso no rio? Eu faço exames? Eu procuro o médico? Vários elementos que quem tem educação trazem como informação que permite que as pessoas melhorem sua qualidade de vida. Outra coisa é informação básica de consumo de bens e serviços. É o costume de ler o rótulo, é o costume de não aceitar propaganda gratuita, escolher a melhor qualidade do produto, tudo isso também são elementos que são colocados, que a educação aponta. Acesso a informações básicas de direitos. Então, eu tenho direito a isso, eu tenho direito a salário, eu tenho direito a saúde, a moradia, a política de financiamento de crédito etc. também vai melhorar esse problema. E as informações básicas das políticas públicas, que é quase um corolário em relação a direitos, mas nem todos os direitos estão vinculados a políticas públicas. De qualquer forma, é algo que educação também traz como elemento positivo. Por isso, ela é importantíssima para a superação da pobreza. Eu não estou falando aqui na educação para o trabalho. A educação em geral tem esse elemento de contribuir para que outras políticas, de saúde, de moradia, de renda etc. possam se efetivar.

Falando de políticas educacionais, nós podemos dividi-las, de uma forma bem grosseira, em três grandes blocos: políticas de caráter universal, entendidas como direito, educação infantil e ensino fundamental e ensino médio. A Constituição

brasileira fala do direito a ter 11 anos de escolaridade – agora são 12 –, sendo que educação infantil e ensino fundamental é responsabilidade precípua dos municípios, e ensino médio é responsabilidade precípua dos estados. É a chamada educação básica, ter completado o ensino médio significa que você completou o ciclo de educação básica. Então, atender a esse direito é importante. O Brasil, nas últimas décadas, conseguiu chegar quase à universalização – 96%, 97%, o que já é considerado universalização – do ensino fundamental, mas não conseguiu na educação infantil e muito menos no ensino médio. Então, isso é um problema. Não é à toa que tem um programa de creches do governo federal, não é à toa que tem essa discussão toda sobre o pacto do ensino médio, que é exatamente alcançar essa possibilidade. A Bahia tem uma meta interessante, feita agora nesse governo, para a questão do ensino médio. A nossa taxa bruta de matrícula tem caído no ensino médio, e aí tem a ver com várias razões. Primeiro, o maior rigor em relação às estatísticas, em relação aos registros. Havia uma inflação do banco de dados de estudantes, e esse banco de dados foi praticamente expurgado, praticamente todo expurgado, então, deu uma redução significativa do montante de estudantes do ensino médio. Segunda questão: demográfica. Você tem toda uma flutuação aí. Em alguns momentos, uma pressão maior. Agora está começando uma pressão grande pelo segundo segmento do ensino fundamental, que agora começa a passar para o ensino médio. Tem a distorção idade/série, que é outro elemento importante em relação à qualidade, e temos, de fato, a falta de escolas. Tem lugares onde falta escola, e a secretaria já detectou isso e está com um planejamento de construção de escolas em determinados locais ou de utilização da educação do ensino médio com intermediação tecnológica, que é uma transmissão bidirecional de aulas para garantir que nos rincões se possa ter ensino médio, já que

não tem professores qualificados para atuar naquele local. Então, nesse primeiro grupo temos que fazer cumprir esse direito.

Tem outro grupo que eu chamaria de política de reparação ou de potencialização de direitos. No caso de alfabetização e educação de jovens e adultos, eu consideraria política de reparação no sentido de que essas pessoas não tiveram, na época adequada, o seu direito atendido. O direito à educação não prescreve com a idade, logo temos que ter políticas em relação a isso. Avançamos muito na Bahia com alfabetização, mas não avançamos ainda com a educação de jovens e adultos. Aliás, vale para o Brasil todo. Temos um grande estoque de pessoas com baixa escolaridade na Bahia. Então, esse é um fator limitante, não apenas da superação da pobreza, mas em relação ao desenvolvimento do estado. Está, inclusive, colocado isso no programa de governo.

Nós temos a questão da educação no campo, indígenas, quilombolas, educação inclusiva, educação para a diversidade, que vai levantar elementos de identidade, de autonomia, de percepção de direitos, de demandas específicas, de fortalecimento da cultura desses setores aí, no caso, indígenas e quilombolas. Particularmente, a educação no campo, na Bahia, com a maior população rural do Brasil, é um elemento fundamental, porque ela considera uma série de valores que são fundamentais para a existência das comunidades rurais.

E, por último, as políticas de formação para o trabalho. Alguém pode considerar uma heresia colocar ali ensino superior, mas é formação para o trabalho sim. Qual é o fundamento de formar um médico, de formar um engenheiro, de formar um economista a não ser que ele trabalhe na área? E a educação profissional, entendida como educação profissional técnica de nível médio, de qualificação e tecnológica.

Bem, educação, trabalho e conhecimento. Foi aquela sinalização que eu fiz lá atrás. Então, eu tenho aí a experiência no campo individual, quer dizer, as pessoas que sabem fazer. Elas sabem fazer de várias maneiras.

Elas aprendem na vida, no trabalho, na conversa com a família, de várias maneiras elas aprendem a fazer. Tem experiência, ela pode ser formal, informal, pode ser no emprego, pode ser fora do emprego. Tem a escolaridade e tem a qualificação. Tradicionalmente, no Brasil, a escolaridade tem sido um fator importantíssimo no acesso a emprego formal. Muitas vezes, um trabalhador não pode nem preencher uma ficha se ele não tiver o ensino médio. Teve um concurso recente para gari, e era ensino médio. A escolaridade baixa é um elemento que já elimina do mercado formal um grande contingente de pessoas. Mais recentemente, com um ciclo positivo econômico, a experiência passou a ter um peso grande. É a volta dos cabelos brancos. A volta dos engenheiros, do pessoal da área naval, que volta a trabalhar, depois de aposentado, porque não se formaram, nesse período, pessoas com aquela qualificação. E essa qualificação para o trabalho propriamente dita, que é ter, de fato, um curso técnico, um conhecimento técnico sólido, um conhecimento que é científico e tecnológico, que vai permitir ter inovação, vai permitir ter maior produtividade e qualidade. Isso no campo individual.

No campo coletivo, você tem outros elementos que você tem condição de trabalhar, além desses que permanecem. Um é a questão da economia solidária. A economia solidária é um conjunto de conhecimentos que envolvem produção, comercialização e geração de renda que são feitos no coletivo. As tecnologias sociais, no caso, que podem ser produzidas na própria comunidade ou por universidade ou por uma escola técnica, mas difundidas naquelas comunidades, é conhecimento que vai ajudar na geração de renda. E a questão da popularização da ciência e tecnologia, que é outra dimensão também importante, cada vez mais as pessoas sabem, conhecerem.

Eu vou fazer aqui apenas um parêntese. No Carnaval, eu fui à praia e eu fiquei espantado com o número de crianças, adultos e idosos, com aquelas camisas, aquelas malhas, anti UV. Eu tomei um susto, virou

moda. E aí você vê a pessoa às 8 horas da manhã com aquela roupa, até 4 horas da tarde, o tempo todo com aquela roupa. É uma questão de conhecimento científico. Quer dizer, por que está usando? Porque o UV faz mal. Mas qual UV faz mal? Que horário faz mal? Por que faz mal? Ninguém sabe. Mas aí eu estou com a minha consciência tranquila porque eu botei meu filho com aquela roupa ali, e ele não tem acesso à brisa, não tem acesso ao áspero da terra, não tem acesso à corrente do mar, e por aí vai, às sensações, porque ele está ali protegido, em tese, dos raios UV. No passado, o Superzon vendeu milhões de equipamentos porque – corretamente, é um dado científico – o ozônio é um bactericida, mas não necessariamente o fato de você ter aquilo em casa significava que você não estava exposto a bactérias. Então, essa questão da popularização da ciência e tecnologia é um elemento importantíssimo para que padrões de consumo, padrões de comportamento se alterem e, com isso, melhore a qualidade de vida.

Educação profissional. E aí eu vou puxar um pouco para o que a gente já tem no estado e ver como a gente pode estar colocando. Primeiro, a tipologia, como está na lei, na legislação, você tem qualificação profissional e formação inicial e continuada, que não se vincula com escolaridade, ela pode se dar em um nível de escolaridade muito baixo, até com pessoas sem nenhuma escolarização, como ela pode ser considerada para um nível de pós-pós-pós-graduação. Eu gosto sempre de dar o exemplo do astronauta. O nosso astronauta foi fazer um curso de qualificação na NASA para ser astronauta. É um curso, tecnicamente falando, legalmente falando, é um curso de qualificação, porque não é um curso de graduação, não é pós-graduação, não é um curso técnico, nem tecnológico. Então, ele é um curso de qualificação. Só que é para quem? É para uma pessoa que tomou um curso altamente especializado. E o nosso trabalhador rural com baixa escolaridade que tomou um curso de curta duração também é qualificação pro-

fissional. Essa tipologia ainda não é regulada na legislação brasileira. Tem uma tentativa, que é a constituição do Catálogo Nacional de Cursos de Qualificação, que começa com um guia Pronatec e já estamos – eu faço parte da comissão, inclusive – tentando construir o que seria um itinerário formativo. Ou seja, a pessoa começava com a qualificação, depois ia para o técnico, tecnológico e aproveitaria os créditos em relação a isso. Os técnicos de nível médio, em que a pessoa ou tem ensino médio ou está cursando o ensino médio, e o nível tecnológico, que é o nível superior. São cursos específicos de nível superior, mas voltados para a questão da tecnologia.

O que a gente tem trabalhado e tem concebido como uma importância nessa educação profissional que difere ela de outros estados e que difere também na própria prática de superação da pobreza? Primeiro, pensá-la como educação integral. Eu não vou formar apenas para fazer, eu vou formar para fazer, mas vou formar também para que ela seja uma pessoa, ela tenha um conhecimento geral e tenha também um conhecimento dos seus direitos. Então, a gente diz sempre, como um mantra, formar a pessoa, o trabalhador e o cidadão. O trabalho como princípio educativo. Então, o elemento central é o trabalho, o trabalho é o fim primeiro, a gente parte do trabalho e acaba no trabalho. Uma relação muito estreita entre ciência & tecnologia e sociedade. A gente não pode pensar alguém que sabe fazer, mas não sabe por que está fazendo. Então, tem a base científica e também a implicação do que ele está fazendo, que é a dimensão com ética, expressa pela palavra sociedade.

Intervenção social como princípio pedagógico é uma coisa da Bahia também, uma inovação pedagógica daqui, que é fazer com que o nosso estudante preste serviços à sociedade. Ele elabora uma tecnologia social, constrói e aplica isso na sociedade como parte integrante do seu currículo. Todos os anos, semestralmente, é feito um processo de intervenção social que é usado

para a formação do jovem e do adulto. Ou seja, ele aprende não só a fazer aquela determinada prática tecnológica, mas aprende a lidar com os sujeitos que atuam ali. Por exemplo, os nossos estudantes de agropecuária vão para os assentamentos prestar algum tipo de assistência técnica. Os estudantes da área de enfermagem vão às comunidades verificar peso de crianças. Então, está aprendendo a fazer aquela prática de enfermagem, mas está aprendendo também o que é o papel social dele enquanto cidadão naquele contexto.

Algumas lições da experiência. Primeiro, uma coisa que é fundamental é entender que não dá para fazer processos educativos sem vincular com as dimensões de trabalho e de desenvolvimento social, econômico e ambiental. É o que eu dizia antes: a relação não é imediata. Então, pensar, como nós estamos pensando aqui, de forma articulada com outras políticas é algo que parece ser fundamental. Isso já é algo bastante sedimentado em tudo o que eu tenho vivenciado nesse processo. Articulação de políticas e ações, elevação de escolaridade, qualificação, trabalho, emprego e renda e desenvolvimento do território. Então, apenas elevar a escolaridade ou apenas qualificar ou apenas fomentar o trabalho e a renda ou fazer uma política de desenvolvimento do território, tudo separadamente, não tem dado resultados. Ao contrário, só nos cria problemas posteriores. Eu acho que essa integração é fundamental. Chegamos até a discutir isso no governo Wagner, no Programa Bom Trabalho, mas a gente acabou não avançando muito para o emprego formal, avançou mais para o Programa Vida Melhor, para a área informal.

No plano educacional, articular as políticas educacionais universais com os outros âmbitos. Também não adianta preparar só para o trabalho e esquecer que tem uma base que está faltando, não percebe que aquela população ali é quilombola, então, tem um determinado olhar que tem que ser dado,

que no campo é um pouco diferente, e por aí vai. Uma coisa que eu acho fundamental são os processos de entradas e saídas múltiplas, considerando a diversidade do público. Isso a gente chama, de brincadeira, de esteira. O que é esteira? É o seguinte: eu posso ter uma população que entre no início da esteira. É uma pessoa que é analfabeta total, não tem nenhum conhecimento, e ela vai entrar no início e vai fazer todo o seu percurso. Ou eu posso ter uma pessoa que sabe ler e escrever e as quatro operações. Ela não precisa entrar no início. Ela pode entrar na primeira parte. Eu posso pensar que uma pessoa, ao mesmo tempo em que ela sabe ler, escrever, somar etc., ela tem uma grande experiência num determinado setor, construção civil, por exemplo. Então, eu posso aproveitar esse conhecimento e já dar um *upgrade* para ele, sem precisar percorrer todo o processo. Então, esteira é um processo sempre para frente, que anda, que avança, do ponto de vista da escolaridade, da qualificação e da formação para o trabalho, mas que permite entradas nas mais diversas possibilidades, dependendo do público.

E, no concreto, os programas dos quais eu participei. O Programa Primeiro Emprego, do governo federal, o Projovem Urbano e o Projovem Saberes da Terra, programas federais, e o Programa Trilha, que foi feito em conjunto aqui na Bahia, no primeiro governo Wagner. Primeiramente, necessidade de gestão sistêmica. Não tem jeito, não adianta uma secretaria tomar conta, o que tem que tomar conta é uma estrutura sistêmica. Ela é que convoca, que coordena, que aponta, que liga para cobrar os indicadores, os números. Eu coordenei o grupo Trilha, e eu tremia. Toda vez que se pediam dados, era aquela dificuldade com os colegas para que os dados viessem, e os dados não vinham ou vinham truncados. Então, eu acho que puxar isso para a esfera sistêmica é mais interessante, é mais inteligente. Deixa a gente fazer a prática, fazer a execução mesmo, que a gente faz bem, mas quando se mistura as duas coisas, parte do

seu tempo passa a ser gerir um conjunto de colegas sobre o qual você não tem – pode ter até moralmente, intelectualmente –, do ponto de vista da hierarquia, você não tem nenhuma ascensão sobre eles.

Definição clara de papéis, objetivos, metas e indicadores. Isso também não estava claro. Acho que Dora, da SDR, participou disso pela Seagri. Qual era o papel da Seagri no processo? A gente nunca definiu. Qual era o papel da Sedes no processo? A gente nunca definiu exatamente qual era. Então, chegava uma hora que a gente dizia: o que a gente vai fazer? Quem faz o quê? Porque um programa desses não pode ser apenas um programa de qualificação. Ele tem que ser um programa de inclusão, de busca ativa de quem está fora do cadastro, ele tem que trabalhar com a questão da violência, trabalhar, por exemplo, com a questão do acolhimento dos filhos, porque muitos são mulheres que têm filhos, e, se não tiver uma sala de acolhimento, a mãe não vem, ou vem e fica meia aula e meia cuidando da criança.

A questão da própria vinculação com o sistema de emprego, trabalho e renda. Se a vinculação acabou, ele vai fazer o quê? Ele não vai ser inscrito no Sine? Não vai ter microcrédito? O encaminhamento dele também tem que ser pensado, e cada um tem que ter um papel em relação a isso. Para cada um desses, objetivos, metas e indicadores. Senão, não adianta. A gente não tinha isso. Nossa única meta, o indicador, era as matrículas.

Desenho de todos os processos. Então, a gente tem que ter o famoso marco lógico, organizado, e não só do geral, do específico de cada local que executou também, porque senão você reproduz na ponta uma desorganização, não reproduz o virtuoso do geral. Ao contrário, você, na ponta, acaba fazendo do mesmo jeito, perde aquela organização inicial.

Uma reflexão permanente sobre as premissas. Eu acho que isso é muito importante. Eu acho que a gente tem muitas certezas e muitas verdades. Então, a gente acha que a premissa é que falta isso, falta aquilo. Essa é a solução do problema. Eu já fiz o desenho. Quando você vai para a ponta, a realidade começa a lhe dar um monte de nó. E aí, o que deu certo em Caetité não dá certo em Juazeiro, não dá certo em Eunápolis, e outro dá, e o pessoal inventa uma coisa nova e dá uma burlada nas regras e dá certo. Então, o projeto tem que ser aprendente, a ação, o programa tem que aprender com a prática. Então, a reflexão sobre as premissas é algo, para mim, fundamental. O que eu aprendi muito mais com o pensar sobre o que aconteceu nesses programas do que em um mestrado ou um doutorado.

E pode parecer – eu gosto da palavra ideologia, mas eu vou usar, entre aspas, de uma forma negativa em relação ao que ela é usada normalmente – ideológico, mas não é. É algo fundamental a participação e o controle social. Isso aí não tem jeito. Se não tiver alguém que nos olhe, que nos cobre, com outro olhar, com o olhar do beneficiário, daquele que está sendo, entre aspas, objeto, mas que deveria ser sujeito da política, a gente não consegue avançar. Eu acho que o olhar do conselho da juventude, o olhar do fórum indígena, o olhar do fórum da educação no campo, às vezes, incomoda alguns gestores, mas ele é fundamental para que a gente possa aprender e fazer aquela reflexão ali em cima. Eu acho que refletir só entre nós, conosco próprios e com nossos pares é muito fácil. Refletir com o outro, com aquele que critica, às vezes até asperamente, às vezes até de forma dura, é bem mais difícil. Mas eu acho que aí é que a gente mostra a capacidade de gerir o estado, de ter hegemonia, é com essa capacidade de dialogar. É isso aí.

## **Chaider Gonçalves Andrade, Coordenador de Projetos Especiais da Secretaria da Saúde:**

Boa tarde. Eu sou Chaider Andrade, estou na área de planejamento da Secretaria de Saúde do estado. Permitam-me a oportunidade de apresentar meus colegas da secretaria que vão me ajudar nessa discussão: Cristiano, que é o diretor da Atenção Básica da nossa secretaria; Liliane Silveira, que é a nossa diretora de Gestão do Cuidado; Sandra Gonzaga, da área de planejamento; e Joana Molesini, a nossa professora, que trabalha com planejamento regional.

Nós fizemos uma apresentação sintética para poder produzir algumas reflexões acerca da temática e para que o grupo ajude a gente a pensar de que forma a gente pode intervir do nosso lugar e de que forma a gente pode ajudar vocês a intervir também no lugar e no campo de atuação de cada um. Eu começo a minha apresentação com uma pequena provocação. Eu vou dar 10 segundos para que cada um pense acerca da seguinte questão: o que é saúde? Se nós fôssemos levar esse debate durante todo o processo, acredito que poucas pessoas aqui sairiam com a mesma resposta. Alguns diriam: saúde é a ausência de doença. Outros: saúde é um sentimento de felicidade, eu estou de bem com a vida, isso para mim é saúde. Outros: saúde para mim é não ter estresse. São várias as definições, vários os conceitos com relação ao que é saúde de fato. E aí eu aproveito uma pequena frase do professor Almerico, inclusive parabenizando-o pela excelente apresentação. Fiquei um pouco triste quando o senhor começou a falar de educação profissional. Eu pensei: será que ele vai trabalhar a educação toda no sentido da formação profissional? E aí o senhor veio com a seguinte frase: educação é qualidade de

vida. Isso marcou, para mim. Por quê? Porque é a concepção de saúde que nós trabalhamos, porque, na perspectiva que nós trabalhamos a saúde, como o nosso sistema de saúde foi construído, ter saúde é ter qualidade de vida. Permita-me um trocadilho, professor: se educação é qualidade de vida, e saúde é ter qualidade de vida, logo, na lógica, saúde é ter educação.

Agora, além disso, na saúde existem vários outros atributos, várias outras dimensões que a gente vai trabalhar. Esse trocadilho é só para reflexão, inclusive para ajudar a gente na discussão e nas próximas rodadas. E aí, professor, me permita falar um pouco de sua apresentação, para a gente iniciar. A educação tem que ser educação para a vida, para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e que possam decidir de forma consistente os modos de andar a vida. Que o cidadão possa atuar na promoção e na prevenção da sua saúde, ainda que ele assuma os riscos, que ele conheça os riscos de determinadas atitudes, mas ele precisa conhecer os riscos. Nós assumimos riscos diversos que colocam a nossa saúde e o nosso bem-estar em questão, mas isso são riscos assumidos, porque, em tese, nós somos aqui muito bem instruídos.

Nessa perspectiva de saúde, de promoção da saúde, de saúde enquanto qualidade de vida, a gente pode trabalhar sob duas perspectivas, dois campos de atuação. Primeiro, a saúde como produto do comportamento de indivíduos e de famílias. Isso trabalhando no campo do individual. E aí, o nosso foco de atuação é sobre os estilos de vida, sobre dieta, sobre atividade física, sobre o hábito de fumar, por exemplo. E aí, a ênfase nos

programas que podem ser construídos nessa perspectiva, são programas educativos relacionados a comportamentos, riscos comportamentais passíveis de mudança.

Só abrindo um parêntese. Um bom profissional de saúde hoje, 80% de seu atendimento prestado é de aconselhamento. É ajudar as pessoas a escolher o que é melhor para a sua saúde, para ter vida com qualidade. Isso de um bom profissional, de que eu estou falando. Mas os contatos que o profissional de saúde tem, grosso modo, são contatos periódicos, são contatos não com tanta frequência como a educação pode ofertar.

E aí temos outra perspectiva que a gente pode trabalhar. Saúde como um produto de amplo espectro de fatores relacionados à qualidade de vida. Aí, o foco das políticas e programas que são desenvolvidos é para ações voltadas para o coletivo de indivíduos e ambiente. É físico, social, político, econômico e cultural.

Dito isso, qual é a perspectiva e qual é a concepção de saúde que nós trabalhamos? A saúde enquanto qualidade de vida, que é um bem público, que é produzido socialmente, na relação entre os diversos sujeitos, que envolve acesso a determinados bens e serviços e é decorrente de determinadas condições sócio-históricas. A saúde que é resultante das condições de vida concretas, que envolvem trabalho e renda, envolvem alimentação, moradia, saneamento, educação, cultura, esporte, lazer e transporte. A lei que regulamenta o nosso Sistema Único de Saúde, a gente tem que os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país. Ao longo da discussão, vamos trabalhar um pouco mais sobre isso para vocês entenderem o que a gente está compreendendo enquanto saúde.

Nós trouxemos um referencial importante que a gente trabalha no nosso campo de determinantes da saúde. Essa discussão do que é saúde e do que é doença é de milênios. A filosofia antiga já trabalhava isso. O foco mais atual – claro que isso já mudou ao longo dos anos – é trabalhar na perspectiva

dos determinantes de saúde. O que é isso? É um conjunto de fatores políticos, econômicos, sociais, étnicos, raciais, psicológicos, comportamentais que influenciam de fato nos problemas de saúde e na qualidade de vida das pessoas.

Eu trouxe um referencial que a gente utiliza bastante, no qual você tem os determinantes por níveis. Primeiro você tem aqui idade, sexo e fatores hereditários, que é comum aos indivíduos, que é individual. Você tem aqui um determinante que é o estilo de vida dos indivíduos. Na verdade, em nível de determinação, o estilo de vida, o que isso impacta. Quem escolhe como eu quero levar a vida sou eu, isso é uma escolha individual, mas a gente não pode deixar de levar em consideração que isso é determinado por como a sociedade se organiza, pelas propagandas, com quem eu me relaciono. Esse estilo de vida que eu adoto é escolha unicamente pessoal? Ele tem livre arbítrio para escolher, mas é determinado socialmente.

Aí você tem as redes sociais comunitárias. Isso trabalha capital social, coesão social. Condições de vida e trabalho: ambiente de trabalho, educação, produção agrícola de alimentos, desemprego, água e esgoto, habitação, serviços sociais de saúde. Quando a gente fala em ações e serviços de saúde, atendimento direto prestado à população, nós estamos falando dessa pequena parte aqui somente. E aí, em uma condição mais macro, você tem as condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais. Se nós formos pensar em políticas de intervenção ou programas de intervenção para promover saúde, a gente pode pensar em políticas no âmbito proximal, para trabalhar a questão do estilo de vida das pessoas, tentar impor mudanças comportamentais, inclusive culturais. A gente pode trabalhar no âmbito intermediário, que é pensando em intervir nas condições de vida e trabalho da população. E a gente pode pensar em trabalhar em porções mais distais, que é trabalhar nas condições macro, socioeconômicas, culturais e ambientais gerais. E aí – o professor colocou muito bem, e é o

mais importante dessas rodadas – é o papel de cada um nesse latifúndio. Permitam-me brincar: a percepção que nós temos do nosso lugar é que nós somos a ponta desse iceberg.

E aí, nessa minha apresentação, eu trouxe, inclusive para vocês ajudarem a pensar em estratégias para a redução da pobreza, para a superação da pobreza, seja lá o que trabalharmos, é como o nosso Sistema Único de Saúde de fato funciona. Por que a gente precisa entender isso? Porque o sistema é único no país como um todo, mas existem responsabilidades que são comuns entre os entes federados, mas existem responsabilidades que são individuais de cada ente federado. Nós não podemos esquecer que nós somos uma federação. Então, o campo de atuação de uma secretaria de estado tem determinados limites que são impostos pela própria Constituição do estado federado. Assim como o campo de atuação do município tem limites, e o do próprio governo federal. Então, a gente precisa entender de fato como o sistema foi construído, para a gente poder avançar.

A Constituição federal de 1988, que institui o Sistema Único de Saúde, em seu Artigo 196, diz: “A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua proteção, promoção e recuperação”. Percebam as duas primeiras linhas. Como começa? A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Ele não está dizendo aí que a saúde é garantida mediante unicamente as ações e serviços de saúde. O foco não é esse. E aí você tem, na Lei 8080, que institui o sistema, ela é de 1990, em seu Artigo 2º, que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício. De novo, reforça a questão da formulação e execução das políticas econômicas e sociais, e o dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da

sociedade. Então, isso precisa ser construído conjuntamente. Por isso que a instituição do sistema reforça muito bem a participação social, na perspectiva de uma ampliação da participação comunitária, de você fazer com que as pessoas e as comunidades atuem de forma solidária, você construir uma coesão social e capital social suficiente para que as pessoas tenham, de fato, qualidade de vida e saúde. Na base de criação do SUS, a gente tem o conceito ampliado de saúde, a necessidade de criar políticas públicas para promovê-la, o imperativo da participação social, e o enfrentamento dos determinantes e condicionantes, com vistas a opções saudáveis para a população.

Esses são os princípios do sistema, que eu acho interessante todo mundo ter conhecimento. Os princípios doutrinários. A universalidade: todos devem ter acesso às ações e serviços de saúde, independentemente de credo, raça, classe social e etnia. A questão da equidade: dar mais a quem precisa de mais. A integralidade: ofertar as ações e serviços de saúde de acordo com a necessidade de cada um. Ele tem direito a ter acesso aos serviços de acordo com a sua necessidade, independentemente de qual seja. E a organizativa: como o sistema deve se organizar, de forma regionalizada, ou seja, pensar no movimento de construção, de pactuação, a nível regional. Como seria bom se nós tivéssemos no nosso estado federado municípios que pudessem ter autonomia total na gestão dos seus serviços de saúde. Bom seria que fosse assim, porque as pessoas vivem nos municípios, as pessoas fazem parte daquele território. Então, se os municípios tivessem condições de ofertar todo o elenco de ações e serviços de saúde que dessem conta de resolver todos os problemas, seria ótimo, maravilhoso. Mas, infelizmente, nós não temos recursos financeiros suficientes para poder garantir que isso aconteça de fato.

Avançamos ao longo da primeira década de instituição do sistema nesse processo de municipalização, de investimento forte nos municípios, para ampliação da capacidade

instalada. E agora, na última década, na década passada, nós estamos repensando um pouco o sistema e construindo processos de regionalização, regionalizando as ações e serviços de saúde. Joana tem esse papel lá na secretaria, inclusive, de ajudar, de coordenar esse processo. É pensar até onde vai a responsabilidade do município e até onde vai a responsabilidade do estado e do governo federal, conseqüentemente, na oferta de ações e serviços de saúde.

Hierarquização. Você pensando os serviços por nível de complexidade, desde a atenção básica e a famosa saúde da família, que a gente conhece – Cristiano vai ajudar a gente na discussão, na atenção básica –, e os outros níveis de complexidade: média, alta complexidade, consultas especializadas, exames especializados de diagnóstico, até transplante, câncer, que é alta complexidade, neurocirurgias, e assim por diante. A descentralização, que é esse movimento de descentralizar a oferta de serviços. A participação social e a complementaridade desses serviços.

Rapidamente, não vou me deter sobre isso, mas como a gente está pensando hoje, como o Ministério da Saúde vem conduzindo a formulação, as suas políticas e a organização dos serviços de saúde. Pensar os serviços em redes regionais. Eu só trouxe para a gente ver a importância desse item aqui, não é à toa que a nosso diretor de Atenção Básica está aqui. A atenção básica é a base para todas as outras redes de serviços que estão sendo construídas, redes temáticas, porque a rede é uma só, uma grande rede de atenção à saúde. Mas existem redes temáticas por quê? Porque isso é com base nos grandes problemas que a população enfrenta no que se refere a adoecimento e morte. Por exemplo, a Rede Cegonha, que cuida da atenção materno-infantil. Nós avançamos, ao longo dos anos, na redução da mortalidade infantil, principalmente no seu componente pós-neonatal, acima dos 30 dias, porque nós estamos melhorando as condições de vida e saúde da população. Mas essa redução na mortalidade infantil, no que se refere ao componente neonatal, que é até os

primeiros 30 dias de vida, a gente não reduziu significativamente como poderíamos, porque está relacionado diretamente às ações e serviços de saúde. Mas aí, não é somente a falta de acesso aos serviços de saúde que garante que a gente vai reduzir isso, não é somente isso. A mulher precisa ter acesso ao pré-natal, às sete consultas de pré-natal, que é o recomendado. Mas ela precisa, em um primeiro momento, ter consciência dessa necessidade. Não vamos reduzir a essas duas dimensões que eu estou trazendo. Além disso, a gente precisa ter, no nascimento, no parto e no pós-parto imediato, que ela não tenha gravidez e não tenha situações que coloquem em risco o seu bebê e a sua saúde, sua integridade física.

A rede de atenção psicossocial, pensando no grande problema que nós temos com álcool e drogas no país. Não somente por isso. No processo de desinstitucionalização da psiquiatria, de você tirar do cárcere, de fato, as pessoas com transtornos psiquiátricos. Rede de urgência e emergência, pensando nas causas externas, a grande quantidade de violência. Rede de atenção às doenças crônicas, hipertensão e diabetes, aí está o grande vilão. E rede de cuidados de pessoas com deficiência.

Mas aí vocês me perguntam: o que isso tem a ver com a situação da pobreza? Tem tudo a ver. É como o serviço organiza-se, como ele vai captar essas pessoas. Aqui é só para a gente ilustrar rapidamente toda a rede de serviços. Urgência e emergência, o Samu, a UPA, centro de especialidade odontológica, atenção básica, que é mais próxima ao domicílio das pessoas, unidade básica de saúde, os núcleos de apoio à saúde da família. Isso é um desenho básico de como a rede está constituída. Aqui é a central de regulação, que tem um trabalho árduo, não é a grande vilã não, ela tem um trabalho árduo de tentar organizar o fluxo dos pacientes por toda essa rede aqui. E aí tem problemas de diversas ordens, que nós não vamos abordar aqui. Tem problemas desde a falta do equipamento, do acesso, tem problema de fluxo de informação e

tem problema de resistência dos profissionais que estão lá, em tornar disponível esse acesso. São problemas inúmeros que a central de regulação enfrenta, que, às vezes, é tida até como vilã do sistema, mas não é. O papel dela é o de tentar organizar essa rede aqui pensando no fluxo do paciente, que não é uma coisa tão simples, que é com base em protocolos que são definidos de acordo com o risco de morte de cada um.

Proporção de óbitos segundo os principais grupos de causa. É só para a gente ter uma ideia de como a nossa população vem morrendo ao longo dos anos, é uma série histórica. Primeira causa de morte: doenças do aparelho circulatório. Aí são os infartos, os acidentes vasculares cerebrais. É a primeira causa de morte no país e no estado da Bahia. Em 2014, dados segundo dados preliminares, foram 22,2 óbitos para cada 100 mil habitantes. Você tem também as causas mal definidas. O que é isso? Problema de informação do nosso sistema, infelizmente, problema no preenchimento da declaração de óbito e no diagnóstico de como se dá o óbito. A gente tem avançado muito no país como um todo e na Bahia para reduzir essa questão das causas mal definidas, porque isso interfere sobremaneira como a gente enxerga o adoecimento e a morte das pessoas. Causas externas é a segunda causa de óbitos, ou seja, acidentes e violências. Temos as neoplasias como a terceira causa de óbito.

E aí, só para a gente abrir um parêntese, vamos falar das doenças infecciosas e parasitárias. A Organização Mundial de Saúde, bem como a gente vem trabalhando às doenças que são relacionadas diretamente à pobreza, está nesse grupo de causas aqui, doenças infecciosas e parasitárias. E agora voltando para a questão da rede, que eu trouxe como um todo para vocês, os pobres não adoecem e morrem apenas por doenças infecciosas e parasitárias. Você tem a questão da violência doméstica, sexual, a violência da mulher, muito forte. Você tem a questão da hipertensão e diabetes, que

não escolhe classe social, e é o que está aqui, é o que leva a isso aqui, às doenças do aparelho circulatório. As neoplasias, a exposição a agentes carcinogênicos que a população, às vezes, está exposta, a questão do estresse que essa população está exposta, e as causas externas, que são as violências e acidentes, não somente a violência do ponto de vista das agressões, mas a violência no próprio trânsito. Hoje não precisa ser rico para ter uma moto ou ter acesso a um meio de transporte.

Taxa de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias. E aí quais são as principais. O HIV é a principal causa de morte – 2,8 para 100 mil habitantes –, doença de Chagas, ainda temos mortalidade por doença de Chagas – esses dados de 2014 são preliminares –, doenças infecciosas intestinais e a tuberculose.

Eu trouxe um mapa da taxa de incidência da tuberculose, ou seja, o número de casos novos de tuberculose no nosso estado, pensando por macrorregião de saúde. Dividimos o estado em nove grandes regiões. Aí você tem a região leste, aqui está Salvador, a Região Metropolitana, o Recôncavo baiano, a maior taxa de incidência de tuberculose. Aí a gente precisa discutir melhor e aprofundar quais são os determinantes. Por quê? É porque falta acesso aos serviços de saúde? Ou está relacionado às condições de vida, de moradia, dessas pessoas? Aí toda a parte litorânea sul, região de Itabuna, Ilhéus, Teixeira de Freitas, extremo sul. Centro-leste – isso é Conde, está na macrorregião leste. A taxa de incidência de tuberculose vem caindo, mas, além da taxa de incidência de tuberculose, ou seja, o número que surge de casos novos de tuberculose que são diagnosticados e notificados. Nós não estamos trabalhando ainda com indicador de proporção de cura nesses casos. Nós ainda temos uma proporção de cura muito baixa no estado. O ideal seria que 85% dos casos diagnosticados tivessem alta por cura. Hoje, o indicador chega a 60%. Isso é problema da falta de acesso às ações e serviços de saúde? É questionável. Porque,

para o tratamento da tuberculose, até onde eu sei, não falta recurso do Ministério da Saúde. Os casos que são diagnosticados têm o tratamento, de fato, garantido. É preciso pensar quais são os determinantes que estão por trás disso.

Hanseníase, doença milenar, que alguns conhecem como lepra, bíblica, e a gente não conseguiu acabar com ela ainda. Você tem uma alta incidência, um alto número de casos na região de Barreiras, no oeste, no extremo sul, e na região norte, região de Juazeiro. A hanse-níase, como é uma doença silenciosa, se você melhora o acesso da população ao diagnóstico, você aumenta esse índice, essa taxa de incidência vem reduzindo, ao longo dos anos, mas, apesar da redução, não são indicadores aceitáveis, nós não estamos trabalhando com o ideal.

O cenário atual apresenta uma elevada taxa de mortalidade infantil ainda, como eu disse, principalmente no primeiro mês de vida, antes de um mês de vida, no período neonatal, elevada mortalidade materna no estado, os elevados índices de morbidade e mortalidade – morbidade é adoecimento, índice de adoecimento, do que as pessoas adoecem, e mortalidade é morte. Doenças e agravos transmissíveis, as causas externas, que são as violências, consumo excessivo de drogas, doenças crônico-degenerativas – hipertensão, diabetes, câncer.

Baixa cobertura assistencial e qualidade do sistema e dos serviços de saúde. Ainda enfrentamos isso. Ausência de políticas públicas – esse é o grande foco – efetivamente transversais, necessárias à promoção da saúde, bem-estar e proteção da sociedade. Para onde a gente precisa avançar. A ciência foi construída de forma departamentalizada, no campo da formulação de políticas e estratégias de intervenção, entretanto, nós precisamos sair dessa caixinha. A ciência foi construída assim, por isso que o nosso conhecimento se dá assim, e as estruturas de governo e as estruturas sociais se dão dessa forma, departamentalizadas, setorializadas, mas, no nosso campo, a gente tem que avançar para tentar, ao máximo, integrar, interagir.

Principais doenças relacionadas à pobreza. Como eu falei antes, a tuberculose, a hanseníase, a esquistossomose, a malária, doença de Chagas, leishmaniose, tracoma, que é infecção da conjuntiva, anemias e surtos febris não identificados – está aí a febre chikungunya.

Eu trouxe algumas intervenções – a ideia não é trazer todas as intervenções da secretaria – com relação a essa população. A gente tem que definir melhor qual é o escopo de atuação que a gente vai trabalhar quando a gente está falando de pobreza, qual é o público-alvo de fato, qual é o critério que a gente vai utilizar para poder definir o que é essa população e qual é o território que a gente vai trabalhar. A gente vai trabalhar com um padrão estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social? Como a gente vai intervir na formulação dessa política? E aí algumas iniciativas da secretaria que têm um escopo de atuação para todo o estado e para toda a população. Lembram-se daquele princípio da equidade do sistema? A gente organiza o sistema para atender a todos, mas ele tem que estar apto a dar mais a quem precisa de mais.

Então, a gente não trouxe para foco em populações específicas, mas um dos nossos compromissos – pensando no nosso PPA – é ampliar as ações de promoção, proteção da saúde, prevenção de doenças e agravos, no âmbito do SUS. Aqui nós estamos falando de vigilância à saúde, nós estamos falando de monitoramento dos riscos a que as pessoas estão expostas, do monitoramento contínuo desses riscos, e do adoecimento e morte da população. Aí você tem as ações de vigilância epidemiológica, que é o papel do estado. Essas ações são de responsabilidade maior dos entes municipais. O município, como ele está próximo da sua população, ele tem por obrigação cotidiana monitorar os riscos a que essa população está exposta. O nosso lugar no estado é apoiar tecnicamente, é coordenar, é fazer com que o sistema seja coordenado, o sistema de vigilância, é qualificar os profissionais que lá estão, é

garantir que o sistema de informação funcione a contento, para que essa informação chegue com qualidade.

O programa estadual de imunização implantado nos municípios, que é a questão das vacinas. O maior programa de vacina do mundo, o mais bem sucedido, é o nosso, gratuito. Tem muito discurso por aí de que a vacina do privado é diferente do público, ainda tem muito esse discurso, a do público dói mais, e a gente precisa desconstruir isso. Como a gente desconstrói isso?

O marco normativo da política estadual de promoção da saúde, que foi construído. Não sei se já foi publicado, mas está na Casa Civil. A atenção básica. Nós precisamos fortalecer esse componente da rede, e trabalhamos nessa perspectiva. Aí estou falando daquele pedacinho lá. Lembram-se dos serviços de saúde? Aquele pedacinho dos determinantes. Eu estou falando exclusivamente disso, da rede de serviços de saúde, do fortalecimento da atenção básica, pensando na mudança do modelo de atenção à saúde, ou seja, enxergar a saúde, as pessoas, na sua integralidade, e nessa perspectiva de promoção da saúde, deixar de enxergar a saúde apenas como ausência de doença. Às vezes você pergunta: como você está? Estou bem, estou saudável. Ele está saudável, mas está com uma hipertensão muito descontrolada. Na percepção dele, ele tem saúde, mas se ele for conversar com um profissional da área de saúde, ele diz: como é que você diz que tem saúde com uma pressão dessas? Como você tem saúde, às vezes, com uma glicemia dessas? Então, é a percepção individual de cada um.

Incentivo financeiro estadual ampliado para saúde da família. Pensando nas responsabilidades de cada ente, o financiamento é uma responsabilidade tripartite, de todos os três entes, no campo da saúde. E nós, enquanto estado, temos a responsabilidade de passar mensalmente para os municípios um pequeno valor, mas um valor para custear o funcionamento dessas unidades, para manter essas unidades. Hoje, o valor é de R\$ 1.500 por equipe de saúde da família repas-

sado, que não custeia 0,00001% do custeio da unidade de saúde da família. Então, no nosso lugar, pensando em formulação de políticas, pensando que a atenção básica, que é a nossa maior rede. São 3.300 equipes de saúde da família no estado, 70% de cobertura, a gente só tem dificuldade em Salvador e em alguns municípios de grande porte. Se esses municípios assumissem, de fato, a implantação desses serviços, a gente teria 100% de cobertura no estado, porque os de pequeno porte não têm dificuldade para ter essa cobertura. Então, se a gente tivesse como fomentar ou induzir práticas que dessem conta de resolver os problemas que estão elencados, a gente avançaria muito no que diz respeito à resolução dos problemas de saúde da população.

Por que eu digo isso? Porque eu estou falando de financiamento? Nós formulamos políticas, ajudamos na construção de políticas, mas, infelizmente, política – claro que tem outras formas de induzir a execução dessas políticas –, nós não executamos grande parte dessas políticas que são formuladas em nível nacional e em nível estadual. O grande executor é o município, e, se nós não tivermos capacidade financeira – infelizmente, o sistema federativo funciona assim – de induzir que essas políticas sejam executadas na ponta, é difícil avançar. O fato é esse. O governo federal tem uma capacidade de indução, no âmbito das políticas sociais, muito grande, porque ele tem recursos financeiros para induzir. Apesar de algumas políticas que são formuladas em nível nacional serem questionáveis para algumas localidades, alguns territórios, por conta das especificidades, mas ele tem capacidade de induzir, mesmo que os resultados que ele espere não sejam alcançados em determinadas localidades, porque não atende a aquela especificidade, mas ele tem capacidade de induzir, o que faz como que as ações propostas sejam executadas, por conta do potencial econômico que o governo federal tem. Nós, no nosso campo, precisamos avançar para

isso, porque nós acreditamos que isso aqui tem um potencial enorme, principalmente quando nós estamos pensando nas doenças negligenciadas, aquele escopo mínimo de doenças, que são as doenças infecciosas e parasitárias, essa atuação aqui, essa equipe aqui tem um potencial enorme de resolver aqueles problemas, de diagnosticar, de tratar, de curar as pessoas, de fazer com que as pessoas tenham como andar a vida com qualidade.

Olhando para o Plano Brasil Sem Miséria, no estado da Bahia, foram construídas 163 unidades básicas de saúde, foi fomentada a construção de 163 unidades básicas de saúde no estado como um todo. Dessas, acho que 53 já foram construídas, mas isso é indução do governo federal. Nós também, ao longo desses oito anos, construímos mais de 560 unidades de saúde da família. Nós incentivamos os municípios ou apoiamos os municípios financeiramente para a construção dessas unidades. Tanto é que a gente avançou muito na cobertura da saúde da família. Em 2010, era em torno de 50%, hoje, já estamos com mais de 70%, como foi dito anteriormente. Sem falar do Programa Mais Médicos, programa que resolveu um problema que era gravíssimo no nosso estado.

Assistência farmacêutica. Um dos objetivos estratégicos do Ministério da Saúde, formulado desde 2011, pensando na questão do enfrentamento da pobreza, é a questão dos medicamentos, da farmácia popular. A rede baiana de farmácias populares, que oferecem medicamentos a baixo custo, subsidiados, para a população. São medicamentos que dão conta de resolver boa parte das doenças de menor gravidade, que são doenças, por exemplo, as doenças crônico-degenerativas, ela é de baixa gravidade hoje; a hipertensão, a diabetes são de baixa gravidade hoje, mas se forem controladas, mas, em longo prazo, isso causa um dano enorme para a saúde do indivíduo. Medicamentos e insumos foram criados. Foi criado o elenco da cobertura de medicamentos em casa, pensando na hipertensão, diabetes, ele leva para o paciente em

seu domicílio, a medicação, periodicamente.

Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, pensando nas políticas geracionais, saúde da criança, saúde do adulto, do adolescente, do idoso. Você tem a questão da formulação de políticas de práticas integrativas e complementares, alimentação e nutrição, a coordenação da construção de uma rede de atenção à diabetes, hipertensão e obesidade, a ampliação do serviço de saúde bucal.

E o acesso às ações e serviços de saúde de média e alta complexidade no SUS. Esse é outro grande compromisso do nosso estado. A implantação dos complexos reguladores, a organização da atenção domiciliar, e o plano estratégico de atenção hospitalar, pensando na organização da nossa rede, de toda a rede hospitalar do estado, para dar conta de resolver os problemas que aqui foram elencados.

A rede materno-infantil, pensando na casa de apoio à gestante e ao recém-nascido. A implantação de casas de apoio à gestante e ao recém-nascido. A qualificação dos trabalhadores. Aí a importância de nós estarmos juntos com a Secretaria da Educação, pensando na qualificação dos nossos trabalhadores, não somente na qualificação dos nossos trabalhadores, mas na formação desses trabalhadores. Os profissionais que são formados não podem estar descontextualizados dos problemas de saúde que a população enfrenta e de como o sistema de saúde deve estar organizado para resolver esses problemas. E a gente criou, no âmbito do SUS, uma coisa interessante, chamada educação permanente. Isso nada mais é do que a qualificação profissional, em outra perspectiva, de problematização do processo de trabalho. Fazer com que a gente problematize o processo de trabalho e qualifique esses profissionais. Por que nasce isso? Qual é a lógica do nascimento disso? É você tentar resolver um problema que poderia muito bem ter sido amenizado na formação profissional, na formação desses profissionais.

12.mar/15, Tarde

**André Santana,**  
Coordenador Executivo do Programa  
Vida Melhor, da Casa Civil:

A gente fez uma inserção, no início da programação de hoje, de uma apresentação específica das ações estruturantes do SUS no que concerne à redução da

pobreza, e a gente parte imediatamente para isso. Eu vou passar a palavra para a Patrícia, que é quem vai coordenar a mesa nesse início da tarde.

**Patrícia Dias,**  
Pesquisadora da Superintendência de Estudos  
Econômicos e Sociais da Bahia:

Boa tarde. Vamos continuar nossa reflexão sobre os programas que vêm sendo implementados no estado, para pensar sobre a possibilidade de novas ações. Eu vou passar a palavra,

inicialmente, para Mara Moraes, da SJDHDS. Depois será a vez de Marco Aurélio, do Funcep. Cada um terá 30 minutos para sua exposição. O debate ficará para o final da tarde.

**Maria Moraes de Carvalho Mota,**  
Superintendente de Assistência Social,  
da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos  
e Desenvolvimento Social:

Boa tarde. Quero agradecer, primeiro, à coordenação desse ciclo de palestras acerca de como erradicar a extrema pobreza pela sensibilidade de trazer o tema da assistência social, agradecer a todos e todas a presença, e o que a gente espera aqui é contribuir para o conhecimento, a

sensibilização e a mobilização de todos os atores acerca dessa questão tão importante que é a assistência social. Eu sou Maria Moraes, Mara, como todos me chamam, e estou superintendente de Assistência Social da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

Primeiro, o que nós não podemos esquecer: quando a gente fala de erradicação da pobreza, quando a gente fala de política antipobreza, a gente não pode esquecer que a exclusão social não pode ser totalmente equacionada no âmbito local, nem por um conjunto específico de políticas sociais, uma vez que as causas de sua produção e reprodução guardam estreita relação com o modo de produção e distribuição de riqueza. Então, quando a gente fala assim, principalmente, se refere às políticas econômicas, que a gente fala no campo laboral, a questão do trabalho, e financeira e de natureza macroestrutural, como urbanização, transporte e regularização fundiária.

Por que a gente traz esse primeiro ponto como reflexão? Porque, se a gente entende que a pobreza é multidimensional e se a gente entende que o seu enfrentamento requer uma ação intersetorial, se a gente não considerar a inclusão desse tema quando se discutem as grandes questões macroestruturais, as grandes questões econômicas, a gente mitiga a possibilidade realmente de alcançar nosso objetivo, que é a redução da pobreza. E também, com isso, a gente quer trazer outra questão, que vocês vão ver nas nossas lâminas, que a gente fala muito pouco de pobreza. A gente vai falar muito de promoção e proteção social. E por que a gente faz assim? Apesar de a gente não ter um estudo dizendo qual é a representação social da pobreza para quem é pobre, o que a gente percebe, nas nossas andanças, é que o indivíduo, ou a família, não gosta de se sentir pobre. A toda uma estigmatização em torno desse termo, pobreza, e o termo pobre, porque, às vezes, se associa a pobreza a questões individuais naturais, sobretudo relacionadas a raça, relacionadas a gênero, e a gente sabe que não. A pobreza é decorrente das escolhas políticas, econômicas e sociais adotadas por uma determinada sociedade ao longo de sua história. Ela não tem a ver com a

escolha individual. É por isso que a gente preferiu começar com essa questão.

Nesse campo, é importante destacar a necessidade de se abordar a dimensão subjetiva atrelada à discussão sobre pobreza. A questão da renda tem uma primazia, e a gente não quer secundarizar isso, mas quando a gente fala de tirar uma pessoa desse nível de exclusão, de falta de acesso ou acesso precário a direitos, e levá-la a uma área de acesso a esse direito, a gente precisa adicionar à questão da transferência de renda, à questão do acesso a uma renda duradoura, outras questões, que vão trabalhar a autoestima, a autoconfiança, vão trabalhar a questão do empoderamento, promover o desejo dessa pessoa de sair desse lugar de carência, assumir sua identidade de cidadão e se inserir na vida como sujeito.

Aí que a gente fala da perspectiva da emancipação cidadã. Quando a gente fala da emancipação cidadã, do que nós estamos falando? Primeiro, de um contingente – e não é um contingente pequeno – de pessoas e famílias excluídas de um conjunto de bens que a sociedade considera como mínimo ético necessário para o exercício da cidadania. Desde o governo Lula, quando ele instituiu o Cadastro Único no modelo que hoje está disponível, a gente conhece quem é esse contingente de pessoas. O Cadastro Único vai nos dizer 92 informações acerca da pessoa que está nessa condição, acerca da sua família, acerca do seu acesso ao trabalho, do seu acesso à renda, da sua condição de moradia, do seu nível de educação. Então, nós conhecemos o perfil desse contingente de pessoas que não acessam ainda esse mínimo ético necessário.

Qual é o segundo pressuposto? A adoção de medidas que potencializem o acesso dessas pessoas e esse mínimo ético social exigível, na perspectiva da incorporação dessas pessoas e famílias à rede de serviços de proteção e promoção social, em um processo que conduza essa pessoa a acessar uma renda duradoura, fruto do

seu trabalho, na perspectiva da conquista da sua autonomia. Quando nós falamos da adoção de medidas que potencializem o acesso dessas pessoas a esses mínimos éticos exigidos, a gente pegou uma frase de um documento do Ipea que diz assim: “Em uma trajetória histórica, cada sociedade incorpora o reconhecimento de determinados riscos sociais e igualdade desejáveis, exigindo que o Estado assuma a responsabilidade por sua defesa e proteção”. Então, se a gente reconhece que é papel do Estado, a gente precisa compreender qual é esse conjunto de bens, que retaguarda a gente precisa estar ofertando para fazer a promoção e a proteção social, a oferta de uma retaguarda de bens e serviços sociais para ativar mecanismos de proteção para os socialmente excluídos. Ou seja, construir uma ponte de forma que quem está nessa situação de exclusão deseje, seja motivado, seja informado do conjunto de políticas disponíveis ofertadas por esse Estado que pode estar lhe permitindo sair dessa condição.

É nesse campo que se situa a assistência social. Do ponto de vista normativo, está na Loas que a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado. É política de seguridade social e, juntamente com a educação e a saúde, ela forma o tripé da seguridade social que vai prover os mínimos sociais, realizados através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. A gente pega o conceito de proteção social como proteção de parte ou de um conjunto de indivíduos em situações ou circunstâncias adversas que podem comprometer a sua sobrevivência, a sua integração e o seu desenvolvimento.

A gente percebe que a assistência social funda-se na matricialidade da família. A unidade de referência da assistência social é a família. Como fortalecer os vínculos entre os membros dessa família, entre esses e a comunidade do meio local onde ele

vive, de forma que a gente vá construindo uma rede de apoios que é fundamental ao desenvolvimento das potencialidades, das aquisições, que vá contribuindo para o processo de empoderamento e de autonomia desse sujeito e dessa família, de forma que ele vá alcançando a sua autonomia?

A assistência social se estrutura a partir de dois eixos. Primeiro, a proteção social básica. O que é a proteção social básica? Ela é voltada para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ela tem como objetivo a prevenção de situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Como ela se dá? Lá na frente, a gente vai falar qual é a unidade de referência, que é o Cras. Mas, referenciando na família e conhecendo o nível de vulnerabilidade que essa família está vivenciando, o nível de privação e destituição que povoa sobre ela, os operadores da política de assistência, através de um alguns serviços que a gente vai mostrar logo adiante, como o serviço de fortalecimento de vínculos, eles vão trabalhando essa família, desenvolvendo nela resiliência, para ela lidar com essas adversidades e responder de forma adequada. É por isso que, quando a gente diz que a questão da proteção, quando a gente pensa uma política de enfrentamento da violência, quando a gente pensa uma cultura de paz, a base dessa política, a gente já tem os instrumentos constituídos e os espaços em funcionamento, que são os centros de referência de assistência social. Ali, quando, por exemplo, a mãe briga com a filha, ou a filha briga com a mãe, e a põe fora de casa, a gente pensa: o que a gente vai fazer? Vai pegar essa mulher e dar o aluguel social? Tem o aluguel social, mas qual é o papel da assistência social? É refletir com essa filha, é refletir com essa mãe, para fortalecer os vínculos, e que elas possam ter um espaço de proteção e de cuidado. Eu costumo dizer que a assistência social prima, sobretudo, por isso, para que a família seja, de forma

singular, o espaço da proteção e do cuidado para os seus membros, e ela também precisa ser cuidada e precisa ser protegida.

O segundo eixo é a proteção social especial, que a gente chama de média complexidade. Na proteção básica, todos os serviços e equipamentos são ofertados para a garantia do direito. Agora, quando esse direito é violado, aí entra em campo a proteção social especial de média complexidade. Ela oferta atendimento especializado a famílias e a indivíduos que vivenciam situação de vulnerabilidade por direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados. Então, o que é que a gente trata na proteção especial de média complexidade? A questão do trabalho infantil, a questão da violência sexual, aquela questão quando uma de nossas crianças, dos nossos adolescentes, entra em negativo social, em vez de ele vir para uma unidade de internamento ou para uma congênera, longe de seus familiares, para que ele fique lá e tenha uma liberdade assistida, para que possa aplicar a prestação de serviços comunitários, formas de que esse jovem possa refletir sobre esse negativo social e compreender e se ressocializar nesse quesito. Aqui está a questão dessas violências, violência à mulher, violência ao idoso, todo o trabalho de restauração de vínculos de uma pessoa que ainda tem uma família, mas cujos vínculos estão violados, está na proteção social especial de média complexidade.

Na alta complexidade é quando não há mais vínculo familiar. Aí estão as unidades de acolhimento. Acolhimento para criança, acolhimento para idoso, acolhimento para pessoas com deficiência, aquelas pessoas que não dispõem mais de uma família, e isso vai se dar através da casa lar, das famílias acolhedoras e outros equipamentos de acolhimento.

Dentro da proteção social básica, nós temos, primeiro, o Cadastro Único, que é esse cadastro que vai falar do perfil das

famílias e das pessoas em situação de pobreza – e o conceito de pobreza que ele adota é a renda mensal familiar per capita de meio salário mínimo ou três salários mínimos no conjunto –, o Bolsa Família, que é o programa de transferência de renda que todos conhecem, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o Paif, que é ofertado nos Cras, só nos Cras, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos – esse ainda não está em funcionamento, mas já está tipificado –, a equipe volante, o Benefício de Prestação Continuada e os benefícios eventuais.

No campo da proteção social especial de média complexidade, a gente tem aqui o Creas, que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, e o Paef, que é Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e seus Indivíduos – nós estamos hoje em 242 municípios e tem 546 mil famílias atendidas –, tem a aplicação das medidas socioeducativas – nós temos equipes para aplicar essas medidas em 103 municípios, alcançando 40 mil adolescentes –, a abordagem social, que é voltada, sobretudo, para a população de rua, mas pode pegar outros níveis de vulnerabilidade e degradação humana, o centro, que é o centro voltado para atendimento da população em situação de rua – está em 43 municípios, atende 122 mil pessoas –, o centro dia – em um município – e o Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência, que está em 57 municípios e assiste 6.352 pessoas.

Dentro da alta complexidade, nós temos o Serviço de Acolhimento Institucional, o Serviço de Acolhimento em República – logo depois, nós vamos mostrar como ele está nos municípios –, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, e o Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência.

Como se estrutura a assistência social? Primeiro, os órgãos gestores da política: o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as secretarias estaduais

– aqui, na Bahia, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – e as secretarias municipais de assistência social. Tem as instâncias de pactuação. O ministério – a política de assistência social, como as políticas de educação e de saúde, é descentralizada e participativa, então, ela é responsabilidade dos três entes federativos: União, estado e município. Então, primeiro pactua na comissão intergestora tripartite, e aí estão a representação dos municípios – Cogea –, a representação do estado e a representação do governo federal, e pactua quais são os serviços, quais são os programas, quais são os benefícios que serão disponibilizados em todos os municípios do território nacional. Em seguida, as secretarias estaduais pactuam na comissão intergestora tripartite, que aí é o Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social e o estado, o que vai ser ofertado de benefícios, serviços, programas, projetos, nesse estado, e as secretarias municipais. Aí tem as instâncias de deliberação e controle social, que é o conselho nacional, para as contas do Ministério de Desenvolvimento Social, os conselhos estaduais, para as contas dos estados, e os conselhos municipais, que aprovam tanto o plano de aplicação como a prestação de contas da oferta dos produtos de assistência social em sua base territorial. E as instâncias de financiamento, que são o fundo nacional, fundo estadual de assistência social e os fundos municipais.

Quem executa a política é o município. Então, esse Cras, que é o Centro de Referência de Assistência Social, e o Creas, a não ser aquele que é regional, eles estão nos municípios, sob a gestão local. Agora, ele é cofinanciado. Ele recebe recursos do governo federal, do governo estadual, e compete, normalmente, aos municípios a estruturação para o funcionamento dos serviços. A rede de entidades de organização da assistência social, que é a maior parte dos serviços, sobretudo no campo do acolhimento, não é prestada diretamente pelo ente público. Ele convenia com as

entidades, que ofertam esses serviços para a sua disponibilização aos usuários.

Aqui é o que compete a cada um. Compete aos estados destinar recursos financeiros aos municípios e, através do cofinanciamento, atender, em conjunto com os municípios, as ações assistenciais de caráter de emergência, estimular e apoiar técnico e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social, prestar os serviços assistenciais cujos custos ou a ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços desconcentrada no âmbito do respectivo estado e realizar o monitoramento e avaliação.

Como isso funciona? Em um primeiro momento, normalmente no mês de dezembro ou até fevereiro do ano seguinte, nessa comissão tripartite, estado e município pactuam o que vai ser realizado de assistência social naquele ano. Pactuando, o estado se responsabiliza em cofinanciar. Então, ele vai repassar a parte que compete a ele. E compete ao estado também capacitar, qualificar e assessorar tecnicamente esses municípios, para que eles possam fortalecer a gestão local e prestar os serviços com qualidade. Em seguida, acompanhar e monitorar. Esses equipamentos são validados pelo estado. Toda vez que abre um Cras, o estado tem que ir lá ver que abriu, que está funcionando, para que o MDS possa repassar os recursos.

A política também considera o porte do município. Então, o conjunto de ações que estão previstas só para municípios de pequeno porte 1, que são aqueles municípios que têm até 20 mil habitantes; pequeno porte 2, que têm de 20 mil a 50 mil; médio porte; grande porte e metrópole. Na Bahia, nós temos 243 municípios de pequeno porte 1; 131 municípios de pequeno porte 2; 27 de médio porte; 15 de grande porte e uma metrópole.

Aqui está o histórico de financiamento das ações no estado no campo da assistência social. A gente vai ver que ele vai em um

crescente, o gráfico verde, que é a execução mesmo, o que é executado, tem uma pequena modificação em 2013-2014, por conta dos problemas financeiros que nós fomos tendo no estado.

Aqui é para a gente ver o nível de cobertura do cadastro. Então, a base do CadÚnico possibilita saber quem são – nós já falamos sobre isso. E aqui vai falar para a gente onde é que esse cadastro, nessa parte amarela mais clara, é que, quando a gente considera os números do Censo, a gente tem pessoas cadastradas que é menor do que o Censo.

Nós vimos que uma das funções da proteção básica é garantir o Benefício de Prestação Continuada às pessoas com deficiência, às pessoas que estão impossibilitadas para o trabalho. Então, o BPC integra a proteção social básica do Sistema Único e deve ser prestado em articulação com os diversos serviços de assistência social e de outras políticas, na perspectiva de ampliar a proteção a idosos e pessoas com deficiência e suas famílias. É um benefício de um salário mínimo e é direcionado a idosos e pessoas com deficiência. Aqui é o mapa de como está hoje a questão do BPC no nosso estado. Esse amarelinho mais claro são os municípios que têm de três a 180 pessoas percebendo esse benefício; o verdinho mais escuro são os municípios que têm de 180 a 353; e o cinza são os municípios que têm de 353 até 56.017 pessoas percebendo o benefício. É importante dizer que, toda vez que o benefício entra, ele vai dinamizando a economia. A gente percebe que, em muitos municípios, o valor do repasse do Fundo Nacional da Assistência Social com o BPC é maior do que ele recebe do FPM, municípios, inclusive, como Feira de Santana.

Aqui é a quantidade de Cras. Então, nós temos hoje no estado 603 Cras. Todos os municípios do estado da Bahia têm um Cras. Significa que tem uma unidade onde vão estar lá disponíveis, minimamente, um psicólogo, um assistente social, um educador social, e onde vai estar refe-

renciando essas famílias, vendo qual é o nível de vulnerabilidade que pesa sobre elas, qual o nível de risco social a que elas estão sujeitas. O diálogo desses Cras com outras representações de governo que chegam até essa família é fundamental. É por isso que a gente coloca como desafio construir esses fluxos. Como é que o técnico da assistência técnica, quando visita lá a propriedade e percebe que tem ali um problema de alcoolismo, dialoga com esse Cras para que essa família seja referenciada? Há um certo tempo, eu cheguei a uma cidade daqui, Itororó, e fui visitar um equipamento que o fundo financiava – na época, eu era diretora executiva do fundo –, e quando eu cheguei na porta da casa, a senhora disse: espera aí que eu vou ver se não sei quem está amarrado. Eu entendi que era o cachorro. Aí eu perguntei para ela: ele morde? Ela disse: não, só quando está muito atacado. Aí, quando eu fui ver, quem estava preso era uma pessoa, não era um cachorro, era um ser humano, e estava lá preso. Eu perguntei: o Cras conhece isso? Não conhecia. Mas tem toda uma estrutura, financiada com dinheiro público, ou seja, com os nossos recursos, exatamente para chegar até essa família, mostrar quais eram as alternativas que esse adolescente tinha, que essa família tinha, para lidar com aquela questão que veio para aquela família. Então, a gente agradece a presença de todos. Existe o equipamento, esse equipamento tem essa finalidade, tem esse objetivo, e a gente precisa demandar, para garantir a cada uma e a cada cidadão desse estado o conjunto de políticas que hoje já está disponível para ele e que ele precisa conhecer e acessar.

Então, aqui nós vamos ver que nós temos 243 municípios de pequeno porte 1 e temos 262 Cras, porque, às vezes, tem mais de um em um município. Se a gente for considerar a quantidade de pessoas com perfil para serem referenciadas nos diversos Cras, nós teríamos 839 mil pessoas, o que significa que faltam 16 Cras para atender àquilo que a norma diz

que é o máximo de pessoas que podem ser referenciadas por cada um deles. Quando vai para os municípios de pequeno porte 2, são 131 municípios e tem 160 Cras. Deveríamos ter 264, faltam 104. Nos municípios de médio porte, nós temos 27 municípios, com 66 Cras. Deveríamos ter 187. Municípios de grande porte nós temos 15, e nesses municípios temos 77 Cras. Deveríamos ter 310. E na metrópole nós temos 21 Cras, quando deveríamos ter 71.

Quando a gente vai para o campo da proteção especial, a gente vê essa área branca ali, que são os municípios que não têm Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Ou seja, havendo qualquer violação de direitos de pessoas ou famílias nessa área, elas ficam descobertas. Aí a gente vai entender um pouco por que, às vezes, a gente superlota a Fundac, porque não tem quem aplique a LA, não tem quem aplique a PSC, manda internar.

Aqui é a nossa realidade de Creas. Nós vemos que nos municípios de pequeno porte faltam 25; nos de médio porte, 51; nos de grande porte, 164; e na metrópole faltam 69 Creas. Aqui são os equipamentos de alta complexidade, ou seja, para os abrigamentos. A gente vê que, nesse branquinho, esse serviço não é ofertado. Então, as crianças e idosos que não tenham família não têm um atendimento aí direcionado.

Aqui é a nossa realidade de abrigamento para crianças e adolescentes. Nos municípios de pequeno porte, nós temos sete, e desses sete, cinco são cofinanciados pelo estado. No segundo porte, nós temos sete. Esses dados a gente vai deixar disponíveis para todas as senhoras e senhores. Aqui a gente está mostrando os serviços disponíveis por município hoje, e, deles, quantos o estado cofinancia.

O serviço considera qual é a gestão do município, se é básica ou plena. Os municípios de gestão básica têm um conjunto de oferta de serviços e recebem um valor de repasse, tanto do governo federal quanto do governo estadual. Os municípios de gestão plena ofertam mais serviços, e o

cofinanciamento do estado é muito maior, e também o do governo federal.

Aqui são as diversas ações das quais a superintendência participa. Ela não só cofinancia, ela não só capacita, não só acompanha, não só monitora, mas ela participa de vários fóruns constituídos no estado que tratam do fortalecimento das famílias e do acesso delas a uma cultura mais cidadã. O financiamento todo é feito pelo fundo, que é um fundo de assistência social, é o Fundo Estadual de Assistência Social, tem CNPJ próprio. Ele recebe recursos do Fundo de Combate à Pobreza, praticamente, nós não recebemos recursos de outras fontes, recebíamos, até um tempo atrás, da Fonte 100, agora é só Fonte 128. Se a gente for comparar o total que se arrecada do Fundo de Combate à Pobreza, o que vem para aqui não chega a ser 10%. Nós conseguimos, em nível nacional, que 100% dos recursos do Fundo Nacional de Combate à Pobreza fossem para a assistência social. Em estados como Sergipe, 100% vão para a assistência social. Outros estados, como Ceará, Paraíba, Pernambuco, vão em torno de 40% a 80%. Na Bahia, isso não está regulamentado, e o valor que vai é muito pequeno. Nós não defendemos que 100% dos recursos do fundo devam ir para a assistência social, por entender que, quando a gente pensa em dotar esse indivíduo e essa família com o repertório necessário para que ele possa acessar o mundo dos direitos, não depende só da assistência. Agora, nós entendemos que teria que ter um valor garantido bem maior do que o que hoje é disponibilizado.

Aqui são os elementos para a intervenção, mas eu acho que não vai dar tempo para falar nisso, que é a questão da intersectorialidade. A gente pensa a pobreza, como ela é multidimensional, ela é múltipla, não apenas na sua forma de manifestação, mas também ela é multideterminada. Sendo assim, a intersectorialidade na gestão é a contraface da multidimensionalidade. Ou a gente articula diferentes políticas, com diferentes atores, e,

aí sim, a gente tem como garantir o acesso dessas pessoas ao mundo do direito, ou então fica sempre mais difícil.

Aí, a gente não pode perder de vista, que é a questão do empoderamento e da autonomia. Nisso está a questão central da importância da assistência social, porque é preciso que a gente transfira renda, é preciso que a gente contribua para que essas pessoas possam acessar uma renda duradoura, mas é preciso que elas criem as condições, os elementos, para que elas possam se inserir na vida como sujeitos. Como a gente costuma falar, para que elas possam andar com os seus próprios pés. E exemplos a gente tem. A gente dá casa,

mas se a pessoa não estiver movida do desejo, se sentir pertencente a esse mundo onde o indivíduo tem direito a uma casa para morar, ela pode vender a casa, vender as coisas que tem dentro da casa e voltar para aquela situação anterior. Então, pensar essa questão do empoderamento na perspectiva da autonomia, para a gente, é central. E que nossas metas não virem pó e fumaça, mas o barro próprio para a formação da humanidade, que é um provérbio angolano. E agradecer a todos a paciência e dizer que nós estamos sempre à disposição em tudo o que for necessário, inclusive para fazer essa articulação e dar sentido prático às políticas de pobreza nesse estado.

## **Marco Aurélio Lessa Santos, Diretor Executivo do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza, da Casa Civil:**

Boa tarde a todos. É difícil falar depois de Mara porque ela já tem uma história antiga, conhece bem o assunto e é uma boa expositora. A função aqui é falar do funcionamento técnico do Funcep, mostrar alguns números e falar como funciona hoje a governança e quais são os principais caminhos que a gente tem seguido para tentar melhorar, principalmente, a eficiência e eficácia, e, em algum momento lá na frente, ter um pouco mais de efetividade nos projetos financiados pelas fontes de recurso 128. Atualmente, existem as fontes 128 e 328, antes era a Fonte 28. A partir da implantação do Fiplan, passaram a ser fontes 128 e 328. Uma das coisas que Mara citou foi a questão do financiamento da assistência social, basicamente pela Fonte 128, a partir de 2014, por conta da situação financeira do estado. O Funcep tem que ser um cofinanciador, a legislação criou o fundo para ser um cofinanciador, porque

o fundo, por si só, não consegue financiar todos os projetos, até porque a base nossa de pobreza no estado, historicamente, é muito grande. Em função dessa situação no último ano, muitas das ações que eram financiadas ou cofinanciadas passaram a ser totalmente financiadas. Então, isso acabou refletindo na redução de orçamento de várias ações sociais.

Vou passar rapidamente pela legislação de criação do fundo. A partir de uma emenda constitucional de 2000, ele foi criado, na esfera federal, permitindo que os estados criassem cada um o seu, se assim desejassem. Na Bahia, foi criado em 2001. A partir de 2007, a Secomp foi desmembrada. Uma parte ficou na Sedes, a diretoria executiva do fundo foi para a Casa Civil, e outros projetos que antes eram coordenados pela Secomp foram distribuídos, de maneira que hoje nós temos 12 secretarias que têm ações financiadas pelo fundo.

A última legislação que alterou o fundo foi a de 2014, garantindo um mínimo de 10% do orçamento anual do fundo para atender ao Estatuto da Igualdade Racial, desde que em projetos que seguissem as orientações fundamentais do Funcep, de combate à pobreza, projetos específicos, mas com retrato focado nessa população mais vulnerável.

A finalidade é viabilizar para a população pobre o acesso a meios dignos de vida. Os recursos devem ser aplicados única e exclusivamente em despesas com ações finalísticas. Isso é algo que temos que repetir continuamente para evitar atividades-meio, por conta dessa falta de recursos nos últimos tempos. Programas suplementares de nutrição, habitação, infraestrutura, educação, saúde e reforço de renda familiar. O objetivo é implementar uma política sistemática e integrada, que permita a transferência de ativos, fortalecendo o capital social. Outro problema que a gente também tem é essa integração de políticas, porque a variedade de ações financiadas é muito grande, muitas delas sombreadas e pouco integradas. A missão é reduzir o nível de pobreza, exclusão, desigualdade, vulnerabilidade da população do estado da Bahia e a articulação de ações integradas efetivas e sustentáveis.

A diretoria executiva, pelo regimento, basicamente tem por finalidade programar, coordenar, executar, supervisionar e controlar as atividades do fundo, em estreita articulação, no que couber, com as unidades centrais do sistema estadual de planejamento e do sistema financeiro, basicamente, Seplan e Sefaz, claro, junto com as outras secretarias. Ou seja, na época da elaboração da LOA, nós sentamos com as secretarias, muitas vezes na última semana do prazo, porque as secretarias tem que discutir internamente primeiro.

O Conselho de Políticas de Inclusão Social é um conselho que tem por finalidade formular políticas e diretrizes, e avaliar os programas e ações governamentais voltados para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Compete ao CPIS

formular as diretrizes gerais, acompanhar e apoiar ações desenvolvidas, com o objetivo de promover a melhoria das condições e qualidade de vida das comunidades carentes. Basicamente, quem participa do conselho são 11 secretários, além do governador e mais seis representantes da sociedade civil.

Agora eu vou falar um pouco sobre o plano que nós temos tentado acompanhar, mas que já está em vias de ser atualizado. É um plano estratégico de combate à pobreza que foi aprovado pelo conselho em 2010. Basicamente, foram criadas algumas premissas nas ações de combate à pobreza e alguns requisitos e condicionalidades para seleção dos projetos. Nós procuramos sempre discutir com a própria secretaria que tem o orçamento do fundo para que, dentro do possível, os projetos atendam o maior número de beneficiários. Isso é uma coisa importante porque, eventualmente, as pessoas enxergam o fundo como tendo um volume de recursos muito grande, quando ele é visto em termos absolutos. O orçamento do fundo para 2015 é de R\$ 611 milhões, mas se você pensar que tem 9.300.000 pessoas hoje no Cadastro Único do MDS, ou seja, de 15 milhões de habitantes da Bahia, você tem 9.300.000 no Cadastro Único, ou seja, quase 62% da população.

Esse número eu já falei para várias pessoas porque, eventualmente, os técnicos das secretarias chegam com projetos caros, e eu repito essa conversa. Basicamente, esses R\$ 600 milhões, se deixarmos de fazer tudo o que a gente faz hoje, deixarmos de fazer assistência social, deixarmos de fazer assistência técnica, deixarmos de cofinanciar moradias, e atender à teoria da renda mínima, se dividíssemos esses R\$ 600 milhões pelo número de pessoas extremamente pobres no estado, que hoje são quase 1 milhão, dados de 2013, da PNAD, são 986 mil aqueles que recebem abaixo de R\$ 84 per capita/mês, a gente teria em torno de R\$ 50 para entregar a cada um por mês. Isso sem financiar mais nada. Zerava, atendia com R\$ 50 por mês

cada um desses, e os outros 8 milhões que estão na parte de cima da pirâmide, aqueles que recebem R\$ 85, R\$ 86, R\$ 89, não receberiam nada. Então, o valor per capita do recurso disponível é muito baixo. Por isso que a gente defende sempre que os projetos tenham um valor pequeno per capita. Não adianta pensar em projetos caros porque não vai ter dinheiro para financiar.

Os requisitos. Projetos que promovam o protagonismo dos atendidos – muito dentro do que Mara falou, da questão do sujeito –, projetos que ofertem bens e serviços basilares do desenvolvimento local – por exemplo, o caso da cisterna de placa, no qual o Estado adquire os recursos todos na própria comunidade, para movimentar o comércio local –, projetos que incluam cláusulas sociais, tais como as voltadas para o favorecimento da produção local – essa estratégia repete um pouco o anterior, e envolvam em sua execução organizações que promovam o trabalho decente, não apontados na lista suja do Ministério do Trabalho, projetos que tenham princípios educativos orientados para a desconcentração de poder técnico na direção dos contemplados – o exemplo que dou para isso é também o da cisterna de placa –, projetos que promovam e garantam o diálogo entre trabalho, educação e juventude e promovam a integração do setor privado no financiamento e implementação das ações e também a integração de outras esferas de governo – federal, estadual e municipal. Mas temos uma boa parte dos recursos, principalmente de assistência social, que são cofinanciados, ou seja, basicamente a gente entra com cofinanciamento do Governo Federal.

No plano de combate à pobreza, há situações, na realidade, não são situações fixas, porque a pessoa que está na situação de vulnerabilidade social passa muito rapidamente para exclusão social e, por outro lado, a via contrária é um pouco mais difícil. Na exclusão social, o cidadão tem acesso limitado sistemático ao mundo dos direitos, e o Estado tenta, através da melhoria na educação, habitação, trabalho, saúde, alimentação, lazer e cultura,

passar essa pessoa da exclusão social para uma situação de vulnerabilidade social e depois incluir ela de maneira mais plena.

A grande questão aqui é que os projetos pontuais – e tem muitos projetos pontuais embora tenhamos, nos últimos anos, reduzido bastante esses projetos – dificilmente vão conseguir avançar nessa escala. Então, os projetos têm que ter certa continuidade, certa complementaridade, porque, senão, você vai simplesmente dar um benefício ali, e depois não sai daí.

As variáveis consideradas quanto ao perfil da população-alvo: emprego informal, a chefia da família, sexo, escolaridade, número de membros da família, taxa de dependência e situação do domicílio urbano e rural. São financiadas políticas assistenciais, de inserção e de integração. Políticas assistenciais são aquelas que tentam oferecer o benefício básico, quase todas de assistência social que estão aí e as de segurança alimentar. As políticas de inserção são aquelas do Vida Melhor, de assistência técnica rural e urbana. Renda mensal familiar per capita, que caracteriza a pobreza extrema, são aqueles que estão abaixo de R\$ 84 per capita/mês. Deve-se tentar focar mais nesse público, mas acaba-se atendendo a todos aqueles que estão no Cadastro Único, ou seja, todos aqueles que pertencem a famílias cuja renda per capita é de até meio salário mínimo, ou a renda familiar total de até três salários mínimos.

Variáveis a considerar quanto à natureza das ações dirigidas. Quando temos que elaborar parecer sobre projetos que nos são enviados, a gente sempre tenta verificar a questão da economicidade, ou seja, se o valor per capita está razoável. Só para ter uma ideia: uma assistência técnica rural custa, na média – uma assistência técnica bem feita –, em torno de R\$ 1 mil/ano por agricultor assistido. Então, eventualmente, chega um projeto lá lindo, muito bom, com muitos insumos, mas esse projeto custa R\$ 5 mil. Por mais que ele vá deixar a pessoa já em uma situação bem mais avançada, é difícil financiar um projeto que custe R\$ 5 mil, que seja de assistência técnica, por agricultor.

Quanto ao benefício distribuído, é importante que tenha regularidade, periodicidade, sustentabilidade. Ou seja, não adianta ter uma assistência técnica – a gente sabe que algumas já aconteceram – na qual o agricultor conhece o técnico porque, de vez em quando, ele passa rapidamente na região e conta como agricultor assistido. Então, pode haver um número muito grande de agricultores, mas poucos realmente assistidos. A focalização é importante. Aí é importante saber quais as causas principais da situação que vai ser enfrentada, se é uma questão só de baixa renda ou é de dificuldade de acesso à educação, à assistência social, se conta com mais de uma fonte de financiamento. Claro que é preferível financiar projetos em que haja cofinanciamento, justamente por causa desse pequeno valor disponível anualmente. Então, entre dois projetos em que, eventualmente, algum já traga outra fonte de financiamento, seja do Banco Mundial, seja do Governo Federal – é melhor o do Governo Federal, que é a fundo perdido –, nosso parecer será mais favorável a financiar esse tipo de projeto.

Eu vou relacionar alguns problemas geradores da exclusão social que foram levantados na época do plano de combate à pobreza. Alguns desses problemas, levantados em 2009-2010, já estão em uma situação bem melhor, mas eu peguei exatamente o que está lá no plano de combate à pobreza. Falta de acesso a serviços de saúde, baixo nível de acesso a saneamento básico, falta de abastecimento de água, ausência de moradia adequada, insegurança alimentar, analfabetismo, falta de acesso à educação de qualidade, falta de acesso à energia, alta concentração fundiária e ausência contínua e sistematizada de assistência técnica rural e urbana.

Com o acesso à energia não estamos mais nos preocupando porque, com o Programa Luz Para Todos, houve um avanço muito grande nos últimos anos, embora de acordo com o Cadastro Único ainda existam muitos domicílios no interior do estado, principalmente da zona rural mais afastada, sem acesso a luz. Nos últimos anos o Estado

deixou de coparticipar porque o Governo Federal assumiu integralmente, mas até algum tempo atrás a gente entrava com a coparticipação financeira.

Alguns outros o Funcep não consegue. Por exemplo, saúde não tem como o fundo entrar nesse meio, o custo é alto, já tem o SUS, já tem o fundo de saúde. Da mesma maneira, saneamento básico o Funcep participa de forma muito localizada, em localidades, principalmente distritos rurais do semiárido, através de sistemas simplificados de água.

Para apoiar a redução da inadequação da política de educação voltada para o campo, neste ano foram orçados recursos da fonte 128, com este objetivo, na Sec. de Educação, a serem utilizados em projetos com o apoio do pessoal da agricultura familiar. Em 2010 não havia Cras em todos os municípios, e hoje temos ao menos um em cada município. Ausência de renda regular, baixa remuneração, alta taxa de analfabetismo funcional e ausência de condições para a produção são problemas, que também foram identificados em 2010, como importantes geradores da vulnerabilidade social a serem considerados no plano de combate à pobreza.

Agora vou mostrar um cenário da pobreza atual. De acordo com o Cadastro Único, temos 9.376.500 pessoas que integram o Cadastro Único, das 15.126.000 do estado da Bahia; 55%, público feminino; a maior faixa etária, de 16 a 39 anos (41%); com 31% até 15 anos – uma quantidade grande de crianças –; 65% são domicílios urbanos e de cor preta ou parda são 87%. Receberam Bolsa Família, em 2014, 6 milhões de pessoas. Ou seja, desses 9 milhões de cadastrados, 6 milhões receberam algum benefício em 2014 no estado da Bahia. Quanto ao grau de instrução, 20% ainda declaram-se como sem instrução; fundamental incompleto, 51% – uma parte grande desse fundamental incompleto está naquela faixa de 0 a 15 anos –; e assim por diante, conforme o quadro. Pessoas com trabalho remunerado nos últimos 12 meses: 3 milhões, com 18 anos ou

mais, disseram que não tiveram trabalho remunerado em 2014.

Mais de dois milhões dos domicílios cadastrados eram urbanos e 1 milhão estavam na zona rural. A quantidade de habitações construídas com madeira ou outro material inadequado ainda é de 16% do total dos domicílios (526 mil). Domicílios atendidos com poço ou outros tipos, 24%; com fossa rudimentar, 32%; vala a céu aberto, 4%; dejetos lançados direto no rio, 0,36%.

Comparando-se com a base de dados do CadÚnico de outubro de 2013, houve redução dos domicílios construídos com materiais indevidos; crescimento do acesso à rede geral de distribuição de água, de 65,8% para 67%; aumento no uso de cisternas, de 4,29% para 4,9%; diminuição do uso de poço, nascente e pontos de água inapropriados, de 15,9% para 14,9%; e acesso por outras formas, de 10,2% para 9,9%; aumento dos domicílios ligados à rede coletora de esgoto ou fluvial, de 37,5% para 38,5% – basicamente, zona urbana –, teve muita fossa séptica também; e redução de escoamento em vala a céu aberto, de 5,9% para 4,3%. Achemos muito interessante esse resultado no espaço de um ano, só com o que está no Cadastro Único.

De 2007 a 2013, no Programa Água Para Todos, foram 177 mil cisternas – claro que a maioria cofinanciada, a maioria com recursos do Governo Federal, mas teve algumas cisternas com recursos só do estado –; poços majoritariamente com recursos do governo do estado, principalmente Funcep, 4.300 poços perfurados; quanto às ligações de água, a maior parte é da Embasa e não tem recursos do fundo, mas também tem os sistemas simplificados, que são construídos pela Cerb, com financiamento do fundo; esgotamento sanitário tem pouca coisa, basicamente sanitários domiciliares da zona rural; 11 mil domicílios eletrificados; 107.500 unidades habitacionais construídas no estado da Bahia com cofinanciamento; na educação profissional tivemos 69 mil alunos matriculados em 2013; o Topa – aí

é acumulado – 1.300.000 de alfabetizados; Cras, em 2007, tínhamos 363 CRAS no estado, ou seja, quase que dobramos a quantidade de Cras. Agradeço a atenção.

Na área da habitação popular, obtivemos uma consequente redução dos domicílios construídos com materiais indevidos; crescimento do acesso à rede geral de distribuição de água, de 65,8% para 67%; cisterna está aí embaixo, aumento no uso de cisternas, de 4,29% para 4,9%; diminuição do uso de poço, nascente e pontos de água inapropriados, de 15,9% para 14,9%; e acesso por outras formas, de 10,2% para 9,9% – esse outras formas não está muito especificado no Cadastro Único, eu imagino que é balde, jegue –; aumento dos domicílios ligados à rede coletora de esgoto ou fluvial, de 37,5% para 38,5% – basicamente, é zona urbana –, teve muita fossa séptica também; e redução de escoamento em vala a céu aberto, de 5,9% para 4,3%. Eu achei muito interessante esse resultado em um espaço de um ano, só o que está no Cadastro Único.

De 2007 a 2013, no Água Para Todos, foram 177 mil cisternas – claro que a maioria cofinanciada, a maioria com recursos do governo federal, mas teve algumas cisternas com recursos só do estado –; poços é basicamente só o governo do estado, basicamente só fundo, 4.300 poços perfurados; ligações de água, a maior parte, é Embasa e não tem recursos do fundo, mas também tem os sistemas simplificados, que são construídos pela Cerb, que estão aí; e esgotamento sanitário tem pouca coisa, só entram essas melhorias sanitárias domiciliares, que é o que a gente financia com recurso integral, que são aqueles sanitários domiciliares da zona rural; 11 mil domicílios eletrificados; 107.500 unidades habitacionais construídas no estado da Bahia com cofinanciamento; educação profissional a gente chegou a 2013 com 69 mil alunos matriculados; o Topa – aí é acumulado – 1.300.000, vocês já conhecem; CRAS, em 2007, tínhamos 363 Cras no estado, ou seja, quase que dobramos a quantidade de Cras. Agradeço a atenção.

## **André Santana, Coordenador Executivo do Programa Vida Melhor, da Casa Civil:**

Boa tarde. Eu vim fazer uma fala super-rápida, tentando sistematizar, cumprindo esse papel que a gente se propõe nas rodadas. Eu volto a lembrar que a gente fica trabalhando, faz os eventos, os seminários e, durante a semana, temos as reuniões de avaliação do Grupo Técnico, que está promovendo, animando esse processo, e a gente também se compromete, em toda rodada, já ir trazendo também o fruto disso, algumas reflexões, mais a título de provocação. Evidentemente, aqui não tem um caráter deliberativo, a gente vai sair com um processo, um caderno, um conjunto de recomendações. É nesse sentido, então, a minha fala nesse momento, à luz do que a gente já acumula no primeiro e segundo dia, e contemplando também alguns elementos que a gente trabalhou hoje.

Já que a gente está pensando aqui em uma política integrada, no PPA, pensando na redução da pobreza extrema, e todo o antecedente que a gente já conhece de que parte disso vem da demanda do próprio Vida Melhor, como uma das iniciativas do estado que avançaram nesse sentido de contemplar uma série de iniciativas diferentes, transversais, eu coloco ele aqui com alguns elementos, mais como uma referência, para começar essa discussão.

Um dos elementos que a gente julga interessantes nessa experiência do Vida Melhor é essa questão da institucionalidade, ou seja, ela está prevista no arcabouço, ela não é um arranjo informal, ela não é uma iniciativa só negocial entre as setoriais, ela tem fundamentação. No caso do Vida Melhor, ele é criado por decreto, mas a gente traz aqui alguns elementos que não são pontos fortes nem fracos, são

elementos que a gente vai depois articular. No decorrer da minha fala, isso vai ficar um pouco mais claro.

Uma coisa que é importante a gente prever é a questão da institucionalidade, como é que está esse regramento, como é que está a sistematização disso. Inclusive, no Vida Melhor, tem uma fragilidade, por ser por decreto. No ano eleitoral, a gente teve uma dificuldade de continuidade de entregas e de insumos aos beneficiários, por conta das vicissitudes eleitorais. Anteriormente, havia um entendimento de que só a lei orçamentária era suficiente para garantir um programa preexistente, e algumas decisões mais recentes entendem que não, precisa ter uma lei específica que crie aquele programa, ele tem que ter execução orçamentária no ano anterior ao ano eleitoral. A gente teve alguns embaraços, teve que suspender algumas entregas, enfim, ficou com essa perspectiva de descontinuidade. Isso é um exemplo do que a gente está falando, e isso tem que estar contemplado.

Outra coisa que foi muito interessante no caso do Vida Melhor era que a gente contava, na sua constituição, com instâncias colegiadas de gestão. Então, a gente tem um comitê gestor, um pleno de secretários, embora a gente tenha que trabalhar esse ano para reatar, apertá-lo mais e botá-lo para funcionar. O pleno de secretários nunca se reuniu, efetivamente. E, abaixo dele, a gente tem dois comitês que integram representações das setoriais, e ele tem um caráter mais executivo, de fazer planejamento, acompanhamento e reportando ao comitê gestor os avanços, os desafios. Mas isso é uma coisa interessante

para a gente pensar também. Não dá para pensar uma ação articulada meramente pautada só pelo que está previsto no PPA quanto à se a gente não pensar também uma retaguarda institucional, uma modelagem. Aqui está só a título de exemplo, mas isso é uma coisa que a gente tem que levar também em consideração.

Uma outra coisa que foi fundamental – e isso a gente foi meio que trocando o pneu com o carro andando – foram ferramentas adequadas para fazer essa gestão. Considerando essa transversalidade, é bastante complexo obter essas informações. Hoje a gente já tem bastante tecnologia para isso, a gente desenvolveu, inclusive, algumas ferramentas no âmbito do Vida Melhor, mas é também importante não perder isso de vista. A gente vai ter que pensar formas adequadas, adaptadas do que a gente já tem, ou novas ferramentas e processos que dêem conta disso, a gente conseguir sistematizar, registrar as informações relativas à execução, ter uma base consistente para planejar, ou seja, fazer uso das informações disponíveis para fazer esse planejamento intersetorial, e depois acompanhar a execução disso. Isso não é um desafio trivial.

Uma outra coisa que é imprescindível – e isso a gente falou um pouco no começo, naquela discussão da avaliação da estrutura do PPA – é a questão da governança estratégica. A gente ainda tem um foco, enquanto estado, muito operacional, no sentido do processo, que a gente entrega, mas não exatamente aonde a gente quer chegar com isso, sobretudo, na mudança de estado dos beneficiários. Outra coisa que era prevista no Vida Melhor, mas também houve algumas dificuldades para se exercer plenamente, é essa perspectiva de se ter uma instância estratégica superior para que a gente possa acompanhar resultados. Aonde a gente quer chegar, correção de rumos, mas aonde vai, não só o que entrega, o que produz, mas aonde quer chegar efetivamente.

E uma coisa que a gente destaca também no Vida Melhor é que a gente não contou, na sua modelagem inicial, com uma instância de controle social. Nosso programa não estava vinculado a nenhum conselho, não tem nenhum colegiado que integre instâncias de beneficiários ou da sociedade civil que possa ampliar o debate acerca dessa intervenção com o conjunto da sociedade, ou pelo menos com representações daqueles mais interessados com o objeto da política. Então, essa é uma outra questão que eu trago para a gente fazer uma reflexão.

Posto isso, como antecedente, a gente volta a fazer uma reflexão sobre o que foi objeto da fala de Marco, que é a legislação hoje, que isso criaria uma espécie de política, embora não tenha esse nome, não tinha essa expectativa, ela veio muito no esteio dessa estrutura do fundo de pobreza nacional, se desdobrou no estado, instituindo o fundo, mas vinculado à Secomp, que era a Secretaria de Combate à Pobreza. Eis a institucionalidade de que a gente dispõe hoje para dar conta desse tema que a gente está tratando. Então, isso é o que está posto no regramento do estado e na institucionalidade pública estadual. Então, aquela lei, a 7.988, de 2001, cria a Secomp e cria o fundo. Basicamente, tem essa estrutura. O conselho seria essa instância de gestão estratégica dessa política. Ele tem a prerrogativa, a partir de um grupo técnico, de acompanhar a formulação e aprovar e acompanhar a execução de um plano estadual de combate e erradicação da pobreza, que, por sua vez, tem, como um dos elementos dessa política, o fundo, como um elemento de financiamento, embora não o único. Não está dito isso, que o plano tem que ser exclusivamente financiado pelo fundo. O fundo é um elemento, um instrumento de financiamento dessa política.

Trazendo mais elementos sobre o conselho, aí é um dado que é importante a gente ressaltar, ele é, atualmente, presidido pelo

governador do estado. Ele ainda está ativo e ainda existe, apesar de algumas alterações que extinguiram a Secomp, mas o conselho ainda existe, e ele ainda é presidido pelo governador do estado. Ele se reuniu na semana passada, para fazer apreciação de contas, as questões ordinárias do funcionamento do conselho. E tem essa finalidade de formular políticas, diretrizes, avaliar os programas e ações governamentais voltados para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como estabelecer a programação a ser financiada com recurso proveniente do fundo. Vejam que isso dialoga muito com aquela discussão que a gente faz de governança estratégica. Será que a gente pode readequar isso? Isso tem hoje uma coisa muito aderente à dinâmica do fundo. Será que ela pode ser ressignificada para uma política de redução mais ampla, estruturada, de redução da pobreza?

Ainda segundo aquela lei, a 7.988, o Artigo 2º versa sobre o conselho e vai dizer da sua composição. Ele deve ter sido modificado com a nova estrutura administrativa. Eu só estou ilustrando, porque o secretário de Combate à Pobreza não é mais o secretário. Mudou a composição, além dessa? São seis representantes ali no item 8, e tem outras além dessas. Enfim, isso está aí a título de ilustração. O fato é que o conselho está ativo, ele tem uma composição múltipla de setoriais envolvidas, que é uma parte dos que estão aqui, mais ou menos todo mundo que está contemplado aqui nessa discussão.

Nessa parte do que a gente tem, do que está posto, aquele plano que a gente falou anteriormente, que norteia a política, ele tem essas diretrizes: atenção integral para a superação da pobreza e das desigualdades sociais, acesso de pessoas, famílias e comunidades a oportunidades de desenvolvimento integral, fortalecimento de oportunidades econômicas e de inserção no setor produtivo, redução dos mecanismos de geração da pobreza e das desigualdades sociais. Mais uma vez, eu não quero

aqui esgotar o tema como ele está regrado hoje, mas é o fato de dizer que existe uma institucionalidade que hoje está restrita à dinâmica do fundo, mas ela adere a esse movimento que a gente faz aqui. Se a gente está discutindo uma estruturação de ações integradas dentro do PPA para a redução da pobreza, eu entendo que isso tem uma aderência muito forte com isso que está posto, ainda que seja preciso fazer as adequações, os ajustes e a revitalização dessa política.

Nesse sentido, qual seria a proposta inicial desse GT? A gente está entendendo que está ali naquele lugar, naquele momento das rodadas de discussão, onde a gente está amadurecendo mais questões relativas ao problema e alguns elementos de orientação da prática para a frente. Ao findarmos essa rodada e sistematizarmos as nossas recomendações, a gente vai adentrar no fluxo do PPA nas mesas temáticas, que são sinalizadas por aquelas linhas, aquelas setas horizontais. E nas mesas vão ter temas, eu coloquei ali a título de exemplo, mas tem algumas que também aderem com as dimensões daquelas que a gente tem estudado e analisado como elementos causais da pobreza e da reprodução da pobreza no estado.

Por mais que a gente entenda – e aí por isso é que Cláudia vai vir depois fazendo um pente fino em relação ao cronograma do PPA para frente –, significa que a gente vai disparar processos supostamente articulados, porque as pessoas que vão estar em determinadas dimensões vão estar em outras, pode haver coincidência de equipes que trabalham com temas diferentes, mas, a rigor, são processos que, internamente, na sua horizontalidade, eles já pressupõem uma transversalidade, mas dentro daquele tema. Então, você dispara aquele tema, levanta todo um cenário atual daquele tema, o estado da arte, e as diversas setoriais são desafiadas, então, a pactuar compromissos ou programas. Há um desafio da Seplan, ela vai colocar depois aqui, para que minimizem os seus programas, mas você pode

ter a ampliação de compromissos aportados, inclusive nos programas de terceiros. A setorial não precisa montar um programa próprio de determinada temática. Ela pode tão somente aportar um compromisso em um programa que tem a centralidade em uma outra setorial, mas aí você conseguiria configurar a transversalidade sem perder a coerência, sem perder a eficiência do processo, porque também, se a gente pulverizar demais em um número grande de programas, isso já foi um elemento de crítica da gente, no início, como elemento de baixa eficácia, difícil de acompanhar quando você tem muitos programas parecidos, e há uma tendência, inclusive, de dispersão de recursos.

Enfim, em cada uma dessas setas horizontais, a gente já vai ter uma perspectiva transversal dentro daquelas setoriais envolvidas com aquele tema, mas dentro daquele processo. Então, a gente entende que é importante a proposta que o grupo faz de que, a partir das rodadas, saia daqui com um GT, ou seja, com um grupo técnico que não tenha a amplitude dessa plenária, um conjunto tão grande de representantes, mas que seja representativo do número de secretarias envolvidas. A gente espera um grupo de, no máximo, umas 20 pessoas. Então, esse GT seria responsável por acompanhar, ele tem um funcionamento paralelo às mesas temáticas e ele fica fazendo esse vaivém, quer dizer, vai tentando ver se a gente consegue colocar esse caráter de verticalidade das mesas, ou seja, como a gente vai costurando aquilo que vai sendo feito nas diversas mesas temáticas e não perde nem a coerência nem a visão do todo do processo nesse recorte de pobreza. Como a gente pega as discussões das diversas mesas e continua tendo a visão do todo: olha, a educação está aqui, a saúde está ali, mas todo mundo mais ou menos dialogando, a gente tendo a possibilidade para incidir tanto nos grupos que vão ser disparados pelas mesas e manter aqui uma discussão, um amadurecimento, inclusive, de governança, de outros aspectos ligados à gestão.

A ideia, então, é que, ao final desse processo das mesas temáticas, a gente vai ter a formulação dos programas no PPA. Se a gente vai ter, depois das mesas com todas as temáticas, a elaboração do PPA, ou seja, de todos os programas e todos os elementos e iniciativas, sobretudo os programas do PPA 16-19, a gente está entendendo também que o conjunto de programas de ações da pobreza vai ser um pedaço do PPA, mas construído dessa forma mais cuidadosa, acompanhada com essa proposta.

Por fim, a gente entende também – e isso é uma coisa para a gente discutir – que esse conjunto de programas de ações da pobreza, que é um recorte do PPA 16-19, equivale ao plano, não ao plano todo, mas pelo menos à parte operacional, a parte temática do plano, porque o plano hoje que está construído tem um arcabouço muito interessante conceitual, de definição, enfim, de diretrizes. Mas a gente entende que ele pode ser complementado com o recorte operacional, o que exatamente vai ser feito pelo estado, em quanto tempo, quanto vai custar, quem quer atingir, que situações quer avaliar especificamente. Então, a gente entende que isso faz algum sentido. Isso é um pouco do que a gente traz para a reflexão do GT nesse momento.

A ideia é que esse GT seja composto por um representante e um suplente de cada órgão participante das rodadas, ou seja, os órgãos que estão aqui representados, e que ele funcione a partir de encontros semanais regulares, tendo como foco o acompanhamento do desdobramento das mesas temáticas, promovendo ajustes e amadurecimentos transversais dos programas. Ou seja, a gente mantém uma instância, como eu já tinha falado antes, de acompanhamento disso, de a gente tanto ir levando para as setoriais representadas no próprio GT e nas próprias mesas, que provavelmente serão as mesmas, os mesmos técnicos, ou técnicos que possam dialogar entre si, fazendo esse trabalho de costura para que esse conjunto de formulações de redução da pobreza

tenha o máximo de coerência possível, ele não seja um saco de gatos, um conjunto de ações dispersas e não articuladas. Essa é a proposta geral. A gente abre depois para

um debate, depois que Cláudia apresentar o fino de como seguem agora as mesas e como isso pode se articular de uma maneira mais inteira.

## **Cláudia Monteiro Fernandes, Diretora de Planejamento Social, da Secretaria do Planejamento:**

Eu vou retomar aqui, bem rápido, o que a gente está colocando como princípios para elaboração do plano plurianual. Uma pergunta que eu ia fazer, e já registro, é: o plano de combate à pobreza extrema tem uma periodicidade? Porque a gente está falando de um plano plurianual de governo, de estado, que tem execução de quatro anos. Então, a gente está lidando nas mesas, na configuração das mesas temáticas, muitos aqui já entendem essa linguagem porque já participaram da elaboração de outros PPAs, então, na elaboração das mesas temáticas, além dos conteúdos que a gente está discutindo na rodada, a gente também trabalha com outros planos, e a gente tem identificado planos quinquenais, decenais, com quatro anos, com equivalência com o período do PPA. Então, isso não é padronizado no estado. Dependendo da área, do segmento, do tema, os planos têm periodicidades diferentes. O nosso, estadual, geralmente, tem quatro anos, definido pela Constituição, e tem alguns elementos que estão norteando esse trabalho.

O fortalecimento da dimensão estratégica. Cada vez mais, a gente quer trazer o que é fundamental para o desenvolvimento do estado e não apenas qual o produto entregue à sociedade, qual a construção entregue lá na ação orçamentária, mas o que esse tipo de ação está fazendo para mudar a realidade da vida das pessoas que moram na Bahia. O fortalecimento da dimensão territorial. Ou seja, identificar onde exatamente está

acontecendo a ação pública e como ela pode ser integrada cada vez mais, para que o resultado seja cada vez mais efetivo, que a nossa política tenha mais efetividade. Ou seja, eu tenho uma Secretaria de Educação com quatro programas, e ela efetua ações em regiões completamente diferentes. No final, o resultado daquela Secretaria de Educação não é o esperado porque eles não conseguiram integrar as suas ações, eles não conseguem se enxergar trabalhando transversalmente. Então, o princípio de integração territorial já tem por trás a visão estratégica e a questão da transversalidade e a complementaridade das ações.

Fortalecimento do plano como instrumento de articulação setorial. É isso que a gente está fazendo aqui. Articulação entre as secretarias, e mais, entre as esferas federativas, e que tem a ver com tratar município com a parte do cofinanciamento. Então, se o município não tem condições de fazer a sua parte enquanto parceiro, e o estado está financiando aquele processo – um CRAS, um CREAS –, termos estratégias de trabalhar essas fragilidades, dando apoio técnico aos municípios, mas também cobrando respostas efetivas deles a esse apoio que o estado dá e também o que a União dá. Então, ter, cada vez mais, articulação intersetorial na horizontalidade dentro do estado e nos entes federativos.

Já falei dos planos e sistemas. Ampliação da participação social no planejamento.

Então, não é só ouvir as demandas dos territórios, registrar e depois dizer: acho que atendeu isso, acho que atendeu aquilo. Não, a gente agora vai fazer o plano, o programa, e, quando for inserir um compromisso, a secretaria vai ter que olhar uma lista de demandas vindas da escuta social, que está sistematizada desde o outro PPA, e dizer: eu estou atendendo isso, eu estou atendendo aquilo na minha proposta de ação. Eu não tenho governabilidade de abrir alguns elementos detalhados sobre conteúdos do que vai ser o programa, quais programas vão estar no PPA. Tem um grupo de coordenação do PPA, do qual participam a Seplan e SEI, que está definindo tudo isso, e a decisão é do governador. Então, a gente, enquanto técnico, faz a proposta. A definição se o programa A, programa B, programa C vão continuar ou vão mudar ou vão integrar é do governador. Então, a gente está fazendo essa proposta. Ainda não foi avaliada pelo governador. Então, algumas coisas eu posso falar aqui, e outras, infelizmente, eu não posso ainda. Felizmente, nós estamos aqui antecipando algumas coisas. Apesar de o prazo ser muito curto, a gente está conseguindo debater essas questões antes de ir para a mesa temática, o que eu acredito que já é uma grande vantagem.

Então, a gente tem uma proposta de fortalecer a questão estratégica, tendo o cenário: o que a gente quer para a Bahia daqui a 20 anos? Que diretrizes do governo de Rui Costa, do PGP, do Plano de Governo Participativo, a gente está levando em consideração no planejamento? Como a gente avalia o que passou? Quais os erros? Quais as ações positivas? Quais os acertos? E as diretrizes estratégicas, que a gente vai falar um pouco aqui, que vão orientar o olhar de todos na hora que estiverem sentados juntos, duas secretarias, os conflitos, as dificuldades. Então, tem algumas orientações para tentar mediar esse tipo de dificuldade que a gente vai ter nas mesas, naturais na política.

A gente ainda manteve os eixos, ainda não está batido o martelo, mas, em princípio, os eixos do PPA vão ser mantidos. São três: um da gestão, um social, outro econômico. Eu resumo assim. Tem um nome bonito, mas, de fato, é isso. Mas o princípio do PPA é que isso não tem mais significado. Eu não posso dizer que um programa de cultura esteja no eixo econômico e não possa dialogar com uma ação de erradicação da pobreza, que está no eixo da inclusão social. Isso, para nós, está sendo muito complicado de administrar. É uma proposta de a gente romper com isso, já falei isso várias vezes aqui também.

Os temas estratégicos já estão praticamente fechados. E aí, nessa esfera, a gente vai ter indicadores estratégicos. Isso é diferente do PPA vigente. A gente não vai ter mais somente o indicador do programa. A gente vai ter o indicador estratégico para dar informação aos gestores do alto escalão: os superintendentes, os secretários, o governador, a Casa Civil. O que está acontecendo, a nível estratégico, quando eu junto programa 1, programa 2, programa 3? Isso está mudando a realidade da Bahia? Então, esses indicadores, mais macro, vão estar aí. A gente está trabalhando junto com a SEI, vocês vão participar de duas formações relacionadas a isso – qual a diferença entre estratégico e programático –, isso está sendo pensado lá, para passar para vocês bem sistematizado.

Aí entram os programas que a gente está falando aqui. A construção do programa vai ter a sua ementa e os seus indicadores de programa. Aí a Seplan e a SEI têm muito menos governabilidade. São vocês, que entendem do assunto, que vão tratar, sobre pobreza, igualdade racial, a questão de gênero, infância, saúde, as setoriais é que vão construir. Claro que com a orientação metodológica da gente, da nossa equipe, é para isso que a gente está aqui, é para isso que o planejamento existe, senão, não teria sentido. E os compromissos, quem assume também são as

setoriais. A transversalidade, como André falou, se dá aí. A gente tem condições, hoje, com essa metodologia de aportar compromissos a partir de uma negociação prévia. Eu não digo a você, não informo a sua secretaria que você vai ter que aportar um compromisso em um programa de fulano. Não existe mais programa da secretaria, programa de fulano, é o programa de governo. Isso é pactuado e negociado, e a gente vai ser mediador. Na hora em que o conflito for impossível de mediar, aí sobe, a instância de decisão vai ser o governador. A gente quer forçar isso através da metodologia, puxando para o estratégico. Quanto mais a gente fortalece essa construção do que é estratégico, mais fácil se dá a negociação e a visibilidade daquele compromisso dentro do programa do colega ou da outra secretaria. A escuta social entra ali na elaboração do programa e na construção do compromisso, suas metas e iniciativas.

A gente tem hoje 15 diretrizes, 15 temas estratégicos e 15 programas sem nenhuma relação direta entre eles. Foi uma coincidência. A gente está em uma primeira versão de uma proposta. A gente está passando de 47 para 15. É uma proposta altamente vulnerável a bombas e tiroteios. Nós sabemos disso. Mas a nossa proposta inicial é que são 15 programas, são 25 secretarias. Claro que todo mundo vai ter que sentar junto para dialogar. E como vai se dar essa transversalidade? A diretriz que tem relação com o tema estratégico 1 pode ser a diretriz 1 e 2, ou só a 1, e esse tema estratégico pode estar sendo tratado pelos programas A e B, mas não pelo C. E as mesas temáticas das quais vocês vão participar para a construção desse programa serão por tema estratégico. Na hora da mesa, vocês vão ter lá uma matriz programática: o programa proposto é esse. E aí vai dizer: esse programa tem relação com diretriz essa, essa e essa, com o tema estratégico esse, esse e esse, nós temos uma proposta de ementa assim, uma pro-

posta de indicador assim, e agora vocês discutam, e vamos construir o resto das componentes do programa.

A Seplan não vai impor mais, como em alguns momentos aconteceu, construção fechada de compromisso. A gente vai dar como o compromisso deve ser construído e se você está indo na direção adequada para que esse compromisso esteja equivalente com a metodologia. Ou seja, os compromissos não podem ser tão díspares como são hoje no PPA. É preciso que a construção de compromissos seja feita com ajuda técnica da Seplan, mas eu, a Seplan, ou a Saeb, ou a Casa Civil, a gente vai dar apoio e fazer a articulação para que esses compromissos sejam efetivados, mas o que vai ser compromisso vai ser da setorial. Então, é a secretaria que se compromete, e é um compromisso de governo. Por isso que tem toda essa mediação e todo esse apoio, para que ele seja construído, cada vez mais, de uma maneira mais equivalente. Que um compromisso da saúde seja reconhecido, na sua composição, na forma como ele foi construído, em um compromisso da indústria, por exemplo, metodologicamente. O tema reflete as áreas estratégicas. Os indicadores são a grande novidade. A gente tem indicador executivo, que é o do tema estratégico, e tem para os programas.

E aí eu trouxe diretrizes. Está tudo ali, em vermelho, em discussão, não bateu o martelo. Eu trouxe para vocês para a gente ter a confiança de que aquilo que está ali praticamente está fechado, se não tivesse, eu não traria. Então, diretrizes estratégicas. A gente tem a primeira diretriz, que é como se fosse uma diretriz guarda-chuva, que é desenvolvimento sustentável e inclusão socioprodutiva. Já aparece aí o tema do Programa Vida Melhor, que é inclusão socioprodutiva. Ela é considerada uma diretriz guarda-chuva porque ela dá conta de outras questões que outras diretrizes vão repetir, mas ela tenta ser mais abrangente e priorizar. Quando a gente vê uma lista,

qual é a primeira que a gente bate o olho? Desenvolvimento sustentável e inclusão produtiva, para orientar o nosso olhar na hora de construir o nosso programa.

Aí, tem o título e tem um texto pequeno. Diretrizes e estratégias: promover o desenvolvimento orientado para a redução das desigualdades entre os territórios do estado – a questão territorial colocada aí – de forma ambiental e socialmente sustentável – a questão ambiental e a questão social, juntas. A sustentabilidade se dá não apenas na questão financeira ou orçamentária, ela se dá na questão ambiental também –, através da inclusão socioproductiva. E o segundo, redução da pobreza extrema. Esse tema foi negociado aqui, com esse grupo, que participou do início. Ele já era um tema que iria ser colocado, mas, da maneira como ele foi construído – garantir a prioridade da redução da pobreza extrema de forma multidimensional e transversal –, foi uma negociação que já é uma construção coletiva nossa, a gente pode se ver nisso. Aí tem um eixo estruturante – inclusão social e afirmação de direitos – que é a reprodução do PPA passado e é o que está no plano de governo de Rui Costa. Nós ainda estamos negociando se isso vai manter ou não. Ainda não está fechado se vai continuar ou não, justamente por uma questão de dificuldade em você dizer para uma secretaria que está no eixo 2, de economia, que ela não pode aportar compromisso no eixo 1. Isso quebra completamente a lógica da transversalidade que a gente está propondo. Mas isso ainda está em discussão.

Temas estratégicos. Pobreza, inclusão socioproductiva e mundo do trabalho é um tema. Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual. Desenvolvimento integrado sustentável do semiárido. Geração, cidadania e direitos humanos. Ou seja, são temas que a gente construiu refletindo o que está no programa de governo. Mas como o programa de governo tem isso muito pulverizado, a gente preferiu agregar algumas questões. Por

exemplo, juventude. Está no status do PGP como um tema estratégico, no nível de tema estratégico. A gente está propondo que a questão da juventude seja vista de uma forma mais múltipla, até pelo princípio estratégico do PPA. Então, colocar juventude, geração, cidadania e direitos humanos, a gente quer colocar juventude nessa esfera, e não tirá-la e colocá-la isoladamente. Isso não está batido o martelo, é uma proposta preliminar. Ainda está em discussão, e não cabe à Seplan decidir, é uma decisão de governo.

Alguns programas o governador já declarou publicamente. O Pacto Pela Vida, o Pacto Pela Educação, o próprio Vida Melhor, que a proposta do PGP é manter esses programas, então, a gente pode dizer. Outros, não sabemos ainda. Por exemplo, Cidadania e Direitos. Será que vai ser um programa agregado desse jeito ou ele vai ser dividido? A gente não tem como responder. Para alguns já existe clareza porque o debate é público em relação a eles, e já se tem uma conformação – Gerônimo diz que é uma concertação, uma orquestração – já feita. Então, quando isso já está amarrado politicamente, melhor, fica mais fácil para a gente construir. E a questão do semiárido sustentável, que também já existe uma direção muito forte para que seja um programa mesmo de governo.

E aí chegamos finalmente ao que era que eu queria falar aqui, que é o nosso fluxo. A gente tem lá o início, que foi no ano passado, e o processo de planejamento e organização do projeto. Já saiu a portaria, a gente está com um decreto na mesa do governador falando dessas diretrizes estratégicas, está sendo avaliado lá nesse momento, chegou à mesa dele esta semana. Então, provavelmente, vai sair um decreto orientando melhor, ou publicizando, como o processo está sendo feito dentro da Seplan, com os APGs e com o status das diretrizes estratégicas com o orientador. Isso eu não sei se vai sair exatamente dessa maneira. Os decretos são avaliados lá, e a

gente fez uma minuta. A ideia é que haja um marco legal para esse processo que a gente está vivendo agora.

É um cronograma. Esse cronograma é a coisa mais dinâmica que vocês podem imaginar. Entra reunião, sai reunião. Reunião de indicadores, por exemplo, a gente brigou – SEI e Seplan – para entrar no cronograma, para a gente dar um foco mais detalhado na avaliação de indicadores do PPA passado e na construção de novos indicadores. Mas isso estava previsto para um momento, e a gente conseguiu dois. Já fechamos duas oficinas de indicadores. Mudou o cronograma original. O pessoal: não, é uma só, o pessoal das APGs já está exausto, o pessoal da APG ainda está se configurando, tem uma conformação paralela aí de oficinas, de reuniões. Mas PPA é prioridade, vocês vão ver os prazos, apertadíssimos. Então, se a gente não construir bons indicadores no PPA agora, nesse momento, com esse apoio técnico, com essa orientação preliminar, que é a oficina, e depois a gente no telefone, é reunião, é sentar junto, é fazer exemplo, é discutir, é avaliar, na hora em que o PPA for publicado, já era. Então, tem uma temporalidade aí que a gente precisa obedecer.

A matriz programática. É o que eu acabei de falar. Está em elaboração. Quais são os programas? Como eles foram configurados? Quem são as secretarias que vão ser convidadas para participar da discussão e da elaboração desse programa? São cinco? São dez? São 15? Como vai ocorrer essa transversalidade? A gente está construindo. Isso é a matriz programática. O programa mesmo, ou seja, a ementa, os compromissos, as metas e os indicadores, só existirão fechados, após as mesas.

A escuta social já começou. Já tem uma equipe viajando, já tem gente em campo nos territórios. As mesas temáticas estão previstas para todo o mês de abril. Com os feriados de abril, talvez elas fiquem para o início de maio, mas a gente está fazendo de tudo, como são 15 mesas, proposta de 15 mesas, acho que

está dando para fechar tudo em abril mesmo. Então, as mesas temáticas vão ser em abril. O cadastro de parâmetros e informações gerais. O que são esses parâmetros e informações gerais? É aquilo que a gente construiu e deixa pronto no Fiplan, no sistema. Você vai abrir o sistema e vai ter lá: programa X, Vida Melhor, tem qual diretriz vinculada a ele, que tema estratégico está vinculado, quais as secretarias que participam do processo, qual é a nossa justificativa do lado de cá, de ter feito essa configuração, que pode ser batida na mesa temática, é tudo para ser discutido na mesa temática, e qual o elemento da escuta deve ser considerado para esse programa, se você vai ou não vai atender isso no seu compromisso. Então, esses elementos vão estar lá no Fiplan, cadastrados.

Proposta setorial. A gente vai começar a trazer aquilo que vem das discussões das mesas. Elas vão acontecendo e, ao mesmo tempo, as pessoas saem de lá, configuram o modelo da gestão. Vai ter secretaria que vai dizer: eu fui convidado para essa mesa, para esse programa, mas eu não quero, eu não vou participar, eu acho que não tenho muito compromisso a aportar. Pode acontecer, a gente chamar, sei lá, indústria e comércio para uma discussão de agropecuária, e talvez eles não conversem entre si, eu estou dando um exemplo extremo, mas, enfim, pode acontecer de um convidado, apesar de a gente entender que ele deve estar lá aportando um compromisso, a secretaria e sua equipe entenderem que não vão participar. Então, aí a gente tem que rever a estruturação da transversalidade. Quanto maior a transversalidade, melhor, e mais complexa a gestão. Por isso que o modelo de gestão não é único. Ele tem esses elementos que André colocou aqui na apresentação dele, de ele ser coletivo, colegiado. Essa é uma proposta que a gente faz, e que os diagnósticos – como a Saeb coloca – de problemas estejam por trás das definições de compromissos, mas essa conformação, ou essa concertação – que é a palavra da moda –, tem que ser feita entre as setoriais, entre as secretarias.

Aí vem essa proposta, que vem de vocês. A gente vai receber isso no sistema, e a gente vai voltar a sentar com as instituições, as secretarias envolvidas em cada programa. Mês de maio e junho é tudo isso aqui. Essa proposta setorial é definição de compromisso, meta, iniciativa e associação da proposta de escuta e o modelo de gestão, como vai ser gerenciado o programa. Ao mesmo tempo, vai está sendo feito na Seplan, com a Sefaz, o teto, o cálculo do teto dos recursos para o quadriênio. O programa vem com recurso teto para quatro anos.

A gente está ali. Depois, tem o ajuste da proposta à capacidade financeira, ou seja, é aquele momento em que eu sei qual é o teto. Será que dá? É viável? É factível. É razoável aquilo que foi proposto? Está de acordo com o que a gente tem de recurso? Já posso adiantar a vocês que a gente vai ter uma divisão de recursos que não vai ser homogênea. A gente vai ter um recurso mais restrito no início, porque é ano de crise, 2016, provavelmente 2017 ainda vai ter rebatimento, e aí a gente pretende indicar que vocês façam um esforço, as equipes que vão trabalhar o planejamento do programa façam um esforço de focar cada vez mais as ações nos primeiros anos, e depois ampliar. Por isso esse exercício de eleger territórios prioritários, a questão da pobreza como orientadora. Outras variáveis, como a identificação de áreas que não tenham assistência, podem ser um elemento de priorização. Ou seja, que as setoriais, de acordo com aquilo que vai ser feito, elejam variáveis para a priorização de ações, especialmente nos anos de 2016 e 2017. A gente vai levar muitos elementos, inclusive esses que estão

saindo daqui, para todas as mesas temáticas, e outros surgirão, além das políticas e planos, obviamente, que a gente tem que considerar nesse momento.

Aí a gente tem a consolidação da proposta e o projeto de lei. Isso aqui é a principal etapa, e de idas e vindas. Vem para a Seplan, metodologicamente, primeiro: o olhar técnico está dentro do modelo, da metodologia? Precisa fazer um ajuste? O indicador está adequado? A meta está adequada? Primeiro esse olhar. Depois, a questão da lógica do planejamento estratégico voltado para resultados. A gente está visando, com essa ação, um resultado efetivo relacionado com a diretriz? Então, tem toda uma crítica aí e um diálogo permanente entre quem está fazendo o planejamento mais centralizado, que somos nós, e vocês, que estão fazendo o planejamento do programa articulado, teoricamente.

O projeto de lei, o nosso prazo é 31 de julho de 2015. Então, todo o cronograma é construído de lá para trás, com um buraco no meio, que é o período eleitoral, que a gente fica assim: será que vai, que não vai? Então, a gente tem esse desafio de avançar o máximo possível no final de um governo e, ao passar para um novo governo, continuar em um ritmo rápido, porque o prazo é dado pela lei, pela Constituição. Então, isso vai ser feito até 31 de julho, tudo isso que eu acabei de falar. E aí passa para a Assembleia Legislativa, a incorporação de emendas, de agosto até novembro, dezembro, e, finalmente, fecha no final do ano. Então, esse é o nosso grande desafio para a gente alinhar com a proposta que está sendo construída aqui. Então, a importância de vocês estarem aproveitando esses momentos para levar isso para o trabalho de construção dos programas.

19.mar/15, Manhã

**Sérgio São Bernardo,**  
**Coordenador Executivo de Promoção**  
**da Igualdade Racial, da Secretaria de**  
**Promoção da Igualdade Racial:**

Bom dia. Prazer enorme estar aqui com vocês. Nós sabemos que estamos passando por uma fase de discussão intensa. Eu queria, já de início, parabenizar essa iniciativa. A gente não cansa de pensar e de produzir dados, porque os dados mudam muito rapidamente. No nosso caso, a gente apenas quer trazer algumas contribuições. Nós sabemos que se trata de um tema histórico e, ao mesmo tempo, historicamente polêmico. Eu vou mostrar para vocês apenas algumas informações para nos inspirar a pensar também com outro olhar sobre o dado da pobreza na Bahia. O que nós queremos trazer aqui apenas vai sugerir, a partir dessas exposições, que nós precisamos também fazer outras transversalidades, outros recortes, do ponto de vista das nossas intuições e estudos, sobre como nós nos colocamos hoje como estado da Bahia. Eu tenho dito que o racismo e a pobreza são um dos enigmas baianos, porque nós reconhecemos esse fenômeno social, os livros, os sociólogos, a história do Brasil reconhece a existência do racismo, mas a gente não consegue enfrentar as estruturas e as pessoas que praticam o racismo.

Nós queremos vencer, de início, algumas posições que dizem respeito à nossa compreensão. Acho que existe aí uma convergência daqueles dados que compreendem que nós temos a ideia de compreender a

pobreza como um fator multidimensional, a ideia de que a gente pensa que tem um fator histórico que determina essa desigualdade que nós estamos vivendo, mas que precisaríamos permear outros dados e outras realidades e outros fatos históricos que também, de certa forma, resultaram na realidade da pobreza na Bahia. A nossa compreensão é a de que esses altos índices de desigualdade estão associados não só à categoria pobreza, eles estão associados à categoria racismo. O racismo seria, no Brasil, e isso a gente está fazendo fundado nos estudos recentes do IBGE e depois no estudo que o IPEA faz sobre os dados do IBGE, no qual há um cruzamento da realidade social vinculada à ideia de que a pobreza no Brasil tem cor, e a pobreza na Bahia também tem cor. E esses dados, sendo cruzados, a gente consegue primeiro, vencer os conceitos que nós vamos trabalhar, que aqui a nossa construção, que nós construímos historicamente, pelo movimento social e também pelos gestores públicos de igualdade racial em todo o Brasil nos últimos anos, no sentido de entender o racismo como um fenômeno social, e a categoria raça como um dado sociológico e histórico.

Portanto, em nenhum momento, nós vamos trabalhar aqui a categoria raça como uma categoria biológica. Nós já vencemos

isso desde a década de 50, pela UNESCO, quando nós sabemos que não há diferença biológica entre seres humanos em toda a face do planeta. Mas essas diferenças culturais são marcadores das diferenças do acesso a condições e oportunidades às pessoas. Isso significa que nós vamos ter que trabalhar com um conceito que nos diz que raça tem vários carregamentos semânticos. Você pode entender raça, na antiga Roma, como apenas aqueles que diziam: eu sou Roma, e era considerado pertencente à civilização romana, mas não tinha nenhum marcador biológico. Então, o gene não era o gene biológico, era o gene de pertencimento, de identidade.

Da mesma forma, a gente pode encarar como isso se deu no processo histórico. A gente dá muito peso ao século XIX, que marca essa compreensão conceitual do racismo científico, e muito do que alimenta o debate no século XXI é justamente aquela grande polêmica que aconteceu no século XIX em torno do racismo científico. Nós não estamos trabalhando, então, com essa perspectiva. A ideia é compreender que a sociedade brasileira é multirracial, multicultural, formada e plasmada por vários povos de todo o mundo, todos eles mestiços, mas que as ideologias acabam colocando as pessoas em lugares diferenciados. Aqui, no Brasil, fala-se que não há segregação racial, mas se nós formos pegar os livros de história, nós vamos observar como o Brasil acabou segregando, de algum modo, institucionalizando, inclusive, essas diferenças, para colocar negros, brancos, indígenas, judeus, árabes em lugares diferenciados no acesso à coisa pública e às oportunidades na vida social.

Eu estou falando que, desde a formação do Estado português, já tínhamos o Tratado de Avis, que dizia que negros, árabes, judeus e ciganos não poderiam acessar o serviço público, não poderiam trabalhar no serviço público. Nós tínhamos leis no Brasil segregacionista que impediam o acesso de jovens negros à escola. Nós tínhamos leis no Brasil que diziam sobre o direito de exercer a profissão na área de medicina. Aliás, até

hoje, o nosso código penal define a figura do curandeiro muitas vezes associada às nossas rezadeiras, aos nossos pais de santo, às nossas mães de santo, aos nossos membros de comunidades tradicionais no Brasil, que hoje estão modificando a medicina no mundo, a saúde pública no mundo, porque, a cada ano, a Organização Mundial de Saúde consagra ou reconhece o valor terapêutico de muitas plantas e raízes, dando um papel fundamental na erradicação de doenças no mundo. Então, é um processo histórico, nós sabemos disso. Na Bahia, acho que a gente já conseguiu avançar muito. As políticas de enfrentamento da pobreza conseguem alcançar a dimensão de raça, mas elas não focam prioritariamente a dimensão de raça. E essa é uma discussão que a gente quer apresentar para vocês.

A gente não terá muito tempo. Essa é parte de uma exposição maior. A gente fez apenas alguns recortes, para poder orientar a nossa exposição aqui hoje. E parte dessa exposição, a gente está dando apenas dois ou três recortes, para poder localizar qual será a nossa forma de apresentar as causas da desigualdade na Bahia, e, em especial, por que a gente tem que colocar esses critérios classificatórios, ou essas categorias, também como componentes do que pode se chamar de conceito multidimensional da pobreza.

A renda per capita familiar é um dos pontos que eu queria trazer para vocês. Esse quadro aí está nos trazendo informação sobre a diferença de renda per capita familiar entre 2001 e 2013 associada entre brancos e negros. Isso é uma fonte da PNAD, que faz uma avaliação domiciliar a partir do IBGE e traz para nós um recorte de diferenças entre brancos e negros do ponto de vista da renda. Então, nós temos ali, naquela primeira categoria, entre meio salário mínimo e um salário mínimo, temos uma diferença de quatro pontos percentuais, e nós vamos observar que a mesma realidade para 2013 não há muita diferença. Se vocês observarem o dado de 2001 e o dado de 2013 para a mesma faixa de renda, não há grande di-

ferença. Mas se nós observarmos o segundo quadro, vamos observar uma diferença um pouco maior. Então, vocês vão observar ali que, nas faixas menores de renda, não há grande diferença, mas quando essa faixa aumenta um pouquinho, a gente percebe que a diferença ainda perpetua.

Enfim, toda a nossa intenção aqui é dizer que, apesar da existência das políticas universalistas, apesar da existência das políticas sociais, ainda continua persistindo uma diferença entre negros e brancos no Brasil, em especial na Bahia. Nós não conseguimos dar conta daquilo que nós chamamos de todas as nossas heranças, todas as correntes teóricas na área da economia, todas as correntes da área da política, nós não conseguimos ainda ter um modelo que dê conta de enfrentar esse nível de desigualdade. O Brasil experimentou várias formas, tanto na área econômica quanto na área política, e, mesmo assim – a gente agora está vivendo aí um cenário das chamadas políticas afirmativas, em especial para as ações afirmativas, e em especial ainda para as cotas, porque nós temos uma variedade de políticas afirmativas. Aliás, se nós quisermos lembrar bem, o Brasil foi fundado com uma política afirmativa. As capitânicas hereditárias foram a nossa primeira experiência de cotas. Se formos observar, em toda a historiografia brasileira, toda ela foi fundada em escolhas para determinados segmentos da população, como estímulo para poder acessar ou a economia ou o mercado ou a sociedade ou o Estado. Nessas três dimensões sempre há preferências. Ora, o Estado brasileiro produzindo essas leis – e aí eu quero lembrar, por exemplo, do Convênio de Taubaté, no início do século XX, no qual a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou um empréstimo vultoso para os empresários paulistas, dando dinheiro, incentivo fiscal, empréstimo, terra, para que pudessem se instalar aqui. Isso é uma política de incentivo que define também o conceito de política afirmativa, que são ações discriminatórias positivas ou negativas.

Nós temos no Brasil uma legislação farta sobre o que a gente pode chamar de legislação positiva ou de ação discriminatória positiva ou de ação discriminatória negativa. Do ponto de vista negativo, nós temos a experiência de leis repressivas punitivas. Lei que combate o racismo, lei que combate discriminação no mercado de trabalho, lei que combate crime ambiental, racismo ambiental. Do ponto de vista da ação discriminatória positiva, nós temos também um conjunto de leis, e aí o Brasil é, com certeza, no mundo, é por isso que a gente consegue ser referência para o mundo inteiro, a sociedade das nações vem aqui imitar a nossa experiência, mas nós não conseguimos ainda, do ponto de vista do Brasil, vencer esses mesmos desafios. Há pouco tempo, os países africanos vieram para aqui copiar o Programa Bolsa Família. E isso é inegável que é um programa de longo alcance de transferência de renda. Mas, ao mesmo tempo, o que a gente quer afirmar é que, na sociedade brasileira, a gente ainda não conseguiu dar conta de diminuir essa grande diferença entre brancos e negros usando apenas uma categoria voltada para essa dimensão econômica ou social.

Esse quadro aí está associado também à diferença entre brancos e negros, entre 2001 e 2013, usando ainda a PNAD e utilizando também a referência de acesso à educação. Nós temos ali de 5 a 8 anos, de 9 a 11 anos, e 12 anos ou mais, o que seria algo equivalente ao ensino fundamental, ensino médio, graduação e pós-graduação. Então, nós vamos observar que, no primeiro quadro, a diferença também é muito pequena. Isso demonstra a efetividade e o sucesso dos programas sociais, e aqui eu estou reconhecendo que as políticas sociais têm uma grande incidência, mas é uma grande incidência justamente para aquele grau de acesso ainda voltado para os primeiros anos de estudo. Quando a gente faz essa mesma abordagem para o ensino médio ou para o ensino superior ou

pós-graduação, vocês vão observar que a diferença entre negros e brancos ainda é bastante acentuada. Isso demonstra que não basta apenas dizer que nós vamos desenvolver mais vagas, de forma genérica, sem deixar de lembrar que é preciso fazer políticas focadas, pelas quais você consiga incidir sobre uma diferença histórica, sendo que, no passado, acontecia o inverso.

E aqui eu estou dizendo a vocês que, desde as escolas, tanto de Recife quanto de São Paulo, que fundam a construção da inteligência brasileira, nas escolas de Direito, esse pensamento da inteligência nacional, fundado na formação das universidades, primeiro era fundado pela exportação de filhos de elite que iam a Coimbra ou a países europeus, portanto, eram escolhidos aqueles que poderiam ter acesso à educação. Depois, por um processo que nós já conhecemos também de dificuldade de boa parte dessa população a acesso a trabalho e acesso a educação. Duas informações importantes nesse sentido. Nós vamos observar que a mulher só tem o direito ao voto em 1932, que ainda até a década de 30, talvez depois de Anísio Teixeira, que dá nome a esse instituto, que começa um processo de pensar a universalização da educação. Com relação ao trabalho, Getúlio Vargas institui a lei de nacionalização, que é chamada Lei dos Dois Terços, que impunha ao empresário brasileiro colocar em seus quadros dois terços de trabalhadores nacionais. Naquela época, Florestan Fernandes desenvolvia um estudo sobre qual deveria ser a política de integração do negro na sociedade. Tanto a perspectiva culturalista, que é uma perspectiva assimilacionista, quanto a perspectiva marxista, do Florestan Fernandes, que era da ascensão da luta de classes, mas ainda de um ponto de vista da diferença de classes, tanto a perspectiva marxista quanto a culturalista não obtiveram sucesso histórico, porque, nos dias de hoje – eu estou pegando dados de 2013 –, ainda persiste uma diferença

fundamental entre negros e brancos na sociedade brasileira. Parte por uma construção histórica estruturante da forma como a gente formou a sociedade, e aí a gente pode fazer referência à colonização, à escravização dos negros, ao modelo mercantil, à forma como foi desenvolvido o comércio, ao modelo econômico agro-exportador, uma série de elementos que vão, de certa forma, nos orientar, mas que, de algum modo, ainda continuamos com outra coisa que a gente chama de preconceito, discriminação e racismo.

Eu estou fazendo toda essa discussão com vocês, mas é impossível fazer uma discussão desse nível sem discutir o preconceito, sem discutir a discriminação e sem discutir o racismo, porque as pessoas que decidem, que escolhem, nos seus espaços públicos, decidem pelo sentimento do que veem. Os portugueses, quando vieram ao Brasil, pensavam encontrar o seu espelho. Por isso mesmo que eles achavam que eram humanos. Só faltavam: Deus, lei e algum tipo de organização. Por isso a catequização dos jesuítas. Mas depois observaram que nem desse modo eles poderiam respeitar e começaram um processo insidioso, maléfico, danoso à sociedade brasileira, que foi a escravização durante quase quatro séculos. Isso significa que esse também foi o modelo econômico. E a gente não pode pensar que isso resulta nas favelas, que isso resulta na marginalidade, que isso resulta no preconceito, porque durante muito tempo a ideia que nós tínhamos era a de que negros oriundos da África e os indígenas eram seres que não eram seres humanos capazes de falar sobre o seu próprio mundo. Então, eram chamados, no Código Civil, de semoventes, eram coisas que poderiam ser vendidas e comercializadas. Essa mentalidade histórica se perpetua também na mentalidade do preconceito e da discriminação e do racismo. O racismo, no Brasil, é crime. Poucos conhecem aqui quantos já foram presos por causa do crime de racismo, que é um crime imprescritível,

inafiançável, a pena é de reclusão e não cabe retratação. A pena é tão dura que não pega e não funciona.

Eu queria, então, dizer para vocês como, ainda hoje, ainda com nossos grandes programas sociais, e eu tive o cuidado de observar os dados, e eles são realmente revolucionários, os programas sociais, principalmente na Bahia. Nós somos, no Brasil, os que mais recebem programas sociais do governo federal, mas nós ainda somos também o estado que ainda preserva grandes hiatos do ponto de vista de qual deve ser a melhor forma de fazer a aplicabilidade das políticas públicas para disseminar a pobreza e o racismo.

Nesse quadro aí eu queria apenas acentuar duas informações importantes. Esse aqui define o acesso à política de assistência social e previdência. Se vocês observarem ali, só duas informações já sugerem algo que a gente precisa pensar. A primeira diz respeito àquela diferença. O programa social de negros de 0 a 15 anos em 2001 era de 8%, já em 2013, ele vai para 31,6%. A gente poderia dizer: que coisa maravilhosa, você tem aí algo em torno de quase 400%, fruto, talvez, e nós já sabemos, da forte aplicabilidade e implementação de políticas sociais, principalmente vindo dos governos Lula e Dilma, nos últimos 12 anos. Mas nós vamos observar também que essa mesma diferença, já falando de brancos, nós vamos observar ali, entre o programa social, 5,3%, e aí você vai observar aqui que o crescimento para brancos já não é o mesmo percentual. Mas o que eu queria pensar com vocês é como a gente consegue chegar. Será que seria, então, a radicalização da política universalista? Ou o assimilacionismo de que nós temos uma única identidade nacional, e essa discussão é suficiente para conter os graves índices de pobreza na Bahia? Ou nós deveríamos pensar as políticas focadas, voltadas para as chamadas ações compensatórias, reparatórias e indenizatórias, que entraram no direito brasileiro recentemente, por conta de uma discussão conflituosa, tanto na área

política, quanto na área social e na área jurídica? Há pouco tempo, o STF teve que aprovar a recepção das ações afirmativas no direito brasileiro, quando, na verdade, nós já tínhamos programas de cotas no Brasil e programas que impediam a ascensão de negros e indígenas na vida pública há muito tempo.

Eu vou fazer aqui duas referências: Constituição de 1934, Constituição de Getúlio Vargas, dizia que a eugenia era uma política pública a ser aplicada no Brasil. É muito fácil associar eugenia com higienismo. Todo mundo já ouviu falar da Revolta da Vacina, então, sabe do que eu estou falando. Então, é isso que a gente está querendo pensar com vocês. É porque a gente, às vezes, naturaliza as coisas, e o racismo naturaliza gestos, naturaliza modos de ver e de pensar, e o racismo vai deixando como se isso fosse apenas problema de poucos, e a gente vai observar que é problema de todos nós. Aliás, quem disse isso foi Joaquim Nabuco, no século XIX. Ele dizia para nós, como um ensinamento estratégico para um grande estadista, que o racismo é uma chaga que, na verdade, comove toda a sociedade, compromete toda a sociedade. Então, enfrentar o racismo e enfrentar a pobreza é uma obrigação, uma responsabilidade de negros e brancos.

Esse ensinamento de Joaquim Nabuco é muito forte para a gente desenvolver uma política pública hoje, porque não se trata apenas de desenvolver uma política que vai beneficiar negros em uma perspectiva liberal, na qual você vê uma anomalia do sistema, e você vai lá e conserta a peça do sistema e deixa funcionar. Esse é o modelo americano, que também nós estamos observando recentemente que não deu conta, porque lá, agora, vocês estão observando a quantidade de jovens negros que estão sendo assassinados também. O que eu estou falando para vocês é que o modelo americano se funda na ideologia não assimilacionista: separados, mas desiguais. Aqui no Brasil é uma perspectiva

assimilacionista: juntos, mas desiguais. Essa ideia de que nós podemos viver juntos no Carnaval, e nem no Carnaval nós estamos tão juntos assim, mas dizer que nós podemos estar juntos significa que nós somos iguais estando juntos, e isso não é verdade. E eu estou observando aqui para vocês como, ainda hoje, nós estamos convivendo com várias diferenças que a gente precisa abordar.

Do ponto de vista também da diferença de gênero, homem e mulher, mesmo a gente sabendo a grande presença da força feminina, da presença da mulher na população baiana, nós vamos observar que a diferença de acesso ao mercado de trabalho também é gritante. A diferença, segundo o Dieese, no estudo da PED de 2007, diz que mulheres negras têm uma diferença de 26,5%, o número da incidência de mulheres negras desempregadas. Já o homem negro está em 13%, e a mulher não negra está em 18%. Então, a gente sempre vai observando que, nos dados, nas estatísticas, a diferença de gênero, a diferença entre jovens, a diferença entre quem acessa o mercado de trabalho, quem acessa a educação, quem acessa as forças armadas, quem acessa os meios de comunicação, quem acessa o poder público, quem acessa a área empresarial. Quem aqui já viu uma gerente de banco negra? Pode ter visto uma, mas não vê normalmente. É disso que a gente está falando.

Aqui no Brasil, a OIT venceu essa discussão, e a gente está vencendo, utilizando o princípio da discriminação indireta. O que é isso? O princípio da discriminação indireta diz o seguinte: não me interessa mais as causas, o que me interessa agora são os efeitos. Não me interessa se a pessoa é ou não é racista, não me interessa se é ou não é branco ou negro, o que interessa é o seguinte: existe diversidade? Não existe diversidade. A pessoa está presente? Não. São as chamadas barreiras invisíveis. O que importa são os efeitos. Tem presença de negros nas forças armadas no oficialato?

Não tem. Tem presença de negros nas grandes empresas de operação financeira? Não tem. Então, é a responsabilidade objetiva. Significa que, independentemente de culpa, cumpra-se e se aplique a política de ação afirmativa. Aliás, esse é o modelo americano. O modelo americano não trabalha com cotas, trabalha com programa de alcance de metas voltado para diluir a diferença entre negros e brancos.

Esse é bem rapidinho, só para mostrar para vocês também uma coisa muito importante. Se alguém me perguntar: Sérgio, por que isso acontece durante muitos anos no Brasil, e eu não sei dizer, na Bahia e no Brasil, quem é negro e quem é branco. Eu quero dizer que não somos apenas nós que não sabemos. O Estado brasileiro, desde 1872, fez uma verdadeira confusão com isso. Eu estou mostrando esse quadro, esse material eu tirei de um livro de Marcelo Paixão, que é um economista do Rio de Janeiro que tem um instituto de desenvolvimento de estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Paixão está nos trazendo aí justamente essa informação, como oscila a definição sobre raça e cor. Ora você trabalha com categoria de raça, ora você trabalha com categoria de cor, ora você tira a categoria que localiza indígenas, ora você localiza a categoria, localiza determinadas etnias. Então, fica muito difícil. Todo mundo sabe um princípio da administração pública: o que não pode ser medido, não pode ser administrado. Então, essa confusão também gera para nós uma certa instabilidade para se pensar como nós podemos enfrentar a aplicabilidade de política pública, porque a gente não tem um recenseamento mais denso e mais concreto. E eu queria fazer aqui uma referência ao recadastramento que a Saeb está fazendo, como é importante o preenchimento do quesito raça/cor, e que nós da Sepromi estamos estimulando para que os servidores preencham, porque, senão, é impossível para a gente localizar o perfil do servidor público na Bahia, que nós sabemos que a maioria é negra.

Nós estávamos falando da incidência dos programas sociais, e eu queria mostrar para vocês também a incidência sobre a violência. E aí não precisa dizer que, como a maioria dos negros é pobre, então, justifica que eles são os mais violentos, são mais marginais. Não é bem assim. Nós vamos observar que crime e criminoso quem define é a política, quem define é o ser humano. Se você pegar o Código Penal, nós temos 300 e tantos artigos voltados apenas para poder instituir a proteção ao indivíduo e à propriedade, é uma perspectiva liberal de construir um código penal, porque se amanhã você quiser punir aquele que sonega imposto de renda e botar na cadeia, a cadeia vai ficar cheia de sonegadores de imposto de renda, mas como a gente prefere prender o menino que rouba um celular ou que rouba uma bike, é por isso que as cadeias estão cheias de pretos e pobres, porque fazem apenas pequenos roubos, ou ligados a homicídios, que nós sabemos a grande polêmica sobre o auto de resistência, que também funciona como uma punição, um julgamento e uma execução antecipada.

Nós vamos ali observar que o dado de racismo no estado ligado a homicídios também é algo que a gente precisa pensar. Olha a diferença monstruosa entre brancos e negros que morrem todo ano. A diferença no Brasil é que, a cada dez, sete são negros e, na maioria, são jovens, e a Bahia, infelizmente, aparecendo com grande grau de incidência.

O próximo quadro é para dizer para vocês o que nós já fizemos ao longo do tempo. Nós temos um processo de aceleração de política de igualdade racial no Brasil. Nós podemos dizer que estamos no estágio da instalação das políticas públicas. Passamos um período no movimento negro brasileiro, que é a luta pela igualdade, passamos um período em discussão sob a perspectiva do assimilacionismo, e hoje nós estamos vivendo esse processo de participação no estado, de envolvimento na construção de política pública. Esses são os principais

programas e políticas que nós temos no Brasil e que, de certa forma, dialogam com a redução da pobreza e que nos mostram que, se nós não fizermos políticas focadas para determinados segmentos, não adianta a gente insistir em apenas fazer um recorte territorial e regional, sem levar em consideração as pessoas que moram ali, a gente não vai conseguir dar conta de entender essa Bahia, porque naquela Bahia em que a gente fez o recorte ligado à situação geográfica, tem uma comunidade quilombola, e a gente precisa saber que, na Bahia, nós temos mais de 700 comunidades quilombolas, nós precisamos saber que, na Bahia, nós temos as comunidades de fundo e fecho de pasto, que só existe na Bahia, não existe em nenhum outro lugar do mundo, que é uma realidade nossa e que nós não enfrentamos, que, aqui na Bahia, nós temos mais de 6 mil terreiros de candomblé. Então, se a gente não pensa a partir da realidade das comunidades tradicionais, a partir da realidade dessas pessoas, a gente não está pensando o território, porque essas pessoas estão ocupando o território, estão desenvolvendo saberes, estão desenvolvendo tecnologias, estão desenvolvendo uma série de perspectivas que a gente precisa dialogar para fundar.

Então, nós temos o Ouro Negro, que é um programa que beneficia e estimula a produção cultural, principalmente na área do Carnaval; o Programa Juventude Viva, que é um programa do governo federal; o Brasil Quilombola, que eu já mencionei; a política de atenção à saúde da população negra, que aqui na Bahia tem um decreto importante sobre isso; a implementação da Lei 10.639, que é um desafio para nós, a Bahia é um dos estados da federação com menor índice de implementação da Lei 10.639, no mesmo estado onde a gente tem 79% da população negra; implementação da Lei 13.208, que é o fomento ao empreendedorismo de negros e mulheres, esse é um projeto que foi aprovado no ano passado, que dá uma perspectiva de um debate que

nós estamos construindo com o Banco Mundial e que a gente quer discutir aqui também com o governo, que é como a gente pensa a superação do racismo sem chorar, sem lembrar do choro, porque chorar é lembrar do passado, e o passado não foi fácil, mas também como a gente pode pensar em perspectivas proativas, em uma perspectiva de engrandecimento do estado, mas também dando para esses segmentos o instrumento possível de enfrentar a desigualdade racial no Brasil, e que essa desigualdade racial é enfrentar a pobreza e enfrentar o racismo.

O Estatuto da Igualdade Racial é um documento que foi aprovado tem oito meses. Nós temos um desafio hoje, a Sepromi, o

nosso desafio é implementar essa lei. Essa lei já tem quatro decretos regulamentadores e uma lei, que é a do empreendedorismo, associada a ela. A gente tem observado que é um grande sucesso para nós. A nossa compreensão é que a Sepromi é uma das secretarias, é a secretaria, para a gente, mais importante no estado, porque o recorte de gênero e raça que nós fazemos na nossa política é um elemento novo que pode ajudar a pensar o desenvolvimento da Bahia. E esse estatuto dialoga com o conjunto de políticas públicas, focado, portanto, nessa perspectiva. A diferença é que, agora, é uma lei, e lei, segundo aqueles que gostam de cumprir, é para ser obedecida.

## **Milton de Sousa Coelho Filho, Diretor de Soluções em Gestão, da Secretaria da Administração:**

Bom dia. Meu nome é Milton Coelho, e eu sou da Secretaria da Administração. Ao longo dessas três últimas rodadas, nós tivemos a oportunidade de fazer um debate em torno da pobreza na Bahia, com várias posições qualificadas e também a audiência extremamente qualificada, como deve ser em um problema como esse, que assola todo o estado. Na data de hoje, nesse espaço que foi aberto para a oficina de planejamento, nós iremos entrar em uma nova fase, que é justamente uma oficina de planejamento relativa à pobreza na Bahia, a partir desse momento descritivo anterior das rodadas de discussão, baseado no estudo feito pela SEI, que traz dados muito interessantes e relevantes para esse processo de planejamento, desaguando na elaboração do PPA 2016-2019, que todos nós seremos convidados a contribuir.

Esse trabalho está alicerçado em um problema, qual seja, que, em grande medida, os programas governamentais não são sus-

tentados por estudos ou referenciais sobre o problema a ser enfrentado. Toda política pública focaliza um problema a ser enfrentado, ou pelo menos deveria focalizar um problema a ser enfrentado, problema esse reconhecido pela população e que se torna uma demanda para a oferta pública. Quando o colega Sérgio traz: “nós não vamos trazer apenas o problema, mas também a solução”, às vezes é preciso entender que é necessário trazer o problema, porque ele não está muito claro. Então, é necessário você trazer: qual é o problema mesmo? E dizer quais são as causas desse problema. Em redor dessa discussão é que nós vamos contribuir para o planejamento em relação à pobreza e também para a elaboração do PPA.

Além disso, verificou-se que boa parte dos programas governamentais não tinha consistência interna, ou seja, a teoria da ação ou a teoria do programa, as hipóteses, as ideias e objetivos que se pretendiam

com esses programas não formavam um todo consistente. Em razão disso, se decidiu fazer essa reflexão, subsidiando a elaboração do PPA 2016-2019, correlata às diretrizes governamentais da pobreza, fundamentada em estudos, no caso, o estudo sobre a pobreza na Bahia em 2010, e também a partir de modelos estruturados com foco em resultados. Então, nós teríamos ali três etapas – rodadas de discussão, oficinas de planejamento e elaboração do PPA – que se interpenetram, não são etapas estanques, elas se interpenetram e se alimentam, e esse processo de discussão vai para além do PPA.

Nesse trabalho das oficinas de planejamento, nós vamos recorrer a alguns instrumentos. Um deles é a árvore de problemas, que nós vamos explicitar mais adiante. Essa árvore de problemas está focalizando um problema central, ao redor do qual nós temos efeitos e as respectivas causas. Todo problema causa um efeito, que é um problema consequente. E esse problema tem as suas causas. Essa relação de efeito, necessariamente, não é uma relação direta. É apenas uma relação plausível, porque existem intervenientes que não permitem dizer que um problema ocorre apenas por conta de uma única causa. Tem questões ambientais – também aí eu me baseio na fala do Sérgio – tem fatores que nós precisamos considerar para explicar essa relação de causa e efeito, a plausibilidade dessa relação de causa e efeito.

Também nós vamos recorrer à metodologia do enfoque do quadro lógico, ou a metodologia do marco lógico, que é uma metodologia vastamente utilizada pelas instituições de cooperação internacional e também pelos governos. O governo federal e o Governo do Estado da Bahia também têm utilizado essa metodologia, não só para planejar os seus programas e projetos, mas também para monitorar e avaliar. Não se trata apenas de um quadro, se trata de uma série de instrumentos e metodologias que são utilizados em conjunto para poder

trazer uma maior consistência aos processos de planejamento da ação governamental ou das entidades de cooperação internacional. Tudo isso desaguando no processo de elaboração do PPA 2016-2019, cujos elementos nós listamos ali (Diretriz, Eixo, Tema, Programa...), mas que, certamente, em um futuro próximo, a Seplan estará colaborando conosco no sentido de nos orientar nesse processo de elaboração, que é um instrumento não só da Seplan, é um instrumento do governo do estado como um todo, e que nós, conforme eu já disse, vamos ajudar a construir.

O que é a árvore de problemas? É um conjunto de problemas inter-relacionados por uma relação de causa e efeito, como nós já dissemos. Então, no nosso exemplo ali, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social têm dificuldades para praticar esporte educacional no tempo ocioso. Ou seja, é um problema relacionado a um público, que é criança e adolescente, mas não é qualquer criança e adolescente, é uma criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social que tem dificuldade de praticar esporte educacional no tempo ocioso. Como eu sei que verdadeiramente esse problema existe? Como eu descreveria as evidências que me levam a crer que ele de fato existe e não é apenas uma impressão? Com fatos e dados. Então, nós trazemos a figura dos descritores, ou seja, eu preciso ter dados que me digam que realmente ele existe.

Nós trouxemos alguns dados de um exemplo trazido no trabalho do Ipea sobre construção de marco lógico (*Como elaborar modelo lógico*, Nota Técnica nº 06, Ipea, 2010). No caso aqui, 400 mil alunos de escolas públicas estudam em tempo integral. Na escola de tempo integral você tem a escola regular e você teria atividades no contraturno, e ele diz que estes alunos não tem oportunidade de praticar esporte educacional nesse contraturno. E 17 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de vulnerabilidade social, crianças de

famílias do Programa Bolsa Família. Então, nós vemos aí o contingente de alunos, e a baixa cobertura que eles têm em relação ao esporte educacional. Em derredor desse problema central, listam-se, para a construção da árvore, problemas que são ou caracterizados como causa ou como efeito. E quem diz isso? Os participantes da oficina, aqueles que estão interessados, debruçados em derredor desse problema central. Então, nós vemos, na parte superior, que as crianças e adolescentes, estando em situação de vulnerabilidade social, têm dificuldade para praticar esporte educacional no tempo ocioso, e isso concorre para que essas mesmas crianças estejam em situação de risco social, de droga adição, gravidez indesejada ou prostituição, porque, nesse tempo ocioso, elas não estão sendo ocupadas verdadeiramente.

Em contrapartida, nós temos ali quatro causas que foram atribuídas a esse problema. Eu vou só falar de uma delas: insuficiência de espaços esportivos em comunidades pobres. Se eu tenho poucos equipamentos ou poucos espaços esportivos nessas comunidades, logicamente as crianças em situação de vulnerabilidade não terão acesso a essa atividade. E aí eu crio uma inter-relação entre eles, demonstrando a relação que existe entre o problema central e suas respectivas causas, e o problema central e seus respectivos efeitos. Fazemos isso com setas, direcionando, e, após isso, nós fazemos uma nova rodada de levantamento de demais problemas, fazendo as suas inter-relações. Ao fazer isso, nós construímos as árvores de problemas. E quando nós paramos? Nós paramos quando nós julgarmos já ser suficiente a quantidade de problemas levantados para fazer a explicação do problema. Então, se, no processo de rodadas de discussão, nós estávamos descrevendo o problema, trazendo elementos descritores, aqui nós estamos trazendo elementos explicativos desse problema. E quem vai dizer em que momento nós paramos a construção da nossa árvore são os próprios participantes.

Dentre essas causas do problema central, podem existir causas denominadas de causas críticas. Nesse caso, a causa crítica que nós destacamos nesse exemplo é a baixa oferta de projetos para a prática de esporte educacional. Nós conciliamos a demanda social aí com a oferta pública. E vejam que, nesse caso, a baixa oferta de projetos para a prática de esporte educacional se encontra como causa de outros vários problemas, mas tem uma íntima relação com o problema central. De sorte que a ação pública incidindo nessa causa vai fazer a mudança nos descritores do problema. Então, se eu ampliar a oferta de projetos para a prática de esporte educacional, certamente eu terei mais crianças e adolescentes acessando essa prática do esporte educacional, fazendo essa transformação. Eu não vou falar agora de todos os requisitos das causas críticas, mas não basta que exista essa relação com o problema central. É necessário que o ator que planeja tenha governabilidade para implementar essa ação, para que possa dizer que essa causa é crítica.

Essa parte da apresentação tem uma centralidade naquilo que faremos a seguir nas oficinas de trabalho nas salas. Então, é interessante que nós a compreendamos, embora vá haver facilitadores nas salas que vão conduzir esse processo com vocês. Algumas definições são importantes para compreendermos a árvore de problemas. Primeiro, a própria definição de problema. O que é um problema? Problema é aqui entendido como uma situação insatisfatória, indesejável, evitável, que um ator assim declara. Então, tem alguém que diz que é um problema. Um problema para mim pode não ser um problema para André, para o professor Edgar, para Valéria, para Gabriel, Marcos. Então, cada um declara um problema. Isso é muito interessante. Tem um aspecto político extremamente relevante. Ele pode ser tanto uma ameaça, um obstáculo, ou também pode ser uma oportunidade. Embora um problema possa

ser uma oportunidade [ainda não aproveitada], como é uma situação indesejada, nós o colocamos de forma a nos revelar essa situação insatisfatória que aquele problema nos traz.

Os descritores eu já comentei, que é um fato verificável, através do qual o problema se manifesta como tal para o ator que o declara, ou seja, são fatos e dados, normalmente são representados por estatísticas que demonstram que aquele problema existe, conforme fez aqui o Dr. Sérgio há pouco, nos contemplando com a sua brilhante apresentação. Então, trouxe fatos e dados de que o problema que ele coloca realmente existe. E as causas críticas, como eu me reporte, para ser assim consideradas, além de ter um alto impacto na mudança do problema central, precisam ser um centro prático de ação, ou seja, aquele ator ou atores que as declaram precisam ter governabilidade para realmente executar aquela ação. Como normalmente no setor público os problemas são complexos, não é um ator só que tem governabilidade sobre a ação que vai fazer a mudança no problema. E aí eu necessito ter a cooperação de vários atores, várias secretarias, superintendências, coordenações etc. E aí, lembrando as características de insulamento que caracterizam a administração pública, é um desafio muito grande você congrega pessoas, você compartilhar. Esse trabalho aqui, que está sendo coordenado pela Casa Civil, com a ajuda da Seplan, SEI e tantos outros participantes, é realmente um desafio de se fazer um debate com todos, em um processo de planejamento conjunto que vai repercutir na execução também conjunta, no monitoramento e na avaliação conjunta. Sem isto, tudo está fadado ao insucesso. Além disso, é necessário, para ser causa crítica, que a intervenção sobre ela seja politicamente oportuna, ou seja, eu preciso saber se aquele é o momento de agir sobre aquela causa crítica. Então, esses três elementos – alto impacto na mudança, ser um centro prático de ação e

ser politicamente oportuna a intervenção sobre ela – é o que caracteriza uma causa como sendo uma causa crítica.

A árvore de problemas nos ajudará a construir a lógica da intervenção, ou seja, a ação propriamente dita. O que nós vamos fazer? Quais são os nossos objetivos? Quais são as atividades necessárias, as ações governamentais necessárias? Que resultados pretendemos alcançar? É justamente com esse instrumento, que é a matriz do marco lógico – claro, diversos dos senhores e senhoras aqui presentes conhecem ou já utilizaram, então, nós estamos fazendo só uma revisão disto, eu não vou me deter muito, porque não vai ser nosso objeto, e eu só tenho cinco minutos de fala –, ela nos possibilita ter uma consistência no planejamento, à medida que ela vai dizer que, se eu executar determinadas atividades e ocorrerem alguns pressupostos, poderei alcançar resultados, e se eu tiver esses pressupostos dos resultados, eu conseguirei atingir os meus objetivos específicos, e se outros pressupostos dos objetivos específicos ocorrerem, eu conseguirei atingir o meu objetivo superior, e se os pressupostos do objetivo superior ocorrerem, eu conseguirei sustentar esses resultados para além do momento presente.

Só para explicar aqui um pouco, nós temos aqui quatro categorias: lógica de intervenção, indicador, meio de verificação e pressuposto. A lógica de intervenção é aquilo que nós vamos fazer para atingir determinado objetivo, objetivo esse em termos de efeito. É aquela estória da efetividade. Todo mundo diz assim: indicador de efetividade é uma coisa difícil. Mas vocês lembram lá dos descritores do problema? Os descritores do problema já são sinalizadores da efetividade. Se eu conseguir alterar aqueles descritores para melhor, eu já terei a efetividade sobre o problema. Então, esse estudo prévio, essa descrição sobre o problema, é de fundamental importância para que eu possa ter efetividade nas minhas ações. Claro, se eu não fiz um

estudo, se eu não fiz uma descrição sobre o problema, como eu vou reconhecer se eu tive ou não tive efetividade sobre as minhas ações? Logicamente, eu vou ter uma dificuldade muito grande de elaborar indicadores nesse sentido. Por falar em indicadores, essa coluna, justamente, trata de indicadores, que devem ser válidos e devem evidenciar que essas coisas aqui, ou seja, atividades, resultados, objetivos, foram alcançados. E como saber se foram alcançados? Onde encontrar os dados que alimentaram esses indicadores? Nas fontes de verificação. As fontes ou meios de verificação são um elemento de transparência, porque, se eu tiver essas fontes e meios de verificação disponíveis para a sociedade, não só os técnicos saberão, mas também toda a sociedade saberá encontrar essas informações. Ou seja, os registros estão acessíveis para todos. E os pressupostos, como eu falei, são determinados fatores que estão fora da governabilidade de quem executa o projeto, mas que influenciam para que se tenha êxito no trabalho. Esse quadro lógico não é um instrumento novo – ele se inicia na década de 60 –, mas ele é extremamente poderoso.

Há situações em que não é possível você fazer um único quadro lógico para que você planeje as suas ações. Há a experiência de fazer marcos lógicos múltiplos, ou um marco lógico mestre e alguns subordinados. Nesse caso, nós estamos desconfiando que, para planejar ações na área da pobreza, nós iremos utilizar esse expediente, tendo um marco lógico mestre

e vários marcos lógicos subordinados que explicariam a pobreza a partir de múltiplos objetivos específicos. O objetivo específico vai se desdobrar em vários marcos lógicos, de acordo com o número de objetivos específicos que você tenha.

Finalmente, no momento de oficina que se sucederá logo mais, nós iremos nos debruçar sobre o seguinte problema central: “Grande parte da população baiana está em situação de pobreza”. Esse é o problema sobre o qual nós vamos trabalhar. E alguns descritores que nós trouxemos estão contidos no estudo *Pobreza na Bahia em 2010*. Então, lá diz que 45% dos municípios baianos têm entre 53% e 72% de seus domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo. Esse é o estudo. Está no site da SEI. É um trabalho interessantíssimo, muito rico mesmo, e traz uma técnica interessante, a técnica de Moran. Então, o que acontece é que 45% dos municípios têm entre 53% e 72% de seus domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo; 50% dos municípios baianos têm entre 13% e 49% da população de 7 a 14 anos analfabeta; 30% dos municípios têm entre 17% e 50% dos domicílios sem banheiro de uso exclusivo; e 36% dos municípios têm taxa de incidência de internação por diarreia entre 81 e 377 casos por 10 mil habitantes. Não vou me arvorar a explicar nada disso, até porque meu tempo está esgotado. Eu gostaria de agradecer a todos vocês. Na sequência, teremos uma exposição de Edgard Porto e, logo depois, o início das oficinas.

## **Edgard Porto,** **Diretor de Estudos da Superintendência** **de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia:**

Vamos emendar aqui direto porque o tempo não permite muitas burocracias. A ideia é que a gente traga para vocês algumas informações que possam contribuir para vocês refletirem e para vocês discutirem no grupo. Algumas questões que foram levantadas nas três últimas discussões a gente vai retomar muito rapidamente para fazer um relato muito sintético do que foi alcançado até agora. Nós não temos o caráter definidor da política daí para adiante. A gente está dando contribuições, esse é o caráter dessas discussões, a gente está dando recomendações que podem servir para o processo de montagem dos programas do PPA.

Relembrando muito rapidamente, nós temos aqui o resultado do estudo que mostra os grupamentos de municípios, no qual você tem, no mais escuro, chamado de grupo B, aqueles municípios onde todas as dimensões de pobreza aparecem com alto grau de presença. São 72 ou 76 municípios – agora não me lembro. Esses municípios têm um alto índice de pobreza do ponto de vista de renda, do ponto de vista de educação, do ponto de vista de saúde, de vulnerabilidade social e de moradia. Esse é um grupamento radicalmente pobre. Tem pobreza na Bahia inteira, mas a gente está só puxando um pouco o entendimento desses grupamentos.

O grupamento A é aquele que, relativamente, tem menor presença de todas as dimensões de pobreza, embora a gente saiba que nesses municípios, que são mais populosos, tem uma quantidade maior de famílias pobres, mas a visão relativa mostra que, naquele ambiente do município, tem fatores muito mais fortes de reprodução da pobreza. Em tese, é isso, o que significa dizer que, a partir desse grupa-

mento, nós fizemos uma discussão nessas três últimas semanas e chegamos à construção de alguns critérios de uma proposta de um grupo técnico que tem se reunido, tem trabalhado com o produto das discussões nossas aqui, tem trabalhado durante todas essas semanas, e a gente começou a estabelecer critérios a partir do resultado das nossas discussões e com a perspectiva de sempre apontar que a gente devesse contemplar todos os territórios de identidade na escolha daqueles territórios que seriam prioritários para atuação. Por que os territórios de identidade? Porque para uma política de governo em que você atua do ponto de vista da presença, da escolha das ações, seria necessário, que você não deixasse de fora nenhum território, dentro da perspectiva de estabelecer prioridades.

A opção de colocar em cada território todos os municípios do grupo B, ou seja, aquele grupo B em que todo mundo é pobre, uma presença maior, sob todas as dimensões, tivesse sempre uma prioridade, e isso fosse colocado dentro daqueles territórios onde isso acontece. E depois acrescentar aos outros territórios que estariam fora, que não teriam a presença desse grupo B, a gente inseriria aqueles municípios onde tivesse as piores condições das dimensões, mesmo que não estivessem no grupo B. Isso significa dizer, em resumo, que nós chegamos a uma conclusão de que nós poderíamos considerar como uma territorialidade prioritária para as ações de pobreza – entendendo que temos que escolher prioridades, evidentemente, você não vai atuar sobre os 417 municípios, nenhum programa de governo atua sobre os 417 municípios do ponto de vista desse tipo de programa de governo, a não ser no caso de programas gerais,

de vacinação, programas de caráter universal, mas os outros não –, nós trabalhamos com a perspectiva de ter essa mancha verde aqui na qual pudessem ter prioridade os 76 municípios da mancha B, e você tivesse aqui esse conjunto de 162 municípios que pudessem ser trabalhados.

Então, a ideia foi que nós, a partir dessa mancha, escolhêssemos aqui, para fazer um exercício, quatro manchas com características diferenciadas. O estudo mostra o seguinte: a depender da dimensão de pobreza, das condições de pobreza, ela aparece diferentemente em espaços distintos. Então, se você vai buscar a questão de renda, aparece mais fortemente em algumas regiões. Se você vai buscar a saúde, aparece em outras etc. Mas nessas quatro áreas aqui – no São Francisco, que a gente chamou; nessa região do nordeste, que é o Raso da Catarina, uma região historicamente pobre, como outras regiões da Bahia; essa região do litoral, que é mais ou menos o Baixo Sul e parte do Litoral Sul; e essa região aqui do sudoeste, em torno de Conquista – elas aparecem sempre como aquelas regiões onde todas as dimensões são muito fortes.

Então sugerimos que a gente fizesse um exercício hoje, com a metodologia que Milton acabou de apresentar, no qual a gente escolhesse essas manchas como prioridade para a gente refletir sobre a árvore de problemas. Para isso, nós vamos distribuir nos grupos – isso tudo a gente está dando como informação, contribuições para vocês refletirem –, vamos deixar disponível para cada grupo um caderninho onde você tem a mancha. Digamos, a mancha considerada foi essa aqui, reparem que aqui, nesse Baixo Sul, você olha no gráfico da direita, você tem uma grande mancha do grupo B, aqueles municípios dentro dessa mancha, e reparem que essas manchas estão relacionadas com o limite do território de identidade, mas reparem que, se você pegar o território de identidade, você não chega às manchas, o limite do território divide manchas, e você não pode ter uma visão que divida uma mancha, porque

ali você tem uma série de problemas comuns territorialmente. É isso o que a gente precisa compreender. Precisa relacionar que naquele desenvolvimento daquela região tem fatores que são mais fortes para a reprodução da pobreza. Associar essa questão das ações de cada município, mas compreender qual é o fator que está fazendo essa pobreza se reproduzir mais intensamente é um avanço nas nossas políticas. Isso é importante: não pensar só por município, pensar também regionalmente.

É isso o que a gente está estimulando a fazer porque, quando você chega em uma mancha dessa aqui, por exemplo, você tem dois compartimentos do ponto de vista do perfil regional, embora os dois sejam capazes de reproduzir manchas de pobreza bastante críticas. Mas você tem alguns municípios mais ao litoral, dessa mancha aqui, que eles se apresentam com situação mais crítica, que é o Baixo Sul. Algumas condições climáticas que são importantes, uma região bastante úmida, com baixo porte da economia, muito intensivo na agricultura familiar, e que você tem condições, às vezes, de insalubridade por conta de algumas doenças que são muito associadas à pobreza e que são típicas desse tipo de produção com a presença muito forte de numerosas famílias.

Mas você tem também nessa região, desse lado aqui, os municípios da BR-101, a região de Gandu etc., que são divididos por uma serra muito forte, que cria dois compartimentos, e o engraçado é que cria uma mancha de pobreza única, de um lado e de outro. Por que acontece isso? Se você olhar outra região, por exemplo, essa que nós chamamos aqui de sudoeste, você já encontra outro perfil de desenvolvimento regional. Você encontra uma cidade como, por exemplo, Vitória da Conquista, que é o único espaço em branco, cercada por uma mancha imensa de pobreza. Isso caracteriza um processo de concentração muito forte da economia na cidade de Vitória da Conquista, e uma pobreza muito grande. Conquista concentra em uma escala muito

grande territorialmente, onde você tem um clima completamente diferenciado do Baixo Sul – aqui é seco, lá é úmido –, mas cria alguns problemas para a pobreza, falta de renda não é brincadeira. Aqui você tem seca e tem problemas de pobreza de outra ordem. Repare como a gente vai ter que raciocinar sobre essa questão da pobreza e dizer o seguinte: pobreza não é só falta de água. A gente vai ver, na região seguinte, que essa é uma das regiões que aparecem com maior incidência de pobreza, e é ao longo do Rio São Francisco, com oferta de água.

Então, a gente precisa refletir sobre essas coisas, refletir sobre os nossos próprios discursos, para atuar nessas questões que são importantes. Qual é a diferença de problemas que nós temos aqui, ao longo do Rio São Francisco, e o que nós temos no Baixo Sul e na região nordeste, Euclides de Cunha, e vejam como, se nós observarmos que nessa região você tem uma série de territórios de identidade, o território de identidade 10, por exemplo, que é Sertão do São Francisco, ele vai de Pilão Arcado até Canudos. São situações completamente diferenciadas do ponto de vista da economia e da presença de mancha de pobreza. O que a gente chama a atenção é você trabalhar sobre essas manchas, porque essas manchas, efetivamente, mostram um quadro de pobreza bastante significativo e precisam ser refletidas do ponto de vista do desenvolvimento regional.

Esse quadro aí mostra uma situação bem interessante. Onde tem as manchas mais importantes de pobreza não tem cidade de porte. As cidades de porte, normalmente, estão cercado as grandes manchas. Reparem aqui que você tem Ju-

azeiro, mas aqui você não tem nenhuma cidade importante. Isso está relacionado com o processo de desenvolvimento, mas, como a gente discutiu no dia de saúde e educação, a ideia de fazer coisas compartilhadas, onde você pode pensar desenvolvimento regional a partir das manchas de pobreza. Isso que você levantou de alguma forma, esse raciocínio, ou seja, a partir dos discriminados, dos marginalizados, você pode pensar quais são as demandas para que aquela situação possa se tornar, transformar a realidade. Significa dizer o seguinte: seria o caso de você ter uma nova política de alocação de alguns equipamentos de saúde e educação para cidades que estão dentro das manchas de pobreza, por exemplo, você atrai profissionais, você facilita o deslocamento, e não fazer a concentração nos grandes polos de desenvolvimento, isso é uma visão de um processo de desenvolvimento regional a partir das manchas de pobreza.

Então, são essas questões que a gente traz para vocês. A gente vai ficar nos grupos e, se vocês tiverem alguma dúvida, a gente pode conversar mais sobre isso. No final, a gente mostra aqui como algumas informações são comparativas entre os grupos. No total, a gente tem esse número de municípios de cada um. Não fizemos o total aqui, mas dá uma população bastante grande no somatório, são quase dois milhões. Se a gente tratar dessas manchas aqui hoje, a gente vai fazer um exercício bem bacana. A gente pode começar um processo e descobrir quais são os problemas comuns avaliados sob perspectivas de desenvolvimento diferentes, perfis de desenvolvimento de regiões diferentes, quais são os traços comuns e como a gente pode seguir o caminho que eu acho que a gente pode construir melhor os programas de pobreza.

## APÊNDICE B

### RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS PELO GRUPO TÉCNICO

Informações 203 Municípios Prioritários

(Continua)

CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIOS	CÓDIGO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)	POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1º DE JULHO DE 2014	POPULAÇÃO TOTAL CENSO 2010
2900207	Abaré	24	Itaparica (BA/PE)	19.290	17.064
2900355	Adestina	17	Semi-Árido Nordeste II	17.044	15.702
2900405	Água Fria	19	Portal do Sertão	16.959	15.731
2900900	Almadina	05	Litoral Sul	6.234	6.357
2901155	América Dourada	01	Irecê	16.904	15.961
2901205	Anagé	20	Vitória da Conquista	20.388	25.516
2901304	Andaraí	03	Chapada Diamantina	13.716	13.960
2901353	Andorinha	25	Piemonte Norte do Itapicuru	14.862	14.414
2901502	Anguera	19	Portal do Sertão	11.209	10.242
2901700	Antônio Cardoso	19	Portal do Sertão	12.216	11.554
2901908	Aporá	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	19.063	17.731
2901957	Apuarema	22	Médio Rio das Contas	7.780	7.459
2902054	Araçás	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	12.402	11.561
2902104	Araci	04	Sisal	56.023	51.651
2902252	Arataca	05	Litoral Sul	11.779	10.392
2902302	Aratuípe	06	Baixo Sul	9.104	8.599
2902708	Barra	02	Velho Chico	53.786	49.325
2902906	Barra do Choça	20	Vitória da Conquista	35.200	34.788
2903102	Barra do Rocha	22	Médio Rio das Contas	6.518	6.313
2903235	Barro Alto	01	Irecê	15.230	13.612
2903409	Belmonte	27	Costa do Descobrimento	23.620	21.798
2903607	Biritinga	04	Sisal	15.769	14.836
2903706	Boa Nova	22	Médio Rio das Contas	14.861	15.411
2903805	Boa Vista do Tupim	14	Piemonte do Paraguaçu	18.677	17.991
2903904	Bom Jesus da Lapa	02	Velho Chico	68.922	63.480
2903953	Bom Jesus da Serra	20	Vitória da Conquista	10.597	10.113
2904050	Bonito	03	Chapada Diamantina	16.730	14.834
2904100	Boquira	12	Bacia do Paramirim	22.409	22.037

**Informações 203 Municípios Prioritários**

(Continuação)

<b>CÓDIGO IBGE</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CÓDIGO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1º DE JULHO DE 2014</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL CENSO 2010</b>
2904209	Botuporã	12	Bacia do Paramirim	11.089	11.154
2904407	Brejolândia	23	Bacia do Rio Corrente	10.624	11.077
2904506	Brotas de Macaúbas	02	Velho Chico	11.158	10.717
2904753	Buritirama	11	Bacia do Rio Grande	21.418	19.600
2904852	Cabaceiras do Paraguaçu	21	Recôncavo	18.850	17.327
2905107	Caém	16	Piemonte da Diamantina	10.282	10.368
2905156	Caetanos	20	Vitória da Conquista	15.913	13.639
2905305	Cafarnaum		Irecê	18.595	17.209
2905503	Caldeirão Grande	25	Piemonte Norte do Itapicuru	13.555	12.491
2905800	Camamu	06	Baixo Sul	36.321	35.180
2905909	Campo Alegre de Lourdes	10	Sertão do São Francisco	29.877	28.090
2906006	Campo Formoso	25	Piemonte Norte do Itapicuru	71.900	66.616
2906105	Canápolis	23	Bacia do Rio Corrente	10.137	9.410
2906204	Canarana		Irecê	26.200	24.067
2906402	Candeal	04	Sisal	9.075	8.895
2906808	Cansanção	04	Sisal	35.135	32.908
2906824	Canudos	10	Sertão do São Francisco	17.070	15.732
2906899	Caraibas	20	Vitória da Conquista	10.150	10.222
2907004	Cardeal da Silva	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	9.681	8.899
2907103	Carinhanha	02	Velho Chico	29.864	28.380
2907202	Casa Nova	10	Sertão do São Francisco	71.504	64.940
2907558	Caturama	12	Bacia do Paramirim	9.762	8.843
2907608	Central		Irecê	18.101	17.013
2907707	Chorrochó	24	Itaparica (BA/PE)	11.484	10.734
2907806	Cícero Dantas	17	Semi-Árido Nordeste II	34.540	32.300
2908101	Côcos	23	Bacia do Rio Corrente	19.340	18.153
2908606	Conde	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	25.961	23.620
2909109	Coribe	23	Bacia do Rio Corrente	15.000	14.307
2909208	Coronel João Sá	17	Semi-Árido Nordeste II	17.256	17.066
2909406	Cotegipe	11	Bacia do Rio Grande	14.396	13.636
2909505	Cravolândia	09	Vale do Jiquiriçá	5.552	5.041
2909604	Crisópolis	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	21.529	20.046
2909901	Curaçá	10	Sertão do São Francisco	34.974	32.168
2910008	Dário Meira	22	Médio Rio das Contas	12.190	12.836
2910305	Elísio Medrado	09	Vale do Jiquiriçá	8.420	7.947
2910404	Encruzilhada	20	Vitória da Conquista	20.859	23.766
2910503	Entre Rios	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	42.828	39.872
2910750	Fátima	17	Semi-Árido Nordeste II	18.502	17.652

**Informações 203 Municípios Prioritários**

(Continuação)

<b>CÓDIGO IBGE</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CÓDIGO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1º DE JULHO DE 2014</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL CENSO 2010</b>
2910776	Feira da Mata	02	Velho Chico	5.911	6.184
2910859	Filadélfia	25	Piemonte Norte do Itapicuru	17.593	16.740
2910909	Firmino Alves	08	Médio Sudoeste da Bahia	5.766	5.384
2911253	Gavião	15	Bacia do Jacuípe	4.729	4.561
2911303	Gentio do Ouro		Irecê	11.381	10.622
2911501	Gongogi	22	Médio Rio das Contas	8.212	8.357
2911808	Guaratinga	27	Costa do Descobrimento	22.465	22.165
2911857	Heliópolis	17	Semi-Árido Nordeste II	13.786	13.192
2912202	Ibicoara	03	Chapada Diamantina	19.309	17.282
2912400	Ibipeba		Irecê	18.540	17.008
2912509	Ibipitanga	12	Bacia do Paramirim	15.231	14.171
2912608	Ibiquera	14	Piemonte do Paraguaçu	5.149	4.866
2912707	Ibirapitanga	06	Baixo Sul	24.118	22.598
2912905	Ibirataia	22	Médio Rio das Contas	18.348	18.943
2913002	Ibitiara	03	Chapada Diamantina	16.614	15.508
2913101	Ibititá		Irecê	18.740	17.840
2913457	Igrapiúna	06	Baixo Sul	14.509	13.343
2913507	Iguaí	08	Médio Sudoeste da Bahia	27.704	25.705
2913705	Inhambupe	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	40.441	36.306
2913804	Ipecaetá	19	Portal do Sertão	15.634	15.331
2914109	Ipupiara		Irecê	10.054	9.285
2914208	Irajuba	09	Vale do Jiquiriçá	7.443	7.002
2914307	Iramaia	03	Chapada Diamantina	10.809	11.990
2914406	Iraquara	03	Chapada Diamantina	24.712	22.601
2914901	Itacaré	05	Litoral Sul	27.198	24.318
2915007	Itaeté	03	Chapada Diamantina	16.370	14.924
2915106	Itagi	22	Médio Rio das Contas	13.448	13.051
2915353	Itaguaçu da Bahia		Irecê	14.533	13.209
2915403	Itaju do Colônia	05	Litoral Sul	7.428	7.309
2915700	Itamari	22	Médio Rio das Contas	8.534	7.903
2915908	Itanagra	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	8.029	7.598
2916302	Itapebi	27	Costa do Descobrimento	10.910	10.495
2916500	Itapicuru	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	35.632	32.261
2916609	Itapitanga	05	Litoral Sul	10.799	10.207
2916708	Itaquara	09	Vale do Jiquiriçá	8.480	7.678
2917003	Itiúba	04	Sisal	38.413	36.113
2917334	Iuiú	13	Sertão Produtivo	11.294	10.900
2917359	Jaborandi	23	Bacia do Rio Corrente	9.318	8.973

**Informações 203 Municípios Prioritários**

(Continuação)

<b>CÓDIGO IBGE</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CÓDIGO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1º DE JULHO DE 2014</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL CENSO 2010</b>
2917805	Jaguaripe	06	Baixo Sul	18.432	16.467
2917904	Jandaíra	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	11.031	10.331
2918100	Jeremoabo	17	Semi-Árido Nordeste II	40.851	37.680
2918209	Jiquiriçá	09	Vale do Jiquiriçá	14.993	14.118
2918456	Jucuruçu	07	Extremo Sul	10.272	10.290
2918506	Jussara		Irecê	15.844	15.052
2918704	Lafaiete Coutinho	09	Vale do Jiquiriçá	4.046	3.901
2918753	Lagoa Real	13	Sertão Produtivo	15.676	13.934
2918803	Laje	09	Vale do Jiquiriçá	23.682	22.201
2919009	Lajedinho	14	Piemonte do Paraguaçu	3.993	3.936
2919058	Lajedo do Tabocal	09	Vale do Jiquiriçá	8.810	8.305
2919108	Lamarão	04	Sisal	9.554	9.560
2919157	Lapão		Irecê	27.432	25.646
2919603	Macajuba	14	Piemonte do Paraguaçu	11.836	11.229
2919801	Macaúbas	12	Bacia do Paramirim	49.861	47.051
2919900	Macururé	24	Itaparica (BA/PE)	8.390	8.073
2919959	Maetinga	20	Vitória da Conquista	5.561	7.038
2920205	Malhada	02	Velho Chico	17.416	16.014
2920403	Manoel Vitorino	22	Médio Rio das Contas	14.618	14.387
2920452	Mansidão	11	Bacia do Rio Grande	13.652	12.592
2920502	Maracás	09	Vale do Jiquiriçá	24.156	24.613
2920700	Maraú	05	Litoral Sul	21.098	19.101
2920809	Marcionílio Souza	03	Chapada Diamantina	10.962	10.500
2920908	Mascote	05	Litoral Sul	15.131	14.640
2921054	Matina	02	Velho Chico	12.217	11.145
2921401	Mirangaba	16	Piemonte da Diamantina	17.881	16.279
2921450	Mirante	20	Vitória da Conquista	10.081	10.507
2921500	Monte Santo	04	Sisal	54.807	52.338
2921708	Morro do Chapéu	03	Chapada Diamantina	36.641	35.164
2922052	Mulungu do Morro		Irecê	12.398	12.249
2922250	Muquém de São Francisco	02	Velho Chico	11.552	10.272
2922607	Nilo Peçanha	06	Baixo Sul	14.119	12.530
2922656	Nordestina	04	Sisal	13.270	12.371
2922706	Nova Canaã	08	Médio Sudoeste da Bahia	17.048	16.713
2922755	Nova Ibiá	22	Médio Rio das Contas	7.063	6.648
2922805	Nova Itarana	09	Vale do Jiquiriçá	8.192	7.435
2922854	Nova Redenção	03	Chapada Diamantina	9.453	8.034
2922904	Nova Soure	17	Semi-Árido Nordeste II	25.813	24.136

**Informações 203 Municípios Prioritários**

(Continuação)

<b>CÓDIGO IBGE</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CÓDIGO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1º DE JULHO DE 2014</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL CENSO 2010</b>
2923035	Novo Horizonte	03	Chapada Diamantina	12.085	10.673
2923050	Novo Triunfo	17	Semi-Árido Nordeste II	15.969	15.051
2923100	Olindina	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	26.722	24.943
2923209	Oliveira dos Brejinhos	02	Velho Chico	22.756	21.831
2923357	Ourolândia	16	Piemonte da Diamantina	17.691	16.425
2923407	Palmas de Monte Alto	13	Sertão Produtivo	22.340	20.775
2923704	Paratinga	02	Velho Chico	32.452	29.504
2923902	Pau Brasil	05	Litoral Sul	11.031	10.852
2924108	Pedrao	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	7.511	6.876
2924207	Pedro Alexandre	17	Semi-Árido Nordeste II	18.094	16.995
2924306	Piatã	03	Chapada Diamantina	18.584	17.982
2924405	Pilão Arcado	10	Sertão do São Francisco	35.255	32.860
2924603	Pindobaçu	25	Piemonte Norte do Itapicuru	21.087	20.121
2924678	Pirai do Norte	06	Baixo Sul	9.777	9.799
2924900	Planaltino	09	Vale do Jiquiriçá	9.413	8.822
2925006	Planalto	20	Vitória da Conquista	26.436	24.481
2925253	Ponto Novo	25	Piemonte Norte do Itapicuru	16.242	15.742
2925709	Presidente Jânio Quadros	20	Vitória da Conquista	13.307	13.652
2925758	Presidente Tancredo Neves	06	Baixo Sul	27.187	23.846
2925808	Queimadas	04	Sisal	26.054	24.602
2925907	Quijingue	04	Sisal	29.088	27.228
2925931	Quixabeira	15	Bacia do Jacuípe	10.038	9.554
2925956	Rafael Jambeiro	14	Piemonte do Paraguaçu	24.305	22.874
2926004	Remanso	10	Sertão do São Francisco	42.056	38.957
2926202	Riachão das Neves	11	Bacia do Rio Grande	23.237	21.937
2926400	Riacho de Santana	02	Velho Chico	35.819	30.646
2926509	Ribeira do Amparo	17	Semi-Árido Nordeste II	15.229	14.276
2926657	Ribeirão do Largo	20	Vitória da Conquista	8.713	8.602
2926806	Rio do Antônio	13	Sertão Produtivo	15.530	14.815
2927606	Santa Brígida	17	Semi-Árido Nordeste II	15.237	15.060
2928059	Santa Luzia	05	Litoral Sul	13.579	13.344
2928307	Santanópolis	19	Portal do Sertão	9.407	8.776
2928406	Santa Rita de Cássia	11	Bacia do Rio Grande	28.642	26.250
2928505	Santa Teresinha	14	Piemonte do Paraguaçu	10.514	9.648
2929255	São Gabriel		Irecê	19.519	18.427
2929354	São José da Vitória	05	Litoral Sul	6.158	5.715
2929370	São José do Jacuípe	15	Bacia do Jacuípe	11.002	10.180
2929701	Sátiro Dias	18	Litoral Norte e Agreste Baiano	20.259	18.964

**Informações 203 Municípios Prioritários**

(Conclusão)

<b>CÓDIGO IBGE</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CÓDIGO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI)</b>	<b>POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1º DE JULHO DE 2014</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL CENSO 2010</b>
2930154	Serra do Ramalho	02	Velho Chico	33.022	31.638
2930204	Sento Sé	10	Sertão do São Francisco	41.102	37.425
2930758	Sítio do Mato	02	Velho Chico	13.256	12.050
2930766	Sítio do Quinto	17	Semi-Árido Nordeste II	12.034	12.592
2930808	Souto Soares	03	Chapada Diamantina	17.239	15.899
2930907	Tabocas do Brejo Velho	23	Bacia do Rio Corrente	13.008	11.431
2931202	Taperoá	06	Baixo Sul	20.886	18.748
2931301	Tapiramutá	14	Piemonte do Paraguaçu	17.413	16.516
2931509	Teofilândia	04	Sisal	22.944	21.482
2931608	Teolândia	06	Baixo Sul	15.079	14.836
2931806	Tremedal	20	Vitória da Conquista	18.367	17.029
2931905	Tucano	04	Sisal	56.131	52.418
2932002	Uauá	10	Sertão do São Francisco	25.178	24.294
2932101	Ubaíra	09	Vale do Jiquiriçá	20.770	19.750
2932309	Ubatã	22	Médio Rio das Contas	26.787	25.004
2932457	Umburanas	16	Piemonte da Diamantina	18.851	17.000
2932507	Una	05	Litoral Sul	22.535	24.110
2932804	Utinga	03	Chapada Diamantina	19.490	18.173
2933059	Várzea da Roça	15	Bacia do Jacuípe	14.693	13.786
2933158	Várzea Nova	16	Piemonte da Diamantina	13.524	13.073
2933257	Vereda	07	Extremo Sul	6.737	6.800
2933455	Wanderley	11	Bacia do Rio Grande	13.047	12.485
2933505	Wenceslau Guimarães	06	Baixo Sul	22.621	22.189

## APÊNDICE C

### RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

001	Abgail Alcantara	Sepromi
002	Adalva Tonhá R. Vieira de Menezes	Sedur
003	Adriano Leal Valle	Conder
004	Albene Diciula Piau Vasconcelos	Setre
005	Alessandro F. Fernandes	Inema
006	Alfredo Miranda	Sedur
007	Ana Cecília C. Bandeira	SSP
008	Ana Elizabeth Siqueira	Casa Civil
009	Ana Paula Oliveira Santana	Conder
010	Ana Suely Queiroz Ferreira	Seplan
011	André Pereira	Seplan
012	André Santana da Silva	Casa Civil
013	Angélica de Souza Oliveira	
014	Antonio Almerico Biondi Lima	SEC
015	Antonio C. Ficina	
016	Antonio Ferreira	Embasa
017	Ápio Vinagre Nascimento	SJDHDS
018	Armando Affonso de Castro Neto	SEI
019	Carla Costa Mendes	SPM
020	Carlito Rodrigues Nogueira Júnior	SSP
021	Carlos Loureiro Carneiro	Saeb
022	Carlos Roberto Santos Melo	Embasa
023	Caroline Barbosa Souza	Sedur
024	Cecília Maria Góes Cardoso	Conder
025	Celeste Viana	SJDHDS
026	Celia Regina Sganzerla	SEI
027	Cesar Vaz de Carvalho Júnior	SEI
028	Chaider Gonçalves Andrade	Sesab
029	Cláudia Monteiro Fernandes	Seplan
030	Cláudio Melo	SJDHDS
031	Cláudio R. dos Santos	Sepromi
032	Cristiana Freitas	
033	Cristiane Ferreira	Casa Civil
034	Cristina Cordeiro	
035	Cristina Xavier Ferreira	Seplan
036	Daniel Junqueira de Moraes Munhoz	Sema
037	Daniela Svec Silva Bahia Monteiro	Saeb
038	Daniele Tosta Boaventura	Embasa
039	Diego Silva Caribé	Casa Civil
040	Diolinda Margarida Rodrigues Mascarenhas	Seplan

041	Edelzuita dos Anjos Silva	Seplan
042	Edgard Porto Ramos	SEI
043	Edjane Oliveira	Setre
044	Edmundo Sá Barreto Figueirôa	SEI
045	Edney Mendonça Oliveira	Serin
046	Edson N. Valadares	SDR
047	Eduardo Rodrigues	Bahiapesca
048	Eliana Carla Ramos	Bahiapesca
049	Eliana Cristina Argolo Santos	Sepromi
050	Eliene Almeida Nogueira	Casa Civil
051	Elinalda Cardoso da Silva	Setre
052	Elisabete O. Costa Santos	SDR
053	Elisabete Oliveira	SDR
054	Elisama Melhor	Casa Civil
055	Ely de Oliveira Rosa Pimenta	Seplan
056	Érico Silva do Nascimento	Seplan
057	Eva Cristina Borges	SJDHDS
058	Evilásio Bastos Filho	SSP
059	Fabiana Alves de Lima	Saeb
060	Fabiane Louise Burity Amorim	Fundac
061	Flávio Bastos	Casa Civil
062	Francisca Elvin Alves	SEC
063	Francisco Baqueiro Vidal	SEI
064	Gabriel Machado	Fundac
065	Gabriel Schultz Cova	Casa Civil
066	Gabrieli Batista Vieira	Sepromi
067	Gleide Oliveira	SEC
068	Glinalva Cardoso da Silva	Conder
069	Graciete Silveira Torres	Seplan
070	Graziane de Jesus Santos Amorim	Conder
071	Guilherme Javier Pedreira Etkin	SEI
072	Guilherme Rodrigues	Sema
073	Iane Borges Santos	PM
074	Ione Borges Santana	SSP
075	Iraclyara Henriques da Silva	Bahiapesca
076	Irlene Carvalho	Serin
077	Isabel Cristina A. Santos	Serin
078	Isadora Barreto	Casa Civil
079	Isamari Barros Santana	PM
080	Isolda Conceição Pereira de Souza	
081	Ivan Leite Fontes	SDR
082	Izzadora Sena Brito	Casa Civil
083	Jabson Machado Prato	Sema
084	Jackson Ornelas	SIHS
085	Jaime Pinto Ramalho Neto	SSP
086	Janete Campelo Almeida	SSP
087	Jeanne Sofia Tavares Florence	Inema
088	Jessevanda Galvino Almeida	Setre

089	Joana Molesini	Sesab
090	Jorge Moura	Saeb
091	José Cristiano Soster	Sesab
092	José Luís Santos Gonçalves Silva	Bahiapesca
093	José Luís Silva	SPM
094	José Luiz Gonçalves Júnior	Bahiapesca
095	José Olímpio Rabelo de Moraes	SIHS
096	Joziane Santos	Conder
097	Juliana Gomes	Casa Civil
098	Júlio Rocha	Casa Civil
099	Jurandy Souza	Inema
100	Karina Lima Oliveira	Funcep
101	Karla Ramos	SPM
102	Kátia M. M. Rocha	SJDHDS
103	Kelly Souza	Setre
104	Ladyane Melo Braga	Cerb
105	Laís Ferreira Souza	Casa Civil
106	Laís Neves de Souza Pereira dos Santos	Casa Civil
107	Laís Teixeira Kelsch Vieira	Fundac
108	Laura Bamberg	SJDHDS
109	Leonardo Farias	SDR
110	Liliane Mascarenhas Silveira	Sesab
111	Lívia da Silva Borges	Setre
112	Lúcia Regina Bugarim	Embasa
113	Luciana Magnavita F. Silva	SJDHDS
114	Luciana Matos Santa Rita	Sema
115	Luiz Henrique	Casa Civil
116	Lusmar Oliveira	SJDHDS
117	Mara Castagno	Sedur
118	Mara Cristina Pedreira e Cerqueira e Coelho	SIHS
119	Mara Moraes	SJDHDS
120	Marcelo Moura Costa	SJDHDS
121	Marcelo Vieira Matos da Paz	SDR
122	Márcia Barreto Serravalle	Bahiapesca
123	Márcia Maria Fonseca Souza	Desenbahia
124	Márcio Bulhões Araújo	Sepromi
125	Marco Aurélio L. dos Santos	Casa Civil
126	Marcos Alves	Sema
127	Marcos Rezende	Sema
128	Maria A. Fortes de Almeida Presídio	Seplan
129	Maria Aparecida	Sepromi
130	Maria Auxiliadora Lobo Ramos Alvim	SDR
131	Maria Conceição S. Rocha	Sema
132	Maria Cristina França	Casa Civil
133	Maria de Lourdes Lobo	SJDHDS
134	Maria Elizabete Martinez Batista	Setre
135	Maria Luisa Pititinga Lima	Sedur
136	Maria Mercedes Agrícola Bomsucesso	Fundac

137	Maria Rosa Vieira	Sedur
138	Maria Teresa do Espírito Santo	Conder
139	Maria Valéria Ferreira	Embasa
140	Maridalva Dantas dos Reis	SJDHDS
141	Marília Dantas	SJDHDS
142	Marivaldo Dias	Inema
143	Marta Rodrigues	SJDHDS
144	Martha Rocha	SEC
145	Mary Cláudia	Serin
146	Matheus G. Martins	SDR
147	Matheus S. Silva	Seplan
148	Melga Sales	Casa Civil
149	Milena Mariz	Fundac
150	Milton de Sousa Coelho Filho	Saeb
151	Morgana Sá da Silva	SPM
152	Nádia Barreto do Rosário	SDR
153	Narrúbia Melo Teixeira	Casa Civil
154	Natanael Machado da França	SJDHDS
155	Nathalia Nascimento	Bahiapesca
156	Neila Tiara Santos Soledade	SJDHDS
157	Neli Bonfim Cerqueira	Cerb
158	Núbia Marivalda Fonseca do Nascimento	SJDHDS
159	Oséias Lopes	Serin
160	Patricia Chame Dias	SEI
161	Pedro Rocha	Saeb
162	Poliana Souza Rodrigues	SDR
163	Priscila Chagas dos Santos	Inema
164	Priscila Monteiro dos Santos	Conder
165	Rafael Carvalho	Saeb
166	Rafael Cordeiro	Sedur
167	Raimundo Filgueiras	CTB/Sesab
168	Raquel Mattedi	Sedur
169	Regina Affonso de Carvalho	Fundac
170	Regina Isabel S. Marinho	SIHS
171	Renata Rossi	SDR
172	Ricardo Buri Caldas	SEC
173	Ricardo Machado Oliveira	Saeb
174	Rita de Cássia C. Filgueiras	Casa Civil
175	Roberta Sampaio	Casa Civil
176	Rômulo Cravo	Sema
177	Rose E. M. Vianna Pondé	SJDHDS
178	Rosiani Cordeiro	Embasa
179	Rute Vieira	SIHS
180	Samuel de Souza Lyra	Casa Civil
181	Sandra Maria Gonzaga	Sesab
182	Sandra Oliveira	Sesab
183	Sandra Ungar Silva	Sepromi
184	Sandra Wilma de Barros Santos	SJDHDS

185	Sérgio Ricardo Mendonça	Saeb
186	Sérgio Santo Bernardo	Sepromi
187	Siciliana Carvalho Chaves	SJDHDS
188	Silvana Mendes	Casa Civil
189	Silvana Salomão G. Fontes	Seplan
190	Silvia Escudeiro	Sedur
191	Simone Jesus	Seplan
192	Sonia Pereira Ribeiro	SEI
193	Sonia Sant'anna Nascimento	SEI
194	Suzi Godinho	Sepromi
195	Tania Cortes Miranda	SEC
196	Thais Moraes Andrade Silva	Bahiapesca
197	Thaise Santos Viana	SJDHDS
198	Valéria Barreto Peruna	Saeb
199	Vitor Mascarenhas Neves	Conder
200	Waldélio Oliveira Filho	Sesab
201	Yolanda Checucci	SPM